



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi/UFRN)

**OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO
NAS TRAJETÓRIAS DE PESSOAS TRANSGÊNERAS**

Joatã Soares Coelho Alves

Natal – 2021

Joatã Soares Coelho Alves

OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO
NAS TRAJETÓRIAS DE PESSOAS TRANSGÊNERAS

Tese elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Fernando Bendassolli e coorientação do Prof. Dr. Fellipe Coelho-Lima, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Natal – 2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Alves, Joatã Soares Coelho.

Os significados do trabalho nas trajetórias de pessoas transgêneras / Joata Soares Coelho Alves. - Natal, RN, 2021. 328f.: il. Color.

Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Fernando Bendassolli.

Coorientador: Prof. Dr. Fellipe Coelho-Lima.

1. Trabalho - Tese. 2. Significados do trabalho - Tese. 3. Pessoas transgêneras - Tese. I. Bendassolli, Pedro Fernando. II. Coelho-Lima, Fellipe. III. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 159.9:331-055.3



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA Nº 80

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, por meio virtual, foi instalada a Comissão Examinadora responsável pela avaliação da Tese de Doutorado intitulada: Os significados do trabalho nas trajetórias de pessoas transgênero, apresentado pelo doutorando JOATA SOARES COELHO ALVES ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Psicologia. A Comissão Examinadora foi presidida pelo professor orientador PEDRO FERNANDO BENDASSOLLI e contou com a participação do professor doutor JADER FERREIRA LEITE, na qualidade de examinador interno, bem como das professoras doutoras JAQUELINE GOMES DE JESUS, SÔNIA MARIA GUEDES GONDIM e TATIANA DE LUCENA TORRES, na qualidade de examinadoras externas à instituição. A sessão teve a duração de 3 horas e o doutorando foi considerado:

- (X) Aprovado
() Reprovado

Dra. JAQUELINE GOMES DE JESUS, IFRJ
Examinadora Externa à Instituição

Dra. SÔNIA MARIA GUEDES GONDIM,
UFBA
Examinadora Externa à Instituição

Dra. TATIANA DE LUCENA TORRES,
UFPB
Examinadora Externa à Instituição

Dr. JADER FERREIRA LEITE, UFRN
Examinador Interno

Dr. PEDRO FERNANDO BENDASSOLLI,
UFRN
Presidente

JOATA SOARES COELHO ALVES
Doutorando

Para a professora **Leilane Assunção** (*in memoriam*), mulher trans, doutora, militante e inesquecível exemplo de coragem, força e inspiração para a luta.

Leilane presente, sempre!

“O meu psicólogo uma vez me perguntou: ‘*Amanda, qual é o seu sonho?*’ Eu respondi: ‘*Sair de manhã cedinho para ir ao trabalho, de lá ir direto para a faculdade, chegar morta de cansada em casa e dormir. É isso que eu queria, é o meu sonho*’. Ele ficou espantado! Acho que fui a primeira trans que ele atendeu, e ele descobriu comigo que algo tão simples que todo mundo consegue, para uma pessoa trans se torna um verdadeiro sonho.”

Amanda, mulher transgênera, uma das protagonistas desta pesquisa

AGRADECIMENTOS

Nesta jornada, foram muitas e essenciais as mãos que me guiaram, me fortaleceram e tornaram possível a conclusão deste trabalho. As palavras que se seguem foram escritas com a tinta inapagável da gratidão, conectando passado, presente e futuro através de tantas pessoas incríveis que as escreveram comigo.

Agradeço à minha mãe, Gorete, pelo apoio incondicional, pelo amor invencível e pela renovação diária da importante certeza de que o bem e o amor vencerão, enquanto acreditarmos e escolhermos amar, sempre e uma vez mais. À minha irmã, Clara, agradeço por ser exemplo da amorosa força que vem da coragem de lutar pelo que é justo e certo. Ao meu pai, Batista, minha gratidão por sempre lutar por nossa educação e por pavimentar com suor e trabalho duro a estrada das oportunidades que nos foram proporcionadas. Por meus avós, Raimunda e José Coelho (*in memoriam*), sou inteiro gratidão por serem os pilares de amor e virtudes que sustentam a grande e linda família que construíram, a quem também agradeço por todo o suporte e amor nessa jornada.

A Luiz, meu marido, melhor amigo e companheiro dos dias de chuva e de sol, minha infinita gratidão por ser luz, calor e torcida durante cada passo desse ciclo e de todos os outros que virão adiante. Aos meus sogros, Rosineide Soares e Luiz Lopes, e à maravilhosa família do qual tenho a honra de ter me tornado parte (a quem agradeço na figura de Maria Luiza), muito obrigado por todo o amor e acolhimento que foram tão essenciais neste percurso.

Ao professor Pedro Bendassolli, meu orientador, minha inteira gratidão por mais esta jornada trilhada lado a lado. Em mais de uma década de parceria, amizade e tantos aprendizados, você fez a melhor e necessária diferença em minha trajetória acadêmica e

profissional. Muito obrigado, querido Pedro, pela fé, pela confiança e pelo suporte por todos estes anos e pelos que ainda virão.

Ao professor Fellipe Coelho-Lima, meu coorientador e companheiro de militância, meu muito obrigado por ser acolhimento e presença calorosa na construção desta tese. Contar com seu apoio e sua valiosa interlocução nessa trajetória foi essencial para que este trabalho tenha se tornado uma realidade.

Aos membros da banca de defesa desta tese, expresso a minha gratidão pelo privilégio de poder contar com a presença de cada uma/um de vocês durante o percurso e na conclusão dessa etapa. À professora Jaqueline Gomes de Jesus, meu muito obrigado por contribuir com este trabalho de maneira tão atenciosa, disponível e generosa, desde a primeira qualificação até a conclusão desse caminhar. À professora Sônia Gondim, minha gratidão por ser nossa parceira carinhosa, inspiradora e sempre presente, contribuindo de maneira tão importante desde a segunda qualificação, e em todas as jornadas acadêmicas que trilhamos juntos. À professora Tatiana Torres, com quem tanto aprendi e continuo aprendendo, meu muito obrigado pela disponibilidade em fazer parte da conclusão deste ciclo. Ao professor Jáder Leite, o responsável por me ensinar tanto sobre a potência e a beleza da diversidade, minha gratidão por estar conosco na banca de defesa. À professora Candida Dantas, nossa imensa gratidão pela generosa disponibilidade em compor a banca na condição de suplente.

Aos professores e amigos do GEPET (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), a quem agradeço na figura do querido professor e amigo Jorge Falcão e da maravilhosa e sempre presente amiga Daniele Paulino, muito obrigado por dividirem cada

passo do caminho com leveza, suporte e tantos aprendizados compartilhados. Este trabalho é herdeiro das generosas e tão importantes contribuições de vocês.

Aos amigos da Divisão de Acompanhamento e Avaliação da UFRN, a quem agradeço na figura de Weverton Silva, minha eterna gratidão por todo o suporte e apoio durante esta jornada. À equipe da Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas, a quem agradeço nas figuras de Raquel Alves e Michelle Paiva, minha gratidão pelo incentivo, pela confiança e pelo investimento em meu desenvolvimento humano, acadêmico e profissional. À equipe da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, a quem agradeço na figura de Mirian Dantas, minha eterna gratidão por ter proporcionado e apoiado, junto a todas as instâncias e equipes aqui mencionadas, o meu afastamento temporário do exercício de minhas funções, possibilitando assim que este trabalho pudesse se tornar uma realidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN, nas figuras das queridas professoras Isabel Fernandes e Izabel Hazin, e dos nossos anjos da guarda, Lizianne Juline e Bruno Simonetti, a minha eterna gratidão por todas as oportunidades, pelo cuidado e pelo apoio durante estes anos de caminhada partilhada.

Por fim, expresso a minha eterna gratidão às pessoas transgêneras que tão generosamente abriram as portas de suas vidas e jornadas neste estudo, dividindo e confiando a mim suas incríveis histórias, seus anseios e sua indizível força. Muito, muito obrigado, de todo o meu coração, pela confiança e por acreditarem neste projeto. Este trabalho só existe porque vocês existem e corajosamente resistem. Através dele, darei o meu melhor para contribuir com a incansável luta da população trans por cidadania, dignidade e justiça social nos caminhos que seguiremos trilhando juntas, juntos e juntas.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	x
LISTA DE FIGURAS.....	xi
RESUMO.....	xii
ABSTRACT	xiii
RESUMEN	xiv
INTRODUÇÃO:	1
CAPÍTULO 1 – (DES) PATOLOGIZAÇÃO DAS EXISTÊNCIAS TRANS	9
1.1. As origens médicas da patologização do gênero:	15
1.2. Os múltiplos pilares da transfobia.....	25
1.3. Transfobia, violência e interdições no roteiro das vidas trans:	34
<i>1.2.1. A Família: quando uma casa deixa de ser um lar</i>	<i>38</i>
<i>1.2.2. A Escola que invisibiliza, pune e persegue:.....</i>	<i>44</i>
<i>1.2.3. O Estado que não ouve, não vê e cala (-se):.....</i>	<i>52</i>
1.4. Interdições sobrepostas e a esfera de vida do trabalho	60
CAPÍTULO 2 - O TRABALHO PARA AS PESSOAS TRANSGÊNERAS	62
2.1. Transfobia estrutural e trabalho no sistema capitalista:	62
2.2. O trabalho nos itinerários da transfobia - desafios e barreiras laborais nas vidas trans.....	74
2.3. Outros significados possíveis? Perspectivas positivas sobre o trabalho nas vidas trans.....	86
CAPÍTULO 3 – PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO	95
3.1. Significados e sentidos do trabalho: duas tradições e uma proposta integrativa.....	97
<i>3.1.1. A tradição dos significados do trabalho</i>	<i>97</i>
<i>3.1.2. A tradição dos sentidos do trabalho</i>	<i>101</i>
<i>3.1.3. A busca por uma abordagem integrativa do processo de significação do trabalho.....</i>	<i>105</i>
3.2. Uma abordagem histórico-cultural e semiótica do processo de significação – integrando as tradições do significado e do sentido	108

3.3. Principais conceitos para uma abordagem semiótica dos significados do trabalho para a população trans	111
3.3.1. <i>Internalização e externalização, culturas coletivas e sugestões sociais & culturas pessoais e significados pessoais</i>	<i>112</i>
3.3.2. <i>Modelo Bidirecional de Reconstrução Cultural & Ambivalências</i>	<i>117</i>
3.3.3. <i>Rupturas & Bifurcações</i>	<i>119</i>
CAPÍTULO 4 – DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	123
4.1. Os significados do trabalho nas trajetórias de pessoas transgêneras.....	123
4.2. Operadores teóricos e modelo de pesquisa:.....	127
4.2.1. <i>“Rupturas” como mediadoras de produção de significados do trabalho</i>	<i>127</i>
4.2.2. <i>Significados culturais do trabalho & Significados pessoais do trabalho.....</i>	<i>130</i>
4.2.3. <i>Transfeminismo como referencial de análise.....</i>	<i>133</i>
4.2.4. <i>Modelo de pesquisa</i>	<i>134</i>
4.3. Objetivos de pesquisa	136
CAPÍTULO 5 – MÉTODO	137
5.1. Coconstrução do instrumental de pesquisa	137
5.1.1. <i>Nossas/os protagonistas mostram os caminhos – consulta pública à população trans de Natal/RN.....</i>	<i>137</i>
5.1.2. <i>Roteiro de entrevista.....</i>	<i>142</i>
5.2. Protagonistas	145
5.3. Procedimentos de coleta	148
5.4. Procedimentos de análise	149
5.5. Cuidados éticos.....	151
CAPÍTULO 6 – OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO NAS TRAJETÓRIAS DE NOSSAS/OS PROTAGONISTAS.....	153
6.1 . Amanda	154
6.1.1. <i>A trajetória de Amanda</i>	<i>154</i>
6.1.2. <i>O trabalho que me exclui é o mesmo que me constrói: os significados do trabalho na trajetória de Amanda em sua jornada para “todos os lugares”</i>	<i>155</i>
6.2 . Menezes.....	170
6.2.1. <i>A trajetória de Menezes</i>	<i>170</i>

6.2.2. <i>Pelo trabalho, serei quem eu quiser ser: os significados do trabalho na trajetória de Menezes.....</i>	171
6.3 . Vi.....	183
6.3.1. <i>A trajetória de Vi.....</i>	183
6.3.2. <i>Se eu posso escolher, também posso ser feliz aqui: os significados do trabalho de Vi em sua missão de desconstruir paradigmas sobre a prostituição.....</i>	185
6.4 . Hugo.....	199
6.4.1. <i>A trajetória de Hugo.....</i>	199
6.4.2. <i>O trabalho e a estrada para a liberdade: os significados do trabalho na trajetória de Hugo.....</i>	200
6.5 . Sofia.....	210
6.5.1. <i>A trajetória de Sofia.....</i>	210
6.5.2. <i>Não é só por mim: é por todas nós – os significados do trabalho na trajetória de Sofia.....</i>	211
6.6 . A significação do trabalho nas trajetórias das pessoas transgêneras: uma caracterização semiótica.....	224
CAPÍTULO 7 – REFLEXÕES TRANSVERSAIS SOBRE O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO NAS TRAJETÓRIAS DE PESSOAS TRANS.....	246
7.1. Trabalho e corporeidade trans.....	247
7.2. A busca do trabalho em diferentes ocupações como fonte de validação social, reconhecimento, distinção identitária e coerência para as pessoas trans.....	251
7.3 O trabalho na fronteira entre a exclusão e a inclusão da população trans ..	260
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	276
REFERÊNCIAS.....	284
ANEXO 1.....	308
ANEXO 2.....	312
ANEXO 3.....	314

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1 . Conceitos iniciais para compreender a transgeneridade:.....</i>	<i>10</i>
<i>Quadro 2 . Comportamentos e posturas familiares não-afirmativos:</i>	<i>39</i>
<i>Quadro 3. Principais modelos de investigação dos sentidos no trabalho, por proponentes e dimensões.....</i>	<i>102</i>
<i>Quadro 4. Marcadores centrais dos processos de significação do trabalho das/os protagonistas</i>	<i>227</i>
<i>Quadro 5. Princípios fundamentais do processo de significação do trabalho entre pessoas trans</i>	<i>240</i>

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 . Principais eventos relativos à (des)patologização das identidades trans e travestis.</i>	<i>19</i>
<i>Figura 2 . Publicação da Transgender Europe em alusão à continuidade da luta pela despatologização</i>	<i>23</i>
<i>Figura 3 . Comportamentos e posturas familiares afirmativos e seus benefícios..</i>	<i>42</i>
<i>Figura 4. Processos de reprodução social na família, a partir de Bhattacharya (2019)</i>	<i>70</i>
<i>Figura 5 . Operadores teóricos propostos a partir da integração dos referenciais teóricos da pesquisa</i>	<i>131</i>
<i>Figura 6 . Modelo da pesquisa</i>	<i>135</i>
<i>Figura 7. Protagonistas do estudo.....</i>	<i>147</i>
<i>Figura 8. Mapa semiótico do processo de significação do trabalho na trajetória de Amanda</i>	<i>156</i>
<i>Figura 9. Mapa semiótico do processo de significação do trabalho na trajetória de Menezes</i>	<i>172</i>
<i>Figura 10. Mapa semiótico do processo de significação do trabalho na trajetória de Vi</i>	<i>186</i>
<i>Figura 11. Mapa semiótico do processo de significação do trabalho na trajetória de Hugo</i>	<i>201</i>
<i>Figura 12. Mapa semiótico do processo de significação do trabalho na trajetória de Sofia</i>	<i>212</i>
<i>Figura 13. Caracterização semiótica do processo de significação do trabalho nas trajetórias de pessoas transgêneras</i>	<i>244</i>

RESUMO

As pessoas transgêneras (também chamadas pessoas trans), aquelas que não se identificam com o gênero a elas socialmente atribuído em seu nascimento em razão de seu sexo biológico, são o grupo mais marginalizado, violentado e excluído em dentre a população LGBTIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexuais, Assexuais e outras designações). No mundo do trabalho, esse grupo enfrenta a negação do acesso ao mercado formal e a inserção compulsória na prostituição e em subempregos. Mesmo diante da exclusão enfrentada no mundo do trabalho, há indicativos na literatura de que o trabalho pode ser percebido como fonte de autonomia, inclusão social, direitos sociais e de reafirmação identitária. Diante dessa diversidade de percepções e representações, o objetivo desta pesquisa foi o de investigar o processo de significação do trabalho nas vivências de pessoas trans. Do ponto de vista teórico-metodológico, investigamos os significados do trabalho a partir da perspectiva histórico-cultural de base semiótica, empregando entrevistas em profundidade com foco nas histórias de vida e de trabalho das/os 5 (cinco) protagonistas entrevistada/os como parte do estudo, sendo 2 (duas) mulheres trans, 2 (dois) homens trans e 1 (uma) pessoa não-binária. Primeiro, foi realizado um mapeamento semiótico do processo de significação do trabalho nas trajetórias das/os protagonistas. Os resultados dessa primeira etapa de análise apontaram que, numa perspectiva cultural, o trabalho foi significado simultaneamente como fonte de exclusão e interdições (notadamente na informalidade), e, diante da expectativa de inserção na formalidade, como via de inclusão e garantia de direitos. Do ponto de vista pessoal, as principais significações foram, primeiro, a do trabalho como uma via de proteção contra as violações e interdições enfrentadas pelas pessoas transgêneras em nossa sociedade. Em segundo lugar, vieram significados pessoais que compreendem o trabalho como fonte de reconhecimento, distinção identitária e validação social. A seguir, foi realizada uma caracterização semiótica de significação do trabalho nas vivências das pessoas trans, a partir das convergências e tendências identificadas entre as trajetórias investigadas. Nessa caracterização, destacaram-se: a) o impacto da vivência de situações de transfobia em contextos familiares, sociais e laborais como determinantes para a inserção precoce das pessoas trans no mundo do trabalho; b) as experiências concretas, as expectativas e anseios das pessoas trans quanto à inserção em diferentes arranjos de trabalho como elementos mediadores para a construção de significados, e c) diferentes funções semióticas desempenhadas pelos significados do trabalho nas vidas das pessoas trans, principalmente as de promover adaptação diante das dificuldades enfrentadas e amenizar os seus os impactos subjetivos nas trajetórias. Por fim, foram identificados núcleos temáticos de significação que compareceram de maneira transversal nas trajetórias analisadas. Esses núcleos foram então discutidos a partir da literatura sobre o trabalho da população trans, e de determinantes sociais, econômicos e culturais, especialmente à luz das reflexões propostas pela Psicologia do Trabalho, pela Psicologia Histórico-Cultural de base semiótica e pelo Transfeminismo brasileiro. Buscou-se, com o aprofundamento da compreensão dos significados produzidos pelas pessoas trans sobre o trabalho, oferecer contribuições acadêmicas sobre a temática e subsídios que possam contribuir com políticas e ações afirmativas voltadas a esse grupo, especialmente no tocante à inclusão social pelo trabalho.

Palavras-chave: trabalho; significados do trabalho; pessoas transgêneras

ABSTRACT

Transgender people (also called trans people), those who do not identify with the gender assigned to them at birth due to their biological sex, are the most marginalized, violated and excluded group within the LGBTIA+ population (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transgenders, Intersex, Asexuals and other designations). In the world of work, this group faces denial of access to the formal market and compulsory insertion into prostitution and underemployment. Even in the face of the exclusion faced in the world of work, there are indications in the literature that work can be perceived as a source of autonomy, social inclusion, social rights, and identity reaffirmation. In view of this diversity of perceptions and representations, the goal of this research was to investigate the process of meaning of work in the experiences of trans people. From a theoretical and methodological point of view, we investigated the meanings of work from a semiotic-based cultural-historical perspective, using in-depth interviews focused on the life and work stories of the five protagonists interviewed as part of the study, two (2) trans women, two (2) trans men, and one (1) non-binary person. First, a semiotic mapping of the process of meaning of work in the trajectories of the protagonists was carried out. The results of this first stage of analysis pointed out that, from a cultural perspective, work was meant simultaneously as a source of exclusion and interdictions (especially in informality), and, in the face of the expectation of insertion in formality, as a way of inclusion and guarantee of rights. From the personal point of view, the main meanings were, first, that of work as an avenue of protection against the violations and interdictions faced by transgender people in our society. Second, came personal meanings that understand work as a source of recognition, identity distinction, and social validation. Next, a semiotic characterization of the meaning of work in the experiences of transgender people was carried out, based on the convergences and trends identified among the investigated trajectories. In this characterization, we highlighted: a) the impact of the experience of transphobia situations in family, social, and work contexts as determinants for the early insertion of trans people in the world of work; b) the concrete experiences, expectations, and desires of trans people regarding the insertion in different work arrangements as mediating elements for the construction of meanings, and c) different semiotic functions played by the meanings of work in the lives of trans people, especially those of promoting adaptation to the difficulties faced and mitigate their subjective impacts on the trajectories. Finally, we identified thematic nuclei of meaning that appeared transversally in the analyzed trajectories. These cores were then discussed based on the literature about the work of the trans population, and social, economic, and cultural determinants, especially in the light of the reflections proposed by Work Psychology, by Cultural-Historical Psychology with a semiotic basis, and by Brazilian Transfeminism. By deepening the understanding of the meanings produced by trans people about work, we sought to offer academic contributions on the subject and subsidies that can contribute to policies and affirmative actions aimed at this group, especially with regard to social inclusion through work.

Keywords: *work; meaning of work; transgender people*

RESUMEN

Las personas transexuales (también llamadas transgénero), aquellas que no se identifican con el género asignado al nacer por su sexo biológico, son el grupo más marginado, violado y excluido dentro de la población LGBTIA+ (Lesbianas, Gays, Bisexuales, Transexuales, Intersexuales, Asexuales y otras denominaciones). En el mundo laboral, este grupo se enfrenta a la negación del acceso al mercado formal y a la inserción obligatoria en la prostitución y el subempleo. Incluso frente a la exclusión a la que se enfrenta el mundo del trabajo, hay indicios en la literatura de que el trabajo puede ser percibido como una fuente de autonomía, inclusión social, derechos sociales y reafirmación de la identidad. En vista de esta diversidad de percepciones y representaciones, el objetivo de esta investigación fue investigar el proceso de significación del trabajo de las personas trans. Desde el punto de vista teórico y metodológico, investigamos los significados del trabajo desde la perspectiva cultural-histórica de base semiótica, utilizando entrevistas en profundidad centradas en las historias de vida y de trabajo de los 5 (cinco) protagonistas entrevistados como parte del estudio, siendo 2 (dos) mujeres trans, 2 (dos) hombres trans y 1 (una) persona no binaria. En primer lugar, se realizó una cartografía semiótica del proceso de significación del trabajo en las trayectorias de los protagonistas. Los resultados señalaron que, desde una perspectiva cultural, el trabajo se significaba simultáneamente como fuente de exclusión e interdicciones (especialmente en la informalidad) y, frente a la expectativa de inserción en la formalidad, como forma de inclusión y garantía de derechos. Desde el punto de vista personal, los principales significados fueron el del trabajo como forma de protección contra las violaciones e interdicciones a las que se enfrentan las personas transexuales en nuestra sociedad. En segundo lugar, vinieron los significados personales que entienden el trabajo como una fuente de reconocimiento, distinción de identidad y validación social. A continuación, se realizó una caracterización semiótica del significado del trabajo en las experiencias de las personas trans, a partir de las convergencias y tendencias identificadas entre las trayectorias investigadas. En esta caracterización, se destacó: a) el impacto de la vivencia de situaciones de transfobia como determinantes para la inserción temprana de las personas trans en el mundo del trabajo; b) las experiencias concretas, expectativas y deseos de las personas trans respecto a la inserción en diferentes arreglos laborales como elementos mediadores para la construcción de significados, y c) las diferentes funciones semióticas que desempeñan los significados del trabajo en la vida de las personas trans, especialmente para promover la adaptación a las dificultades enfrentadas y mitigar sus impactos subjetivos en las trayectorias. Por último, identificamos núcleos temáticos de significado que aparecían transversalmente en las trayectorias analizadas. Estos núcleos fueron discutidos a partir de la literatura sobre el trabajo de la población trans, y los determinantes sociales, económicos y culturales, especialmente a la luz de las reflexiones propuestas por la Psicología del Trabajo, por la Psicología Histórico-Cultural de base semiótica y por el Transfeminismo brasileño. Al profundizar en la comprensión de los significados producidos por las personas trans sobre el trabajo, buscamos ofrecer aportes académicos sobre el tema y subsidios que puedan contribuir a las políticas y acciones afirmativas dirigidas a este grupo, especialmente en lo que respecta a la inclusión social a través del trabajo.

Palabras clave: trabajo; significados del trabajo; personas transgénero

INTRODUÇÃO:

“Eu quero ter certeza de que as pessoas entendam que, por trás das discussões sobre direitos transgêneros, há pessoas reais que se machucam quando são ridicularizadas, que se machucam quando são discriminadas e que só querem ser tratadas com dignidade e respeito.”

Sarah McBride, mulher transgênera,
Secretária Nacional de Imprensa da Campanha pelos Direitos Humanos
dos EUA

"Quando a gente é trans, a militância não é uma opção. É um imperativo ético sobre as nossas vidas: ou a gente luta ou a gente morre. E mesmo lutando, a gente morre.”

Leilane Assunção (*in memoriam*), mulher transgênera, doutora pela UFRN, professora universitária e militante

Claire Fargin, importante acadêmica norte-americana, disse certa vez que o conhecimento sempre nos trará a oportunidade de fazer a diferença. Não lembro exatamente de quando tive contato com essa sábia declaração, mas é fato que nunca a esqueci. Hoje, sinto que finalmente compreendo plenamente o sentido dessas palavras, pois nelas reside o principal compromisso desta tese: amplificar as vozes das pessoas transgêneras em nossa sociedade, a partir de suas vivências no mundo do trabalho.

Antes de apresentar os roteiros acadêmicos e sociais deste estudo, considero importante demarcar que uma característica pessoal foi definitiva para a concepção dessa pesquisa. Sou homossexual, fazendo parte, portanto, das minorias LGBTIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Intersexuais, Assexuais e outras designações). Por ser diferente daquilo que as parcelas conservadoras da sociedade equivocadamente definem

como “normal”, fui alvo de preconceito, e até o início da vida adulta, temi pelas possíveis implicações familiares, sociais e até mesmo laborais da vivência plena de minha orientação sexual.

Entretanto, a partir de um processo de empoderamento que só foi possível graças a uma família amorosa, a amigos acolhedores e a espaços de pesquisa e trabalho que respeitam e celebram a diversidade, tenho hoje o imenso privilégio de não viver mais “no armário”, em todas as minhas esferas de vida. A palavra-chave aqui é “**privilégio**”. Reconhecer os inúmeros privilégios que tive e tenho, como um ambiente familiar imensamente favorável, educação formal de qualidade numa instituição federal, um espaço de trabalho que acolhe e respeita minha orientação sexual, e notadamente o privilégio de ser *homem e cisgênero* numa sociedade fundamentalmente patriarcal, machista e transfóbica, desencadeou em mim a urgência de olhar para outras minorias que, infelizmente, são impedidas de ter as mesmas oportunidades.

Neste trajeto eu compreendi que, por ter tantos privilégios que muitas outras pessoas LGBTIA+ não possuem, tenho o dever ético e cidadão de lutar para que todas, todos e todes nós, marginalizados pelo preconceito, tenhamos nossa dignidade garantida em todas as esferas de vida. Para refletir esse compromisso que transcende individualidades em uma luta coletiva, adotarei adiante a primeira pessoa do plural (“nós”) para conjugação verbal neste texto, representando a multiplicidade das vozes que busco amplificar através deste trabalho, enquanto integrante e aliado da população LGBTIA+.

Assim, decidimos dedicar a investigação aqui apresentada às vivências das pessoas transgêneras (também chamadas pessoas trans), aquelas que não se identificam com o gênero

a elas socialmente atribuído em seu nascimento em razão de seu sexo biológico (Jesus, 2012; 2016), e que definitivamente são a minoria mais marginalizada, violentada e excluída em nossa sociedade (Fedorko & Berredo, 2017; Jesus, 2013). A marcante exclusão social sofrida pelas pessoas trans, intensificada por diversas violações em contextos familiares, educacionais, sociais e institucionais, repercute diretamente sobre a experiência desse grupo no mundo do trabalho, campo de interesse principal desta pesquisa.

Como resultado dessa sobreposição de interdições, as pessoas trans são empurradas para a informalidade, na qual as opções laborais são geralmente restritas a subempregos e, especialmente, à prostituição, ocupação em que estão expostas a agressões, riscos psicossociais e de saúde, itinerários múltiplos de exploração, violência e até mesmo mortes violentas (Silva & Ornat, 2018; Teixeira, 2008). A gravidade dessas interdições é ilustrada pela estimativa da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2021), de que 90% das pessoas trans brasileiras estão trabalhando na prostituição atualmente.

O acesso ao mercado formal também é dificultado pela baixa escolaridade, fruto de contextos educacionais inóspitos que impõem desafios à conclusão dos estudos. Mesmo nos casos em que possuem as qualificações acadêmico-profissionais necessárias, ainda são poucos os empregadores que contratam as pessoas transgêneras, em razão do preconceito transfóbico institucionalizado. Além do acesso dificultado ao mercado formal, a permanência das pessoas trans nestes postos também é prejudicado por violências sofridas nesses espaços, como ataques simbólicos, agressões físicas e simbólicas, humilhações, negação do uso do banheiro adequado aos seus gêneros identitários e desrespeito ao nome social (Almeida & Vasconcellos, 2018; Fedorko & Berredo, 2017; Kaas, 2015).

Ao passo que aponta o mundo do trabalho como campo de exclusão e violações, a literatura nacional e internacional sobre a temática também indica que, mesmo diante das violações e interdições vivenciadas nos diferentes contextos de trabalho, as pessoas transgêneras atribuem significados positivos a essa esfera de vida, percebendo-a como uma possível fonte de reafirmação identitária, construção de vínculos, cidadania, garantia de direitos, proteção social e estabilidade econômica, especialmente nos contextos de trabalho formal que raramente conseguem acessar (eg. Almeida & Vasconcellos, 2018; Assis, Soares & Mota, 2018; Pedra, Souza, Rodrigues & Silva, 2018; Silva & Souza, 2019; Thoroughgood, Sawyer & Webster, 2020).

Essa aparente dualidade indicada pela literatura, que situa o trabalho como fonte simultânea de significados negativos (exclusão, precariedade e violações diversas) e positivos (inclusão, construção de sociabilidades e garantia de direitos) nas vivências e percepções das pessoas transgêneras, chamou atenção para a complexidade dos processos de significação do trabalho para essa população. Surgiram, assim, as questões centrais desta pesquisa: Como as pessoas trans constroem significados aparentemente tão diversos para o trabalho, um campo vital em que enfrentam exclusão e violência marcantes? Esses significados estariam alinhados àqueles indicados pela literatura? Como as trajetórias de vida e de trabalho das pessoas trans se relacionam com a produção de significados do trabalho para esse grupo? Como esses significados se relacionam com determinantes sociais, culturais e históricos que perpassam as vivências das pessoas transgêneras em nossa sociedade?

Para responder a estas questões, esta tese adota como objetivo principal o de *investigar o processo de significação do trabalho nas vivências de pessoas transgêneras, a*

partir dos significados produzidos sobre essa esfera de vida em suas trajetórias. O percurso teórico e metodológico que estruturou a consecução desta pesquisa será apresentado em detalhes nos capítulos seguintes. A investigação foi realizada em Natal, capital do Rio Grande do Norte, cidade com elevados índices de violência contra pessoas trans em nossa cidade, que a tornam uma das mais perigosas do Nordeste e do Brasil para pessoas transgêneras (França, 2018; Oliveira, 2016; REDETRANS, 2020). Além disso, a capital potiguar, semelhante a tantas outras localidades e regiões brasileiras, tem um preocupante histórico de conservadorismo social e político que sabotou em diferentes ocasiões a implantação de políticas afirmativas de educação, trabalho e renda voltadas à população trans natalense, o que reforça a necessidade de compreender suas vivências de trabalho em um contexto tão desafiador.

Emoldurando esse contexto de marcantes desafios, a pandemia do COVID-19, cujo advento se deu durante a realização de nossa pesquisa, impôs dificuldades sociais e laborais ainda maiores para a população trans, como redução de renda, maiores restrições de acesso ao trabalho e direitos e até mesmo insegurança alimentar (#VOTELGBT, 2021). Esse contexto reforça a importância de investigações dedicadas às vivências de trabalho desse grupo, de forma a contribuir com mecanismos de proteção econômica e social que se tornam ainda mais urgentes durante o presente período de pandemia global.

As justificativas teóricas e empíricas para este estudo serão apresentadas detalhadamente no decorrer da tese, mas neste momento gostaríamos de destacar suas justificativas sociais. Nesse escopo, essa tese buscar amplificar as vozes das pessoas trans acerca de suas percepções, vivências e expectativas em relação a uma esfera de vida em que

são vítimas de uma série de interdições e violações, e que ao mesmo tempo é central para promover a inclusão social desse grupo: a do trabalho. Além de não termos identificado outro estudo dedicado à investigação dos processos de significação do trabalho da população trans, acompanhamos Irigaray (2012) em sua defesa de que investigar a experiência das pessoas trans no mundo do trabalho “é contribuir para que sua cidadania seja reconhecida e devidamente instaurada, no sentido de que elas possam participar, ativamente, do processo produtivo e da vida social” (p.124).

Outra justificativa importante reside no compromisso desta tese de, por meio do seu percurso analítico, contribuir com a geração de subsídios para políticas e ações afirmativas de inclusão social da população transgênera através do trabalho, destacando as necessidades, vivências e lugares de fala desse grupo, que a nossa sociedade insiste em silenciar e violentar. Acreditamos ser esta a principal função da construção de conhecimento: a busca pela transformação de realidades, especialmente daquelas pessoas e grupos atravessados por arranjos sociais, políticos e econômicos excludentes.

Antes de prosseguir para as referidas seções de nossa tese, gostaríamos de reforçar alguns posicionamentos que são pilares essenciais dessa pesquisa. Primeiro, destacamos que esta tese, desde sua gênese até a última etapa de sua consecução, foi pensada e materializada a partir de um compromisso **trans-afirmativo**: o verdadeiro protagonismo desta pesquisa é das pessoas trans que tão generosamente se dispuseram a compartilhar suas vivências e participar ativamente do processo de construção acadêmica necessário a cada etapa do trabalho. Nesse sentido, em vez da usual nomenclatura de “participantes”, as pessoas trans que coconstruíram esta pesquisa conosco serão sempre chamadas de “protagonistas” no

decorrer da tese. Do ponto de vista textual, quando necessário, fazemos o emprego de uma linguagem de gênero neutra¹, de forma a contemplar as diversas possibilidades de gênero para além do binarismo homem-mulher. Mais especificamente, adotaremos o recurso linguístico do uso do “e” para substituir artigos definidos masculinos quando nos referirmos a pessoas não-binárias (exemplo: “todas, todos e todes nós”).

Além disso, temos o compromisso de valorizar e destacar os saberes e produções de autoras e autores transgêneras/os/es, especialmente as/os nacionais, cujos achados e contribuições têm papel central para as discussões e reflexões aqui desenvolvidas. No decorrer da tese, os leitores encontrarão pequenas biografias dessas guerreiras, guerreiros e guerreires que conseguiram vencer diversas interdições no mundo acadêmico e para além dele, produzindo saberes cheios de potência e verdade a partir de seus respectivos campos teóricos e de vida.

Estabelecidas essas diretrizes, apresentamos a seguir os capítulos que organizam o caminho teórico-metodológico percorrido para a estruturação dessa pesquisa. No capítulo 1, introduzimos as principais reflexões relativas à transgeneridade, discutindo o histórico da temática e as diversas fontes da transfobia que sustentam as muitas violações sofridas pela população trans em contextos familiares, escolares e institucionais, repercutindo diretamente sobre a esfera de vida do trabalho. Seguindo para o capítulo 2, dedicado a discutir o trabalho e suas conformações para a população trans, começamos com uma discussão sobre como sistema capitalista fomenta a transfobia estrutural na sociedade de trabalho. A seguir,

¹ **Brasileirxs e brasileiros: um ponto de vista da linguística sobre gênero neutro**<https://cientistasfeministas.wordpress.com/2017/10/10/brasileirxs-e-brasileiros-um-ponto-de-vista-da-linguistica-sobre-genero-neutro/>

construímos um panorama geral acerca do lugar do trabalho nas vidas trans e sobre os diferentes indicativos de significados presentes na literatura, que situam essa esfera de vida como fonte tanto de exclusão quanto de inclusão.

No capítulo 3, apresentamos as principais tradições de investigação da Psicologia sobre os significados do trabalho, delineando a proposição da abordagem teórico-metodológica estruturada para nosso estudo, que é apresentada em detalhes a seguir, no capítulo 4, dedicado à delimitação do nosso objeto de estudo e dos operadores teóricos propostos para a investigação. O capítulo 5 é destinado a detalhar os procedimentos metodológicos, incluindo instrumentais de pesquisa, nossos protagonistas, procedimentos de análise e cuidados éticos.

O capítulo 6 apresentará os resultados da análise dos processos de significação do trabalho de cada um de nossas/os protagonistas, resgatando suas trajetórias e os significados nelas produzidos sobre o trabalho em suas experiências. A partir das convergências entre os processos de significação dos protagonistas, ao final desse capítulo realizamos uma caracterização semiótica de significação do trabalho nas vivências das pessoas transgêneras. O capítulo 7 promoverá discussões e reflexões transversais ensejadas pelos significados identificados e suas implicações subjetivas, sociais e culturais, partindo da integração de diferentes referenciais de análise e estruturas interpretativas.

Por fim, o capítulo de considerações finais resgata o percurso deste estudo, sintetizando seus principais achados, discutindo suas limitações, possíveis contribuições e aplicações, e indicando trajetórias para novas pesquisas que podem contribuir com a temática dos significados do trabalho na vida das pessoas transgêneras.

CAPÍTULO 1 – (DES) PATOLOGIZAÇÃO DAS EXISTÊNCIAS TRANS

Embora a temática da transgeneridade venha ganhando destaque em diferentes espaços como a mídia e a própria academia, é notório o desconhecimento que ainda paira a seu respeito. Colaboram com a desinformação os nítidos esforços das parcelas conservadoras e intolerantes da sociedade em disseminar informações falsas e caluniosas sobre a temática das identidades de gênero e da transgeneridade, aglutinadas de maneira pejorativa sob a imprecisa e não-científica terminologia “ideologia de gênero” (Bento & Pelúcio, 2012).

Portanto, antes de apresentar a definição de “transgeneridade” que aqui adotamos, consideramos essencial iniciar este capítulo apresentando alguns dos conceitos centrais à adequada compreensão do que é ser transgênero e vivenciar a transgeneridade, especialmente diante do fato de que, muitas vezes, estes termos geram significativa confusão entre aquelas/aqueles que não estão com eles familiarizadas/os.

Buscando preparar as bases para a melhor compreensão das discussões propostas no presente trabalho, e reafirmar o compromisso ético e científico com o qual a temática será tratada neste estudo, o Quadro 1 reúne alguns desses importantes conceitos que serão abordados daqui por diante. Entretanto, reforçamos que não há pretensão de esgotar o rol das terminologias que são caras à temática da transgeneridade e da travestilidade:

Quadro 1 . Conceitos iniciais para compreender a transgeneridade:

Conceito	Descrição
Identidade de gênero	Como nos sentimos internamente em relação ao gênero com o qual nos identificamos (mulher, homem ou outros), identificação essa que pode ou não corresponder ao gênero culturalmente/socialmente associado com o sexo biológico de nascença.
Sexo biológico	Aparato biológico que engloba genitália, cromossomos, gônadas e órgãos reprodutivos internos, categorizado em masculino, feminino ou intersexual (quando não há distinção nítida entre caracteres sexuais tipicamente distintivos entre os sexos).
Cisgênero/Cisgeneridade	Descreve o indivíduo cuja identidade de gênero se alinha àquela culturalmente/socialmente a ele atribuída em razão de seu sexo biológico;
Binarismo de gênero	Descreve a classificação de gênero em apenas duas categorias, de macho/homem e mulher/fêmea;
<i>Genderqueer</i>	Refere-se ao indivíduo e/ou a identidades que não se enquadram numa perspectiva binária de gênero. Exemplos: pessoas que se identificam como homem e mulher ao mesmo tempo, com um terceiro gênero, ou com gênero nenhum;

Trans-afirmatividade	Inclinação/postura de respeito, reconhecimento, atenção e suporte às especificidades, demandas e necessidades das pessoas transgêneras enquanto grupo social historicamente oprimido e violentado em nossa sociedade;
Transição	Descreve o processo de mudanças através do qual uma pessoa se aproxima dos referenciais do gênero com o qual se identifica, podendo incluir alterações sociais (uso de pronomes, roupas e adoção de um nome social) ou físicas/medicamentosas (cirurgias, terapias hormonais), sem que tais mudanças sejam, necessariamente, demarcadores exclusivos da experiência transgênera.

Fonte: Adaptado de *American Psychology Association - APA (2015)* e Jesus (2012);

A partir dessa primeira aproximação com tais construtos e definições, podemos compreender o conceito de transgênero/transgeneridade como um “guarda-chuva” para representar pessoas cujas identidades de gênero não condizem com aquelas a elas atribuídas em razão de seus sexos biológicos (Jesus, 2012; Torres & Prado, 2014). Recorramos a um exemplo: em geral, quando um ser humano nasce com o sexo biológico masculino, é socialmente determinado que sua identidade de gênero também seja masculina (“*Nasceu com pênis, portanto é/deve se identificar como homem*”).

Quando ocorre a *concordância* entre a identidade de gênero de uma pessoa e o gênero a ela socialmente atribuído em razão de seu sexo biológico, ela é considerada cisgênero. Embora a cisgeneridade seja socialmente considerada normativa (simplesmente por ser mais

recorrente), partimos da compreensão de que a identidade de gênero é fruto de um processo dinâmico de natureza subjetiva, social e cultural (Bento, 2006; Butler, 2009; Jesus, 2012), não sendo, portanto, determinada pelo sexo biológico (“*Nasci com pênis, mas não necessariamente me identifico como homem*”).

No caso das pessoas transgêneras (ou pessoas trans), a identidade de gênero difere de alguma forma daquela a elas atribuídas em razão de seus sexos biológicos, seja dentro de uma perspectiva binária de gênero ancorada em “homem” e “mulher” (“*Nasci com pênis, mas me identifico como/sou uma mulher*”) (Bento, 2006), ou de forma não-binária ou *genderqueer*, quando a identidade de gênero não corresponde necessariamente aos conceitos tradicionais e/ou estáticos de masculino e feminino, como nos casos das pessoas *gender-fluid* (identificam-se alternadamente com mais de um gênero), e agênero (não se identificam com qualquer gênero), só para citar alguns exemplos do espectro amplo e complexo da experiência de gênero (APA, 2015; Jesus, 2012).

Diante dessa diversidade de terminologias, consideramos importante demarcar também a preferência pela expressão “transgênero” ou “trans” neste estudo. Segundo o importante guia técnico brasileiro “Orientações Sobre Identidade De Gênero: Conceitos e Termos” (Jesus, 2012), esse termo vem sendo consensualmente utilizado para acolher outras denominações de identidades de gênero que se afastam daquelas socialmente designadas em razão do sexo biológico, como “travestis” / “travestilidade” e “transexuais” / “transexualidade”. Para justificar essa preferência, consideramos importante traçar algumas reflexões sobre representações sociais associadas aos termos “travesti” e “transexual” na realidade brasileira.

A primeira se refere às categorias discursivas tradicionalmente associadas às travestis e às pessoas transexuais em nossa sociedade e no próprio mundo acadêmico. Segundo relevante análise realizada por Carvalho (2018) acerca das categorias “travesti” e “transexual” como identidades políticas, à primeira recorrentemente atribui-se socialmente o lugar da marginalização, da violência e da imoralidade, e à última, a da medicalização/psiquiatrização viabilizada pelo aparato patologizador ainda arraigado em nossa sociedade. Esse autor descreve, a partir de relatos etnográficos de encontros políticos da militância trans brasileira, uma representação social compartilhada de que se identificar como travesti ou transexual é um processo determinado também pelas origens socioeconômicas: de acordo com essa representação social, as travestis viriam de contextos econômicos de pobreza e exclusão, enquanto as transexuais seriam oriundas de classes mais favorecidas (Carvalho, 2018).

A esse respeito Amaral, Silva, Cruz e Toneli (2014) refletem que essas e outras distinções entre travestis e transexuais são construídas discursivamente por um modelo biomédico e científico (sobre o qual discorreremos adiante neste capítulo) que não representa plenamente a complexidade das vivências dessas pessoas. Isso se reflete também nos trabalhos científicos revisados por essas autoras, nos quais identificaram a fragilidade do uso dessas duas categorias de maneira estática e distintiva, sem considerar “a multiplicidade de performances de gêneros e sexualidades que nestes casos extrapolam sólidas categorias” (Amaral et al, 2014, p. 307).

Ao utilizar em nosso estudo o termo guarda-chuva “transgênero” / “trans”, buscamos contemplar terminologicamente essa diversidade de vivências e performances de gênero,

sem, no entanto, ignorar as particularidades inerentes à experiência cada pessoa trans. Dito isso, o entendimento mais atual é de que a terminologia adequada a cada indivíduo é balizada pelo critério da autoidentificação e da autodeclaração (Bento, 2014; Jesus, 2012), critério esse que orientou como as/os/es protagonistas desta investigação serão tratadas/os/es e descritas/os/es durante toda a consecução do presente trabalho.

O ponto primordial que precisamos manter sempre em mente daqui por diante, conforme defende o *National Center of Transgender Equality* (NCTE), entidade americana representativa das pessoas transgêneras, é o de que não há uma forma única de vivenciar a transgeneridade, sendo essa uma experiência cuja variação é, em muitos níveis, particular e subjetiva (NCTE, 2016).

Os esforços aqui empreendidos de construir conhecimentos sobre os significados do trabalho a partir da experiência das pessoas transgêneras não implicam, portanto, uma tentativa de formatar e categorizar as vivências dessa população num plano unívoco, mas sim de se aproximar dos modos como opera a intrincada e complexa relação entre suas existências, subjetividades e histórias, e o mundo que as cerca, tendo o trabalho como esfera norteadora para a investigação.

É importante demarcar que o quadro conceitual até aqui apresentado e os posicionamentos ético-teóricos dele derivados reafirmam o compromisso e o posicionamento trans-afirmativos desta tese, em oposição à invisibilização, à violência e à intolerância que a as pessoas transgêneras sofreram (e continuam sofrendo) historicamente (Jesus, 2012, 2019). Neste ponto, vemos como essencial explorar melhor os demarcadores históricos,

atravessamentos sociais e estatísticas relevantes para elucidar o estigma que opera sobre as pessoas trans em nossa sociedade.

Assim, optamos por discutir, nas seções seguintes deste capítulo, o que Bento e Pelúcio (2012) chamam de “patologização do gênero”. Em consonância com o que pensam essas autoras, acreditamos que esse termo é preferível sobre “psiquiatrização do gênero” pois, embora as origens da patologização das identidades trans sejam médicas (tema melhor discutido logo abaixo, na primeira seção), “há um conjunto de saberes polimorfos que se articulam para produzir as normas e os normais de gênero” (Bento & Pelúcio, 2012, pp. 569).

A seguir, discutiremos como a histórica patologização médica das identidades trans repercute não apenas nas questões de saúde dessa população, mas também nos níveis individual, social, educacional, político e laboral.

1.1. As origens médicas da patologização do gênero:

Entre diversos estudos voltados a discutir e problematizar a violência sistêmica a que são submetidas pessoas transgêneras, aparece como relativo consenso a ideia de que a patologização da transgeneridade pelos saberes médicos seria uma das bases fundamentais para os arranjos excludentes e o preconceito social/cultural que tradicionalmente vitima essa parcela da população no Brasil e no mundo (Busin, 2015; Bento & Pelúcio, 2012; Carvalho & Carrara, 2013; Dias & Zenevich, 2014; Ferdorko & Berredo, 2017; Jesus, 2010; Oliveira, 2013). Visando elucidar essa relação, discutiremos a seguir o histórico de patologização do gênero pelas ciências médicas, ponderando seus possíveis impactos sobre as vivências atuais da população trans.

Dias e Zenevich (2014), em seu estudo dedicado a discutir os impactos da patologização das identidades trans na esfera jurídica, remetem-se a trabalhos como os de Gregersen (1983), Green (1998) e Castel (2001) para demonstrar que, embora a vivência da transgeneridade seja relatada desde períodos históricos antigos, a sua posterior associação médica a um diagnóstico e procedimentos cirúrgicos marcou profunda e historicamente a inserção do então chamado “fenômeno transexual” (Castel, 2001) sob o domínio privilegiado do saber médico, notadamente a partir do século XX (Castel, 2001; Dias & Zenevich, 2014).

Essas mesmas autoras relembram alguns elementos históricos que contribuíram com essa delimitação médica da experiência trans, como os avanços médicos e cirúrgicos oriundos do contexto pós-guerra (década de 1950), em especial a partir de teorias que supunham um desequilíbrio hormonal para explicar a divergência entre sexo biológico e identidade de gênero; e de procedimentos cirúrgicos históricos de alteração genital ocorridos no mesmo período, como a cirurgia realizada na paciente trans norte-americana Christine Jorgensen pelo endocrinologista dinamarquês Christian Hamburger em 1952 (Dias & Zenevich, 2014).

Em 1953, Christine passa a ser acompanhada pelo médico americano Harry Benjamin, que publica no mesmo ano um artigo discutindo o então chamado “transexualismo”, o que configurou o “ponto de inflexão em que a transexualidade adentra o campo médico” (Dias & Zenevich, 2014, p.12). Segundo Bento e Pelúcio (2012), é a partir dessa e de outras publicações na década de 1950 que o campo médico passa a delimitar contornos patologizantes para as identidades trans, ao passo em que:

...a relação de abjeção que as pessoas transexuais têm com as genitálias seria uma das frequências observadas nos seus discursos. Ainda que Benjamin tenha defendido a cirurgia de transgenitalização como a única alternativa terapêutica possível para as pessoas transexuais,

estabelece critérios tomados por ele como científicos para que seja possível diagnosticar "o verdadeiro transexual" e assim autorizar a intervenção." (Bento & Pelúcio, 2012, pp.570-571)

O saber médico da época, conforme relatam Bento e Pelúcio (2012), pressupunha a transexualidade "verdadeira" sempre associada com uma rejeição duradoura das pessoas trans às suas próprias genitálias, relação conflituosa essa que poderia levar, em última instância, à tentativa e/ou consumação de suicídio. Acreditava-se que a única solução para evitar que isso acontecesse repousava nas cirurgias de transgenitalização, precedidas de uma série de outros procedimentos médicos. Para Harry Benjamin e outros defensores dessa abordagem, intervenções de ordem psicoterapêutica, por exemplo, de nada adiantariam se o "problema" central – o corpo – não fosse "corrigido" cirurgicamente (Bento & Pelúcio, 2012).

Em síntese, podemos entender que a partir da década de 1950 consolidaram-se aquelas que seriam as bases da abordagem médica à transgeneridade: 1) a ênfase no corpo como fonte de adoecimento; 2) a reificação das abordagens médico-cirúrgicas sobre as psicológicas e sociológicas; e 3) o pressuposto de que a transgeneridade só poderia ser reconhecida como legítima dentro dos moldes diagnósticos que se estabeleciam.

Esses princípios contribuíram diretamente com o processo de patologização dos gêneros não-conformativos, e por conseguinte, da própria transgeneridade, processo esse demarcado por uma série de eventos históricos que foram resumidos e organizados de maneira exemplar por Bento e Pelúcio (2012). Partindo do levantamento histórico realizado por essas autoras e de outros importantes eventos ocorridos após a publicação de seu estudo em 2012, utilizando também como referência publicações do Conselho Federal de Psicologia

(2014) e da ONG Transgender Europe (2018/2019), construímos a linha do tempo constante na Figura 1, que apresenta marcos importantes para que compreendamos melhor o contexto atual de discussão sobre a temática:

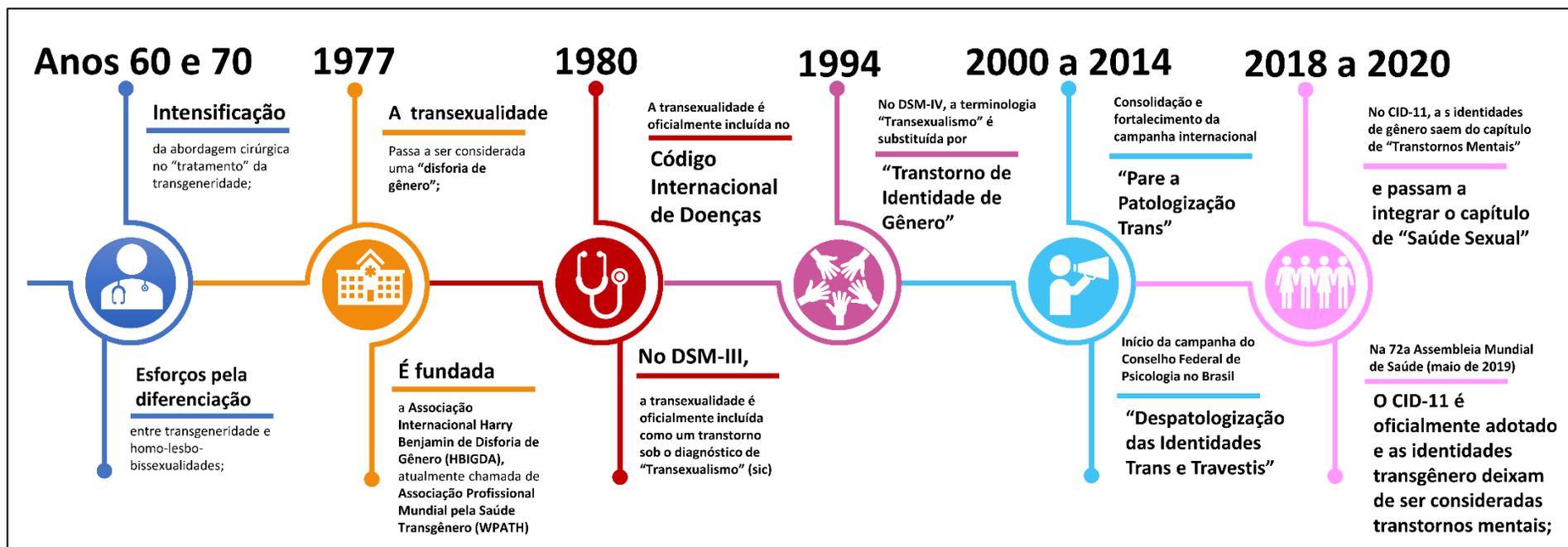


Figura 1 . Principais eventos relativos à (des)patologização das identidades trans e travestis. ² Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Bento & Pelúcio (2012); CFP (2014); e TGEU (2018/2019)

² Infográfico produzido a partir de modelo fornecido gratuitamente pelo site www.presentationgo.com

Os eventos entre as décadas de 1960 e 1990 apresentados na Figura 1 consolidaram e disseminaram a visão das identidades transgêneras como adoecimentos, determinando-as como categorias diagnósticas que, em suas diferentes descrições nos manuais nosológicos, guardavam em si uma noção medicalizada e patologizante do que Bento (2006) chama de “inteligibilidade de gênero”: o gênero, para os saberes médicos, só está correto/faz sentido quando é “compatível” com o sexo biológico, com a heterossexualidade e com os papéis de gênero socialmente definidos para homens e mulheres. Tudo o que se desvia desses critérios é, sob essa lógica, automaticamente patológico, incorreto, inaceitável (Butler, 2014; Oliveira, 2013).

Também entre as décadas de 1960 e 1990, esse modelo médico repercutiu de maneiras distintas. De um lado, reforçou o preconceito e a intolerância que já vitimizavam as pessoas transgêneras, adicionando a elas o rótulo de doentes. Por exemplo, há relatos de internações compulsórias de travestis em instituições psiquiátricas, onde eram submetidas a “tratamentos” destinados a “curar” os seus “transtornos” (eg. Dias et al., 2015; Lucon, 2016; Observatório do 3º Setor, 2018). Para ilustrar essa terrível repercussão da patologização, apresentamos a seguir um recorte do depoimento de Flávia, travesti entrevistada pelo jornal LGBTIA+ “Lampião da Esquina” em 1980, época em que estava no auge a abordagem médica patologizante da transgeneridade. Flávia, então com 22 anos, relata sua experiência de internação compulsória num hospital psiquiátrico no interior de São Paulo:

Flávia: Eu vim pra São Paulo, do interior, em 1973. Minha família não me aceitava mais em casa. Estava uma bichinha assim, meio-carnaval, entende? Daí, minha mãe não podia mais comigo e me levou pra Itatiba, um internato: me deixou num hospital psiquiátrico, de recuperação, pra ver se eu tirava isso da minha cabeça, se eu virava

homem. Eles me davam drogas, choque, medicação, aí eu fiquei pirada.

Trevisan (entrevistador 1) - Mas que hospital era esse?

Flávia - O Américo Barreto. Conhece? Muito bom... Tanto que eu fiquei pior depois que entrei lá. Eu tomava impregnação, era uma injeção pra me castigar, sei lá - cada vez que eu tomava, queria morrer. Ficava num estado assim, meio sonolento. E o eletrochoque era pra eu perder a vontade de ser travesti. Só que com aquilo eu ficava ainda mais amedrontada, quer dizer, mais mulher.

Jorge (entrevistador 2) - E os médicos tentavam lhe convencer a mudar?

Flávia - Tentavam. Botavam uma menina na minha frente, ela ficava ali nua fazendo poses, e eu não sentia nada; aí eles me davam mais eletrochoque na cabeça. Fiquei lá um bom tempo. De dois em dois meses eu fugia, mas voltava pra casa, e minha família me levava de novo pra lá. (Jornal Lampião da Esquina, 1980, p.12)

No Brasil, mesmo décadas mais tarde, a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº1.955/2010 continuaria a reforçar esse estigma ao postular que o “paciente transexual é portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação ou autoextermínio” (CFM, 2010, p.109). Tal definição impactou de maneira negativa o acesso da população trans a políticas estatais de saúde, especialmente o Processo Transexualizador, que será discutido mais adiante neste capítulo.

Essas (e tantas outras) repercussões negativas da patologização reverberaram através das décadas, gerando insatisfação, revolta e protestos de diversos grupos de defesa de direitos humanos, notadamente aqueles relativos às pautas LGBTIA+ (Bento & Pelúcio, 2012). A partir de um longo processo de combate à patologização das identidades transgêneras por esses grupos e movimentos sociais ao redor do mundo, consolidou-se entre os anos 2000 e 2012 (conforme destacado na Figura 1), a campanha internacional “*Stop Trans Pathologization*” (STP, ou “Pare a Patologização Trans”), que atualmente “conta com a

adesão de 417 grupos e redes de ativistas, instituições públicas e organizações políticas de África, América Latina, América do Norte, Ásia, Europa e Oceania” (STP, 2018, p.12).

A STP busca, além de combater a transfobia e garantir a cidadania e o acesso a serviços de saúde para pessoas trans no mundo todo, a retirada das identidades transgêneras dos manuais nosológicos, opondo-se diretamente à patologização aqui discutida, sendo essa uma das principais pautas da campanha desde sua gênese. Esse entendimento alinha-se ao que é preconizado pelo Conselho Federal de Psicologia do Brasil, que desde 2014 encabeça a campanha “Despatologização das Identidades Trans e Travestis”, voltada à garantia da dignidade e do respeito às diferentes vivências de gênero. Esse processo ganhou o apoio das mesmas instituições que outrora contribuíram com a tipificação da transgeneridade como transtorno: em 2015, a Organização Mundial da Saúde (OMS) comprometeu-se a identificar estratégias para retirar as identidades trans do rol de transtornos mentais e sexuais dos manuais nosológicos.

O primeiro grande passo para que isso acontecesse ocorreu no dia 18 de junho de 2018, quando as identidades transgêneras deixaram de ser categorizadas pela OMS como transtornos mentais, sendo movidas na vindoura Revisão 11 da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), do capítulo de “Transtornos Mentais e Comportamentais” para o novo capítulo de “Saúde Sexual”, sob a nomenclatura de “Disforia de Gênero”. Essa conquista avançou apenas quase um ano mais tarde, por ocasião da 72ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), ocorrida entre 20 e 28 de maio de 2019. Foi esse evento o marco para que a Organização Mundial da Saúde apresentasse formalmente a CID-11 e, por conseguinte, a nova classificação das identidades de gênero.

Embora tenha sido formalmente apresentada em maio de 2019, a CID-11 só entrará em vigor em 2022. Até lá, espera-se que ocorram revisões, atualizações e preparação dos países e seus profissionais para sua adequada aplicação. Nesse sentido, a militância trans mundial busca avançar ainda mais na luta por despatologização, estabelecendo uma pauta de novas e importantes mudanças necessárias para eliminar o estigma em seu viés médico (conforme ilustrado na Figura 2, abaixo).



Figura 2 . Publicação da Transgender Europe em alusão à continuidade da luta pela despatologização³

Segundo a TGEU (2019), os esforços seguintes da militância trans e travesti pela continuidade da despatologização serão direcionados a “substituir o termo ‘disforia de gênero’ por um termo não patológico e não estigmatizante; remover a categoria Disforia de

³ Na foto, lê-se: “As identidades trans e não-conformativas foram formalmente despatologizadas pela Organização Mundial da Saúde! Mas ainda há muito trabalho a ser feito. Junte-se a nós pela despatologização total!” (tradução livre do autor)

Gênero na Infância (GIC); e garantir o acesso a sistemas de apoio com cobertura de saúde para crianças trans e de gênero diverso” (TGEU, 2019)⁴.

Embora muitos ativistas defendam a exclusão total da transgeneridade dos manuais nosológicos, a OMS afirma que a movimentação das identidades transgêneras para o capítulo de Saúde Sexual é uma forma de, ao mesmo tempo, reforçar que elas não se tratam de adoecimentos, e continuar garantindo o acesso das pessoas trans aos processos de transição oferecidos pelos governos de vários países, como o Brasil, que ainda exigem algum tipo de diagnóstico como pré-requisito para seus respectivos protocolos de saúde trans (CNN, 2018).

O histórico aqui apresentado, tanto a partir de campanhas e mobilizações como as da *STP*, quanto a partir das crescentes contribuições dos estudos de gênero desde a década de 1960⁵, emoldura modificações importantes sobre a compreensão das identidades de gênero não-conformativas (Amaral, 2007). Trata-se de um processo de mudança gradual e ainda em curso, mas que proporcionou mudanças conceituais, acadêmicas e humanísticas importantes para o bem-estar da população trans.

Como um importante resultado desse processo, as identidades trans passam a ser entendidas como complexas construções de ordem subjetiva, social e cultural, sendo, portanto, não necessariamente dependentes do sexo biológico e da orientação sexual, e sim uma experiência ao mesmo tempo individual e social, associada às diversas possibilidades de expressão de gênero (modificações corporais, vestimentas, maneirismos, etc.) (Jesus,

⁴ Publicação realizada pela ONG Transgender Europe em 29 de maio de 2019, disponível no site <https://tgeu.org/icd-11-depathologizes-trans-and-gender-diverse-identities/>

⁵ Resumos interessantes a esse respeito podem ser encontrados em Castel (2001); Nardi (2015) e Piscitelli (2009);

2012; Princípios de Yogyakarta, 2007). Neste trabalho, adotamos e defendemos essa importante compreensão sobre a transgeneridade.

Entretanto, acreditamos que esse recente e ampliado entendimento sobre as identidades trans não contempla sozinho a complexidade das vivências dessa população na sociedade contemporânea, nem tampouco suprime as demais origens do preconceito transfóbico que operam estruturalmente. Nesse sentido, dedicaremos a próxima seção deste capítulo a identificar e discutir outras importantes fontes do preconceito que segue patologizando as existências trans.

1.2. Os múltiplos pilares da transfobia

Nesta seção, refletiremos sobre algumas das estruturas (simbólicas e concretas) que atualizam e mantêm a patologização das identidades trans para além dos limites do discurso médico, por meio do dispositivo da *transfobia*. Acreditamos que, embora a patologização das identidades trans em suas origens médicas caminhe para um fim, o preconceito sofrido pela população trans e travesti origina-se e sustenta-se também em estruturas de *gênero, raça e classe* (Carvalho, 2018; Cisne, 2017; Fedorko & Berredo, 2017; Tenório & Prado, 2016).

Alguns dados alarmantes da literatura ajudam a ilustrar essa perspectiva. Segundo James, Herman, Rankin e colaboradores (2016), em um levantamento que contou com respostas de mais de 27.000 participantes trans norte-americanos, as pessoas trans não-brancas (como negras, latinas, asiáticas) vivenciaram taxas maiores de discriminação em casa e no trabalho, quando comparadas com seus pares brancos. Na mesma pesquisa, os autores apontam que a incidência de HIV, cujo risco de contaminação é mais elevado entre pessoas

trans que são empurradas para a prostituição, é ainda mais marcante entre as mulheres trans, e mais ainda entre as mulheres trans negras (James et al., 2016).

Outro exemplo é trazido por Fedorko e Berredo (2017), que chamam a atenção para a interação entre gênero, raça e pobreza na exclusão social e perspectivas de trabalho da população trans norte-americana:

Um exemplo é a pesquisa realizada em 2011 pelas organizações estadunidenses *National Center for Transgender Equality* e *National Gay and Lesbian Task Force*, que destacou explicitamente as disparidades raciais entre pessoas trans que vendem sexo: os resultados mostram que 50 por cento das pessoas negras, 34 por cento das latinas, e 16 por cento das pessoas trans asiáticas ganham a vida em economias marginalizadas, incluindo-se o trabalho sexual, em comparação com 11 por cento das pessoas trans brancas. Além disso, o *National Transgender Discrimination Survey* observou que as pessoas transfemininas entrevistadas tinham quase duas vezes mais probabilidade de participar do trabalho sexual, ao mesmo tempo que notou que as pessoas transmasculinas entrevistadas representavam 26,4 por cento de participantes na indústria do sexo. (p.8)

Como é possível perceber a partir desses exemplos, a interação entre marcadores raciais, de classe e de gênero está relacionada com as dificuldades enfrentadas pela população trans e travesti em suas histórias e diversas esferas de vida, incluindo a do trabalho, campo de interesse desta tese. Para abordar e compreender essa dinâmica, é essencial entender o conceito de “interseccionalidade”. A partir do acúmulo de discussões proporcionadas pelo *Black Feminism* (feminismo negro) desde a década de 1970, esse conceito foi introduzido inicialmente pela professora universitária afro-americana Kimberlé Williams Crenshaw (1989)⁶.

⁶ Vide o seminal artigo de Crenshaw (1989), “Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics.(pp. 383-395) In D. Kelly Weisbert (Ed.) *Feminist legal theory: Foundations*. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>

Unindo-se à problematização da “homogeneidade da categoria mulher” (Cisne, 2017) já levantada por Angela Davis (1981/2016), Crenshaw apresenta a noção de interseccionalidade como uma resposta crítico-racial às estruturas do feminismo branco, burguês e heteronormativo (Hirata, 2014) que vigoravam entre os anos 1980 e 1990. Na época, as pautas feministas tomavam como referência as demandas da mulher branca e de classe média, invisibilizando as particularidades e necessidades das mulheres que não se encaixavam nesse padrão, notadamente as mulheres negras, pobres e não-heterossexuais (Carvalho & Zampiêr, 2018).

Respondendo a essas lacunas, a interseccionalidade preconiza que há uma sobreposição dinâmica de diferentes formas de subordinação que incidem sobre as vidas das pessoas, especialmente mulheres e grupos minoritários. Essas formas de subordinação são originadas em marcadores centrais como raça, gênero e classe, e operam de maneira estrutural nas diferentes discriminações e cerceamentos vivenciados pelas pessoas que se encontram na “intersecção” entre eles. O destaque que Cisne (2017) faz de Crenshaw (2002) explica melhor essa noção, ao explicar que a interseccionalidade...

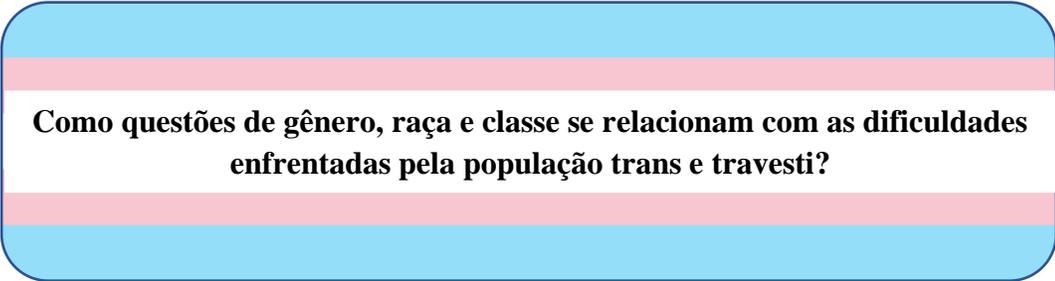
[...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos [...] através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. (Crenshaw, 2002, p.177 *apud* Cisne, 2017, p.02)

Desde sua origem, a interseccionalidade passou por problematizações e transformações importantes. Se em sua gênese no feminismo negro privilegiava a relação entre gênero e raça (Hirata, 2014), posteriormente foi reconhecida a importância do recorte de classe para a compreensão das diversas opressões sofridas historicamente pelas minorias (Campos, 2014; Cisne, 2017), passando a configurar estruturas teóricas de referência capazes de compreender as realidades desses grupos a partir de suas particularidades.

Pensando no caso da população transgênero, é de suma importância que adotemos um referencial de interseccionalidade que não apenas reconheça que a transfobia e as interdições sofridas por essas pessoas se originam e se mantêm em relações sociais dinâmicas de gênero, raça e classe (Campos, 2014; Carvalho, 2018), mas que identifique e denuncie os diversos aparatos sociais, econômicos e políticos (concretos e simbólicos) que as materializam e atualizam.

Nesse sentido, elegemos o referencial de interseccionalidade proposto por Wesp, Malcoe, Elliott e Poteat (2019), voltado especificamente para a população trans e travesti a partir da busca de saúde e justiça social para esse grupo. Esse arcabouço e suas estruturas centrais, as quais apresentaremos a seguir, nos permitem compreender que forças operam nas violências e silenciamentos que patologizam as vidas trans, por vezes de formas pouco evidentes.

Para facilitar a apreensão da importância de entender a transfobia por meio de um recorte interseccional centrado nas identidades trans (Wesp et al., 2019), apresentaremos, com base nesse referencial, três respostas diferentes e complementares para a questão central desta seção:



Como questões de gênero, raça e classe se relacionam com as dificuldades enfrentadas pela população trans e travesti?

✓ Resposta 1: *Através de múltiplas estruturas de dominação*

Segundo Wesp e colaboradores (2019), apoiados nos trabalhos de autores como Dhamoon e Hankivsky (2011) e Bowleg (2012), certas estruturas de dominação se sobrepõem e incidem diretamente sobre as vivências da população trans, repercutindo em diversas formas de transfobia por ela enfrentada. As principais delas seriam:

- *Cisgenerismo*: trata-se de um amplo sistema de bases culturais e ideológicas que nega e patologiza as identidades de gênero que não se alinham com o sexo biológico, incluindo aí as expressões, performances e comunidades de gênero não-conformativas (Lenon, 2014 *apud* Wesp et al., 2019). Essa estrutura se alinha com a da patologização do gênero (Bento & Pelúcio, 2012) discutida no início deste capítulo;
- *Heteropatriarcado*: Estrutura hierárquica de gênero que beneficia a prevalência da heterossexualidade e a masculinidade como normas para a organização de relações sociais de poder (Medrado, Nascimento & Lyra, 2019). A figura do homem cisgênero e heterossexual está no topo dessa

hierarquia, relegando a população trans à posição diametralmente oposta (Ávila, 2012);

- *Supremacia branca:* A branquitude como base para uma estrutura de privilégios e poder ancorada no racismo estrutural. Segundo descreve **Atena Beauvoir**, professora e escritora trans brasileira, quanto menos branca é uma pessoa trans ou travesti, mais sujeita ela está à violência, ao descaso estatal e à marginalização (Beauvoir, 2020)⁷;
- *Sistema econômico capitalista:* O sistema capitalista sustenta as demais estruturas de dominação na medida em que fomenta e produz a desigualdade econômica, encarceramento em massa, precarização do trabalho e vulnerabilidade social da população transgênero, especialmente das mulheres trans e negras (Sevelius, 2011).

Para a discussão dessa última estrutura de dominação, o sistema capitalista, dedicaremos a primeira seção do capítulo 2 desta tese, posto que seus impactos sobre o trabalho da população transgênero e travesti são de decisiva importância para o objeto de estudo desta tese. Para esse primeiro momento, o objetivo é não perder de vista que os sistemas de dominação aqui citados (e outros que ainda exploraremos) interagem de maneira complexa para sustentar e atualizar o preconceito transfóbico que assola a população trans em nossa sociedade.

⁷ Atena Beauvoir: Entre a transfobia espada e a branquitude escudo (2020). Disponível em: <https://literaturars.com.br/2020/01/22/atena-beauvoir-entre-a-transfobia-espada-e-a-branquitude-escudo/>

✓ Resposta 2: *Por meio de processos artificiais de diferenciação:*

Segundo o modelo interseccional para estudos da população transgênero proposto por Wesp e colaboradores (2019), é essencial considerar que os sistemas de dominação recém-discutidos se manifestam prioritariamente mediante o que os autores chamam de “processos de diferenciação” que estabelecem, tomando os grupos dominantes como referência, categorias do que/quem é considerado diferente, incluindo aí as identidades trans.

Essa dinâmica se concretiza notadamente por intermédio de sistemas ideológicos que estabelecem normas e padrões rígidos a partir dos interesses hegemônicos sociais, culturais, políticos e econômicos. Segundo Dhamoon e Hankivsky (2011) e Crenshaw (1989), categorias de diferença como raça, classe social e gênero são utilizadas como sustento para o poder dos grupos dominantes em relação aos “outros” subalternizados.

Para exemplificar como opera o processo de diferenciação, Wesp e colaboradores (2019) retomam o exemplo de Spade e Wilse (2016) acerca das chamadas *normas de gênero racializadas* que “governam o comportamento sexual, estilos de fala, dieta, alcance emocional, pontualidade, maneiras, roupas e muito mais” (Wesp et al., 2019, p.289) na vida de todas/os que não são homens, cisgênero, héteros e brancos (sendo considerados, portanto, “os outros”).

Segundo os mesmos autores, “discursos nas ciências sociais e médicas, mídia popular, sistemas criminais e de imigração, educação e indústrias de serviços sociais produzem e mantêm essas normas” (Wesp et al., 2019, p. 289), algo que podemos identificar nitidamente nas vidas trans. Para além da medicalização de suas identidades, a população

trans enfrenta sistemáticas criminalização, negação de direitos e dificuldades no acesso a trabalho, saúde e educação, conforme discutiremos mais diante neste capítulo.

✓ Resposta 3: *Por meio de jogos de poder que geram desigualdades sociais*

Por fim, o modelo de interseccionalidade que aqui discutimos entende que desigualdades sociais são reflexos de diferenças de poder que impactam as minorias (como a população trans) e privilegiam os grupos dominantes (Wesp et al., 2019). Isso enfatiza a necessidade de considerar o recorte de classe e a situação social das pessoas trans para compreender adequadamente as opressões que elas sofrem.

O poder de grupos dominantes sobre a população trans é, nessa perspectiva, estruturado primordialmente sobre o racismo, o cisgenerismo e a desigualdade de classe (fomentada, como discutiremos melhor no capítulo 2, pelo sistema capitalista). Uma manifestação nítida dessa lógica é lembrada por Spade e Norms (2016 *apud* Wesp et al., 2019): as categorias consideradas normativas, como a branquitude e a cisgeneridade, não coincidentemente são aquelas que detêm mais poder social. O inverso é, obviamente, verdadeiro.

A esse respeito, **Valentine** (2019), mulher trans brasileira, negra e escritora, reflete sobre como a cisgeneridade foi construída junto da branquitude, exemplificando de forma contundente essa relação em seu artigo “Branquitude x Cisgeneridade: Duas estruturas construídas lado a lado”⁸. Valentine denuncia que a própria feminilidade cisgênera é moldada

⁸ Valentine (2019) - “Branquitude x Cisgeneridade”. Duas estruturas construídas lado a lado. Disponível em: <https://midianinja.org/valentine/branquitude-x-cisgeneridade-duas-estruturas-construidas-lado-a-lado/>

pela branquitude, ao ponto de mulheres cisgênero negras serem confundidas mais frequentemente com mulheres trans, enquanto a “passabilidade” (conjunto de caracteres que físicos e sociais que permitem uma pessoa trans ou travesti seja lida socialmente como uma pessoa cisgênero) parece ser mais comum e recorrente entre suas amigas trans e travestis brancas (Valentine, 2019).

Por meio das três respostas complementares para a questão sobre como marcadores de gênero, raça e classe se relacionam com as dificuldades enfrentadas pela população trans e travesti, apresentamos a perspectiva interseccional adotada neste trabalho, oriunda da proposta de Wesp e colaboradores (2019) para estudos que buscam a promoção de justiça social e saúde para populações transgênero. Esse olhar interseccional sobre a transfobia nos mostra que, para além dos discursos médicos cuja herança é a patologização das identidades trans, é essencial considerar a interação entre várias formas e sistemas de opressões estruturais, sociais e institucionais que incidem sobre as trajetórias desse grupo. A sobreposição entre esses sistemas gera e sustenta desigualdades e violências que tomam forma concreta através da transfobia que assola a população trans em diferentes momentos e esferas de suas vidas.

Partindo dessa perspectiva interseccional, discorreremos a seguir sobre as principais manifestações e repercussões subjetivas, sociais e culturais da patologização e da transfobia na vida das pessoas trans. Para tanto, nos aprofundaremos em como a transfobia afeta as vidas trans no *contexto familiar, na escola e no âmbito do Estado*. Com este percurso, buscamos organizar as bases necessárias para entender como essas complexas estruturas de

opressão impactam o trabalho das pessoas transgêneras e os seus respectivos processos de significação, objetos principais de estudo desta tese.

1.3. Transfobia, violência e interdições no roteiro das vidas trans:

A patologização das identidades trans opera para além dos limites das instituições médicas, conforme discutimos na seção anterior. Ao passo em que adicionou a categoria de “doentes” ao cruel arquétipo já socialmente compartilhado acerca de pessoas trans (“pervertidas”, “indecentes”), acreditamos que a patologização empoderou sobremaneira o preconceito transfóbico originado das relações sociais de gênero, raça e classe, em interação com as diversas estruturas e sistemas de opressão anteriormente apresentados.

Como resultados diretos dessa mescla de estigma, opressões e jogos de poder, a violência física e simbólica contra pessoas trans surge como um de seus maiores e mais graves expoentes (Jesus, 2012; TGEU, 2019). Segundo os dados mais recentes publicados pela ONG Transgender Europe – TGEU sobre violência transfóbica em nível mundial, por meio da plataforma *Trans Murder Monitoring*⁹, pelo menos 3665 pessoas trans, travestis e de gênero não-normativo foram assassinadas entre janeiro de 2008 (quando a iniciativa de monitoramento foi iniciada) e setembro de 2020 (período da última atualização disponibilizada), com dados coletados em 74 países (TGEU, 2020). Em razão da enorme subnotificação, estima-se que o número real seja, infelizmente, muito maior.

Esse mesmo levantamento indica que, ano após ano, o Brasil é o país do mundo que mais mata pessoas trans em números absolutos (TGEU, 2020). A TGEU identificou, entre

⁹ Plataforma *Trans Murder Monitoring* (TGEU) - Acessível através do link: <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>

2008 e 2020, que dos já mencionados 3664 assassinatos monitorados nesse período, 1520 ocorreram em nosso país (TGEU, 2020; 2021). Assim, o Brasil é mundialmente responsável por 41,5% das mortes de pessoas desde 2008, quase metade do montante total.

Nacionalmente, os assassinatos contra LGBTIA+ no Brasil são monitorados principalmente pela ONG Grupo Gay da Bahia (GGB). Segundo relatório de 2019 do GGB (último formalmente publicado até este momento), 329 pessoas LGBTIA+ tiveram suas mortes associadas a LGBTIA+fobia no Brasil naquele ano (sendo 297 homicídios e 32 suicídios), totalizando uma morte violenta a cada 26 horas (GGB, 2020). Tais números, embora alarmantes, estão longe de representar a soma total de crimes LGBTIA+fóbicos em nosso país. Como não há estatísticas oficiais e, mesmo com a histórica e importante equiparação da LGBTIA+fobia ao crime de racismo formalizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em junho de 2019, ainda há uma marcante subnotificação dos casos.

Cumprir destacar que o monitoramento realizado pelo GGB é feito com base em notícias publicadas na mídia geral e em redes sociais, o que requer cuidados no que tange à representatividade e confiabilidade dos dados apresentados. Entretanto, é essencial reconhecer a importância dessa iniciativa em face da ausência de monitoramentos oficiais por parte do Governo Federal vigente em relação à violência LGBTIA+fóbica.

O GGB destaca que, embora no Brasil a maioria dos assassinatos nos últimos anos tenha vitimado homens gays, as pessoas trans e travestis são, proporcionalmente, as maiores vítimas dos crimes de ódio no Brasil (GGB, 2020). Segundo o relatório 2019 dessa ONG, as chances de uma pessoa trans ser morta por transfobia é 17 vezes maior do que as de um homem gay morrer por homofobia (GGB, 2020). Remetendo-se ao monitoramento realizado

pelo GGB, **Sayonara Nogueira**, mulher trans, professora e administradora do Observatório Trans¹⁰, destaca que as mortes das pessoas trans e travestis no Brasil têm 9 vezes mais chances de ser violentas (Nogueira, 2018).

No nível de Natal e do estado do Rio Grande do Norte, temos um importante mapeamento da violência transfóbica potiguar realizado por **Rebecka de França**, mulher trans, professora da rede estadual de ensino e mestranda em Geografia pela UFRN, como parte de seu trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia) pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

Em sua pesquisa que contou com o impressionante número aproximado de 1300 participantes de todo o Rio Grande do Norte, França (2018) realizou uma verdadeira cartografia da violência contra a população LGBTIA+ potiguar. Cerca 19% das/dos participantes foram pessoas trans, que apontaram ter sofrido violências transfóbicas que vão desde o desrespeito ao uso do nome social, impedimento de uso do banheiro identitário, até agressões físicas, simbólicas, psicológicas e até mesmo sexuais, perpetradas em via pública, na escola, nas próprias casas e em outros espaços privados. Proporcionalmente, a capital Natal e sua região metropolitana concentraram o maior número de casos de violência identificados por França (2018), totalizando 403 relatos.

Os achados dessa autora indicaram a gravidade da violência transfóbica em nosso estado, especialmente na capital potiguar. Dados recentes advindos do Dossiê 2020 da ONG REDETRANS sobre violência transfóbica no Brasil confirmam a preocupante tendência identificada por França (2018), indicando que Natal ocupa o segundo lugar no Nordeste e o

¹⁰ O importante projeto Observatório Trans monitora dados nacionais sobre a população trans e travesti, incluindo indicadores sociodemográficos e de violência. Acessível em: <http://observatoriotrans.org/>

quarto lugar nacional em número de mortes violentas de pessoas trans e travestis (REDETRANS, 2021)

Essas estatísticas locais refletem outra mais ampla e igualmente preocupante: segundo nos alertam Almeida e Vasconcellos (2018), Busin (2015) e Souza (2019), números levantados no Brasil e em outros países da América Latina indicam uma expectativa de vida entre 30 e 35 anos de idade para as pessoas trans, cerca de metade da estimativa de vida da população brasileira em geral que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tende a viver 74,9 anos (IBGE, 2014). Essa espiral de violência, entretanto, é erigida sobre uma base de outras manifestações da patologização de gênero que opera de forma anterior, geralmente desde a infância das pessoas trans.

Embora tenhamos optado por iniciar essa seção apresentando estatísticas que mostram as violentas repercussões do estigma sofrido pela população trans no mundo e especialmente no Brasil, como recurso para demonstrar a urgência de maior atenção a essa problemática, retornaremos agora a marcos anteriores desse *continuum*, na direção de algumas das fontes originárias da violência transfóbica em nosso país, que acreditamos serem, por sua vez, também derivadas da própria patologização do gênero e da intersecção de opressões discutidas seções anteriores deste capítulo.

Dentre as diversas manifestações da patologização do gênero na experiência das pessoas trans, destacamos como uma das mais contundentes e basais a tendência a sofrer violências, além de físicas, também simbólicas, sociais e institucionais. Desde muito cedo, essa população tende a ser antagonizada por instituições tradicionais como a Família, a Escola e o Estado (Almeida & Vasconcellos, 2018; Bonnewitz, 2003; Carrieri, Souza &

Aguiar, 2014; Fedorko & Berredo, 2017; Silva, Bezerra & Queiroz, 2015; Vianna, 2015). A seguir, discutiremos mais detidamente sobre como a transfobia interseccional age nesses importantes eixos socioinstitucionais, repercutindo na patologização das próprias vidas trans.

1.3.1. A Família: quando uma casa deixa de ser um lar

A família é um dos primeiros (quando não é o primeiro) espaços em que a patologização do gênero repercute negativamente. As pessoas trans, que muitas vezes iniciam o seu processo de autoidentificação ainda jovens, tendem em razão disso a ser excluídas da convivência familiar, sofrendo diversas violências por parte daqueles que primeiro deveriam protegê-las (Dias et al., 2015; *Gender Spectrum*, 2017; Silva, Bezerra & Queiroz, 2015; Tagliamento, 2012).

Nos espaços familiares são comuns os relatos de negação da identidade trans por meio do policiamento e proibição da vivência de expressões de gênero divergentes daquelas socialmente impostas (Silva, Bezerra & Queiroz, 2015). Trejeitos, uso de indumentárias e performances de gênero que reafirmem a busca pela vivência plena das identidades trans terminam sendo cerceados por familiares, quando não punidos com agressões físicas e maus-tratos (Dias et al., 2015).

Também são comuns os relatos de adesão compulsória a violentas, inseguras e ineficazes “terapias de reversão” (Fedorko & Berredo, 2017) que envolvem violência física, moral e psicológica. Em casos mais graves e perversos, familiares cometem estupros “corretivos” (Fedorko & Berredo, 2017) e forçam casamentos, especialmente no caso dos

homens trans, para torná-los mais “femininos” (Berredo, Arcon, Regalado, Honorée, McLean, Mejri, Shaikh, Shenker & Toelupe. 2018).

Esse processo de exclusão no âmbito da família costuma ser mais intenso quando o processo de transição começa ainda no seio familiar. Segundo Dias e colaboradores (2015), o processo de transição psicológica e corporal das pessoas trans “provoca um estranhamento no meio familiar que esbarra em valores pré-estabelecidos, sendo inconcebível a manifestação daquele corpo dentro dos ditos padrões sociais.” (p.220). Segundo esses mesmos autores, quanto mais a identidade trans se concretiza nos corpos em transformação, maior tende a ser a agressividade manifesta no núcleo familiar (Dias et al., 2015).

Essa agressividade, segundo os estudos realizados pela ONG estadunidense *Gender Spectrum*, se manifesta não só na forma de violência física, mas também de posturas e comportamentos chamados de “não-afirmativos”, que afetam negativamente as pessoas trans a partir de sua experiência familiar. O Quadro 2 apresenta os principais comportamentos familiares não-afirmativos identificados pela ONG *Gender Spectrum*:

Quadro 2 . Comportamentos e posturas familiares não-afirmativos:

Comportamento/Postura	Descrição
Abuso físico e/ou verbal	Condutas violentas, físicas e/ou simbólicas, direcionadas a impedir ou punir a expressão e a vivência das identidades de gênero não-conformativas;
Exclusão de atividades familiares	Quando a família de uma pessoa trans ativamente a exclui de atividades familiares pelo receio de constrangimento social em razão de sua identidade de gênero, está comunicando que essa pessoa precisa

	<p>mudar para ser aceita como um membro genuíno da família e que o bem-estar de outrem é mais importante que o seu. Isso acontece, por exemplo, através da pressão para utilização de vestuários e comportamentos “adequados” ao gênero atribuído no nascimento, sob pena de punições ou de isolamento social;</p>
<p>Impedir o acesso a atividades e amigos que oferecem suporte psicossocial</p>	<p>Ativamente proibir ou dificultar a convivência de um membro trans da família com outras pessoas de gênero não-conformativo ou atividades LGBTIA+, ao mesmo tempo prejudicando sua inserção em redes de suporte e apoio psicossocial, e estigmatizando outras pessoas desses grupos;</p>
<p>Culpar a criança/jovem trans pelo preconceito que ela enfrenta;</p>	<p>Dizer que um familiar trans é responsável pelas agressões e preconceitos que sofre por ser quem é constitui uma grave agressão e comunica implicitamente que essa pessoa é responsável pela crueldade de terceiros;</p>
<p>Difamação e exposição ao ridículo</p>	<p>Ao falar com ou tratar um familiar trans com desrespeito, expondo-o a situações vexatórias e humilhantes, a família está comunicando que essa pessoa não pode contar com suporte, cuidado e proteção familiares;</p>
<p>Condenação de base religiosa</p>	<p>Dizer a uma criança ou jovem trans que ela/ele será punida/o por Deus (ou outra divindade) em razão de ser quem é, não apenas gera sentimentos negativos de ansiedade e preocupação, mas exclui as vivências religiosas como uma possível fonte de consolo e suporte;</p>

Expressão constante de estresse, negação e vergonha	Quando os familiares de uma pessoa trans comunicam aberta e constantemente que têm vergonha, renegam ou se estressam com a identidade de gênero dessa pessoa, ela tende a internalizar essa pressão e se responsabilizar por inibir-se enquanto “fonte” desses desconfortos;
Silenciamento e pressão por conformidade de gênero	Exigir ou insistir que um familiar trans não fale ou expresse sua identidade de gênero, pressionando-o para que se adeque ao gênero atribuído no nascimento, implica que há algo errado e inaceitável com essa pessoa.

Fonte: Adaptado de *Gender Spectrum (2017)*¹¹

Os impactos negativos da falta de suporte familiar nas vivências de pessoas trans tornam-se ainda mais nítidos quando comparados com os benefícios que a situação *inversa* proporciona ao adequado desenvolvimento biopsicossocial desse grupo. Retomando o trabalho de conscientização familiar realizado pela ONG *Gender Spectrum (2017)*, os chamados “comportamentos familiares afirmativos” estão associados com vários ganhos psicológicos, sociais e de saúde para jovens trans, conforme resumo apresentado na Figura 3, a seguir:

¹¹ Documento disponível em <https://www.dropbox.com/s/rzjkrmsw7iklvh1/Affirming%20vs%20Non-affirming%20Parenting%204.24.17.pdf?dl=0>

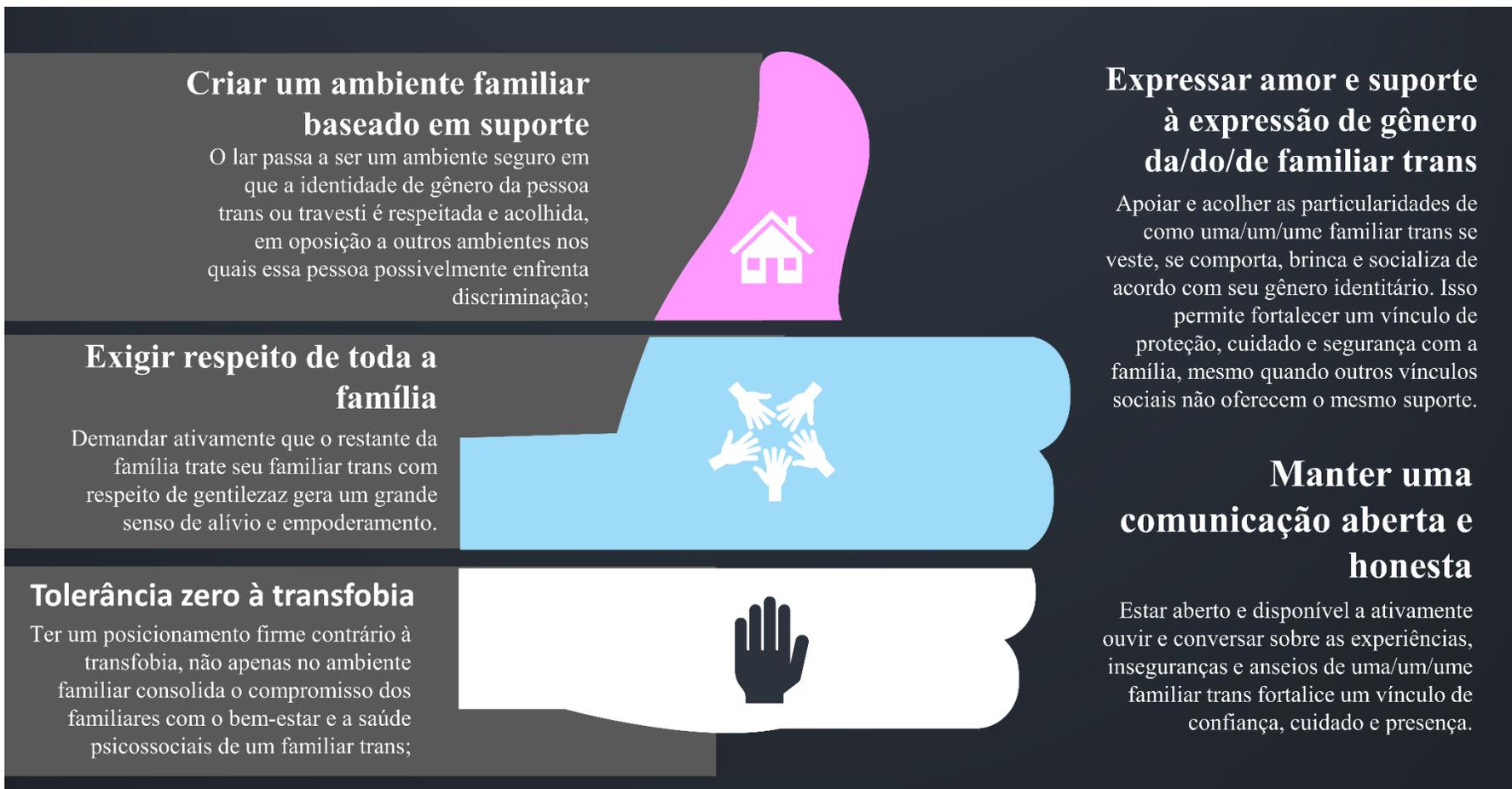


Figura 3 . Comportamentos e posturas familiares afirmativos e seus benefícios. Fonte: Adaptado de *Gender Spectrum (2017)*^{12, 13}

¹² Documento disponível em <https://www.dropbox.com/s/rzjkrmsw7iklvh1/Affirming%20vs%20Non-affirming%20Parenting%204.24.17.pdf?dl=0>

¹³ Infográfico gerado a partir de modelo fornecido gratuitamente pelo site www.presentationgo.com

Mesmo que um ambiente familiar acolhedor e afirmativo tenha o potencial de trazer grandes benefícios à população transgênero, conforme discutimos durante boa parte dessa seção, infelizmente essa não é a realidade da grande maioria das pessoas de gênero não-conformativo. Os estudos apresentados até aqui indicam que a absoluta maioria das pessoas trans vivenciou/vivencia um contexto familiar inóspito à plena vivência de suas identidades de gênero, e isso repercute negativamente sobre a autoestima, a saúde física e mental, incidência de riscos psicossociais e situação socioeconômica dessa população (Dias et al., 2015; Berredo et al., 2018; Fedorko & Berredo, 2017; Silva, Bezerra & Queiroz, 2015). Ilustram essa noção os achados do estudo de Winter (2009) sobre as vivências familiares de pessoas trans asiáticas. Esse autor identificou que 40% das mulheres transgênero das Filipinas e 21% das mulheres transgênero da Tailândia afirmaram ter sofrido expressiva rejeição familiar durante as suas transições de gênero.

Por fim, é importante enfatizar o impacto da exclusão familiar de pessoas trans sobre a sua inserção no trabalho sexual, que no Brasil é marcante – lembremos que, segundo a ANTRA (2021), estima-se que 90% das mulheres trans e travestis brasileiras estão atualmente trabalhando na prostituição. Segundo Fedorko e Berredo (2017), pessoas trans que sofreram rejeição familiar em razão de suas identidades de gênero são duas vezes mais suscetíveis a tornarem-se trabalhadoras sexuais.

Isso está diretamente ligado à vulnerabilidade social advinda da expulsão dos lares familiares, muito comum na vivência de pessoas trans. Segundo Fedorko e Berredo (2017), a rejeição da família repercute diretamente sobre uma estatística preocupante: segundo esses autores, referenciando pesquisa realizada por eles próprios em 2015, pessoas trans jovens que sofreram com a rejeição familiar tinham duas vezes mais chances

de vivenciar falta de moradia do que as que residiam em lares familiares com maior aceitação. Para ilustrar esse alarmante dado, os autores citam a pesquisa de Borgogno (2009), que indica um dado alarmante: entre 44% e 70% das travestis e mulheres trans latino-americanas e caribenhas foram expulsas de casa, ou sentiram necessidade de deixar seus lares em razão das violências das quais são alvo.

O trabalho de Borgogno (2009) também apresenta outros dados preocupantes acerca das vivências familiares da população trans na América-Latina e no Caribe. Das pessoas trans entrevistadas pelo autor, 71% declararam não ter recebido apoio familiar quanto à vivência de suas identidades. As participantes, oriundas de vários países da América-Latina e Caribe, incluindo o Brasil, relataram ter sofrido por parte de parentes próximos violências físicas, psicológicas e inclusive sexuais que, na absoluta maioria das vezes, culminava justamente na expulsão de casa (Borgogno, 2009).

Uma vez em situação de rua, muitas vezes ainda menores de idade, as pessoas trans terminam encontrando apoio em outras pessoas trans na mesma situação, e precisam recorrer ao trabalho sexual como forma de sobrevivência (Borgogno, 2009; Busin, 2015; Nogueira & León, 2012). Essa preocupante tendência é reforçada pela falta de escolaridade e/ou preparação profissional, gerada por outro nível de exclusão que geralmente se manifesta em paralelo na vida das pessoas trans jovens: a transfobia e exclusão no *âmbito escolar*, que examinaremos a seguir.

1.3.2. A Escola que invisibiliza, pune e persegue:

Paralelamente ao âmbito familiar, a patologização das identidades transgêneras também opera na escola, ao passo em que as pessoas trans tendem a vivenciar o ambiente escolar como um espaço de insegurança e violação de direitos (Andrade, 2012; Borgogno,

2009; Busin, 2015; Fedorko & Berredo, 2017; *Gender Spectrum*, 2017; Silva, Bezerra & Queiroz, 2015; Teixeira, 2010). Dados da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (RedeTrans, 2017) estimam que 82% das pessoas trans e travestis brasileiras entre 14 e 18 terminam abandonando o ensino médio em razão das violências sofridas no contexto escolar.

Estudo realizado pelo projeto “Transrespeito versus Transfobia no Mundo” (TvT), conforme citado por Fedorko e Berredo (2017), mostra que essa é uma realidade internacional: cerca de metade das pessoas trans participantes afirmaram ter enfrentado dificuldades de permanecer na escola em razão de lá terem suas identidades desrespeitadas, inclusive pelos próprios professores e gestores, como nos casos da Venezuela, Sérvia e Colômbia, em que mais de um terço das entrevistadas relatou ter sofrido alguma violência vinda dos próprios educadores (Fedorko & Berredo, 2017).

Todas as participantes do já citado estudo de Borgogno (2009), representando 15 países da América-Latina e do Caribe, relataram ter sofrido violências no contexto escolar, destacando que isso gera impactos não apenas sobre a formação acadêmica, mas sobre a própria inserção social, ao passo em que se sentem não só discriminadas pela estrutura escolar, mas impossibilitadas de exercer seus plenos direitos de cidadania ao terem sua educação formal dificultada ou negada.

Outras formas de violência e interdições também são recorrentes para pessoas trans nas escolas, infringindo até direitos e necessidades básicas, como é o caso do uso do banheiro. Para pessoas trans em ambientes escolares, geralmente é negado utilizar o banheiro destinado ao gênero com o qual se identificam. Quando, por falta de alternativas, utilizam o banheiro do gênero socialmente designado, podem sofrer violências por parte de outros estudantes que lá se encontram. Isso gera situações aviltantes como a relatada

por uma mulher trans entrevistada por Borgogno (2009): por não poder utilizar o banheiro da escola, precisava esperar até o final do turno escolar (mais de 5 horas) para ir ao banheiro apenas em casa.

O *bullying* também é frequente contra pessoas trans nos ambientes escolares (Andrade, 2012; Bogorgno, 2009; Busin, 2015; Silva, Bezerra & Queiroz, 2015). Alguns dados inquietantes trazidos pelos estudos de Fedorko e Berredo (2015; 2017), a partir do levantamento realizado por Balzer e Hutta (2015) ilustram a gravidade desse tipo de violência ao redor do mundo, através das porcentagens das pessoas trans entrevistadas que declararam ter sofrido *bullying* transfóbico em suas vivências escolares: 92% das participantes colombianas; 78% das venezuelanas; 72% das filipinas; 61% das turcas e 50% das participantes sérvias.

Outro dado aterrador é revelado por esses mesmos autores: em todos os países investigados, as pessoas trans participantes relataram com elevada frequência terem sofrido violências sexuais no ambiente escolar, especialmente por parte de outros estudantes – na Índia e na Colômbia, por exemplo, quase metade das pessoas participantes vivenciou tais eventos (Balzer & Hutta, 2015 *apud* Fedorko & Berredo, 2017).

Corroborando com essa visão a partir de uma realidade brasileira, **Luma Nogueira de Andrade** (2012), mulher trans, doutora e professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), produziu em seu doutorado um impressionante e profundo estudo sobre as vivências escolares de travestis cearenses, intitulado “Travestis na Escola: Assujeitamentos e Resistências à Ordem Normativa”.

A minuciosa investigação realizada por Andrade percorre as histórias de suas colaboradoras e dela própria, apresentando e discutindo os diferentes lugares que a escola

ocupa na vida das travestis, analisando não apenas suas narrativas, mas regimentos escolares, percepções do corpo escolar (alunos, professores e gestores) e suas repercussões sobre outras esferas de vida das participantes, como família, sociedade e mundo do trabalho (Andrade, 2012). Dedicaremos os parágrafos seguintes a apresentar algumas das importantes reflexões trazidas por essa autora.

Na introdução de seu trabalho, Luma pondera que “a escola para a maioria das travestis permanece como um sonho, enquanto a esquina (a margem) é ainda a realidade, local de espera dos fregueses para se prostituírem” (Andrade, 2012, p.15). A autora enfatiza, porém, que a prostituição não deve ser o único destino possível para as pessoas trans e travestis: por meio de enfrentamentos e estratégias de adaptação utilizadas por essa população, especialmente no ambiente escolar, as travestis e pessoas trans buscam diferentes alternativas de sobrevivência que transitam entre diferentes espaços sociais e vivências. Sem delimitar esses agenciamentos apenas a um campo das vidas trans, a autora se aprofunda na escola enquanto campo de intersecções em que interagem de maneira marcante os dilemas e possibilidades dessa população (Almeida e Vasconcelos, 2018; Andrade, 2012).

Um primeiro ponto a ser destacado a partir do trabalho de Andrade é o da baixa presença de pessoas trans e travestis nas escolas públicas. Num mapeamento realizado pela autora junto à Secretaria de Educação do estado do Ceará, onde realizou sua pesquisa, ela identificou que dos 184 municípios componentes da rede de educação estadual, apenas 25 possuem alunas travestis matriculadas (Andrade, 2012).

Esse dado indica, em consonância com as outras pesquisas aqui discutidas, que o ambiente escolar é geralmente inóspito para a população trans, resultando na premente “evasão” escolar desse segmento. As aspas no termo *evasão* remetem-se à importante

reflexão realizada por Andrade (2012) em sua tese, e por outras/outras autoras/res aqui citadas/os: esse termo é geralmente utilizado para mascarar o fato de que as pessoas trans são *expulsas* (formal ou informalmente) das escolas pelas condições de opressão e violência que lá enfrentam, mas são responsabilizadas pelos corpos escolares, como se tivessem meramente optado por não continuar os estudos (Andrade, 2012; Busin, 2015; Marin, Correia, Alves, Neres, Silva & Coletivo LGBT PRISMA *in* IBUDU, 2017).

Outro achado marcante advindo da tese de Andrade é o de que as escolas e seu corpo funcional demonstram um marcante despreparo e falta de conhecimento no que tange às particularidades, necessidades e características das estudantes trans e travestis. Em sua investigação sobre as percepções de gestores, professores e alunos acerca das travestis em ambientes escolares, apareceram com elevada frequência visões inverídicas sobre as identidades de gênero não-normativas, além de opiniões pejorativas e preconceituosas acerca dessas alunas, especialmente motivadas por princípios religiosos conservadores que se materializam nos contextos escolares (Andrade, 2012).

Esses dados e reflexões ajudam a emoldurar o quadro atual da educação brasileira nas vivências das pessoas transgêneras: a transfobia sistemática a que é submetida essa população nas escolas, em diferentes níveis de escolarização, dificulta sua permanência e continuidade nos estudos, especialmente em contextos em que não é adequadamente compreendida e acolhida, tendo assim o direito à educação frontalmente prejudicado.

Autoras e autores como Carrara e Ramos (2005) e Bohm (2009), citados por Franco e Cicillini (2015), apresentam uma série de evidências de que essa realidade é, de fato, compartilhada pela maioria das pessoas trans brasileiras. Carrara e Ramos (2005, *apud* Franco & Cicillini, 2015) verificaram que os baixos indicativos de preconceito contra pessoas trans em instituições educacionais (resultado de uma pesquisa realizada

peles autores anteriormente) se deviam não a ambientes escolares progressistas e acolhedores à diversidade, mas sim ao fato de que esse grupo não consegue frequentar ou permanecer nos ambientes escolares geralmente transfóbicos.

Franco e Cicillini (2015) destacam os dados obtidos por Bohm (2009) em sua pesquisa sobre o percurso escolar das pessoas trans e travestis em Porto Alegre: “[...] sobre a escolarização alcançada, 15% das entrevistadas apontam possuírem Ensino Fundamental incompleto, 25% possuem Ensino Fundamental completo, 15% delas têm Ensino Médio incompleto, 25% possuem Ensino Médio Completo e 5% têm Ensino Superior Completo.” (Bohm, 2009, p.58 apud Franco & Cicillini, 2015, p.329).

Os dados acima indicam que as interdições na vida escolar das pessoas trans repercutem também no baixíssimo acesso ao Ensino Superior. A profunda e sensível dissertação por **Emilly Mel Fernandes de Souza** (2019), mulher trans, psicóloga e mestra em Psicologia pela UFRN, nos oferece um panorama importante sobre as dificuldades impostas às pessoas trans que buscam acessar e permanecer no ensino superior público brasileiro.

Em sua dissertação, Souza (2019) analisa as políticas de acesso e permanência de instituições públicas de ensino superior (IPES) voltadas às pessoas trans em nosso estado. A partir de uma análise da própria trajetória e das trajetórias de outras pessoas trans que vivenciavam as realidades das IPES, essa autora pondera que o desafio de permanecer na universidade é precedido pelo de acessá-la, diante dos impactos da transfobia interseccional em contextos familiares, escolares e sociais. As vulnerabilidades econômicas e sociais decorrentes da transfobia implicam, junto da transfobia institucional, barreiras à permanência das pessoas trans nas universidades, que precisam

recorrer a agenciamentos próprios e a políticas institucionais que nem sempre as acolhem adequadamente (Souza, 2019).

Diante desse panorama, a pesquisadora realiza uma cuidadosa análise das trajetórias compartilhadas em sua dissertação, apontando a urgência da adequada efetivação de políticas de acesso e permanência como o respeito ao nome social, auxílio financeiro e suporte à saúde das pessoas trans nas IPES, como uma via de reparação e transformação social para as demandas históricas desse grupo tão violentado e excluído (Souza, 2019). Entretanto, a autora chama a atenção para que, mesmo nas instituições que contam com políticas e resoluções próprias voltadas às pessoas transgêneras, essas não inibiram a incidência de violências transfóbicas como desrespeito ao nome social, constrangimentos quanto ao acesso a salas de aula e o uso do banheiro identitário e condutas preconceituosas de servidores, tanto docentes quanto técnicos (Souza, 2019).

Os achados do importante estudo de mestrado de Souza (2019) se alinham com o que Andrade (2012) observou em sua tese de doutorado: no contexto educacional, a pessoa trans “é percebida como uma ‘poluidora’ (Douglas, 1966 *apud* Andrade, 2012) que deve ser acobertada para que passe despercebida, pois é considerada uma violação às normas estabelecidas em relação à performance de gênero a ser desempenhada por machos e fêmeas biologicamente constituídos” (Andrade, 2012, p.31). Assim, a transfobia e o preconceito estruturais operam mesmo nos espaços educacionais que supostamente deveriam coibi-los, tornando-os, em maior ou menor medida, espaços não de inclusão e transformação social, mas de exclusão para a população trans.

Sobre essa preocupante realidade, consideramos importante pontuar os impactos que o Estado exerce sobre a educação da população trans. Em que pese a educação de qualidade ser um direito constitucional que esse mesmo Estado deveria garantir, o que

fica evidente é justamente o contrário: além da escassez de mecanismos e leis estatais em defesa da educação desse grupo, há pautas e projetos políticos conservadores que perpetuam a violência transfóbica não apenas na escola, mas na sociedade como um todo.

Um bom exemplo disso é o projeto defendido pelo PL 7180/14 (“Escola sem Partido”) e a retirada das questões de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, que contribuem para que as escolas continuem como espaços de exclusão e violência para pessoas trans e outras minorias, quando deveriam ser espaços de instrução e respeito que estruturariam mudanças importantes em toda a sociedade.

Somam-se a esses esforços de retrocesso as reações adversas contra tentativas de reparação mais pontuais, como a adoção de cotas para pessoas travestis e transgêneras em instituições de ensino como a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do ABC Paulista (UFABC), que foram inclusive questionadas judicialmente por implementarem políticas institucionais que garantiam uma parte de suas vagas na graduação e na pós-graduação para essa população.¹⁴

Conforme pudemos constatar, a combinação dos preocupantes atravessamentos acima discutidos nos espaços educacionais culmina na maioria das vezes na expulsão (simbólica ou concreta) de pessoas trans da escola e das universidades, antes mesmo da conclusão de seus estudos (Andrade, 2012; Busin, 2015; Souza, 2019; Marin et al, 2017). Isso está diretamente relacionado ao nível reduzido de escolaridade entre essa população, o que tem repercussões diretas sobre o acesso a direitos sociais importantes como

¹⁴ “**Trans conseguem cotas e cursos em universidades, mas geram reações adversas**”. Disponível em <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2019/07/11/trans-conseguem-cotas-e-cursos-em-universidades-mas-geram-reacoes.htm?cmpid=copiaecola>

moradia, saúde e trabalho (Bohm, 2009; Franco & Cecillini, 2015; Silva, Bezerra & Queiroz, 2015; Teixeira, 2000).

No Brasil, a exemplo do restante do mundo, a falta de apoio familiar, a recorrência das expulsões de casa e vivência de situação de rua, somadas à baixa escolaridade, frutos do estigma patologizante e da transfobia interseccional, colocam as pessoas trans em uma situação de extrema vulnerabilidade econômica e social. Seria de se esperar que o Estado, que já falha na garantia de educação para a população transgênero, interviesse de maneira enfática em seu auxílio para garantir outros direitos primordiais (como moradia, trabalho e cidadania), diante da fragilidade socioeconômica a que estão submetidas as pessoas trans brasileiras. Entretanto, o mesmo Estado que deveria dar suporte a essa população vulnerabilizada é, na verdade, aquele que tende a negligenciá-la em outros campos para além da educação, conforme análise que faremos a seguir.

1.3.3. O Estado que não ouve, não vê e cala (-se):

Conforme discutimos na seção anterior, uma das reverberações sistêmicas da patologização das identidades transgêneras ocorre no domínio do Estado. No Brasil, carecemos de políticas públicas, censos oficiais e ações efetivas voltadas ao enfrentamento do estigma gerado pela exclusão e desigualdade que afetam a população trans (Jesus, 2019; Motta, 2016; Tagliamento, 2012) nos diversos contextos discutidos até aqui, como o familiar e o educacional.

Antes de examinar mais a fundo a realidade nacional, é importante destacar que o desemprego estatal à população trans e travesti é, infelizmente, recorrente em outros países. Borgogno (2009) observa que em toda a América Latina as pessoas trans são, raras exceções, invisibilizadas e desconsideradas na estruturação, na execução e no acesso a

políticas públicas de emprego, saúde, seguridade social e educação. Isso contradiz diretamente as próprias Constituições dos países estudados por esse autor, entre eles o Brasil (Borgogno, 2009), que nos artigos 3 e 8 da Constituição Federal determinam, respectivamente, a garantia a todas e todos do direito à igualdade, à liberdade e à vida, sem qualquer discriminação ou distinções de qualquer natureza; e o direito à educação, à saúde, ao trabalho e à proteção social (Constituição Federal, 1988). Trata-se, portanto, de uma violação estrutural dos próprios direitos constitucionais das pessoas trans, que são vilipendiadas em razão de suas identidades de gênero (Borgogno, 2009; Jesus & Alves, 2010; Jesus, 2016;).

Jaqueline Gomes de Jesus, mulher trans, negra, doutora pela Universidade de Brasília (UNB), professora universitária (IFRJ e UFRRJ), presidenta da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH-Brasil), pesquisadora e ativista brasileira, resume de maneira contundente esse quadro de violações em seu texto “Manifesto Transgênero”¹⁵, ao explanar que:

[...] a cidadania trans e a identidade de gênero da população transgênero são vilipendiadas pelo Estado, por instituições, grupos e pessoas. Formadores de opinião, em todos os meios de comunicação, preservam o juízo de que os gêneros e suas expressões são desígnios puramente biológicos, traduzidos em termos de cromossomos, pênis e vaginas. O direito a adequação de seus registros civis é impedido, na ausência de Leis que reconheçam as suas demandas ou mesmo na presença de operadores do Direito contrários à livre expressão de gênero. O seu direito a vida é ferido cotidianamente, no país em que mais se matam pessoas trans no mundo. (Jaqueline Gomes de Jesus, 2013 – Manifesto Transgênero)

Essa aglutinação de negligências e lacunas políticas gera para a população trans em nosso país o que a ativista Rocío Suárez, Coordenadora do Centro de Apoio às

¹⁵ Manifesto Transgênero – Jaqueline Gomes de Jesus, acessível em: <https://blogueirasfeministas.com/2013/01/28/manifesto-transgenero/>

Identidades Trans da Cidade do México, chamou de *discriminação institucional*, que seria uma forma de discriminação 1) não mais individual, mas de abrangência social-institucional; 2) estruturada a partir de condições inadequadas que tornam um ou mais sistemas institucionais em fontes de exclusão de pessoas trans de políticas de saúde, educação, trabalho, etc.; 3) que diminui ou dificulta a proteção e o apoio do Estado a vítimas de crimes motivados por ódio; 4) que relega as pessoas trans a uma condição de inumanidade, ao não reconhecer suas identidades e não oferecer estruturas para que suas cidadanias sejam viabilizadas (Suárez, 2008).

Não é de hoje que o Estado brasileiro protagoniza discriminação institucional contra a população trans e travesti. Um exemplo concreto de que a transfobia não só é institucionalizada, mas histórica, é trazido por Marley (*in* Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU, 2017), que faz um relato aterrador de uma verdadeira política persecutória da ditadura militar às minorias trans e travestis:

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), sob o discurso de que a homossexualidade era um “desvio moral”, “atentado às famílias” e uma estratégia comunista, não foram poucas as violentas políticas de higienização, repressão, censura e torturas realizadas pelo poder público no sentido de oprimir LGBT. Exemplo de como o Estado operava neste cenário era a Portaria nº 390/1976, da Delegacia Seccional Centro, em São Paulo, que não somente autorizava a prisão de travestis, como era realizado um cadastro policial das mesmas, cadastro este ilustrado com a foto “das pervertidas” (p.36)

Desde a ditadura, a constante e incansável luta da militância LGBTIA+ e de seus aliados galgaram avanços como o reconhecimento estatal das uniões estável e civil de casais LGBTIA+ e a obrigatoriedade de que cartórios registrem tais uniões; o direito à declaração conjunta de renda desses casais perante a Receita Federal; e a recente (e

histórica) equiparação da LGBTIA+fobia ao crime de racismo até que norma específica seja editada, segundo determinou o Supremo Tribunal Federal¹⁶.

Outro exemplo de campo de disputa onde opera a transfobia institucionalizada é a histórica luta da população LGBTIA+ brasileira pelo direito de doar sangue. Até pouquíssimo tempo (isto só mudou entre maio e julho de 2020 por decisão do Supremo Tribunal Federal^{17,18}), com base em regulamentações técnicas defasadas e preconceituosas, a Portaria do Ministério da Saúde (MS) 158/2016 (regulamentadora dos procedimentos hemoterápicos como a doação de sangue) considerava inaptos para a doação de sangue homens que tiveram relações sexuais com outros homens nos últimos 12 meses, mesmo no caso de relações seguras (Souza Júnior et al., 2020).

Embora a restrição em tese se aplicasse apenas a homens cisgêneros gays, as mulheres trans e travestis eram também impedidas de doar sangue. Em um exemplo concreto de transfobia validada pelo Estado, elas eram sumariamente consideradas “homens que fazem sexo com outros homens” durante as triagens clínicas, mesmo 1) sendo mulheres e 2) que pudessem ser lésbicas (relacionando-se, portanto, com outras mulheres). Com a recente revogação das restrições de doação de sangue pela comunidade LGBTIA+, espera-se que a população trans e travesti sofra uma discriminação institucional a menos, mas considerando o histórico apresentado, é necessário mais tempo para avaliar se os seus direitos serão de fato respeitados.

¹⁶ **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa** disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>

¹⁷ **Proibição de doação de sangue por homens homossexuais é inconstitucional, decide STF** <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443015&ori=1>

¹⁸ **Após decisão do STF, Anvisa revoga restrição à doação de sangue por homens gays** <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/07/08/apos-decisao-do-stf-anvisa-revoga-restricao-a-doacao-de-sangue-por-homens-gays.ghtml>

Conforme os exemplos apresentados bem ilustram, a aplicação prática das políticas e direitos conquistados pela população LGBTIA+ muitas vezes não contempla a população transgênero, tanto pela falta de serviços e dispositivos públicos voltados para as especificidades desse grupo, mas também pela obstaculização do seu acesso às políticas e dispositivos já existentes, o que Bento (2014) chamou de “cidadania precária”. Um exemplo disso, relativamente recente, vem do texto sancionado para a Lei Nº 13.104, de 9 de Março de 2015 (Brasil, 2015), que tornou o feminicídio crime hediondo perante a lei. Em razão de pressões e protestos da ala conservadora da Câmara de Deputados, a palavra “gênero” que constava no texto original foi substituída por “sexo”, o que excluiu os homicídios contra pessoas transgêneras do escopo dessa legislação.

Outra dificuldade marcante enfrentada pela população trans no Brasil é o acesso a políticas de saúde específicas, especialmente os protocolos de transição fenotípica, conhecidos como Processo Transexualizador, disponibilizado no Brasil a partir de 2008 via Sistema Único de Saúde (SUS). O Processo Transexualizador foi instituído pelas portarias nº 1.707/GM/MS, de 18 de agosto de 2008 e nº 457/SAS/MS, de 19 de agosto de 2008, e atualmente é regulado a partir das portarias nº 1.579, de 31 de julho de 2013, e nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, todas do Ministério da Saúde.

O Processo Transexualizador trata-se uma integração de acompanhamentos psicoterápicos, hormonioterapia, procedimentos cirúrgicos etc., destinados a pessoas trans que desejam alterar suas aparências e/ou caracteres sexuais para corresponder ao seu gênero identitário. Embora essa política também possa ser entendida como um benefício para a saúde integral das pessoas transgêneras, a patologização ainda se faz presente em sua lógica. Na medida em que tal política fundamenta-se sobre a já superada ideia de que a identidade trans é um transtorno, um adoecimento que precisa de um

diagnóstico formal, o acesso ao Processo Transexualizador é materializado como um paliativo, uma medida reparadora.

Em outras palavras: em vários países, o Brasil entre eles, para acessar dispositivos, políticas e protocolos de saúde específicos, uma cidadã ou cidadão transgênero precisa de um diagnóstico médico atestando que sua identidade é um adoecimento. Como repercussão dessa condicionalidade, a expressiva parcela da população transgênero que não pode acessar o Processo Transexualizador, seja por não atender a todos os critérios diagnósticos (que demandam um verdadeiro e longo escrutínio médico e burocrático), seja por opor-se à ideia de que suas identidades de gênero são patologias; termina se afastando dos dispositivos e políticas de saúde, colocando em risco a própria integridade física ao submeter-se a intervenções corporais clandestinas, muitas sem as condições adequadas de higiene e segurança (Santos, 2014; Mazaro & Cardin, 2017; Teixeira, 2009).

A população trans também enfrenta dificuldades no acesso aos direitos previstos pela Política Nacional De Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais¹⁹, publicada em 2013 e instituída pela portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde. Essa política tem como objetivo geral “promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo” (Ministério da Saúde, 2013, p.18).

Mesmo com uma proposta admirável, há uma distância marcante entre o objetivo dessa política e sua execução na realidade concreta. A recente revisão de literatura

¹⁹ **Política Nacional De Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** – Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

realizada por Pereira e Chazan (2019) sobre o acesso da população trans à atenção primária em saúde (primeiro nível da Política Nacional de Saúde Integral) identificou que há dificuldades não apenas em acessar os serviços e políticas de saúde, mas que o próprio sistema é fragmentado e distante da integralidade pretendida (Pereira & Chazan, 2019).

Esses mesmos autores também identificaram outros problemas enfrentados pela população trans nessa seara, como “ausência de equidade e acolhimento, ausência de descentralização e regionalização da atenção [...], as barreiras geográficas, tempo para o deslocamento e custos implicados, bem como a oferta de serviço e profissionais qualificados para a atenção desejada [...], situações constrangedoras, acesso negado [...] e relatos de violência simbólica” (Pereira & Chazan, 2019, pp.7-8).

Nesse escopo, há outras barreiras e dificuldades impostas à execução dos ainda poucos direitos alcançados pela população trans brasileira. Citamos como exemplo o Decreto 8727, assinado em 26 de abril de 2016 pela então presidenta Dilma Rousseff, que regulamenta o uso do nome social e institui “o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (Brasil, 2016). Apesar do que determina esse decreto, e das várias legislações nos níveis estadual e municipal que foram instituídas a partir dele, há inúmeros relatos na mídia e na imprensa de pessoas trans que continuam sendo constrangidas ao serem chamadas por seus nomes de registro em instituições públicas como universidades²⁰, por exemplo.

²⁰ **“Transexuais devem ter nome social respeitado na Unesp de Araraquara”** - <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2017/02/alunos-trans-devem-ter-nome-social-respeitado-na-unesp-de-araraquara.html>

“13 universidades federais não têm resolução para uso do nome social”
<https://g1.globo.com/educacao/noticia/14-universidades-federais-nao-tem-resolucao-para-uso-do-nome-social.ghtml>

Ainda que, conforme Busin (2015) enfatiza, seja importante reconhecer algumas iniciativas e políticas públicas que precisam ser replicadas e multiplicadas, como as delegacias especializadas em crimes contra a diversidade, como a Delegacia de Grupos de Vulneráveis (Aracaju-SE); e dispositivos de saúde como Ambulatórios voltados especificamente ao cuidado com a saúde integral de pessoas trans, a exemplo dos estruturados em João Pessoa – PB, Belo Horizonte - MG, São Paulo – SP e, mais recentemente, na cidade lócus de nosso estudo, Natal - RN²¹; há de se reconhecer que ainda são iniciativas isoladas e que precisam de uma abrangência muito maior, a fim de alcançar a maior parte dessa população que, infelizmente, não tem acesso a tais políticas e direitos (Chagas, 2017; Dias et al.,2015).

É importante destacar que não pretendemos aqui esgotar o rol de contravenções estatais sofridas pela população trans, mas oferecer alguns elementos que ilustrem como a patologização de gênero e a transfobia interseccional afetam esse grupo em diferentes espaços sociais e políticos, em ressonância com as violações sofridas nos âmbitos familiares e escolares.

Buscando o afunilamento das reflexões traçadas até aqui na direção do objeto de estudo desta tese, reforçamos que a marcante sobreposição dessas interdições afeta outras importantes esferas de vida da população transgênero, notadamente a do trabalho (Santos & Pereira, 2017), conforme discutiremos daqui por diante nesta tese.

²¹ **Ambulatório de transexuais e travestis é inaugurado em Natal** – Disponível em <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/01/31/ambulatorio-de-transexuais-e-travestis-e-inaugurado-no-hospital-giselda-trigueiro-em-natal.ghtml>

1.4. Interdições sobrepostas e a esfera de vida do trabalho

A partir dos já discutidos obstáculos à obtenção de educação formal, que é reduzida em razão das violências sofridas nos ambientes educacionais (Almeida & Vasconcellos, 2018; Andrade, 2012; Souza, 2019), associados às frequentes falta de suporte familiar e expulsão dos lares (Fedorko & Berredo, 2017; *Gender Spectrum*, 2017; Pessoa, 2013) e à quase inexistência de políticas públicas afirmativas e legislações protetivas (Jesus, 2016, 2019; Motta, 2016; Pereira & Chazan, 2019), as pessoas trans veem-se confrontadas com uma marcante desigualdade socioeconômica e com diversos níveis de vulnerabilidade psicossocial (Busin, 2015; Chagas, 2017; Silva, 2012; Torres & Prado, 2014).

Como desdobramentos diretos dessas interdições, há o empobrecimento dessa população e a dificuldade de ascensão social (Andrade, 2012; Fedorko & Berredo, 2017; Silva & Feitosa, 2017), elementos que contribuem ainda mais com a marginalização sofrida por esse grupo em praticamente todas as suas esferas de vida (Assis, Soares & Motta, 2014; Souza, 2019; Jesus, 2016).

Conforme discutimos nesse capítulo, a patologização do gênero se torna, por intermédio da transfobia interseccional, patologização das próprias existências trans na medida em que família, escola, Estado e tantas outras estruturas sociais são fortemente marcadas por interdições e cerceamentos na vida dessas pessoas. Por meio das múltiplas violências sofridas em razão disso, é patente a vulnerabilidade social e econômica das pessoas trans no Brasil (Andrade, 2012; Busin, 2015; Pelúcio, 2005; Pereira & Chazan, 2019; Tagliamento, 2012).

Dentre as esferas de vida afetadas pela marcante vulnerabilidade social imposta à população trans, a do **trabalho**, campo de principal interesse da presente pesquisa, tem

lugar de destaque e gera repercussões de diversas ordens (Almeida & Vasconcelos, 2018; Fachinni, 2012; Jesus, 2016, 2019; Oliveira, 2016). Nesse sentido, o Capítulo 2 será dedicado a caracterizar e compreender essas repercussões a partir dos arranjos e particularidades do trabalho nas vivências das pessoas transgêneras.

CAPÍTULO 2 - O TRABALHO PARA AS PESSOAS TRANSGÊNERAS

Neste capítulo, discutiremos como o trabalho pode representar para as pessoas transgêneras, à luz das condições em que é vivenciado por essa população, um contexto de tensionamentos em que se manifestam não apenas a patologização do gênero e a transfobia interseccional, mas uma miríade de significações possíveis. Para tanto, consideraremos os impedimentos e possibilidades vivenciados por essa população no mundo do trabalho, e os relatos da literatura sobre seus anseios pessoais, sociais e políticos sobre essa esfera de vida.

Nessa perspectiva, discutiremos na primeira seção do Capítulo 2 sobre como o próprio sistema capitalista afeta diretamente as vivências da população trans na sociedade de trabalho. Seguiremos na segunda seção para uma caracterização das dificuldades enfrentadas por esse grupo em diferentes contextos laborais, tanto no nível mundial quanto na realidade brasileira. Por fim, discutiremos uma série de achados da literatura que apontam o trabalho como uma fonte possível de inclusão e cidadania para a população trans, pavimentando o caminho para a apresentação de nossas questões de pesquisa e dos referenciais teóricos e metodológicos mobilizados para respondê-las.

2.1. Transfobia estrutural e trabalho no sistema capitalista:

No Capítulo 1, concluímos que o preconceito e as dificuldades enfrentadas pelas pessoas transgêneras são o expoente de processos históricos e sociais que passam pelas origens médicas da patologização das identidades trans. Juntam-se ao discurso médico patologizante sistemas de dominação como o cisgenerismo, o heteropatriarcado e o racismo estrutural. Essa intersecção de interdições marginaliza a população trans em diversas esferas de suas vidas, como nos contextos familiares, escolares e estatais,

configurando verdadeira vulnerabilidade psicossocial para essa população, sendo o mundo do trabalho um dos campos de maior exclusão para esse grupo.

Partimos do pressuposto de que qualquer discussão sobre o trabalho para as pessoas trans precisa ser contextualizada a partir do próprio sistema capitalista que o emoldura e define. É importante destacar que aqui não pretendemos realizar uma discussão ontológica aprofundada sobre o capitalismo enquanto sistema econômico e suas diversas contradições, e sim sobre como esse modelo fomenta e determina as dificuldades enfrentadas pelas identidades trans na sociedade do trabalho.

Feita essa ressalva, alguns resgates são essenciais para a análise aqui proposta. Primeiro, tal qual o faz Marinho (2018), precisamos discutir o trabalho a partir de sua ontologia e determinações sociais no contexto capitalista. Nesta tese, entendemos o trabalho como um processo dialético e teleológico, conforme definição da ontologia marxiana do ser social (Bhattacharya, 2019; Peto & Veríssimo, 2018). A partir dessa perspectiva ontológica, o “trabalho é a atividade que não se restringe a realização de um produto, mas de um processo de consciência para sua efetivação por meio da capacidade teleológica inerente ao ser social” (Marinho, 2018, p.604).

Essa concepção de trabalho baseada no materialismo marxiano traz para um lugar central a própria história enquanto produto e processo da ação humana (Peto & Veríssimo, 2018; Marinho, 2018). Esse importante aspecto determina que, conforme Marx e Engels (2007) definem, o trabalho é categoria ontologicamente fundante do próprio ser social, posto que é por meio da satisfação das necessidades humanas pelas atividades dos trabalhadores, que a própria história humana (também material) torna-se possível.

O capitalismo, consolidado como modelo econômico vigente na maior parte do mundo, implica necessariamente uma contradição com a concepção marxiana de trabalho.

Isso ocorre pois o trabalho é cooptado pelo capital nas economias capitalistas, que por sua vez pressupõem necessariamente o antagonismo entre duas grandes classes: a burguesa, dominante dos meios de produção e, portanto, do próprio capital; e a classe trabalhadora que, impedida de acessar os meios de produção, é obrigada a negociar sua força de trabalho (Marinho, 2018; Peto & Veríssimo, 2018).

Assim, o trabalho na lógica capitalista torna-se uma mercadoria (Marx, 2013), posto que é vendida pelos trabalhadores aos detentores do meio de produção, em troca de uma retribuição monetária necessária para seu sustento, sendo esse último também regulado pela sociabilidade capitalista. Para Marx (2005, 2013), é justamente a noção de mercadoria o ponto inicial para compreender as determinações dos modos de produção capitalistas. Segundo esse importante pensador, o acúmulo de mercadorias como símbolo máximo da riqueza no capitalismo oculta os processos de desigualdade social que são inerentes a esse modelo, pois toda a sociedade de trabalho é estruturada sob a lógica do consumo (Marinho, 2018). Nesse processo, o valor social do trabalho é abstraído, e passa a ser medido pelo valor atribuído às próprias mercadorias. Conforme nos indica Lima (2015), Marx chamou esse processo de “fetichismo da mercadoria”.

Tal qual nos lembra Marinho (2018), citando Santos e Oliveira (2010), numa sociedade em que “tudo é mercadoria [...], as condições materiais se constituem num grande obstáculo que limita o desenvolvimento pleno e livre da individualidade, [...] reproduzindo práticas que reiteram processos de alienação e subalternidade (Santos & Oliveira, 2010, p.12 *apud* Marinho, 2018, p.605). Acompanham esses processos outros marcadores centrais das sociabilidades capitalistas: relações de exploração e dominação fortemente hierarquizadas, em que categorias sociais privilegiadas pela máquina do capital se mantêm no poder (concreto e simbólico) às custas de quem está nas margens

da sociedade do trabalho (Bhattacharya, 2019; Silva, 2020). Essas relações de desigualdade e subalternização de várias classes e grupos no capitalismo são erigidas também sobre relações de gênero e de raça/etnia, discussão introduzida no capítulo 1, à qual daremos prosseguimento a partir de agora.

Segundo a importante socióloga brasileira, feminista e marxista, Heleieth Saffioti (1997, 2013), as relações patriarcais de gênero, em um “nó” indissociável junto à classe e à raça/etnia, estruturam as desigualdades sociais em nosso país e em quaisquer outras sociedades capitalistas. Conforme bem resume Marinho (2018), a metáfora de Saffioti para o “nó” entre esses marcadores revela “a simbiose entre capitalismo, patriarcado e racismo” (p.606). Para entender como essa simbiose opera na realidade da população trans brasileira, precisamos entender dois importantes conceitos da sociabilidade capitalista: “relações patriarcais de gênero” e “reprodução social”. Refletiremos a seguir sobre cada uma dessas concepções e seus impactos sobre as pessoas trans em contextos capitalistas.

Segundo Safiotti (2004), a terminologia “relações de gênero” não contempla sozinha as discussões referentes ao lugar da mulher e de outros grupos subalternizados em razão do gênero em economias capitalistas. Para essa autora, pensar relações de gênero no capitalismo requer não apenas entender os diferentes lugares sociais que homens e mulheres ocupam, que papéis desempenham, mas reconhecer que há, de partida, uma contundente desigualdade entre os gêneros.

Tal desigualdade não é situacional ou inerente à biologia dos sexos, mas ideológica e estruturante do próprio capitalismo na forma do patriarcado. O patriarcado como elemento fundante do capitalismo coloca o homem como centro do sistema: é monopólio do homem o papel de provedor, de chefe da família, de quem decide os rumos

da família e da sociedade (dos Santos Souza, 2016). A própria família se torna mercadoria no sistema capitalista, da qual o homem é o soberano proprietário.

Se de um lado o patriarcado confere aos homens os maiores privilégios numa sociedade capitalista, relega as mulheres a lugares subalternos na hierarquia do tecido social (Silveira & Costa, 2015). Incumbidas de cuidar do lar e da prole enquanto os homens saem para trabalhar, é esperado das mulheres que desempenhem o trabalho reprodutivo não remunerado (Melo & Castilho, 2009; Silva, 2020) através dos cuidados domésticos, limpeza, preparo de refeições e cuidados dos filhos.

Mesmo quando trabalham também fora de casa, o patriarcado impõe desigualdades às mulheres na forma de remunerações mais baixas que a de homens (mesmo com qualificações iguais ou superiores às deles), menores oportunidades de inserção em áreas outras que não aquelas socialmente consideradas “femininas” (*care*, educação, estética, etc) e de promoção a cargos de gestão (Melo & Castilho, 2009; Silveira & Costa, 2015; Silva, 2020). No caso das mulheres negras, além de todas as demais dificuldades já discutidas, o patriarcado se entrelaça com o racismo e promove desigualdades ainda mais acentuadas. Às mulheres negras são destinados pelo capitalismo os subempregos, a informalidade, a não-garantia de direitos trabalhistas, de saúde e educação (Bhattacharya, 2019; Martins, 2012).

É a partir dessa nociva interação entre capitalismo, gênero e raça que Safiotti (2004) propõe o uso da terminologia de “relações patriarcais de gênero”. Na concepção dessa importante pensadora, essa expressão denuncia que o patriarcado, enquanto fundante do sistema capitalista, determina contornos de desigualdade e desumanização a partir do gênero e da raça (Marinho, 2018). Essa perspectiva nos mostra que, quão mais distantes dos ideais conservadores de masculinidade, de cisheterossexualidade e

branquitude, mais afetadas pelas relações patriarcais de gênero são as pessoas na sociedade do capital.

Essa noção fatalmente situa as pessoas transgêneras no centro dos processos de exclusão e desigualdade mobilizados pelas relações patriarcais de gênero (Marinho, 2018; Marinho & Almeida, 2019; Phipps, 2020; Silva, 2020). Primeiro, porque essas relações pressupõem uma estabilidade de gênero e corpos, que devem ser compatíveis e condizentes não só com o sexo biológico, mas com os papéis sociais definidos pelo patriarcado como de homens e de mulheres na sociedade capitalista. Essa exigência se alinha com a já discutida inteligibilidade de gênero (Bento, 2006), que patologiza as identidades trans justamente por se afastarem da noção de gênero estático e condicionado pelos caracteres anatômicos.

Numa sociedade capitalista, a pessoa transgênera, “[...] por escapar dos padrões de gênero que incidem também sobre a sexualidade e por afrontarem o patriarcado (o status quo da dominação-exploração masculina), sofre a transfobia” (Marinho, 2018, p. 607). Essa transfobia é intensificada pela sociabilidade capitalista na medida em que ela se apoia e favorece a manutenção do *status quo* por intermédio da sintonia com ideologias sexistas, machistas, religiosas e conservadoras (Marinho & Almeida, 2019; Oliveira, 2016; Phipps, 2020), que recorrentemente ecoam discursos transfóbicos de diversas ordens.

Além de confrontar diretamente a estabilidade de gênero demandada pelo patriarcado, as identidades trans, especialmente as mulheres trans e travestis, entram em conflito direto com a tessitura social capitalista ao cometer um dos mais graves “pecados” do capitalismo patriarcal: ao identificar-se com e vivenciar um gênero diverso do masculino a elas atribuído em seu nascimento, as mulheres trans abrem mão dos

incontáveis privilégios e das funções sociais destinadas ao papel masculino que as relações patriarcais de gênero determinaram que deveriam desempenhar (Marinho, 2018; Phipps, 2020; Silva, 2020)

Esse rompimento ativo da ordem patriarcal pelas mulheres trans e travestis as torna o alvo predileto da transfobia mobilizada pelas relações patriarcais de gênero. Marinho (2018) resume de maneira contundente essa retaliação ao afirmar que essas pessoas,

[...] ao rejeitarem o papel da dominação-exploração masculina originalmente a elas reservado (quando ao nascer, assignadas como homem), [...] são vítimas do patriarcado, não tanto por subverterem o padrão de gênero, mas por serem agora associadas ao feminino (e desejarem isso), o que na cultura patriarcal é valorado como algo menor, inferior. Sem legitimidade social na ordem patriarcal de gênero para esta vivência, são lidas como aquelas que ferem a honra masculina, já que alguém que nasceu com a genitália masculina tem um falo a zelar e não pode estar associado ao que é inferior. (Marinho, 2018, p.608).

No caso dos homens trans, o confronto com as relações patriarcais de gênero possui contornos um pouco diferentes. Em comum com as mulheres trans, há a ruptura com o gênero atribuído no nascimento. Entretanto, aqui o gênero identitário a ser vivenciado é o masculino, detentor dos privilégios do patriarcado (Marinho, 2018). É justamente pelo gênero masculino ser considerado superior na lógica patriarcal capitalista, que os homens trans afrontam o sistema que a eles reservava não o lugar de quem domina, mas de quem é dominado (por terem sido designados como mulheres ao nascerem). Esse deslocamento na lógica dos papéis de poder transforma os homens trans em alvo da transfobia por, conforme aponta Marinho (2018) a partir de Almeida (2012), demonstrarem que existir enquanto homem não é uma experiência exclusiva do falo enquanto aparato biológico reificado pelo patriarcado.

Embora seja possível pensar que, por vivenciarem o gênero masculino dotado de privilégios na sociedade patriarcal capitalista, os homens trans tendem a sofrer menos preconceitos, essa é uma falsa prerrogativa. A transfobia ainda assim vitima os homens trans, pois em nossa sociedade machista e sexista, seus corpos são “ainda lidos como corpos femininos, são corpos que têm sofrido estupros, agressões e violências motivadas pela misoginia, sexismo, transfobia, que encontram raízes na ideologia patriarcal” (Marinho, 2018, p.608).

Antecipamos no início dessa seção que, para além das relações patriarcais de gênero, encontramos nas teorias de reprodução social da força de trabalho reflexões importantes sobre a transfobia originada nas sociabilidades capitalistas (Bhattacharya, 2019; Marinho, 2018; Silva, 2020). Adentraremos nessa discussão nos parágrafos seguintes.

Conforme discutimos no início deste capítulo, segundo Marx a força de trabalho é a mercadoria central para o funcionamento do sistema capitalista, aquela que é vendida pelo trabalhador aos detentores dos meios de produção (Bordalo, 2005; Marinho, 2018; Peto & Veríssimo, 2018). Como bem observa Bhattacharya (2019), é essencial abordar a questão sobre como essa força de trabalho é produzida antes de poder ser vendida ao capitalista. Segundo essa autora, coube ao trabalho de pesquisadoras marxistas e feministas posteriores a Marx (como Martha Gimenez, Lise Vogel, Johanna Brenner e Susan Ferguson) refletir sobre e responder essa importante questão.

Se pudéssemos destacar uma resposta para essa questão a partir das reflexões aqui apresentadas, diríamos que a força de trabalho é “[...]produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num local ‘baseado em laços de parentesco’ chamado *família*” [grifo nosso] (Bhattacharya, 2019, p. 102). O gráfico abaixo (Figura 4) elaborado a partir de

Bhattacharya (2019), ilustra os principais processos interconectados através do qual o espaço familiar sustenta a produção e reprodução da força de trabalho:

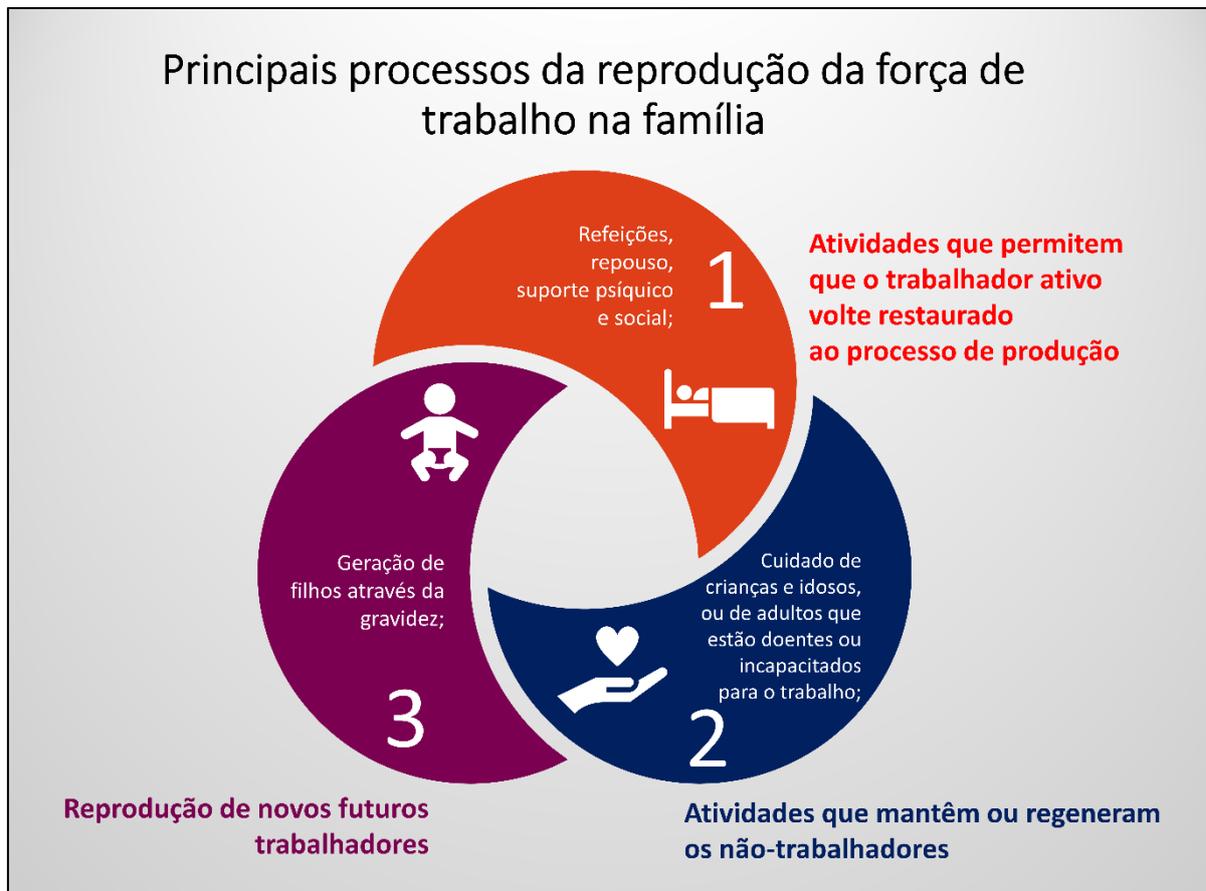


Figura 4. Processos de reprodução social na família, a partir de Bhattacharya (2019) ²²

Uma rápida análise dos processos de reprodução da força de trabalho elencados por Bhattacharya (2019) apontam um protagonismo óbvio: todos eles são realizados em maior grau (preparo de refeições, afazeres domésticos, cuidados de filhos e doentes, por exemplo) ou quase totalmente (como no caso da gravidez e do parto) pelas mulheres. E mais: todo esse trabalho, que exige muitas horas e esforço das mulheres, é realizado de

²² Adaptado pelo autor a partir de Bhattacharya (2019). Infográfico produzido a partir de modelo fornecido gratuitamente pelo site www.presentationgo.com

maneira não-remunerada e, na absoluta maioria das vezes, conciliando-o com outras jornadas paralelas de trabalho no mercado de trabalho (Melo & Castilho, 2009; Silveira & Costa, 2015).

Estabelece-se aí o cerne do que denunciam as teorias de reprodução social: para que o capitalismo se sustente, é preciso não só que os trabalhadores sejam mantidos, cuidados e “recarregados” para que possam continuar produzindo a partir de sua força de trabalho, mas que o sistema gaste o mínimo ou nada com isso. Ademais, é necessário que o contingente de trabalhadores seja renovado constantemente fora da economia formal, mas de forma a retroalimentá-la com um excedente populacional (Eскурra, 2020) a postos para manter o sistema em funcionamento.

Considerando que o capitalismo coloca a cargo das mulheres e do feminino praticamente toda a carga da reprodução social da força de trabalho, e sem remunerá-las sob o falso pretexto de que a família não faz parte do domínio da produção de bens, estabelece-se assim mais uma relação de opressão pautada no gênero. Isso reforça a indissociabilidade (já discutida neste capítulo) entre a discussão de classe e a de gênero em contextos capitalistas, especialmente quando busca-se combater a opressão sofrida por grupos vulnerabilizados e minoritários a partir de relações patriarcais de gênero. Entendidos os contornos gerais das teorias de reprodução social, temos elementos para entender como as relações de opressão envolvidas na reprodução social da força de trabalho afetam a população trans numa sociedade capitalista como a nossa. Para prosseguir nesta análise, retomemos alguns elementos discutidos até aqui.

Primeiro, a necessidade do capitalismo de que a classe trabalhadora seja sempre acrescida em números pela geração de filhos, os novos futuros trabalhadores. Em segundo lugar, a estruturação do sistema capitalista utilizando a família como núcleo de

reprodução social, onde uma quantidade robusta de trabalho não-remunerado é desempenhada pelas mulheres para viabilizar a manutenção das vidas dos trabalhadores que a compõem e dos que virão a se tornar novos trabalhadores (como as crianças) (Silveira & Costa, 2015). Esses dois aspectos alicerçam uma das principais fontes da transfobia enraizada no capitalismo: a compulsoriedade da heterocissexualidade monogâmica como centro dos núcleos familiares (Silva, 2020).

A sociabilidade capitalista reifica relações entre pessoas heterossexuais e cisgênero pois, em primeiro lugar, são os formatos mais normativos de geração de filhos para compor a renovação contínua da classe trabalhadora (Silva, 2020). Embora pessoas trans também possam conceber e dar à luz a filhos em formatos familiares menos tradicionais, isso vai de encontro à outra necessidade estrutural do capital que discutimos: a de manutenção dos papéis conservadores de gênero que relegam às mulheres e ao feminino o desempenho do trabalho reprodutivo não-remunerado que viabiliza a reprodução social da força de trabalho (Melo & Castilho, 2009).

Assim, as identidades de gênero, orientações sexuais e arranjos familiares que rompem a equação “marido-cis-hétero-chefe-de-família” + “mulher-cis-hétero-trabalhadora-e-mantenedora-do-lar” = “filhos-cis-héteros-futuros-trabalhadores” são automaticamente coibidos nas sociedades capitalistas, por supostamente ameaçarem a família e o futuro da economia, discurso falacioso que todas/todos já ouvimos repetido inúmeras vezes pelas vozes conservadoras e transfóbicas em nosso país.

Marinho (2018) e Silva (2020) alertam para outras manifestações da transfobia arraigada nas relações de reprodução social da força de trabalho. As autoras denunciam que não é apenas nos âmbitos familiar, social e moral em que o capital age para cercar as pessoas transgêneras (consideradas dissidentes do modelo familiar

heterocismonogâmico esperado), mas também em sua inscrição social como força de trabalho.

Nas sociedades capitalistas, as pessoas transgêneras são frontalmente desvalorizadas por meio da contração de seus salários e, especialmente no caso das mulheres trans, são impossibilitadas de acessar postos de trabalho formal e assalariado (Silva, 2020; Fedorko & Berredo, 2017; *Trans Equality*, 2015). Assim, e conforme abordaremos de maneira aprofundada no restante deste capítulo, a população trans é empurrada para a informalidade, notadamente a prostituição (Almeida & Vasconcellos, 2018; Busin, 2015; Fachinni, 2012; Jesus, 2016; Moura & Lopes, 2014).

Além de gerar repercussões sociais gravíssimas para esse grupo, esse processo de exclusão no mundo do trabalho também insere compulsoriamente as pessoas trans no que Silva (2020) chama de um exército industrial de reserva “facilmente mobilizado para setores como telemarketing, por exemplo, quando a indústria passa por períodos de depressão e pretende empregar mão de obra ainda mais barata” (Silva, 2020, publicação online²³).

Por intermédio das reflexões apresentadas nessa seção, podemos concluir que o preconceito transfóbico é fomentado também pelo capitalismo de maneira indissociável com as demais estruturas de opressão advindas do discurso médico patologizante, do racismo, do patriarcado e dos substratos históricos e sociais expressos nos ambientes familiares, escolares e do próprio Estado. Essa compreensão nos permite, conforme problematizam Marinho (2018), Marinho e Almeida (2019), Phipps (2020) e Silva (2020), superar a ideia simplista de que o preconceito que vitima a população transgênero

²³ Maíra “Mee” Silva (2020) - **Teoria da reprodução social e opressão a LGBTQIAPs**. Portal Marxismo Feminista. Disponível em: <https://marxismofeminista.wordpress.com/2020/06/30/teoria-da-reproducao-social-e-opressao-a-lgbtqiaps/?fbclid=IwAR3ByqwG2ufWzlhwr7Jq-4euogPjhWJT-EImdVPbkKv8e24AJTFCsdTEA00>

é meramente moral ou histórico, herança dos manuais nosológicos que até dias recentes patologizavam suas identidades. Especialmente no tocante ao mundo do trabalho, essas reflexões nos ajudam a entender que a transfobia interseccional e a patologização das identidades transgêneras são *uma necessidade estrutural* do próprio capitalismo.

Daí urge a necessidade, para a qual nos convocam Bhattacharya (2019) e Silva (2020), de compreender como uma unidade dialética a relação entre opressão e exploração, situando as vivências da população trans e travesti na sociedade do trabalho a partir de uma perspectiva interseccional atenta à historicidade inerente aos seus processos. Destarte, é sob esse ângulo que buscaremos analisar, a seguir, os achados da literatura sobre as vivências trans no mundo do trabalho.

Nessa direção, foi possível identificar na literatura consultada uma *variação importante* na experiência das pessoas trans quanto ao trabalho. Um primeiro e robusto grupo de estudos, demonstra as várias repercussões negativas da transfobia estrutural sobre os diferentes espaços e ocupações laborais das pessoas transgêneras. O outro grupo de estudos, embora menor em números, sinaliza para possibilidades e caminhos pelos quais o trabalho pode tornar-se um campo de *experiências positivas* para as pessoas trans, mesmo com os desafios impostos pela transfobia. Abordaremos essas duas tendências nas seções a seguir, iniciando pela primeira, que denuncia os impactos concretos e simbólicos da transfobia sobre as vivências de trabalho da população trans em diferentes contextos.

2.2. O trabalho nos itinerários da transfobia - desafios e barreiras laborais nas vidas trans

Conforme discutimos até este momento, vários são os marcadores sociais, culturais e econômicos que interagem sobre as vidas das pessoas transgêneras na forma dos múltiplos preconceitos por elas enfrentados. O estigma persistente de que suas

identidades são doenças, o machismo, o racismo, a exclusão dos núcleos familiares e escolas, e a negligência estatal são cooptados e intensificados pelo sistema capitalista presente na absoluta maioria dos países. Esse verdadeiro quadro de opressões emoldura, assim, a marcante vulnerabilidade socioeconômica a que é submetida a população trans.

É justamente no mundo do trabalho em que esse sistema multideterminado de transfobia encontra uma de suas mais marcantes expressões. À luz das reflexões resgatadas a esse respeito, discutimos anteriormente sobre como as pessoas trans são empurradas para inserções informais no mercado de trabalho (Almeida & Vasconcellos, 2018; Moura & Lopes, 2014; REDE TRANS, 2017; *Trans Equality*, 2015). Vimos também que, na informalidade, a transfobia estrutural opera reduzindo as opções laborais a subempregos e, especialmente no caso das mulheres trans e travestis, à prostituição ou trabalho sexual (Busin, 2015; Fachinni, 2012; Fedorko & Berredo, 2017; Jesus, 2016; Marinho, 2018; Marinho & Almeida, 2018).

Esse estigma é predominante a ponto de influenciar as próprias representações culturais da identidade transgênera feminina e travesti. Macdowell (2008) faz referência à tendência do senso comum em associar instintivamente a mulher transgênera à prostituição. A autora cita um exemplo ilustrativo dessa perspectiva em nosso país, o Brasil: pelo menos até 2008, data de publicação de sua pesquisa, o agora extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em sua Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), “apontava as categorias ‘travesti’ e ‘transexual’ como sinônimas de ‘profissional do sexo’, profissão identificada pelo código 5198-05” (Macdowell, 2008, p. 6).

Acreditamos que essa representação também repercute no mundo acadêmico. Durante o processo de revisão da literatura nacional sobre o trabalho na realidade das pessoas trans, observamos que a maioria dos trabalhos identificados que investigam a

esfera de vida do trabalho das pessoas trans, o fazem a partir do recorte da prostituição. Não obstante ser essa tendência um provável reflexo das interdições que empurram a nossa população trans para o trabalho sexual, é importante vislumbrar e investigar outras possibilidades e formas de inserção laboral para esse grupo, especialmente na busca pela garantia de direitos e cidadania que geralmente lhe são negados na sociedade capitalista transfóbica (Amaral et al., 2014).

Dessa forma, consideramos essencial demarcar que, embora a prostituição seja o foco de parte expressiva dos estudos aqui resgatados e apresentados, nosso trabalho busca debruçar-se sobre as experiências e vivências de trabalho da população trans de maneira ampla, não apenas nesse contexto específico que infelizmente ainda é o destino compulsório de boa parte desse grupo. Isso posto, começaremos por apresentar os achados de pesquisas realizadas em diferentes países que refletem também a realidade das pessoas trans no Brasil, no que tange aos desafios e itinerários de exclusão enfrentados no mundo do trabalho.

Começemos pela pesquisa *The National Transgender Discrimination Survey* (NTDS) realizada pela entre 2008 e 2009, com a participação de 6400 pessoas trans adultas residentes nos Estados Unidos. Os achados dessa pesquisa de grandes proporções indicam a gravidade dos processos de exclusão que se manifestam nas vivências de trabalho desse grupo. Segundo a *Transgender Equality* (2015), ONG norte-americana responsável pelo referido levantamento, a NTDS constatou entre os participantes elevados índices de discriminação em todas as esferas de vida, resultando em pobreza, desemprego, falta de moradia, interações negativas com a polícia, encarceramento e mortes violentas motivadas pela transfobia. Em razão disso, muitas pessoas trans ouvidas pela pesquisa (10,8% das participantes) precisaram recorrer à prostituição como fonte de sustento,

enquanto várias outras (2,3% das entrevistadas) afirmaram ter precisado oferecer sexo em troca de moradia (*Transgender Equality, 2015*)

A *NTDS* também denuncia os impactos do racismo e do patriarcado nessas estatísticas. As pessoas trans negras foram maioria (39,9%) entre as que precisaram realizar trabalho sexual, seguidas das respondentes hispânicas e latinas (33,2%). O privilégio da branquitude opera dentro da transfobia estrutural: as pessoas trans que se identificaram como brancas tiveram a menor participação declarada no trabalho sexual compulsório (6,3%). O recorte de gênero se apresenta nitidamente em outro dado da pesquisa: as pessoas transfemininas foram duas vezes mais suscetíveis que as transmasculinas à prostituição como trabalho forçoso (*Transgender Equality, 2015*).

Outros achados da *NTDS* que gostaríamos de destacar referem-se aos impactos que família, educação e relação com o Estado (campos de tensionamento das vidas trans discutidos no capítulo 1) podem exercer sobre a inserção no mundo do trabalho. Segundo a pesquisa da *Transngeder Equality (2015)*:

1. A rejeição e violência na família apareceram como agravantes que duplicaram as chances de as participantes precisarem recorrer a subempregos e à prostituição;
2. No que tange à experiência nas escolas, 83,2% das trabalhadoras sexuais ouvidas vivenciaram problemas durante sua vida escolar, dos quais 51,2% relataram ter sofrido agressões físicas e 23,2%, violências sexuais, todas motivadas por transfobia. O abandono dos estudos em razão de tais violências foi relatado por 26,1% das trabalhadoras sexuais ouvidas, contra 10,8% de evasão relatada por quem não trabalhava com a prostituição;

3. O acesso a políticas públicas como as de moradia também é um campo de desafios, com 48,1% das pessoas trans trabalhadoras sexuais relatando ter vivenciado falta de moradia em algum ponto da vida (contra 14,2% dos que não realizavam esse trabalho). Nos abrigos públicos, 39,5% tiveram acesso negado e 35,3% foram expulsas.
4. A interação com instituições públicas de segurança como a polícia descortina uma série de violências institucionais às quais são submetidas as pessoas trans trabalhadoras do sexo, que relataram elevados índices de maus-tratos (64,1%) assim como violências físicas (12,9%) e sexuais (9,2%) perpetrados por policiais. Além disso, pessoas trans não-brancas tiveram duas vezes mais chances de serem presas arbitrariamente, quando comparadas com as pessoas trans brancas participantes;

Ecoando os achados da *Transgender Equality* (2015), várias pesquisas brasileiras denunciam as grandiosas dimensões com que a transfobia estrutural afeta todas as esferas de vida da população trans em nosso país, forçando uma parte expressiva desse grupo ao trabalho na prostituição (eg. Cabral & Silva, 2016; Carrijo, 2012; Ferreira, 2009; Magno, Dourado & Silva, 2018; Pelúcio, 2005; Olivar, 2014; Oliveira, 2016; Souza, Malvasi, Signorelli & Pereira, 2015). Qualitativamente, esses levantamentos e pesquisas revelam uma realidade para a qual nossa atenção é necessária: o trabalho compulsório na prostituição e em subempregos são produtos não só de uma intersecção de violências transfóbicas, racistas e patriarcais, mas também agudizam a vulnerabilidade já vivenciada pela população trans em outros domínios de sua vida, como acesso à renda, segurança, moradia, saúde e direitos civis.

Na literatura nacional temos trabalhos como os de Silva e Ornat (2018) e Nascimento (2014), que apontam as diversas e constantes formas de violência a que são submetidas as mulheres trans que realizam trabalho sexual. Segundo esses autores, devido à contundente marginalização imposta a essa população no Brasil, as violências que a vitimam são “naturalizadas” pela sociedade, entendidas como uma punição esperada pela “transgressão” corporificada por suas existências. O estudo de Davi e Bruns (2015) aponta que, diante da violência constante, o trabalho de pessoas trans na prostituição é permeado pelo medo, pelo confronto com o incerto, fatores que favorecem o uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas como um recurso para diminuir o intenso sofrimento de seus cotidianos.

Já a investigação realizada por Olivar (2014) sobre os mercados do sexo numa cidade fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia enfatiza que as circunstâncias familiares, econômicas e sociais têm um impacto direto na inserção das participantes trans entrevistadas na prostituição, denunciando que os dispositivos legais e jurídicos que deveriam proteger essas pessoas falham por não contemplarem suas realidades, suas particularidades.

Nessa mesma direção, o importante relatório “O círculo vicioso da violência: pessoas trans e gênero-diversas, migração e trabalho sexual” (2017), organizado por Boglarka Fedorko e por **Lukas Berredo**, homem trans brasileiro e coordenador do projeto internacional *Transrespect vs Transphobia* (TvT), sistematiza e evidencia a perspectiva de que os subempregos, especialmente o trabalho sexual compulsório, é destino e ponto de partida de violências transfóbica interseccionais, a partir do monitoramento de dados coletados desde 2008 em vários países do mundo.

Com base em pesquisas e monitoramentos realizados pela ONG europeia *Transgender Europe (TGEU)*, Fedorko e Berredo (2017) alinham-se com os achados da *NTDS* e das pesquisas brasileiras anteriormente mencionadas, ao denunciar que a falta de oportunidades em outros campos de trabalho parece ser a principal via de inserção de pessoas trans na prostituição. Citando pesquisa realizada pela *TGEU* com pessoas trans da Espanha, Geórgia, Polônia, Sérvia e Suécia, Fedorko e Berredo (2017) apontam que 40% das participantes alegaram ter recorrido ao trabalho sexual por não ter outras vias de inserção laboral. Vários trabalhos brasileiros substanciam essa imposição gerada pela falta de oportunidades no mercado formal (eg. Cabral & Silva, 2016; Carrijo, 2012; Ferreira, 2009; Magno, Dourado & Silva, 2018; Pelúcio, 2005, 2006; Oliveira, 2016; Souza, Malvasi, Signorelli & Pereira, 2015).

Conforme destacamos no início dessa seção, embora a maior parte dos estudos sobre o trabalho da população trans situe-se no recorte da prostituição como destino compulsório, denunciando uma pleora de dificuldades e riscos enfrentados por esse grupo nessa ocupação, compreendemos que esse campo de inserção não é o único moldado pela transfobia estrutural. É essencial que nos debrucemos também sobre as barreiras enfrentadas pela população trans no acesso e permanência ao/no mercado *formal* de trabalho (Almeida & Vasconcellos, 2018; Carrieri & Aguiar, 2014; Marinho, 2016; Moura, 2015; Pedra, Souza, Rodrigues & Silva, 2018; Prado & D'Angelo, 2017; Teixeira & Porém, 2019).

O acesso das pessoas trans a postos de trabalho formais é dificultado tanto pela baixa escolaridade quanto pelo elevado preconceito transfóbico que marca grande parte das instituições de trabalho (Almeida & Vasconcellos, 2018; Fedorko & Berredo, 2017; Jesus, 2016; Kulick, 2008). Esse tipo de preconceito organizacional materializa-se, para

além da transfobia estrutural e interseccional já discutida, mediante a noção explorada por Carrieri, Souza e Aguiar (2014) e por Tauches (2006), de que há uma hierarquia de gênero e sexualidade no mundo do trabalho que valoriza homens, masculinidade e heterossexualidade, preterindo mulheres, feminilidade e identidades de gênero e orientações sexuais não-normativas.

Butler (2010) chama essa hierarquização de matriz heterossexual do trabalho, estrutura simbólica que determina a necessidade de um sexo e um gênero estáveis e coerentes para que pessoas sejam aceitas e compreendidas nas organizações. Num exemplo prático de como tal matriz excludente opera sobre a população transgênera no mundo do trabalho, podemos citar a transfobia sofrida pelas pessoas trans que são constrangidas durante processos seletivos em organizações, quando não são excluídas automaticamente, por possuírem documentos que ainda não correspondem com sua identidade de gênero ou nome social (Almeida & Vasconcellos, 2018).

O supramencionado levantamento estadunidense *NTDS* identificou, entre as mais de 6 mil pessoas trans participantes, que as dificuldades enfrentadas no acesso e permanência ao mercado formal impactam diretamente a inserção compulsória no trabalho sexual. Cerca de 69,3% das/dos participantes trabalhadores sexuais declararam ter vivenciado adversidades em contextos formais de trabalho, como desvalorização profissional ou até mesmo demissão em razão de suas identidades trans. Nesse último caso, a pesquisa identificou que as/os participantes que perderam o trabalho por preconceito transfóbico tiveram três vezes mais probabilidade de se inserir no trabalho sexual (*Transgender Equality*, 2015).

Fedorco e Berredo (2017) apresentam uma série de achados que negritam as dificuldades enfrentadas pela população trans também nos postos formais de trabalho.

Esses autores citam a pesquisa realizada pela entidade *TotalJobs* (2016) com pessoas transgêneras britânicas, apontando que 36% delas terminou pedindo demissão dos empregos que ocupavam em razão da transfobia, e cerca de 60% afirmou ter sofrido algum tipo de violência transfóbica no ambiente de trabalho.

A pesquisa de Whittle (2014) reforça esses dados, demonstrando que violências verbais, simbólicas e físicas são frequentemente enfrentadas por pessoas transgêneras em espaços de trabalho formais, tanto da parte de outros trabalhadores, quanto de clientes. Essa mesma pesquisa também enfatiza que é frequente e elevada a transfobia sofrida em diferentes sistemas organizacionais, como recrutamento e seleção, concessão de promoções e até mesmo na definição de remuneração das pessoas trans.

Sobre essa discriminação institucionalizada nos espaços formais de trabalho, e retomando o levantamento realizado pelo projeto *TvT*, Fedorko e Berredo (2017) apontam que é sistemática a exclusão de pessoas trans das oportunidades de emprego em situações das mais variadas. Os autores citam o caso da Colômbia: no mapeamento realizado pelo *TvT* nesse país, 87% das pessoas trans participantes afirmaram que suas identidades de gênero foram frequentemente a motivação para a negativa de uma oportunidade de emprego. Mapeamento semelhante realizado na Turquia por Balzer e Simon (2015) demonstrou que 52% das pessoas trans participantes tinham essa mesma percepção.

No Brasil, variados estudos discutem as diferentes dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans brasileiras no mercado de trabalho formal (eg. Almeida & Vasconcellos, 2018; Carrieri & Aguiar, 2014; Marinho, 2016; Moura, 2015; Oliveira, 2016; Pedra, Souza, Rodrigues & Silva, 2018; Prado & D'Angelo, 2017; Teixeira & Porém, 2019). A dissertação de Oliveira (2016) investigou, a partir dos campos de conhecimento do Serviço Social, a precarização do trabalho enfrentada por travestis de Natal/RN, cidade-

lócus do nosso estudo. Esse autor realiza uma minuciosa análise de como o conservadorismo arraigado na estruturação da sociedade natalense (herança do coronelismo ainda vigente na organização político-social de nossa região) reforça o preconceito transfóbico enfrentado pelas travestis em diferentes contextos laborais da capital potiguar, notadamente dificultando o seu acesso ao trabalho formal.

Como resultado desses impedimentos, Oliveira (2016) denuncia que a população trans de Natal enfrenta marcante precariedade através da informalidade e do desemprego, que as submetem aos itinerários de exclusão da “...desproteção social via negação da seguridade social, da precarização subjetiva, dos assédios moral e sexual” (Oliveira, 2016, p.20). Esse autor reforça a urgência de multiplicação e efetivação de políticas públicas afirmativas de trabalho e renda voltadas às pessoas trans, posto que a precarização do seu trabalho impacta diretamente o seu acesso a direitos sociais, especialmente diante do avanço do neoconservadorismo e de pautas políticas conservadoras em nossa cidade e em nosso país (Oliveira, 2016).

Em seu estudo sobre a experiência de pessoas trans e travestis no mercado de trabalho da cidade de São Paulo, Almeida e Vasconcellos (2018) enumeram algumas das principais dificuldades enfrentadas por esse grupo, que vão desde o preconceito transfóbico nas organizações, os documentos ainda não retificados (processo ainda demorado, caro e burocrático), obtenção de escolaridade e profissionalização, até o uso do banheiro de gênero identitário, geralmente dificultado ou proibido pelas empresas. Esses autores enfatizam, a partir de uma extensa consulta a entidades representativas da população trans paulista, que são necessárias medidas nos níveis micro (mudanças na mentalidade organizacional) e macro (políticas públicas efetivas) para garantir o direito desse grupo ao trabalho.

A esse respeito, **Hailey Kaas** (2015), mulher trans, escritora, tradutora e uma das percussoras do transfeminismo no Brasil, faz a importante denúncia de que a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) favorece a perpetuação dessas violências transfóbicas nos espaços formais de trabalho, posto que o “acordo” com os patrões ganha mais importância do que as legislações específicas (que já falham em contemplar as especificidades dessa população) (Kaas, 2015). Isso abre margem para uma verdadeira “institucionalização” da transfobia organizacional, o que dificulta a manutenção dos vínculos de trabalho em espaços laborais em que a violência transfóbica é “política da casa”. Essa autora destaca que os impactos da transfobia institucional também se materializam no serviço público, espaço de formalidade em que a estabilidade do vínculo de trabalho muitas vezes não é suficiente para garantir a permanência de servidoras e servidores trans que sofrem assédio moral e violências transfóbicas diversas por parte de superiores e pares (Kaas, 2015).

A pesquisa de Dias e Bernardineli (2016) aponta a ineficácia dos dispositivos jurídicos em garantir o acesso das pessoas trans ao mercado de trabalho. As autoras enfatizam que a própria Constituição é descumprida quando as pessoas trans são impedidas de acessar postos formais de trabalho, sendo violado seu direito à identidade, ao trabalho digno e à cidadania. São necessárias, portanto, a criação e efetivação de políticas públicas voltadas a reparar tal violação. Nessa direção, Teixeira e Porém (2019) defendem que tais políticas precisam contemplar não só a inserção, mas também a permanência no mercado de trabalho, pois a transfobia organizacional recorrentemente expulsa os trabalhadores trans das raras vagas que conseguem ocupar.

O estudo realizado por Marinho (2016) discute essa lacuna na garantia do direito fundamental ao trabalho da população trans. A autora parte da importante compreensão

de que o trabalho vai bem além da noção tradicional de subsistência e ganhos financeiros, assumindo um lugar central na socialização e desenvolvimento das pessoas. O resgate dessa dimensão do trabalho na vida das pessoas trans passaria diretamente por ações efetivas do Estado nos campos da educação, reparação social e combate ao preconceito no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, o trabalho de Prado e D'Angelo (2017) identifica um marcante vácuo na garantia dos Direitos Fundamentais de populações minoritárias como a trans, o que torna ainda mais urgentes as normas e políticas específicas direcionadas à inserção e proteção desse grupo no mercado de trabalho, tanto no informal, quanto no formal.

Uma importante reflexão transversal a essa seara é oferecida por Moura (2015), para quem as ações e políticas de trabalho para a população trans precisam ser construídas ao redor das especificidades desse grupo, sob pena de incorrer no apagamento de suas necessidades particulares. O caminho sugerido por esse autor para evitar essa incoerência é o de investigar também as condições de inserção das pessoas trans que já ocupam postos formais de trabalho, suas vivências e histórias enquanto trabalhadoras.

Sem a pretensão de esgotar discussões sobre as vivências de trabalho para a população trans, que continuarão sendo retomadas e aprofundadas no decorrer desta tese, a análise até aqui realizada de estudos nacionais e internacionais evidencia que o trabalho em diferentes contextos, de maior ou menor formalidade, é atravessado por uma plethora de dificuldades, violências e interdições na experiência dessa população. Tantos obstáculos e dificuldades comparecem nos achados da absoluta maioria das pesquisas sobre o trabalho da população trans, situando essa esfera de vida como campo de exclusão social e violações de direitos.

Seria o trabalho da população trans percebido e discutido unicamente por suas condições precárias, riscos psicossociais e falta de oportunidades, especialmente ao ser atravessado pelas relações patriarcais de gênero, pelo racismo e pela transfobia estrutural inerentes ao sistema capitalista? Embora tal visão seja legítima e necessária para denunciar as violências sofridas por essa população no mundo do trabalho, pontos de vista positivos sobre o trabalho surgem em outros estudos sobre a temática, em número ainda tímido, porém crescente. Cumpre destacar que essas outras perspectivas, as quais discutiremos a seguir, não excluem ou negam as anteriores, e sim oferecem novos elementos para se pensar as realidades de trabalho vivenciadas pela população trans.

2.3. Outros significados possíveis? Perspectivas positivas sobre o trabalho nas vidas trans

Conforme pudemos delimitar, não restam dúvidas de que o trabalho da população trans é marcado por violações, riscos e dificuldades diversos. Entretanto, e sem desconsiderar todos os importantes e inegáveis elementos negativos já aludidos sobre os desafios enfrentados pelas pessoas de gênero não-conformativo, pudemos identificar indícios na literatura de que vivências e percepções positivas são possíveis e, acima de tudo, almejadas na experiência de pessoas trans no mundo do trabalho.

Consideramos importante destacar que, em comparação com os estudos que denunciam os desafios e dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans no mundo do trabalho, é menor o número de produções que apontam perspectivas e visões positivas sobre essa esfera de vida nas vivências laborais desse grupo. Isso reforça a compreensão de que o mundo do trabalho ainda é majoritariamente percebido e investigado a partir dos impedimentos impostos às pessoas trans, mas que, aos poucos, novas perspectivas e

possibilidades ganham espaço junto ao avanço das discussões e políticas afirmativas voltadas ao trabalho das pessoas trans.

De partida, identificamos uma nítida tendência entre os estudos que apontam possibilidades e vivências positivas de pessoas trans no mundo do trabalho: parte expressiva dessas experiências positivas é associada ao *trabalho na formalidade* (eg. Almeida & Vasconcellos, 2014; Busin, 2015; Davi & Bruns, 2015, 2017; Giongo, Menegotto & Petters, 2012; Marinho, 2016; Moura, 2015; Prado & D'Angelo, 2107; Oliveira, 2010; Pedra, Souza, Rodrigues & Silva, 2018; Rondas, 2012; Thoroughgood, Sawyer & Webster, 2020; Vasconcellos, 2014). Embora o mercado formal seja de difícil acesso e marcado por preconceitos, conforme bem discutido na literatura até aqui apresentada, é marcante nos referidos estudos e levantamentos o anseio das pessoas trans por trabalhar na formalidade, associado a uma visão positiva sobre essa forma de inserção e suas repercussões econômicas, sociais e subjetivas.

No estudo de Rondas (2012) com mulheres trans de Minas Gerais, uma parte expressiva das participantes declarou almejar intensamente trabalhar no mercado formal no futuro. Na mesma investigação, as entrevistadas que já atuavam no trabalho formal afirmaram encontrar em suas ocupações reconhecimento profissional e oportunidade de socialização, considerando-as fontes de satisfação, e avaliando positivamente possuir carteira assinada. Já Giongo, Menegotto e Petters (2012), em pesquisa realizada junto a 12 mulheres trans que trabalhavam como profissionais do sexo, revelam o desejo, por parte das entrevistadas, de permanecer na prostituição apenas enquanto não conseguem um emprego formal. As pessoas trans entrevistadas por Busin (2015) relataram a importância de um emprego formal para a viabilização de direitos básicos, como locação de moradias, planos de previdência e acesso a planos de saúde.

O levantamento realizado por Oliveira (2010) assevera as expectativas de pessoas trans em relação à inserção no mercado formal como fonte de estabilidade. A investigação realizada por Vasconcellos (2014) enfatizou a importância de programas de profissionalização para a inserção das pessoas trans no mercado formal, e os reflexos positivos destas ações sobre a autoestima profissional daquelas que conseguem postos de trabalho formais. As já discutidas investigações de Davi e Bruns (2015, 2017) que identificaram o medo e a violência como elementos prementes do trabalho das pessoas trans na prostituição, apontam como a busca de inserção em outros postos de trabalho, especialmente os formais, como estratégia de rompimento com as violações sofridas e de busca de cidadania.

O estudo de Almeida e Vasconcellos (2018), que investigou o acesso de pessoas trans e travestis ao emprego em São Paulo/SP, apontaram o anseio desse grupo por se inserir empregos e ocupações formais em diferentes áreas, desde o ramo da beleza a concursos públicos. Para os participantes da pesquisa, o trabalho formal surge como uma perspectiva de proteção social, reconhecimento e estabilidade, e o acesso a ele pela população trans precisa ser fortalecido por políticas públicas e legislações específicas que protejam e amparem esse grupo diante do preconceito enfrentado no mundo do trabalho.

Pedra, Souza, Rodrigues e Silva (2018), ao realizarem uma análise detalhada de um programa de capacitação e inserção de pessoas trans no mercado formal de trabalho, apontam que o acesso ao emprego e a renda, ao viabilizar autonomia financeira e sustento, está associado à redução da marginalização, dos riscos psicossociais e de saúde, além de aumentar o índice de população economicamente ativa, o que beneficiaria toda a sociedade. O estudo de Moura (2015), nessa direção, concluiu que medidas e políticas na direção de superar as barreiras enfrentadas pela população trans e travesti no acesso ao

mercado formal de trabalho, são um caminho essencial para a garantia dos direitos humanos dessas pessoas.

Vão ao encontro dessa perspectiva os achados de Marinho (2016), para quem a garantia do acesso ao trabalho, especialmente ao trabalho decente e bem remunerado, representam para a população trans não apenas inclusão social, mas de vinculação interpessoal, socioeconômica e cidadania. Concordam com essa autora os estudos de Goerch e Silva (2019), Prado e D'Angelo (2017) e Silva e Luna (2019), para quem a inserção social da população trans e travesti é indissociável da garantia do direito ao trabalho formal, seguro e livre de discriminações.

A pesquisa de Patrício (2012), que resgatou a biografia de travestis brasileiras, destaca que a ocupação de postos formais de trabalho não só é algo intensamente almejado pelas travestis que participaram do estudo, mas é percebida como um elemento de distinção identitária, fonte de seguranças e garantias econômicas e sociais que o trabalho sexual não costuma oferecer-lhes. Os estudos de Soliva (2018, 2019) corroboram com esse entendimento ao se debruçarem sobre as bem-sucedidas carreiras de travestis no mundo artístico como alternativas que favoreciam a inserção social e seu empoderamento, construídas ao redor da categoria simbólica das “travestis profissionais”. A inserção profissional no ramo das artes e do entretenimento surge, a partir dos estudos desse autor, não apenas como uma ocupação laboral, mas como um elemento importante para a construção das travestilidades enquanto categorias identitárias.

O estudo realizado por Silva e Souza (2019) a partir de uma detalhada revisão da literatura nacional sobre políticas públicas voltadas à população trans, destaca o quanto o trabalho, geralmente um campo de exclusão para a população trans, pode representar uma via de inclusão social, especialmente através de políticas e medidas assistenciais que

garantam o acesso desse grupo ao mercado. Esses autores destacam ainda que embora o acesso da população trans ao mercado formal seja, no geral, marcado por dificuldades, alguns ramos específicos são mais acolhedores a esse grupo, como os da estética e da moda.

A importante investigação realizada por Marinho e Almeida (2019), retomando e ampliando o importante entendimento de que as dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans no mundo do trabalho são necessidades estruturais do próprio capitalismo, aponta a marcante procura de pessoas trans por ocupações no serviço público, associada à expectativa desse grupo por maior proteção social, estabilidade financeira e direitos trabalhistas geralmente cerceados na informalidade.

Consideramos essencial destacar que praticamente todos os estudos em que identificamos expectativas e percepções positivas da população trans em relação ao trabalho (especialmente na formalidade), denunciam também possíveis barreiras à concretização de tais expectativas, como as já discutidas dificuldades de acesso aos postos formais e vivências de transfobia no ambiente de trabalho que dificultam a permanência, mesmo em ocupações formais.

Quando tais barreiras são desconstruídas a partir de políticas públicas e organizacionais direcionadas ao adequado acolhimento das pessoas trans nos diferentes espaços laborais, as expectativas positivas desse grupo em relação ao trabalho encontram não apenas maior potencial de concretização, mas se materializam em benefícios subjetivos, sociais e econômicos para todos os envolvidos. É o que aponta o importante trabalho de Thoroughgood, Sawyer e Webster (2020) publicado na revista *Harvard Business Review*, cuja pesquisa originária entrevistou mais de 1000 (mil)

trabalhadoras/res transgêneras/os/es de diferentes áreas, profissões e ocupações na América do Norte.

Segundo esse amplo estudo, o trabalho das pessoas trans tem mais chances de propiciar vivências positivas e satisfatórias quando elas são inseridas em ocupações e organizações que protejam e promovam os seus direitos, e que garantam o entendimento e o suporte de todo o corpo funcional quanto à aceitação e respeito aos seus colegas transgêneros. Para alcançar esses ideais, os autores indicam ser necessárias medidas ativas como a adoção de políticas transinclusivas; como acesso garantido aos banheiros identitários; respeito ao uso dos nomes sociais e pronomes adequados; desenvolvimento de treinamentos voltados à transdiversidade e combate proativo a quaisquer posturas transfóbicas em contextos de trabalho (Thoroughgood, Sawyer & Webster, 2020).

Somando-se a esses importantes direcionamentos, o estudo meta-analítico realizado por Webster, Maranto, Sawyer e Thoroughgood (2018) identificou uma marcante relação positiva entre o bem-estar psicossocial autopercebido por trabalhadoras/es LGBTIA+ (incluindo, assim, as pessoas trans) e ambientes de trabalho inclusivos à transdiversidade.

Já o estudo conduzido por Ruggs, Martinez, Hebl e Law (2015) junto a 118 trabalhadoras/es transgêneras/os/es identificou que a percepção de acolhimento por parte de colegas e chefia às identidades de gênero, alinhada a políticas protetivas contra violências transfóbicas, contribuíram para que elas/eles se sentissem mais à vontade para vivenciar sua identidade nos espaços de trabalho, e se sentissem menos discriminadas/os. O respeito e a proteção aos trabalhadores transgêneros também apareceram na pesquisa como facilitadores de maior produtividade não só para esse grupo, mas para todos os colaboradores das organizações investigadas.

Embora esta ocupação não seja o foco específico do nosso trabalho, consideramos importante destacar que identificamos na literatura indicativos de percepções e experiências positivas de pessoas trans até mesmo em relação à prostituição, um campo em que se expressam inúmeras dificuldades e violações para esse grupo. Os trabalhos de Ochoa (2014) e de Assis, Soares e Motta (2018) com mulheres trans e travestis da Venezuela e do Brasil, respectivamente, identificaram entre as participantes que a prostituição podia ser percebida como um instrumento para reafirmação da feminilidade, da beleza, do poder pessoal e da inteligibilidade social. O trabalho sexual, apesar dos riscos a ele inerentes, foi descrito pelas mulheres trans e travestis participantes desse estudo como uma via possível para alcançar dinheiro, glamour, luxos e garantir a sobrevivência numa sociedade geralmente inóspita e transfóbica.

Os já mencionados estudos realizados por Pelúcio (2006, 2007) com travestis brasileiras que atuavam na prostituição, encontraram algumas percepções favoráveis das participantes acerca do trabalho nesse campo. Para algumas das travestis entrevistadas por essa autora, a prostituição era percebida simultaneamente como fonte de riscos e como vivência que propicia a experiência de conjugalidades diversas: encontrar companheiros entre os clientes e estabelecer com eles relacionamentos sérios aparece como fonte de satisfação pessoal e identitária, status e como uma expectativa social relevante.

O mapeamento internacional “*The Needs and Rights of Trans Sex Workers*” (“As necessidades e os direitos de trabalhadoras sexuais trans”, em tradução livre), realizado pelo *Global Network of Sex Work Projects* (2014), alinha-se com os achados de pesquisas brasileiras como as de Cardoso e Ferro (2012), Nogueira e León (2012), e Teixeira (2008) – esses estudos constataram que o trabalho na prostituição também pode ser percebido

pelas trabalhadoras trans e travestis como uma fonte de autonomia e um meio de sociabilidade, integração a uma comunidade e a uma rede de suporte composta por outras pessoas trans, geralmente não acessível em outros espaços sociais e laborais que excluem essa população.

Um outro exemplo vem dos já aludidos estudos de Davi e Bruns (2017, 2019) sobre a construção do corpo travesti, que vão ao encontro das reflexões promovidas pela investigação de Wyland (2016) sobre descriminalização do trabalho sexual das mulheres trans não-brancas norte-americanas. Esses autores apontam que o trabalho na prostituição, segundo as mulheres trans entrevistadas, permite conhecer e estabelecer vínculos com outras pessoas trans que acolhem, orientam e propiciam uma maior afirmatividade de gênero, favorecendo o desenvolvimento pessoal e a percepção de aceitação social.

É importante reforçar, neste ponto, que todos os trabalhos acima mencionados reconhecem e denunciam as condições problemáticas e violentas que marcam o trabalho das pessoas trans na prostituição, mas nos alertam para indicativos de outros significados possíveis a partir de particularidades das vivências de trabalho desse grupo. Essas perspectivas distintas coexistem de maneira complexa e são atravessadas pelos marcadores raciais, econômicos e sociais já referidos. Portanto, precisam ser (re)conhecidas e (re)consideradas para uma adequada compreensão do lugar do trabalho nas vidas trans.

Em um esforço de síntese, o percurso teórico e as análises até aqui empreendidas apontam que o trabalho ocupa dois planos *simultâneos* e *conflitantes* na vida das pessoas trans. Por um lado, conforme robustamente evidenciado pelos estudos e reflexões aqui apresentados, o trabalho é um campo marcado por **obstáculos e exclusão**, em que desagua

a transfobia estrutural na forma de trabalho em condições de compulsoriedade e violações de direito, tanto na informalidade quanto na formalidade. O outro plano, vislumbrado a partir das dificuldades e interdições do primeiro, é o do trabalho como potencial campo de **oportunidades e inclusão**, fonte de cidadania, garantia de direitos sociais, respeito e segurança, especialmente diante do anseio de inserção em postos formais de trabalho.

A partir do acúmulo teórico e reflexões até aqui apresentados, acreditamos que essa dualidade tem como possíveis elementos subjacentes a complexidade e multideterminação dos *processos de significação* do trabalho nas vivências da população trans, dado que mesmo diante de todas as dificuldades encontradas por esse grupo no mundo laboral e em praticamente todas os campos de suas vidas, parecem existir vias possíveis para a construção de visões e expectativas positivas sobre essa esfera de vida.

Para construir um estudo capaz de abordar e investigar este complexo processo de significação, escolhemos nos debruçar sobre os *significados* construídos pelas pessoas trans acerca do trabalho em suas histórias, em suas vidas. Nesse intuito, o capítulo seguinte será dedicado a apresentar a temática dos significados do trabalho, retomando brevemente as suas principais abordagens teóricas e escolas de pesquisa. A partir desse resgate, serão destacados e justificados os recortes teóricos seguidos pela investigação aqui apresentada.

CAPÍTULO 3 – PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho, dimensão de interesse de nossa tese, tem função central na mediação entre as pessoas e o mundo que as cerca (Bendassolli & Gondim, 2014; Codo, 1997; Rosso, Dekas & Wrzesniewski, 2010). Conforme discussão que introduzimos no capítulo 2 a partir da ontologia marxiana do trabalho, essa relação é fonte tanto de transformação da natureza, quanto de significados (Barros, 2015a; Bhattacharya, 2019; Codo, 1997). Em outras palavras, o trabalho permite que os indivíduos construam significados para sua realidade, e esse processo de significação, por sua vez, intermedeia dialeticamente a relação entre o sujeito, seu trabalho e o mundo que o cerca.

Dada essa centralidade do trabalho para a construção de significados na experiência humana, diferentes áreas e vertentes teóricas interessaram-se por investigar os mecanismos envolvidos nesse processo de significação, especialmente no campo da Psicologia Social do Trabalho e das Organizações (Bendassolli, Coelho-Lima, Pinheiro & Gê, 2015; Tolfo & Piccinini, 2007), sendo essa a nossa base teórica de partida.

Conforme veremos a seguir, duas grandes linhas investigativas estabeleceram-se historicamente como as mais tradicionais neste campo. A primeira interessa-se especialmente pelos conteúdos e representações compartilhados coletivamente acerca do lugar da atividade laboral na vida das pessoas, entendendo-os a partir do construto “significados dos trabalhos” (eg. MOW, 1987). A segunda prioriza a investigação dos elementos subjetivos e intrapsicológicos desses processos de significação, elegendo os “sentidos do trabalho” como o produto da personalização dos conteúdos socialmente compartilhados acerca do trabalho (eg. Morin, Tonelli & Pliopas, 2007). Destacamos que essa distinção é aqui apresentada em termos simples com o intuito didático de introduzir discussões que serão aprofundadas no decorrer desse capítulo. Nas seções dedicadas a

cada uma delas, apresentaremos de maneira mais detida essas tradições teórico-epistemológicas e suas contribuições.

Também consideramos importante frisar que essas duas tradições não são, a priori, mutuamente excludentes: é bem estabelecido o consenso de que o processo de produção de significados e sentidos do trabalho é apoiado simultaneamente em bases tanto socioculturais quanto subjetivas (Bendassoli et al., 2015). A literatura brasileira, inclusive, tem um importante histórico de produções que vão nessa direção (e.g. Basso, 1998; Bendassoli & Borges-Andrade, 2013; Bendassoli & Gondim, 2014; Borges, 1998; Borges, Tamayo, & Alves Filho, 2005; Coutinho, 2009; Diogo, 2007; Lima, Tavares, Brito & Cappelle, 2013; Tolfo, Coutinho, Baasch, & Cugnier, 2011).

Entretanto, conforme observam Bendassoli e Gondim (2014), ainda são relativamente comuns contradições teórico-metodológicas em muitas pesquisas dedicadas ao estudo dos significados do trabalho. Mesmo reconhecendo a interdependência entre os aspectos sociais/coletivos e os pessoais/subjetivos na produção de significados e sentidos do trabalho, é recorrente que tal relação não receba a devida atenção em termos epistemológicos e metodológicos. Assim, em muitos estudos “sobre significado, o sentido não comparece; ao passo que, em estudos sobre o sentido, é o significado que se faz ausente ou descontextualizado” (Bendassoli & Gondim, 2014, p.137).

Em atenção a esse alerta, em nossa tese buscamos construir uma investigação em que tanto significado quanto sentido estejam não apenas presentes, mas compareçam de maneira integrada e dialética. Considerando a preponderância de aspectos sociais/culturais (como a transfobia transversal à sociedade capitalista, por exemplo) e pessoais (p.ex. as diferentes formas em que essa transfobia repercute nas vivências

familiares, escolares e interpessoais), e seus impactos sobre as vidas trans no que tange ao mundo do trabalho, buscamos uma abordagem teórico-metodológica que pudesse integrar esses diferentes referenciais na investigação aqui proposta sobre os significados do trabalho para essa população.

Para elucidar o percurso de construção dessa abordagem, apresentaremos as bases das supracitadas tradições de investigação dos significados e sentidos do trabalho. Buscamos assim resgatar suas contribuições e, a partir delas, erigir uma proposta de investigação que as integre à investigação dos significados do trabalho para a população transgênera. Assim, este capítulo fornecerá as bases epistemológicas e teóricas que sustentam os operadores teóricos e modelo de pesquisa de nossa investigação, apresentados em detalhes no capítulo 4, dedicado à delimitação do nosso objeto de pesquisa.

3.1. Significados e sentidos do trabalho: duas tradições e uma proposta integrativa

3.1.1. A tradição dos significados do trabalho

Os significados do trabalho, enquanto temática, foram pesquisados por diferentes autores com base em diversas abordagens, no decorrer dos anos (Tolfo & Piccinini, 2007). Entretanto, a popularização internacional da temática ocorreu a partir da robusta investigação realizada pela Meaning of Working Research Team, conhecida como MOW (1987). Participaram da pesquisa mais de 14.000 trabalhadores de 8 países (Alemanha, Bélgica, Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, Israel, antiga Iugoslávia e Japão). Foram investigadas, de maneira integrada, dimensões dos significados do trabalho que até então eram estudadas isoladamente.

O modelo proveniente dessa pesquisa, segundo Pinheiro (2014), em sua dissertação sobre significados do trabalho para trabalhadores da construção civil brasileiros, foi de cunho heurístico e multifacetado, considerando o significado do trabalho “como um construto determinado pelas escolhas e experiências do indivíduo e pelo contexto ambiental e organizacional em que ele trabalha e vive” (p.21).

Conforme destacam Bendassolli, Borges-Andrade, Alves e Torres (2015), o modelo MOW de significado do trabalho é composto por três constructos principais:

- i) *Centralidade do trabalho*: dimensão definida pelo MOW (1987) como “o grau de importância geral que o trabalho tem na vida de um indivíduo em um dado ponto no tempo” (p.81). Pode ser operacionalizada de maneira absoluta (o nível de envolvimento dos indivíduos com o trabalho em si) ou relativa (importância do trabalho em comparação com outras esferas de vida);
- ii) *Dimensões sicionormativas ou normas sociais do trabalho*: referentes às percepções de obrigação e dever e aos direitos retribuições societais provenientes do trabalho. Segundo Kubo (2009), remetendo-se a Pérezgonzález (2005), as dimensões sicionormativas são “expectativas sociais frente às quais o trabalho e seus resultados são julgados, são orientações normativas percebidas pelos indivíduos como justas, eqüitativas e socialmente legítimas” (p.27).
- iii) *Resultados e objetivos valorizados do trabalho*: são as retribuições e conquistas advindas do trabalho e que atendem a alguma necessidade do indivíduo, sendo-lhes funcionais (Pérezgonzalez, 2005, p.16).

Ainda segundo Bendassolli et al. (2015), o estudo do MOW demonstrou que a associação dinâmica entre essas dimensões é afetada por vivências tanto sociais quanto pessoais, assim como pelas condições e arranjos de trabalho, e pela própria cultura, o que representou um marco teórico e metodológico importante. A constatação dessa interação dinâmica entre social e pessoal nos processos de significação aparece em uma série de outras produções nacionais sobre significados do trabalho (e.g. Bastos, Pinho & Costa, 1995; Bendassolli, Alves & Torres, 2014; Bendassolli & Gondim, 2014; Borges, 1998; Borges, 1997; Borges, Tamayo, & Alves Filho, 2005; Goulart, 2009), indicando uma tendência importante a ser reconhecida e valorizada.

Nessa direção, destacamos que o Brasil tem contribuído de maneira importante com os estudos sobre significado do trabalho nas últimas décadas. Segundo levantamento realizado via Periódicos CAPES, nos últimos anos houve a publicação mais de 50 estudos brasileiros sobre essa temática, a partir de vários aspectos como características de diferentes ocupações (Araújo, Montenegro, Alves, & Brito 2013; Bendassolli & Borges-Andrade, 2011; Pinheiro, 2014), nível de escolaridade (Morin, 2007), proximidade da aposentadoria (Macêdo, 2014), mudanças macro e micro econômicas como reestruturação produtiva e privatizações (Palassi & Silva, 2014; Ribeiro & Léda, 2014); terceirização do trabalho (Brito, Marra & Carrieri, 2012; Klumb & Feuerschutte, 2012), e reflexões teórico-metodológicas acerca das dimensões do construto (Bendassolli & Gondim, 2014; Kubo, Gouvêa & Mantovani, 2013), só para citar alguns exemplos.

Conforme já asseveraram Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010), essa profusão de pesquisas sobre o tema aponta para uma ideia central: onde e como as pessoas encontram significado no trabalho são fundamentais para a forma como os trabalhadores vivenciam

e interpretam seus locais e experiência laborais (Arnoux-Nicolas et al., 2016; Bendassolli & Borges-Andrade, 2015; Motter, Cruz & Gontijo, 2011; MOW, 1987).

Bendassolli e Gondim (2014) resumem as contribuições dessa tradição de pesquisa sobre a compreensão de “significado do trabalho” partilhada pela maioria das pesquisas sobre o tema, ao definir esse construto...:

[...] como *uma cognição social*, ou seja, uma *interpretação compartilhada do mundo do trabalho*, na qual estão envolvidos aspectos históricos, econômicos, políticos e culturais. Assim, o significado do trabalho é compreendido em sua processualidade, como um construto dinâmico, elaborado *na relação do indivíduo com o contexto*, e influenciado por diversos níveis de fenômenos psicossociais [...]. Inspirados pelo MOW, pesquisadores propõem a identificação de diversos padrões de significados, estabilizados provisoriamente na cultura, os quais agem como *narrativas compartilhadas* a respeito do valor, do papel, do propósito, e da finalidade do trabalho na vida humana. [grifos nossos] (p.132)

Entretanto, embora o modelo MOW (1987) e tantas pesquisas dele derivadas reconheçam a importância da relação indivíduo-contexto no processo de significação, em muitos estudos inspirados por essa tradição investigativa prevalece o interesse pelos significados do trabalho como representações compartilhadas e estáveis sobre o trabalho, descolando-as das dimensões subjetivas e psicossociais. Essa contradição, segundo Bendassolli e Gondim (2014), reflete-se especialmente no nível de método, através de estudos de foco quantitativo e corte transversal que abordam os significados do trabalho “na sua estabilidade temporal provisória (estudos de corte transversal), sem que a *dinâmica do processo* seja capturada” (p. 137).

Como resultado dessa contradição, é atribuída maior importância analítica aos significados como conteúdos compartilhados e estabilizados nas diferentes culturas, e menor atenção a como a subjetividade e as características pessoais contribuem com o processo de construção desses significados. Segundo Bendassolli e Gondim (2014),

Bendassolli e colaboradores (2015), e Tolfo e colaboradores (2011), essa tendência mobilizou uma outra vertente de pesquisa interessada justamente no que havia de particular e subjetivo na construção dos significados do trabalho. Esse grupo de pesquisadoras e pesquisadores passou a investigar o processo de significação do trabalho a partir de um outro construto, que ora é tratado como sinônimo dos significados do trabalho, ora como um fenômeno independente: o dos sentidos do trabalho.

3.1.2. A tradição dos sentidos do trabalho

Retomando a definição de significados do trabalho discutida na seção anterior, entende-se que as visões compartilhadas culturalmente sobre o trabalho não surgem espontaneamente de um ente superior, intangível: é na relação entre indivíduo e cultura/sociedade em que se constrói de maneira complexa e multideterminada o processo de significação do trabalho.

Nesse continuum “pessoa \leftrightarrow cultura”, as tradições de pesquisa com maior foco sobre os significados do trabalho costumam priorizar a investigação do segundo ponto, debruçando-se sobre os conteúdos e percepções socialmente compartilhados acerca do trabalho. Já outras vertentes tendem a priorizar a outra ponta do continuum, interessando-se pela subjetividade e sua relação central com esses conteúdos coletivamente construídos.

Segundo Bendassolli e Borges-Andrade (2015) e Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010), é o caso das correntes que investigam os sentidos no trabalho, que estariam relacionados com os mecanismos psicológicos que permitem que as pessoas considerem seu trabalho como tendo o potencial de ter significados/ser significativo. Esse deslocamento do coletivo/cultural para o subjetivo coloca em primeiro plano o papel dos

afetos e das particularidades das pessoas na produção/identificação de sentidos para o trabalho em suas vidas (Antunes, 2015; Bendassolli & Gondim, 2014; Bastos, Pinho & Costa, 1995; Tolfo & Piccinini, 2007). Pratt e Ashfort (2003) ilustram essa noção ao postular que o sentido diz respeito ao quão significativo algo é para uma pessoa. Assim, os sentidos do trabalho seriam os conteúdos subjetivos e as particularidades que medeiam a relação do trabalhador com seu trabalho, permitindo que esse último seja significativo em sua vida.

Situando sua lente de análise sobre os processos subjetivos de significação do trabalho, essa tradição de pesquisa, especialmente no campo da Psicologia do Trabalho, orientou uma série de estudos organizacionais sobre como o trabalho e o trabalhar são dotados de sentido na perspectiva dos trabalhadores (Lips-Wiersma & Wright, 2012; Morin, 1997, 2006, 2007; Morin & Cherré, 1999; Morin & Dassa, 2006; Steger, Dik & Duffy, 2012). Recorremos a Bendassolli e Borges-Andrade (2015) e Bendassolli et al. (2015) para ilustrar alguns dos principais modelos teóricos oriundos desses estudos, destacando as dimensões subjetivas de produção de sentido do trabalho investigadas por cada modelo (Quadro 3):

Quadro 3. Principais modelos de investigação dos sentidos no trabalho, por proponentes e dimensões

Modelo e Proponente(s):	Fontes de sentido:
Modelo de 4 dimensões de Lips-Wiersma e Wright (2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. O eu interior; 2. A unidade com os outros; 3. O serviço aos outros; 4. A expressão do potencial.
Modelo de 3 dimensões de Steger, Dik e Duffy (2012)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sentidos pessoais relacionados à atividade realizada;

	<ol style="list-style-type: none"> 2. Geração de significados possível através do alinhamento entre os sentidos no trabalho e da vida pessoal; 3. Motivações advindas do maior sentido atribuído ao trabalho com maior impacto sobre a sociedade;
<p>Modelo de 3 dimensões de Morin (1997, 2006, 2007), Morin e Cherré (1999) e Morin e Dassa (2006)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Representações e valores atribuídos ao trabalho por um indivíduo, sua importância para esse; 2. A orientação, a inclinação e o objetivo do indivíduo para/no trabalho, e os planos que orientam suas ações laborais; 3. A coerência ou harmonia entre o indivíduo e seu trabalho, entre as atividades almejadas e as efetivamente executadas no trabalho.

Fonte: Adaptado de Bendassolli e Borges-Andrade (2015) e Bendassolli et al. (2015)

No Brasil, o modelo proposto por Morin, inspirado nos achados da pesquisa MOW (1987), obteve significativa popularidade, sendo empregado em diferentes pesquisas (e.g. Bendassolli & Borges-Andrade, 2011; Bendassolli et al., 2015; Morin, Tonelli, & Pliopas, 2007; Tolfo & Piccinini, 2007). Conforme resumem Bendassolli e Borges-Andrade (2015, p.73), o trabalho com sentido deve, de acordo com esse modelo, 1) ser eficiente e produzir um resultado útil, 2) proporcionar mais prazer na sua execução, 3) permitir a autonomia do indivíduo, 4) ser uma fonte de relações humanas satisfatórias, 5) manter o indivíduo ocupado, e 6) ser moralmente aceitável. Essa perspectiva se alinha à sugestão de Pratt e Ashforth (2003), de que o sentido é alcançado quando os indivíduos experimentam uma coerência entre a sua identidade pessoal e da atividade laboral que desempenham.

Bendassolli, Coelho-Lima, Pinheiro e Gê (2015) identificaram ainda uma outra corrente de estudos nacionais voltados aos sentidos do trabalho, vertente essa que compreende a produção de sentidos a partir da dicotomia prazer/sofrimento no trabalho, reconhecida a partir de elaborações dos trabalhadores acerca de suas experiências laborais (Mazzilli & Paixão, 2002; Coutinho, Magro, & Budde, 2011; Lourenço, Ferreira & Brito, 2013). Nessa perspectiva, que se afasta daquela popularizada por Morin, se pronuncia mais fortemente a perspectiva de que os sentidos são construções social e historicamente situadas (Bendassolli et al., 2015).

Essas diferentes perspectivas refletem, de modos também distintos, a centralidade dos indivíduos no processo de significação do trabalho, enfatizando a sua natureza afetivo-subjetiva, porém sem desconsiderar os aspectos culturais, sociais e coletivos inerentes. Conforme refletem Bendassolli e Gondim (2014), muitos estudos orientados pela perspectiva do sentido do trabalho priorizam métodos qualitativos centrados na perspectiva subjetiva do processo de significação, entendendo-o a partir das trajetórias singulares de cada trabalhador.

Entretanto, contrariando o reconhecimento conceitual das facetas sociais e culturais da construção de sentidos do trabalho pelas pessoas, muitas investigações deixam de “incorporar, tanto no modelo da pesquisa como nos procedimentos de interpretação, a relação com o contexto social, cultural no qual o sujeito se insere. Trata-se, em alguns casos, de uma reificação da narrativa pessoal descolando-a do contexto que dá significado ao sentido” (Bendassolli & Gondim, p.137).

Isso posto, entendemos que, embora tanto a perspectiva dos significados quanto a dos sentidos do trabalho compartilhem da ideia central de que a significação do trabalho é essencialmente fruto de um processo dialético entre “coletivo/social” e

“pessoal/subjetivo”, nem todas as investigações nessas searas alcançam a integração pretendida entre esses referenciais, tanto do ponto de vista teórico, quanto do metodológico. A seguir, apresentaremos alternativas propostas pela literatura para a superação dessa contradição, estabelecendo as bases de uma abordagem integrativa sobre o processo de significação do trabalho.

3.1.3. A busca por uma abordagem integrativa do processo de significação do trabalho

Conforme vimos, contrariando as concepções de interdependência entre estes construtos, em muitos estudos os sentidos no trabalho são discutidos como uma categoria semanticamente oposta à dos significados: enquanto esses últimos seriam coletivos e alimentados pelas sociedade e cultura (sendo, via de regra, abordados quantitativamente), os primeiros seriam primordialmente individuais, subjetivos e, de certa forma, apartados das vivências sociais dos indivíduos (prioritariamente investigados por vias qualitativas) (Asbahr, 2011; Bendassolli & Gondim, 2014). Segundo Bendassolli e Coelho-Lima (2015), e Bendassolli e Gondim (2014), faz-se necessário problematizar e superar essa tendência no que tange ao tratamento acadêmico-científico dado aos significados e sentidos em um número de estudos, não abordando-os isoladamente, mas buscando integrá-los teórica e metodologicamente.

Para atender a essa importante recomendação, partimos da perspectiva integrativa recomendada por Bendassolli e Gondim (2014), orientados pela sistematização da literatura realizada por Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010). Esses autores sugerem a adoção de duas orientações concomitantes ao estudar os processos de significação do trabalho:

1. A do “significado” (*meaning*), herdeira direta da tradição do MOW (1987), enfatizando conteúdos, representações e cognições coletivas e sociais sobre o trabalho (Bendassolli & Gondim, 2014);
2. A do “sentido”, ou trabalho com sentido, ou *meaningfulness*, do termo original em inglês, que dedica um olhar mais atento aos aspectos afetivos e individuais (notadamente os psicológicos) envolvidos no processo de identificar ou produzir sentidos no trabalho (Bendassolli & Gondim, 2014). Nessa orientação, os mecanismos que permitem o trabalho ser significativo são o foco (Rosso, Dekas & Wrzesniewski, 2010).

Do ponto de vista teórico-epistemológico, acreditamos que essa proposição vai ao encontro da *perspectiva sócio-histórica* em Psicologia, para a qual significado e sentido, embora diferentes, estão dialeticamente relacionados (Bock, Gonçalves & Furtado, 2009). Dito isso, é essencial destacar a importância das contribuições de Vigotski (2001) para essa compreensão dialética de interdependência entre sentido e significado. Para esse importante pensador, são problemáticas a tendência da psicologia experimental em reduzir fenômenos complexos a unidades quantificáveis, o que sacrifica a compreensão dos sentidos como constituintes dos processos de significação; e a propensão oposta de assumir o sentido como independente da mediação com o meio social e cultural, como um produto puramente subjetivo (Bendassolli & Gondim, 2014; Valério, 2013; Paulino, 2016).

Entendemos, assim, que a via sócio-histórica inaugurada por Vigotski (1996/1927, 2001) se alinha ao entendimento dos significados e sentidos do trabalho como uma unidade dialética a ser investigada sempre em relação direta com os contextos

sociais e culturais vivenciados pelas pessoas que os constroem, oferecendo caminhos importantes para superar as contradições teórico-metodológicas anteriormente discutidas.

Entretanto, conforme nos alertam Bendassoli e colaboradores (2015), a proposição de simultâneas distinção e interdependência entre sentidos e significados feita por Vigotski (2001) não tinha, a priori, foco específico nas atividades de trabalho. É fato que outros teóricos que beberam da fonte sócio-histórica do pensamento vigotskiano, especialmente Leontiev (1978), desenvolveram teorias de significado/sentido em que o trabalho (enquanto atividade) tem lugar central. Porém, as diferentes maneiras com que esses construtos são empregados e investigados, especialmente pela Psicologia, são resultados de adaptações e articulações modernas com diversos referenciais teórico-metodológicos (Bendassoli et al, 2015).

Partindo dessa importante reflexão e apoiados no fato de que não identificamos na literatura outro estudo dedicado a investigar os significados do trabalho para a população transgênera, acreditamos ser necessário que nossa pesquisa proponha as suas próprias adaptações e articulações teórico-metodológicas para alcançar seus objetivos.

Assim, pensando em nosso mote de pesquisa (os significados do trabalho para pessoas transgêneras) por intermédio das lentes da abordagem integrativa dos processos de significação do trabalho recomendada por Bendassoli e Gondim (2014) e da perspectiva sócio-histórica da interdependência entre significados e sentidos (Vigotski, 2001), escolhemos investigar os significados do trabalho para a população trans através dos referenciais de uma abordagem dotada do potencial de integrar esses diferentes referenciais: a Psicologia Histórico-Cultural de base semiótica (Valsiner, 2001, 2007, 2012). A seguir, detalharemos essa escolha, tanto do ponto de vista teórico, quanto do metodológico.

3.2. Uma abordagem histórico-cultural e semiótica do processo de significação – integrando as tradições do significado e do sentido

A partir do percurso teórico apresentado nas últimas seções, elegemos a Psicologia Histórico-Cultural, em sua abordagem semiótica desenvolvida pelo importante teórico Jaan Valsiner (2000, 2007, 2012), para estruturar nossa investigação sobre a construção de significados do trabalho nas experiências de pessoas transgêneras. Partindo dos seminais trabalhos de Valsiner (2007, 2012) e Salvatore e Valsiner (2010), e dos relevantes estudos nacionais realizados por Valério (2013) e Valério e Lyra (2014) empregando a perspectiva semiótica dos processos de significação, destacamos abaixo alguns pressupostos centrais dessa abordagem:

- 1) A cultura não é uma entidade independente das pessoas, ditando normas de uma instância inalcançável e abstrata. Ela ocupa um lugar de interdependência com os processos psicológicos das pessoas, constituindo-os e sendo por eles constituída – tanto intrapsicologicamente (no nível de pensamentos, sentimentos e ações pessoais) quanto interpsicologicamente (rede de relações e ações entre diferentes pessoas);
- 2) Dessa forma, a cultura é via de *mediação semiótica*, estabelecendo, integrando e regulando processos intra/interpsicológicos, e normas e hierarquias sociais. Essa mediação semiótica ocorre por meio da experimentação da realidade e *criação de significados* para ela através de *signos*, dispositivos semióticos que ligam as pessoas ao mundo ao seu redor por intermédio de representações intrapsicológicas de conteúdos que outrora foram interpsicológicos;

- 3) A produção de significados, fruto da interação entre as pessoas e esses dispositivos semióticos, do ponto de vista cognitivo, é mediada de maneira importante pelos *campos afetivos* pessoais e interpessoais, que por sua vez estão relacionados diretamente com as experiências e particularidades subjetivas dos indivíduos;
- 4) Sendo uma parte intrínseca das funções psicológicas humanas e, portanto, elemento central da construção de significados através da (re)construção e modificação de signos, a cultura se presentifica por meio das *experiências de vida* das pessoas, seus contextos e marcadores *sociais, econômicos e históricos*, nas suas *redes de sociabilidade e grupos identitários*;
- 5) As pessoas possuem *lugar central* na construção cultural dos significados. Por meio dos significados produzidos intrapsicologicamente e posteriormente compartilhados, *reafirmam* ou *transformam* a cultura até então estabelecida, suas normas, valores e paradigmas;
- 6) A construção de significados enquanto processo semiótico ocorre sempre num *contexto histórico e social específicos* e num *tempo irreversível*, ou seja, “o tempo nunca repete um acontecimento vivido” (Valério & Lyra, 2014), o que torna cada pessoa única, mesmo compartilhando dos mesmos aparatos culturais de seus pares.

Os pressupostos acima apresentados não esgotam as bases da perspectiva histórico-cultural de base semiótica, mas são um primeiro passo importante para justificar sua escolha para nortear a investigação dos significados do trabalho para a população transgênero, mote principal desta tese. Do ponto de vista teórico e epistemológico, acreditamos que essa perspectiva, ao situar a produção de significados como fruto da

mediação semiótica entre as pessoas e a cultura (de maneira dialética e interdependente), se alinha à integração que buscamos entre os aspectos coletivos/culturais e pessoais/subjetivos envolvidos no processo de significação do trabalho (Bendassolli & Gondim, 2014; Rosso, Dekas & Wrzesniewski, 2010; Vigotski, 2001).

A centralidade das vivências únicas de cada pessoa, em interação com seus contextos sociais, campos afetivos e marcadores identitários como elementos basilares dos significados semioticamente construídos nos níveis pessoal e cultural, favorece a investigação do processo de significação do trabalho de maneira integrativa, sem desconectar as dimensões subjetivas e coletivas dialeticamente envolvidas nos significados produzidos (Bendassolli & Coelho-Lima, 2015).

Quando pensamos nas especificidades da população de nosso estudo, as pessoas trans, a perspectiva histórico-cultural de base semiótica traz importantes contribuições para nossa investigação. Primeiro, ao situar a cultura (enquanto mediação semiótica) como central para a produção de significados, torna-se possível abordar os significados do trabalho para a população trans a partir da interação entre suas experiências da vida (tão marcadas por violências e interdições incomuns à maioria dos outros grupos populacionais), os conteúdos, aparatos e normas sociais que tendem a excluí-las na sociedade capitalista de trabalho, e os mecanismos intra e interpessoais mobilizados por essas pessoas para significar e ressignificar esses processos.

Em segundo lugar, mas não menos importante, o reconhecimento do papel ativo dos indivíduos na construção, reafirmação e transformação da cultura nos permite situar os significados construídos pela população trans sobre o trabalho em um lugar de protagonismo na mudança das condições, representações e atravessamentos que

compõem nossa sociedade transfóbica, auxiliando na identificação de caminhos e estratégias para contrapor os mecanismos excludentes que a estruturam.

Na busca de desenvolver essas potencialidades, começaremos por apresentar os principais conceitos e operadores teóricos da abordagem semiótica da construção de significados na perspectiva histórico-cultural, situando cada um deles a partir de como podem se relacionar com as vivências das pessoas transgêneras no mundo do trabalho e nas demais esferas de vida. Pretendemos, com esse exercício, demonstrar como essa abordagem pode contribuir não só com a investigação aqui apresentada, mas com a amplificação das vozes trans, recorrentemente silenciadas em nossa sociedade fundamentalmente transfóbica.

3.3. Principais conceitos para uma abordagem semiótica dos significados do trabalho para a população trans

Para estruturar nossa investigação sobre os significados do trabalho a partir de uma perspectiva histórico-cultural de base semiótica, consideramos necessário construir um quadro teórico de referência que contemplasse as especificidades desse objeto de estudo. Para erigi-lo, adotamos como passos *i)* reunir conceitos e operadores teóricos da Psicologia Histórico-Cultural em sua abordagem semiótica de compreensão da construção de significados; *ii)* propor uma aproximação entre esses conceitos e aqueles oriundos da tradição sócio-histórica de investigação dos significados e sentidos do trabalho, especialmente a partir da noção de interdependência entre esses construtos, defendida por Vigotski (1996/1927, 2001); e *iii)* pensar tais referenciais a partir das particularidades e especificidades das vivências trans, de forma a garantir a coerência entre o processo teórico-analítico e o compromisso trans-afirmativo desta tese.

Apresentaremos a seguir o quadro teórico oriundo desse percurso. Estes referenciais se coadunam para formar as bases fundamentais para a investigação e para as análises desenvolvidas nesta tese, unindo-se às reflexões apresentadas nos capítulos 1 e 2 sobre a realidade das pessoas trans no mundo do trabalho.

3.3.1. *Internalização e externalização, culturas coletivas e sugestões sociais & culturas pessoais e significados pessoais*

Conforme vimos, a construção de significados ocorre através da criação e da aplicação de signos na experiência de vida de cada indivíduo. Esse processo ocorre sempre de maneira interdependente: as pessoas estabelecem relações cognitivas e afetivas com o contexto ao seu redor, e dessa complexa conexão resulta a co-construção dos significados (Valério, 2013; Valsiner, 2007, 2012).

Essa co-construção dinâmica e interdependente ocorre primordialmente na fronteira entre os domínios intra e interpsicológicos. Segundo Valsiner (2001), “os signos são subjetivamente construídos, interpessoalmente consolidados, e armazenados em ambos os domínios intra e interpsicológicos” (p.87). Esse fluxo contínuo de construção, consolidação e armazenamento semiótico ocorre primordialmente pelo processo de *internalização e externalização* (Valsiner, 2012). Para compreender exatamente do que se trata esse processo, precisamos entender antes os conteúdos semióticos por ele mobilizados, “o quê” será internalizado e externalizado. Trata-se das *culturas coletivas e culturas pessoais*, construtos de importância central para esta tese, os quais pretendemos investigar em relação ao trabalho nas vidas trans. Entenderemos melhor cada um deles a seguir.

As culturas coletivas são os referenciais semióticos compartilhados em determinado contexto, sociedade ou tempo histórico, responsáveis por estabelecer por meio de sugestões sociais um conjunto de normas, referenciais e padrões quanto ao que é valorado ou proibido (Valsiner, 2001). Um exemplo de cultura coletiva são as sugestões sociais de que “trabalhar dignifica o ser humano”, e de que “quanto maior a renda, melhor o trabalho”. Esses referenciais semióticos exercem poder regulador sobre as condutas sociais e parâmetros de valoração subjetiva do trabalho. A partir desses exemplos, podemos citar a valorização social e pessoal advindas de se conseguir um emprego, especialmente um que forneça retribuições pecuniárias elevadas; e, em oposição, as pressões e sentimentos negativos experimentados por pessoas em situação de desemprego, ou inseridas em ocupações com remuneração baixa ou irregular.

É possível traçar uma aproximação entre as culturas coletivas e a perspectiva dos significados do trabalho na vertente cognitiva do grupo MOW (1987). Conforme vimos, esta tradição de pesquisa situa os significados do trabalho no campo dos conteúdos cognitivos estavelmente compartilhados entre diferentes culturas, tendo estes também função reguladora sobre como as pessoas devem se sentir em relação ao trabalhar – que nesse modelo é significado a partir de sua centralidade na vida das pessoas, das normas sociais e dos resultados valorizados do trabalho (Bendassolli, Borges-Andrade, Alves e Torres, 2015).

Entretanto, assim como os significados do trabalho identificados pelo MOW (1987), as culturas coletivas e suas sugestões sociais (existentes no domínio interpsicológico) não são reproduzidas sem modificações nos campos intrapsicológicos e subjetivos. Por intermédio do processo de *internalização*, cada pessoa faz uma análise desses referenciais semióticos compartilhados externamente, sintetizando-os “na forma

de novidade no domínio intrapsíquico” (Valsiner, 2007). Os parâmetros para essa análise são únicos para cada indivíduo, posto que advêm de suas experiências de vida, seus campos afetivos, suas peculiaridades no processo de desenvolvimento e socialização, seus valores familiares e grupo social que ocupa (Valério, 2013). Os resultados desse processo de internalização das culturas coletivas são as *culturas pessoais*, ou seja, os *significados pessoais* construídos através da personalização das sugestões sociais coletivas, após passarem pelo “filtro” das particularidades do domínio intrapsicológico (Valsiner, 2012).

O processo de internalização e a construção de culturas pessoais/significados pessoais se alinham de maneira importante com a tradição de pesquisa dos *sentidos do trabalho* apresentada anteriormente neste capítulo. Conforme vimos, as correntes de pesquisa interessadas pelos sentidos do trabalho têm seu foco prioritário não sobre os conteúdos coletivamente compartilhados sobre o trabalho (significados do trabalho), mas sim sobre os mecanismos particulares, subjetivos e afetivos pelos quais esses conteúdos são reinterpretados para que o trabalho se torne significativo na experiência de cada pessoa (Morin, Tonelli, & Pliopas, 2007; Bendassolli & Borges-Andrade, 2011).

Retomando os exemplos de culturas coletivas citados anteriormente (“trabalhar dignifica o ser humano” e “quanto maior a renda, melhor o trabalho”), pensemos num caso hipotético de como poderia ocorrer sua internalização, para ilustrar a construção de culturas pessoais/significados pessoais nesse processo. Imaginemos o caso de Juliana, uma mulher trans que trabalhou por muito tempo numa grande empresa, recebendo um salário elevado, porém sob constante assédio moral transfóbico por parte de seus pares e chefias, o que a levou a pedir demissão.

Para esta trabalhadora, à luz de suas experiências negativas com a transfobia no ambiente de trabalho, é possível que o status atual de desemprego seja associado não ao

juízo social da não-ocupação, mas a um sentimento de alívio por não mais sofrer as violências laborais anteriormente experimentadas naquele vínculo. Tampouco o salário elevado antes recebido era suficiente para manter a permanência de Juliana em um espaço de trabalho violento e adoecedor. Para essa mulher trans, portanto, as culturas coletivas/sugestões sociais exemplificadas (“trabalhar dignifica o ser humano” e “quanto maior a renda, melhor o trabalho”) podem ter sido internalizadas, através das particularidades de sua experiência, como as culturas pessoais/significados pessoais “*nem todo trabalho dignifica o ser humano*” e “*a renda elevada não necessariamente torna um trabalho satisfatório*”.

Uma vez que as culturas coletivas são internalizadas no domínio intrapsíquico na forma de culturas pessoais, que por sua vez originam significados pessoais, esses conteúdos semióticos reformulados são devolvidos ao domínio interpsicológico por meio do processo de *externalização*. Nas palavras de Valsiner (2007), esse processo contempla a “análise do material (subjetivo) da cultura pessoal intrapsicologicamente existente durante sua transposição do interior da pessoa para seu exterior, e a modificação do ambiente externo como uma forma de nova síntese deste material” (p.340).

Voltemos ao exemplo de Juliana, nossa trabalhadora trans que sofria transfobia no ambiente de trabalho. As culturas pessoais/significados pessoais por ela construídos a partir de sua experiência de trabalho (“*nem todo trabalho dignifica o ser humano*” e “*renda elevada não necessariamente torna um trabalho satisfatório*”) foram externalizados na forma de seu pedido de demissão, que do ponto de vista semiótico devolve à cultura coletiva conteúdos novos como a mensagem de que a transfobia institucional é fonte de sofrimento para trabalhadores trans, e que retribuições pecuniárias elevadas não são suficientes para manutenção de vínculos saudáveis de trabalho nessas condições.

Essas culturas pessoais externalizadas podem ou não gerar mudanças nas culturas coletivas vigentes: a empresa poderia implementar uma política de combate ao assédio moral e à transfobia entre seus colaboradores, ou simplesmente ignorar as repercussões e responsabilidades relativas ao caso. Infelizmente, conforme aponta a literatura, o segundo caso é o mais recorrente (Dias & Bernardineli, 2016; Moura, 2015; Pedra, Souza, Rodrigues & Silva, 2018).

Em resumo, temos que o processo de significação ocorre por meio do *continuum* internalização-externalização, por meio dos qual culturas coletivas são reconfiguradas no domínio intrapsíquico na forma de culturas pessoais/significados pessoais (a chamada “novidade”). Esses significados pessoais, de maneira também contínua, são devolvidos aos campos interpsicológicos, podendo ou não gerar mudanças nos referenciais semióticos compartilhados por um grupo, sociedade ou cultura.

Nessa seção, buscamos demonstrar as relações entre os conceitos-chave da Psicologia Histórico-Cultural (em sua abordagem semiótica) de “internalização” e “externalização”, “culturas coletivas/sugestões sociais” e “culturas pessoais/significados pessoais”; e seu alinhamento teórico no contexto de nosso estudo com os construtos oriundos das tradições de pesquisa sobre os “significados do trabalho” e “sentidos do trabalho”, advindos especialmente dos estudos da Psicologia do Trabalho. Partiremos agora para outros importantes operadores teóricos da abordagem semiótica da Psicologia Histórico-Cultural, necessários para embasar e operacionalizar a nossa investigação sobre os significados do trabalho para pessoas trans.

3.3.2. *Modelo Bidirecional de Reconstrução Cultural & Ambivalências*

O dinâmico processo de internalização e externalização apresentado na seção anterior contribui não apenas com o potencial de modificar a cultura coletiva a partir da “novidade” das culturas pessoais, mas propicia um importante atributo dos processos de significação semiótica: “a falta de isomorfismo entre as culturas coletiva e pessoal, tornando cada indivíduo, desse modo, uma pessoa única, ainda que apoiado sobre o mesmo background geral da cultura coletiva” (Valsiner, 2012, p.56).

Essa inescapável distinção, conforme pondera Valsiner (2012), indica a relativa autonomia das culturas pessoais em relação às culturas coletivas. Entretanto, esse pensador também nos alerta para que nunca percamos de vista a *interdependência entre as culturas coletivas e as culturas pessoais*, posto que as últimas *sempre estão em relação direta e dialética* com as primeiras através do processo contínuo de internalização e externalização (Valsiner, 2007). Conforme destacamos anteriormente, essa interdependência entre os processos de externalização e internalização se alinha com aquela defendida por Vigotski (1996/1927, 2001) entre os significados e os sentidos. Essa vinculação encontra nas proposições de Valsiner uma reafirmação por meio de seu *modelo bidirecional de reconstrução cultural* (Valsiner, 2007, 2012).

Segundo Valério (2013), citando o trabalho de Park e Moro (2006 *apud* Valério, 2013), esse modelo foi proposto por Valsiner (1994) como parte de sua busca por se reconciliar teoricamente com as teorias do desenvolvimento infantil de Vigotski. Valério (2013) também apresenta uma excelente definição de como o processo de internalização e externalização ocorre nesse modelo, que

[...]foi formulado a partir do conceito médico de *contágio*. Valsiner comparou as inúmeras "sugestões sociais" que influenciam uma pessoa com vírus culturais. A pessoa passa, então, a ser considerada como um ser ativo que luta contra estes vírus culturais, podendo *neutralizá-los, rejeitá-los ou simplesmente aceitá-los*. Nesse processo, à medida que as sugestões sociais são internalizadas pela pessoa, são transformadas em significados pessoais e, então, externalizadas [grifos nossos] (p. 46).

Além de destacar o *papel ativo de cada pessoa* nesse processo, o modelo bidirecional de reconstrução cultural enfatiza ainda que durante o *continuum* internalização-externalização, tanto a cultura pessoal quanto a coletiva exercem uma sobre a outra algum nível de *transformação*, em maior ou menor intensidade. Assim, destaca-se que a construção de significados é sempre um processo *dinâmico* de duas vias em constante interação.

Se cada pessoa tem função ativa nesse processo, mobilizando seus repertórios pessoais e afetivos para reagir de diferentes maneiras às culturas coletivas e suas sugestões sociais, são naturais e constantes as *divergências* entre os referenciais semióticos compartilhados coletivamente e aqueles valorados subjetivamente (Valsiner, 2012). Isso ocorre principalmente quando as culturas coletivas e sugestões sociais são conflitantes com as culturas pessoais, experiências individuais, valores e afetos de uma pessoa.

Esse recorrente conflito é parte essencial do processo de construção de significados (Valério, 2013; Valsiner, 2007). A oposição entre referenciais semióticos coletivos e os individuais é compreendida pelo conceito de *ambivalência*: quando, em situações concretas do cotidiano, as culturas pessoais são confrontadas com referenciais culturais divergentes, esse conflito semiótico demanda a construção de novos significados que promovam a adaptação, a conformação ou a transformação daquela situação ou contexto conflituosos (Valsiner, 2012).

No contexto de nosso estudo, entendemos que a o conceito de ambivalência tem importância central para a compreensão dos significados do trabalho para a população transgênera. Conforme vimos nos capítulos 1 e 2, as vidas trans são marcadas por conflitos desde o seio familiar, passando pelas instituições, e marcadamente, no mundo do trabalho. Nessa esfera de vida, acreditamos que as pessoas trans enfrentam divergências constantes diante de sugestões sociais oriundas de culturas coletivas transfóbicas: “as portas do mercado de trabalho estão fechadas”, “a prostituição é a única alternativa para sobrevivência”, para citar alguns exemplos cujos indícios aparecem na literatura revisada. Buscamos entender como as pessoas trans internalizam essas e outras possíveis sugestões sociais e quais são os significados construídos sobre o trabalho nesse processo, especialmente diante dos inúmeros desafios e consequentes ambivalências enfrentadas em suas experiências laborais.

Nesse intuito, é necessário compreender dois outros componentes essenciais do processo de significação na perspectiva semiótica, especialmente no caso da experiência das pessoas trans no mundo do trabalho que, conforme entendemos, é potencialmente marcada por constantes ambivalências: são eles as *rupturas* e as *bifurcações*.

3.3.3. *Rupturas & Bifurcações*

Como discutimos anteriormente, a ambivalência é parte essencial da construção de significados diante dos conflitos e tensões entre as culturas coletivas e pessoais. Nas trajetórias de vida das pessoas, há uma série de momentos e eventos responsáveis por exacerbar essas ambivalências a partir do confronto com referenciais semióticos inesperados e desafiadores, para os quais os recursos semióticos disponíveis previamente

não são suficientes. Esses momentos são chamados de *rupturas* (Valério, 2013; Valsiner, 2012; Zittoun, 2007; Zittoun, Aveling, Gillespie, Cornish, 2011).

As rupturas podem ser disparadas por eventos externos (ex: sofrer um acidente, mudar de cidade/país etc) ou pessoais/subjetivos (ex: abandonar um emprego ou relação insatisfatórios, alcançar a maioridade etc), e demandam da pessoa que as vivencia um movimento de (re)adaptação aos novos referenciais semióticos (anteriormente desconhecidos), seja no sentido de confrontá-los ou no de aceitá-los. Em qualquer um dos casos, a intensa ambivalência mobilizada pelas rupturas será elemento central para a produção de novos significados e ações deles derivados (Valério, 2013; Zittoun, 2007; Zittoun et al., 2011).

Para compreender melhor como as rupturas mobilizam ambivalências, é necessário destacar que cada ruptura estabelece um *ponto de bifurcação* nas trajetórias de vida das pessoas, que se veem diante de pelo menos dois rumos distintos para se adaptar ou superar o conflito semiótico ensejado. Segundo Valsiner (2012), “a criação de tal ponto de bifurcação – o momento da decisão quanto a agir de um modo ou de outro – é um processo psicológico cheio de ambivalência” (p.51). Assim sendo, as rupturas e os pontos de bifurcação por elas gerados são também elementos centrais para a compreensão da produção de significados, considerando não só a ambivalência inerente a esse processo, mas a ativa mobilização de ação das pessoas, de maneira tanto concreta quanto semiótica.

Quando pensamos nas trajetórias de vida das pessoas transgêneras, podemos afirmar que este grupo está sujeito a uma série de rupturas e consequentes bifurcações semióticas que não são partilhadas por outros grupos sociais hegemônicos. Assumir e vivenciar uma identidade de gênero não-conformativa (“Devo esconder quem eu realmente sou *ou* viver autenticamente minha identidade?”) , a frequente expulsão dos

lares familiares (“Tentar restabelecer vínculos familiares *ou* romper laços definitivamente?”), a perda de vínculos importantes motivada pela transfobia (“Aceitar as imposições sociais de amigos e familiares *ou* buscar novos vínculos com outras pessoas significativas?”), são apenas alguns dos vários exemplos de rupturas (e bifurcações) presentes nas vidas trans.

De maneira mais específica, acreditamos que a esfera de vida do trabalho, campo de principal interesse de nossa tese, é também marcada por diversas rupturas e bifurcações nas vidas trans: as tentativas frustradas de acessar o mercado formal de trabalho (“Devo continuar buscando inserções formais *ou* devo buscar atividades informais para sobreviver?”), as demissões motivadas pela transfobia (“Confrontar a transfobia institucional *ou* evitar mais desgastes e violências transfóbica laborais?”), as violências físicas e simbólicas sofridas em todos os contextos de trabalho (“Aceitar e suportar as violências transfóbicas para sobreviver *ou* romper tais vínculos e lidar com as incertezas da busca de novos?”).

Diante de cada uma dessas rupturas e bifurcações, acreditamos que as pessoas trans precisam constantemente construir/reconstruir significados e ações de forma a superar as ambivalências por elas engendradas em suas trajetórias. A partir dessas reflexões, entendemos que as rupturas e bifurcações enfrentadas pelas pessoas trans em suas trajetórias de vida e de trabalho são centrais para a produção de significados sobre essa esfera vital em suas experiências.

Agora que estabelecemos como diferentes construtos oriundos da perspectiva histórico-cultural, em sua abordagem semiótica, podem contribuir para a compreensão do processo de significação do trabalho para a população trans, apresentaremos no capítulo seguinte a delimitação teórico-metodológica de nossa investigação. Neste capítulo,

pretendemos aprofundar as articulações entre esses referenciais teóricos e o lugar do trabalho nas vidas trans no contexto de nossa pesquisa, e como esse encontro originou os operadores teóricos que nos propomos a investigar.

CAPÍTULO 4 – DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este capítulo apresentará a delimitação da investigação realizada nesta tese. Retomando o percurso teórico traçado nos capítulos anteriores, apresentaremos a articulação entre os achados da literatura sobre o trabalho da população trans e travesti, das tradições de pesquisa sobre o processo de significação dessa esfera de vida e o recorte teórico proposto para investigar esse construto nas vivências desse grupo. Nessa direção, este capítulo também apresentará a proposição de operadores teóricos através dos quais estruturamos o nosso modelo e objetivos de pesquisa, resultantes da integração entre esses diferentes aspectos do estudo.

4.1. Os significados do trabalho nas trajetórias de pessoas transgêneras

A literatura apresentada e discutida nos capítulos anteriores permitiu-nos traçar os marcos teóricos que orientaram a nossa pesquisa sobre os significados do trabalho para pessoas trans. Partindo de um histórico de patologização de suas identidades, a população trans e travesti enfrenta diversas violações em contextos familiares, escolares, sociais e institucionais (Carrieri, Souza & Aguiar, 2014; Fedorko & Berredo, 2017; Silva, Bezerra & Queiroz, 2015; TGEU, 2020). Essas interdições impactam diretamente a experiência dessas pessoas no mundo do trabalho (Almeida & Vasconcellos, 2018; Moura & Lopes, 2014; REDE TRANS, 2017; *Trans Equality*, 2015).

Aprofundando as reflexões sobre essas interdições no mundo do trabalho a partir de estudos nacionais e internacionais, entendemos que a transfobia é estrutural na sociedade capitalista de trabalho, moldada a partir de relações desiguais e opressoras de raça, gênero e classe (Marinho, 2018; Marinho & Almeida, 2019; Phipps, 2020; Silva, 2020).

As pessoas trans, ao terem sua inserção no mundo do trabalho dificultada, terminam impedidas de integrar redes de sociabilidade, de usufruir de direitos trabalhistas como seguro-desemprego, pensões e aposentadoria, de exercer direitos e deveres políticos, e ocupar espaços e cargos condizentes com seus objetivos e competências profissionais. Prostituição compulsória, exposição a riscos diversos, encarceramento massivo, pobreza e negação de direitos surgem na literatura como consequências diretas desses arranjos laborais excludentes (Cabral & Silva, 2016; Carrijo, 2012; Ferreira, 2009; Magno, Dourado & Silva, 2018; Olivar, 2014; Souza, Malvasi, Signorelli & Pereira, 2015).

Nesse contexto, interagem com as problemáticas relativas ao trabalho: a escassez de chances de ascensão social; os baixos níveis de escolaridade (produto de ambientes escolares hostis e geralmente violentos); e os elevados índices de violência físicas, psicológicas, simbólicas e institucionais que vitimam as pessoas transgêneras brasileira diariamente. Como resultado dessa interação, o trabalho se configura um campo de exclusão e interdições nas vivências das pessoas trans (Almeida & Vasconcellos, 2018; Carrieri & Aguiar, 2014; Marinho, 2016; Moura, 2015; Pedra, Souza, Rodrigues & Silva, 2018; Prado & D'Angelo, 2017; Teixeira & Porém, 2019).

Mesmo diante de tamanha exclusão enfrentada no mundo do trabalho, essa esfera de vida também pode ser percebida de maneira positiva pela população trans e travesti. Mesmo nas condições desafiadoras impostas pela informalidade, especialmente no trabalho sexual, a literatura aponta que o trabalho pode ser percebido como fonte de autonomia, de construção de sociabilidades e vínculos afetivos, e de reafirmação identitária nas vidas trans (Assis, Soares & Motta, 2018; Cardoso & Ferro, 2012; *Global Network of Sex Work Projects*, 2014; Pelúcio, 2006, 2007; Teixeira, 2008). Quando

consideramos o âmbito do mercado formal, a literatura também indica que a população trans e travesti, apesar do preconceito enfrentado também na formalidade, também percebe o trabalho como via de inclusão, garantia de direitos, cidadania e dignidade, especialmente diante da expectativa de inserção em postos formais de trabalho (Busin, 2015; Giongo, Menegotto & Petters, 2012; Marinho, 2016; Pedra, Souza, Rodrigues & Silva, 2018; Oliveira, 2010; Rondas, 2012).

Diante dessa diversidade de percepções e possíveis significados aparentemente antagônicos construídos pelas pessoas trans sobre o trabalho, nos propomos a investigar o *processo de significação do trabalho* na realidade dessa população. Acreditamos que identificar e compreender como significados aparentemente tão diversos são construídos sobre o trabalho, especialmente a partir da perspectiva das próprias pessoas trans, pode contribuir para elucidar como essa aparente dualidade exclusão/inclusão impacta suas trajetórias de vida e laborais, e para gerar subsídios de transformação dessa realidade por intermédio de políticas e ações afirmativas.

Decidimos por circunscrever a operacionalização dessa investigação ao contexto de nossa cidade, Natal-RN. Essa delimitação segue o caminho pavimentado pela importante dissertação de Oliveira (2016), citada no capítulo 2 de nossa tese, que identificou a vivência constante de precarizações, violações e transfobia nas inserções laborais de travestis natalenses, tanto na informalidade quanto na formalidade. Os achados de Oliveira (2016) indicam que as vivências das pessoas trans na capital potiguar, no tocante ao mundo do trabalho, são especialmente desafiadoras em razão do conservadorismo e do coronelismo que marcam a história da cidade, traduzidas em acentuado preconceito transfóbico como normatividade cultural.

A delimitação geográfica do nosso estudo se justifica também por recentes e alarmantes dados que atualizam as problemáticas anteriormente identificadas por Oliveira (2016): conforme apontamos previamente, a capital Natal ocupa o segundo lugar no Nordeste e o quarto lugar nacional em número de mortes violentas de pessoas trans e travestis, segundo o Dossiê 2020 da ONG REDETRANS sobre violência transfóbica no Brasil (REDETRANS, 2021). Além disso, Natal possui um revoltante histórico de transfobia política e institucional, demarcado pela rejeição do Programa Transcidadania pela Câmara de Vereadores em 2019²⁴; pela retirada das palavras “gênero” e “orientação sexual” do Plano Municipal de Educação desde 2016²⁵; e pelo desamparo governamental que afetou e afeta a população trans natalense desde o início da pandemia do COVID-19, com agravamento das dificuldades de acesso a políticas sociais²⁶ e de saúde²⁷ num período em que esse grupo está sujeito a vulnerabilidades ainda maiores.

A partir dessa delimitação inicial, a investigação que realizamos partiu das seguintes questões de pesquisa que foram mobilizadas pelo percurso teórico traçado:

1. Como as pessoas trans constroem significados aparentemente *tão diversos* para o trabalho, um campo vital em que enfrentam exclusão e violência marcantes?

²⁴ **Vereadores tiram o preconceito do armário e negam direitos a transexuais e travestis em Natal**. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/vereadores-tiram-o-preconceito-do-armario-e-negam-direitos-a-transexuais-e-travestis-em-natal/>

²⁵ **Na Câmara de Natal, vereadores aprovam retirada de termos que indicam discussão de gênero nas escolas**. Disponível em: <http://politicaemfoco.com/na-camara-de-natal-vereadores-aprovam-retirada-de-termos-que-indicam-discussao-de-genero-nas-escolas/>

²⁶ **Movimento LGBT lança campanha para recolher cestas básicas e insumos para população trans durante pandemia**. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/movimento-lgbt-lanca-campanha-para-recolher-cestas-basicas-e-insumos-para-populacao-trans-durante-pandemia/>

²⁷ **Pandemia dificulta acesso de população trans a tratamentos hormonais no RN**. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/pandemia-dificulta-acesso-de-populacao-trans-a-tratamentos-hormonais-no-rn>

2. *Quais são esses significados?* Eles estarão alinhados com aqueles indicados pela literatura, especialmente considerando as peculiaridades do momento histórico que vivemos?
3. Como as *trajetórias de vida e de trabalho* das pessoas trans se relacionam com a produção de significados do trabalho para esse grupo?
4. Como os significados do trabalho construídos pelas pessoas trans se relacionam com *determinantes sociais, culturais e históricos* que perpassam as vivências de suas identidades de gênero em nossa sociedade?

Para responder a tais questões, adotamos a relação sentido-significado do trabalho como unidade de análise (Vigotski, 1996, 2001) a partir de uma perspectiva histórico-cultural de base semiótica (Valsiner, 2001, 2007, 2012), por meio da qual buscamos investigar a integração entre subjetividade, trajetórias de vida e cultura (Valsiner, 2012; Vigotski, 1996) como elementos centrais do processo de significação do trabalho para as pessoas trans.

A seguir, detalharemos os operadores teóricos que propomos para investigar o processo de significação do trabalho para as pessoas trans. Para isso, apresentaremos as articulações teóricas propostas e como os operadores teóricos delas resultantes situam-se em nosso modelo de pesquisa.

4.2. Operadores teóricos e modelo de pesquisa:

4.2.1. “Rupturas” como mediadoras de produção de significados do trabalho

Para compreender os significados do trabalho nas trajetórias das pessoas transgêneras, consideramos necessário identificar os conteúdos culturalmente construídos e compartilhados (culturas coletivas) acerca do trabalho que ecoam em suas vivências.

Acompanhando Valsiner (2011), entendemos que esses conteúdos se manifestam notadamente a partir de sugestões e representações sociais que regulam como as pessoas veem e internalizam o trabalho em suas experiências (exemplos: “O trabalho é fonte de subsistência”, “Ao trabalhar, contribuimos com a sociedade”).

Entretanto, essas culturas coletivas não necessariamente são internalizadas pelas pessoas tais quais expressos na tecitura cultural. Na verdade, podemos dizer que isso é praticamente inviável, pois cada pessoa reagirá às sugestões sociais de maneiras distintas, produzindo novos significados intrassubjetivos para esses conteúdos culturais, especialmente quando esses confrontam suas crenças, seus valores e sua subjetividade através do processo de ambivalência (Valsiner, 2007, 2012; Valério, 2013).

Nesse processo individual de internalização e ressignificação das culturas coletivas, são produzidas culturas pessoais/significados pessoais, versões personalizadas e subjetivas das culturas coletivas, que podem inclusive ser opostas às últimas. Ao externalizar esses novos conteúdos pessoais, é possível reforçar, confrontar ou modificar a cultura vigente (Valsiner, 2007, 2012).

Nesse processo de internalização, confrontação e posterior externalização, os momentos de ruptura têm função central na mobilização de referenciais semióticos diante de situações e marcos de vida desafiadores. Esses momentos e seus marcadores biográficas colocam as pessoas diante de processos de ambivalência, situando-as entre fronteiras semióticas que demandam a construção e adoção de novos significados, ações e percursos. Diante dessas rupturas, os valores e crenças de cada pessoa, ao interagirem com o contexto cultural, social e econômico, são determinantes essenciais para a compreensão desse processo contínuo e dinâmico de internalização/externalização responsável pela *construção de significados*.

Considerando os inúmeros desafios e interdições sofridas pela população trans no mundo do trabalho, e partindo da centralidade dos conflitos e tensionamentos para a construção de significados numa perspectiva semiótica, conforme o referencial teórico da psicologia histórico-cultural aqui adotado (Valsiner, 2001, 2012), propomos que o processo de significação do trabalho para as pessoas trans seja compreendido a partir das *frequentes rupturas, bifurcações e ambivalências* enfrentadas por esse grupo. Acreditamos que esses marcos nas histórias de cada pessoa trans mobilizam uma miríade de significados possíveis para viabilizar e orientar a continuidade de suas trajetórias de vida e de trabalho.

Assim, buscamos entender como as rupturas, bifurcações e ambivalências nas trajetórias de pessoas trans interagem com as culturas coletivas (referenciais semióticos compartilhados acerca do trabalho na realidade da população trans) e as culturas pessoais/significados pessoais (resultados da internalização e reconfiguração desses referenciais semióticos no campo intrapsíquico), especialmente à luz dos frequentes obstáculos impostos à população trans em nossa sociedade, sistema econômico e cultura transfóbicos.

Para instrumentalizar a análise dessa relação entre trajetórias de vida, rupturas e significação do trabalho, buscamos *integrar* a perspectiva histórico-cultural dos processos de significação e as principais tradições de pesquisa dos significados do trabalho em Psicologia. Como resultado, propomos os dois operadores teóricos centrais investigados nesta tese: “significados culturais do trabalho” e “significados pessoais do trabalho”.

4.2.2. *Significados culturais do trabalho & Significados pessoais do trabalho*

O operador “significados culturais do trabalho” surge da articulação teórica que propomos entre os construtos “culturas coletivas/sugestões sociais” (Valsiner, 2007, 2012) e a tradição de pesquisa dos “significados do trabalho” (eg. Bendassolli, Borges-Andrade, Alves & Torres, 2015; MOW, 1987, Pinheiro, 2014). Com esse operador teórico, buscamos identificar e compreender os significados do trabalho construídos pelas pessoas trans a partir dos conteúdos e representações culturais coletivamente estruturados e compartilhados sobre o trabalho, que comparecem em suas experiências de vida, exercendo a função de mediar suas relações com essa esfera de vida. Essas facetas coletivas e culturais dos processos de significação do trabalho são aqui compreendidas através de sua relação intrínseca com o contexto social e histórico vigentes, e as conformações socioculturais vivenciadas pelas pessoas trans em nossa sociedade.

Já o operador “significados pessoais do trabalho” advém da articulação que propomos entre os construtos “culturas pessoais/significados pessoais” (Valsiner, 2007, 2012) e a tradição de pesquisa dos “sentidos do trabalho” (eg. Lips-Wiersma & Wright, 2012; Morin, 1997, 2006, 2007), remetendo-se assim à internalização dos significados culturais trabalho e sua reconfiguração na forma de novos significados no âmbito intrapsicológico e subjetivo. Destacamos que os marcadores afetivos e conflitos semióticos vivenciados nas trajetórias de vida e de trabalho são essenciais para compreender como os significados pessoais do trabalho são construídos.

Essas articulações teóricas que originaram os operadores teóricos propostos e investigados estão ilustradas no esquema apresentado na Figura 5, abaixo:

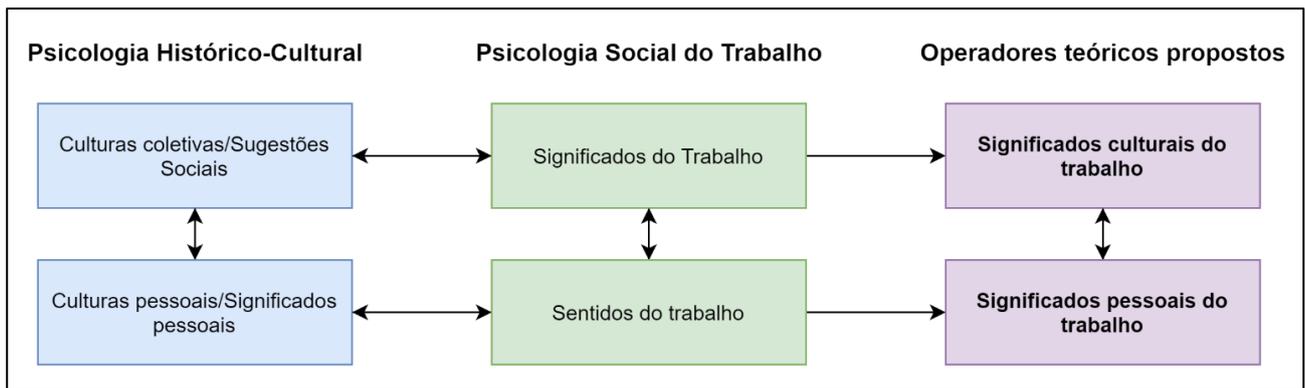


Figura 5 . Operadores teóricos propostos a partir da integração dos referenciais teóricos da pesquisa

Os operadores “significados culturais do trabalho” e “significados pessoais do trabalho” são concebidos a partir de sua interdependência: as facetas social/cultural e pessoal/subjetiva são parte do mesmo continuum de significação semiótica (Valsiner, 2012; Vigotski, 2001). Dessa forma, assumimos que:

- i) as rupturas, bifurcações e ambivalências experimentadas nos trajetos biográficos e laborais das pessoas trans relacionam-se simultaneamente com como os significados culturais sobre o trabalho comparecem nos campos coletivos/culturais, e com a internalização desses conteúdos coletivos na forma de significados pessoais do trabalho em suas experiências subjetivas; e que, portanto,
- ii) os significados culturais e pessoais do trabalho comparecem e relacionam-se de maneira dinâmica em cada trajetória, seja estando em consonância ou opondo-se uns aos outros através da construção de mediadores semióticos com potencial de fortalecer ou transformar a cultura e o contexto que os circunscrevem.

Esse entendimento acompanha as contribuições da psicologia sócio-histórica de Vigotski (2001) sobre a interdependência entre significados e sentidos como unidade

sistêmica no processo de mediação semiótica, processo esse central para a vertente histórico-cultural que aqui adotamos (Valsiner, 2012). No campo dos significados do trabalho, conforme lembram Bendassolli e Gondim (2014), a contribuição sócio-histórica vigotskiana nos permite compreender que

[...] por analogia, o que acontece *no nível do indivíduo*, como produtor de sentido do seu fazer no trabalho, inclui *aspectos da sociedade mais ampla* na qual ele se insere, com os significados do trabalho compartilhados pelo grupo ocupacional ou profissional, assim também no nível da sociedade, que confere *significado social e cultural ao trabalho*, há aspectos *dos indivíduos que a compõem* (sentidos particulares). Assim, a apreensão do sentido do trabalho no nível do sujeito revela os aspectos “micro” do nível de significado de pertencimento grupal e do nível sociocultural mais amplo. Em contrapartida, o significado no nível social e cultural permite inferir aspectos no nível individual. [grifos nossos] (p.140)

Partindo dessa compreensão, entendemos que os significados culturais e pessoais do trabalho não podem ser adequadamente investigados sem que seja considerada a história de vida de cada indivíduo enquanto ser em desenvolvimento, sempre à luz das particularidades e desafios de seu contexto social, histórico e cultural (Vigotski, 2001; Valsiner, 2012).

Nesse sentido, defendemos que os significados culturais e pessoais do trabalho para a população trans precisam ser analisados e discutidos a partir de outras lentes para além da Psicologia Histórico-Cultural e da Psicologia do Trabalho, pois suas estruturas interpretativas não dão conta sozinhas de contemplar as especificidades das vivências desse grupo. Assim, recorreremos nesta tese ao importante e crescente campo de conhecimento do Transfeminismo como um dos referenciais centrais de análise e reflexão sobre os nossos achados.

4.2.3. *Transfeminismo como referencial de análise*

Desde o princípio de construção desta tese, nos comprometemos em realizar um estudo de caráter trans-afirmativo, buscando amplificar as vozes (e nunca ofuscar o protagonismo) das pessoas trans acerca de sua experiência no mundo do trabalho, um dos campos de maior exclusão e interdição para esse grupo. Uma parte importante desse compromisso é a busca de interlocução com as importantes teorias e reflexões propostas pelo Transfeminismo, especialmente as de origem brasileira, como uma das estruturas interpretativas do processo de significação do trabalho nas vidas trans. O Transfeminismo pode ser definido, conforme Jesus (2019), como:

[...] uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e “mulher/vagina” [...] (p.19).

Nossas fontes principais de acesso ao Transfeminismo são o portal “Transfeminismo – Feminismo Interseccional relacionado às questões trans”²⁸, que historicamente configurou um importante espaço de construção e compartilhamento das ideias transfeministas no Brasil (Jesus, 2013); e o importante livro “Transfeminismo: Teorias e práticas”, em sua edição digital publicada no ano de 2019 e organizado pela própria Jesus (2019). Nesta obra de enorme importância para o transfeminismo brasileiro, Jesus e diversas/os/es autoras/es refletem sobre as teorias transfeministas em diálogo com a contemporaneidade e vivências das pessoas trans em diversos campos sociais.

²⁸ Blog Transfeminismo - Feminismo Interseccional relacionado às questões trans* Acessível em: <https://transfeminismo.com/>

Logo em sua seção de apresentação, de autoria da própria Jesus (2019), o referido livro introduz princípios compartilhados pelos trabalhos reunidos naquela publicação, construindo sua identificação com o transfeminismo contemporâneo:

1. Desmantela e redefine a equiparação entre gênero e biologia;
2. Reitera o caráter interacional das opressões;
3. Reconhece a história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e as experiências pessoais da população transgênero de forma geral; e
4. Valida as contribuições de quaisquer pessoas, transgênero ou cisgênero (pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento). (Jesus, 2012, p.12)

Nossa tese não apenas partilha desses princípios, mas foi estruturada a partir deles. Buscamos, neste estudo, contribuir com as interlocuções entre a Psicologia Histórico-Cultural, a Psicologia do Trabalho e o Transfeminismo, ao adotar este último como um dos referenciais transversais para pensar os significados do trabalho para as pessoas trans.

Assim, discutiremos nossos operadores teóricos a partir de diferentes referenciais transfeministas, como os reunidos por de Jesus (2019) e o modelo interseccionalidade trans-afirmativa de Wesp e colaboradores (2019) apresentado no capítulo 2. Com isso, buscamos situar a investigação dos nossos operadores teóricos numa perspectiva comprometida com a denúncia e a transformação das condições socioculturais e discursivas que contribuem com as opressões sofridas pelas pessoas transgêneras, especialmente no mundo do trabalho.

4.2.4. Modelo de pesquisa

As relações entre os operadores e articulações teóricos propostos e os referenciais de análise eleitos para nosso estudo, conforme construídos nas seções anteriores, orientaram a estruturação de nosso modelo de pesquisa, apresentado na Figura 6, a seguir:

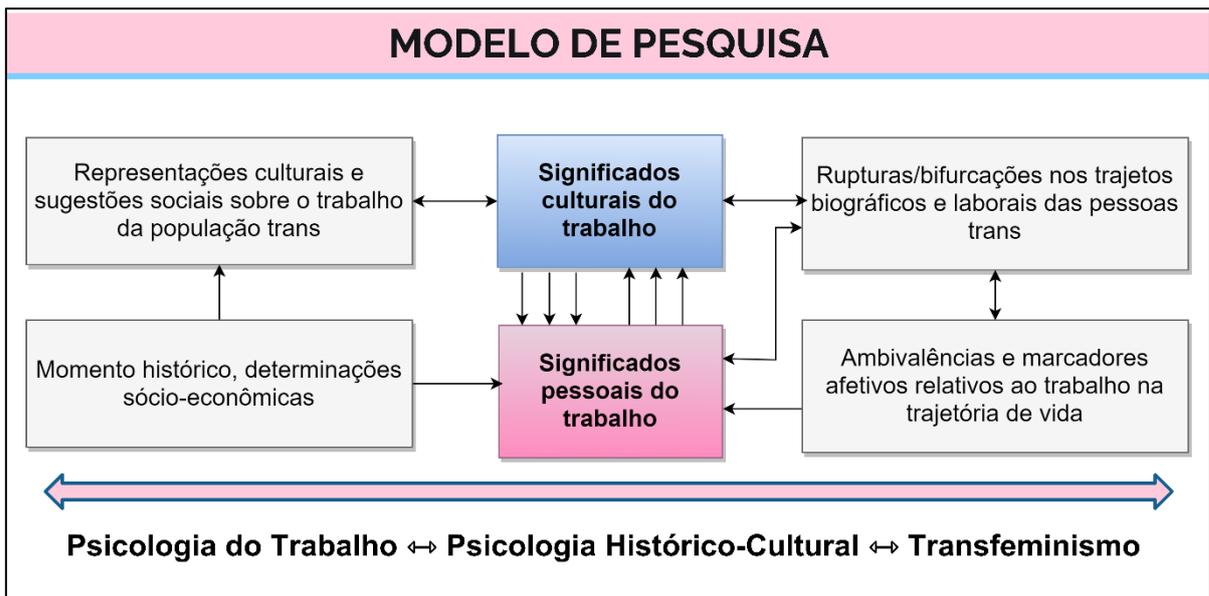


Figura 6 . Modelo da pesquisa

Em síntese, nossa tese dedica-se a investigar o processo de significação do trabalho para pessoas trans a partir dos operadores “significados culturais do trabalho” e “significados pessoais do trabalho”, integrando dimensões e marcadores subjetivos, interpessoais e socioculturais inerentes à construção de tais significados em suas trajetórias. De maneira transversal, o processo de significação do trabalho é discutido e analisado a partir da interlocução entre referenciais da Psicologia do Trabalho, da Psicologia Histórico-Cultural e do Transfeminismo.

Para operacionalizar essa proposta, dedicada a responder as nossas questões de pesquisas indicadas anteriormente (1. Como as pessoas trans constroem significados aparentemente tão diversos para o trabalho, um campo vital em que enfrentam exclusão e violência marcantes?; 2. Quais são esses significados? Eles estarão alinhados com aqueles indicados pela literatura, especialmente considerando as peculiaridades do momento histórico que vivemos? 3. Como as trajetórias de vida e de trabalho das pessoas trans se relacionam com a produção de significados do trabalho para esse grupo?; e 4. Como os significados do trabalho construídos pelas pessoas trans se relacionam com

determinantes sociais, culturais e históricos que perpassam as vivências de suas identidades de gênero em nossa sociedade?), estruturamos os objetivos de pesquisa apresentados a seguir, de forma a orientar e guiar o trajeto de nossa investigação.

4.3. Objetivos de pesquisa

O nosso **objetivo geral** é o de investigar o processo de significação do trabalho nas vivências de pessoas trans, a partir dos significados culturais e pessoais produzidos sobre essa esfera de vida em suas trajetórias.

Para alcançar esse objetivo, estabelecemos os seguintes **objetivos específicos**:

- I. Coligir os significados culturais do trabalho para pessoas transgêneras, refletindo sobre os determinantes semióticos e socioculturais envolvidos em sua construção;
- II. Compreender quais são e como são produzidos os significados pessoais do trabalho, considerando as experiências de vida e marcadores subjetivos das/dos protagonistas; e
- III. Discutir o processo de significação do trabalho nas vidas trans a partir das especificidades do contexto sócio-histórico e seus determinantes, integrando referenciais teóricos da Psicologia e do Transfeminismo.

A operacionalização desses objetivos de pesquisa demandou a construção de um aparato metodológico coerente com suas particularidades teóricas, epistemológicas e, especialmente, com o compromisso ético-político trans-affirmativo de nosso trabalho. Apresentaremos em detalhes esse processo no Capítulo 5, a seguir, dedicado ao método de nosso estudo.

CAPÍTULO 5 – MÉTODO

Este trabalho tratou-se de um estudo qualitativo, de corte transversal e de abordagem idiográfica. Para orientar a construção de um aparato metodológico que atendesse o objetivo central desta tese (investigar os significados do trabalho para pessoas trans), não poderíamos recorrer apenas aos critérios recomendados pelas pesquisas que partilham de nossos referenciais teóricos de base.

Pelo contrário: a partir da perspectiva trans-afirmativa que nos orienta, defendemos que as próprias pessoas trans devem nos indicar os melhores caminhos para investigar o trabalho em sua realidade. Cabe a nós, enquanto pesquisadores, promover a interlocução entre essas direções e o nosso aparato teórico-metodológico, a ser acionado e mobilizado para contemplá-las.

Assim, recorreremos aos resultados de uma consulta pública que realizamos junto à população trans da capital potiguar, a partir da qual as definições metodológicas de nosso estudo foram construídas em diálogo com nossos referenciais teóricos. Como resultado desse processo, apresentaremos a seguir os procedimentos metodológicos adotados em nosso estudo.

5.1. Coconstrução do instrumental de pesquisa

5.1.1. Nossas/os protagonistas mostram os caminhos – consulta pública à população trans de Natal/RN

Nos capítulos anteriores, apresentamos as principais tradições de pesquisa dedicadas à investigação dos significados do trabalho, especialmente no campo da Psicologia. A partir de seus potenciais e lacunas, identificamos na perspectiva histórico-

cultural de base semiótica um terreno fértil para a investigação que propomos sobre os significados do trabalho da população trans, a partir de sua defesa da interdependência entre significados, sentidos e sua construção situada social, cultural e historicamente (Valsiner, 2012; Vigotski, 2001).

Assumindo essa perspectiva teórico-metodológica, os significados do trabalho (compreendidos a partir de nossos operadores teóricos de investigação) das pessoas trans precisavam ser investigados a partir de suas *experiências de vida*, pois, conforme o percurso teórico traçado, é por intermédio das vivências concretas e das trajetórias de cada pessoa que os conteúdos coletivos e pessoais interagem e configuram a produção semiótica de significados (Valério, 2013; Valsiner, 2012).

Tendo essa definição como ponto de partida (as experiências de vida como fonte principal de acesso ao processo semiótico de significação do trabalho), e antes de prosseguir para a operacionalização de nosso estudo, precisávamos ouvir as próprias pessoas trans natalenses para que elas nos indicassem, à luz de seus importantes locais de fala, como poderíamos investigar o lugar do trabalho e seus significados em suas trajetórias de vida.

Por sermos pesquisadores cisgênero, dotados de tantos privilégios e incapazes de vivenciar as dificuldades e interdições enfrentadas pelas pessoas trans, acreditamos que não poderíamos construir um aparato metodológico coerente e eficaz sem ouvir as/os/es verdadeiras/os/es protagonistas do nosso estudo. Para isso, realizamos uma consulta pública junto às pessoas trans de Natal/RN, em que pudemos ouvir delas próprias as coordenadas que nos guiariam durante as etapas seguintes de nossa investigação.

Em termos operacionais, começamos por construir um questionário *online* para realização da consulta pública, contando com a importantíssima consultoria de três mulheres trans residentes na capital potiguar:

1) **Emilly Mel Fernandes de Souza**, mulher trans, psicóloga e Mestra em psicologia pela UFRN, diretora institucional da Associação de Travestis e Transexuais na Ação pela Coerência no Rio Grande do Norte (ATTRANSPARENCIA-RN);

2) **Pollyanna Carolina**, mulher trans, militante, secretária geral da ATTRANSPARENCIA-RN; e

3) **Rebecka de França**, mulher trans, professora, mestranda em Geografia e coordenadora geral da ATTRANSPARENCIA-RN.

A questão disparadora e central do instrumento resultante foi: “*Qual é a melhor forma de entender o lugar do trabalho na vida das pessoas trans?*” Para além dessa questão, pedimos (de maneira opcional) que as pessoas trans participantes compartilhassem algumas características sociodemográficas (identidade de gênero, idade e raça/etnia autodeclaradas).

O formulário foi disponibilizado *online* e divulgado com o apoio das nossas consultoras através de redes sociais, grupos vinculados a ONGs e coletivos LGBTIA+ da capital potiguar, e pelas/os/es próprias/os/es participantes da consulta. O período de recebimento de respostas ficou compreendido entre outubro e dezembro de 2019. Ao todo, contamos com a valiosa contribuição de 23 (vinte e três) respondentes.

Quanto ao gênero identitário, participaram 3 (três) travestis, 5 (cinco) mulheres trans, 4 (quatro) pessoas que se identificavam simultaneamente como mulher trans e travesti, 10 (dez) homens trans, e 1(uma) pessoa não-binária. A idade das pessoas trans variou de 18 a 56 anos, com uma maior concentração na faixa de 21 a 29 anos. Referente

à identificação étnico-racial, 4 (quatro) pessoas se identificaram como negras, 1 (uma) como indígena, 9 (nove) como pardas, e 9 (nove) como brancas.

As respostas à questão central do instrumento foram analisadas e categorizadas com auxílio de ferramenta informacional. A partir dessa análise, identificamos que, segundo as pessoas trans consultadas, são necessárias *duas abordagens concomitantes* para compreender o lugar do trabalho em suas vidas.

Primeiro, é preciso conhecer e compreender as vivências e experiências *anteriores à entrada no mundo do trabalho*, principalmente as de ordem *familiar* (vivências familiares e possível transfobia sofrida nesse âmbito), *escolar* (experiências escolares, transfobia em contextos educacionais, relação entre educação e trabalho, expectativas quanto ao futuro educacional) e *os impactos pessoais e sociais* do processo de vivência na transgeneridade nesses contextos.

A seguir, e à luz das vivências anteriormente indicadas, fomos orientados sobre a importância de conhecer e compreender *as experiências no mundo do trabalho* (realidade de trabalho das pessoas trans, transfobia e impedimentos relativos ao trabalho), notadamente a partir das *dos desafios e enfrentamentos* encontrados pelas pessoas trans nessa esfera de vida, e dos *anseios e expectativas* construídas por elas quanto ao trabalho em suas vidas.

Com base nessas importantíssimas orientações oferecidas pelas pessoas trans consultadas, e sua interlocução com nossos operadores teóricos (que, conforme vimos, preconizam a investigação do processo de significação do trabalho a partir das experiências de vida) e com o nosso modelo de pesquisa, identificamos um instrumental metodológico com o potencial de integrar os direcionamentos advindos dessas três

importantes fontes: o emprego de *entrevistas em profundidade* com foco nas *histórias de vida e de trabalho* das pessoas trans.

A escolha das entrevistas em profundidade como instrumento de investigação parte do seu alinhamento com os princípios epistemológicos de nosso estudo, voltado primordialmente a compreender a construção de significados sobre o trabalho das pessoas trans em suas experiências enquanto indivíduos únicos (Minayo, 1996). Ao mesmo tempo, conforme importante reflexão levantada por Moré (2015), a entrevista em profundidade alinha-se com a relevância da intersubjetividade (construção de conhecimentos a partir do encontro entre protagonistas e pesquisador); com a valorização do protagonismo de cada participante na produção de saberes a partir de suas peculiaridades; e com a conexão irrevogável entre “individual” e “social” na construção de significados na experiência humana. Todos esses princípios são centrais para nossa pesquisa, conforme discutimos em nosso capítulo de delimitação.

A partir desses princípios teórico-metodológicos, as entrevistas em profundidade foram empregadas como via de acesso às *histórias de vida e de trabalho* de nossas/os protagonistas, sendo essas essenciais para compreender o processo de significação do trabalho para esse grupo. Optamos por investigar o nosso objeto por meio das histórias de vida e de trabalho com base nos importantíssimos direcionamentos que recebemos da consulta pública à população trans de Natal/RN; e através de sua consonância com os nossos operadores teóricos e estruturas interpretativas, que indicam a centralidade das experiências e trajetórias de vida na construção de significados do trabalho (Valsiner, 2007, 2012; Vigotski, 2001; 2007).

É importante destacar que as histórias de vida e de trabalho podem ser utilizadas em contextos de pesquisa como técnica de coleta, ou como fonte de informações (Silva,

Reis Barros, Nogueira & Barros, 2007). No nosso caso, optamos pelo segundo formato: as histórias de vida e de trabalho são as fontes de informação que permitirão acessar o processo de produção de significados do trabalho. Essa estratégia se alinha a outros estudos que recorreram às histórias de vida e de trabalho como fonte para investigar significados do trabalho, como o de Coelho-Lima (2016), que em sua tese de doutorado investigou os significados e ideologias do trabalho na realidade de trabalhadores por conta própria.

Definido o nosso instrumental metodológico, apresentamos a seguir o roteiro de entrevistas em profundidade construído a partir da integração entre o *feedback* generosamente oferecido pelas pessoas trans consultadas, o nosso modelo de pesquisa e as definições metodológicas acima discutidas, roteiro este que orientou o processo de coleta descrito logo adiante neste capítulo.

5.1.2. Roteiro de entrevista

O roteiro de entrevista (Anexo 1) originado desse processo foi organizado em duas partes complementares. A primeira consistia em uma questão disparadora central, assim formulada:

“Eu gostaria de conhecer a história de (*Nome da/o/e Protagonista*), pessoa trans e trabalhadora, desde sua infância até os dias atuais. Você poderia, por favor, compartilhar essa história comigo?”

Para explorar de maneira aprofundada os conteúdos evocados por essa questão disparadora, foram elaborados eixos de questões auxiliares que poderiam ou não ser acionadas de acordo com o fluxo da narrativa compartilhada por cada protagonista. Esses

eixos (apresentados abaixo) foram pensados tanto com base nas orientações que recebemos via consulta pública realizada junto a pessoas trans natalenses, quanto no nosso modelo de pesquisa, de forma a explorar em profundidade elementos das histórias de vida e de trabalho das/os/es protagonistas que são centrais para a produção de significados sobre essa esfera de vida:

- 1) Família: vivências familiares (acolhimento ou transfobia na família); expectativas familiares em relação à inserção no mundo do trabalho; condições socioeconômicas familiares; dificuldades enfrentadas em contexto familiar. (Exemplo de questão auxiliar: “*Como a sua família se comporta diante do fato de você ser trans/travesti/não-binária?*”)
- 2) Escola: experiência de transfobia ou acolhimento em contextos escolares; continuidade ou abandono compulsório dos estudos; relação entre experiência escolar e a inserção no mundo do trabalho; expectativas e anseios quanto ao futuro educacional e profissional. (Exemplo de questão auxiliar: “*Como foi a sua experiência na época da escola? Esse período afetou de alguma forma sua inserção no mundo do trabalho?*”)
- 3) Sociedade: experiências de preconceito ou acolhimento em diferentes campos sociais; violação de direitos; violências transfóbica experimentadas no cotidiano e em instituições públicas e privadas. (Exemplo de questão auxiliar: “*Você já vivenciou alguma situação de transfobia no acesso a serviços públicos e de saúde?*”)
- 4) Trajetória de trabalho: eventos marcantes na trajetória de inserção no mundo trabalho (rupturas e bifurcações); afetos positivos e negativos relativos ao trabalho; relação entre expectativas e a realidade concreta de trabalho

vivenciada; desafios e interdições transfóbicos enfrentados em contextos laborais; estratégias mobilizadas para o enfrentamento às dificuldades enfrentadas no mundo do trabalho; impactos do trabalho sobre outras esferas de vida; anseios e expectativas sobre o trabalho; significados culturais e pessoais do trabalho mobilizados pelas trajetórias de vida e trabalho. (Exemplos de questões auxiliares: i) *“Enquanto você crescia como pessoa trans/travesti/não-binária, quais eram suas expectativas em relação ao trabalho na sua vida? Que expectativas você tinha antes de começar a trabalhar?”*; ii) *Gostaria que você me falasse sobre suas experiências anteriores e atuais de trabalho, formais ou informais.*; iii) *Como a sua atual situação de trabalho influencia outros campos da sua vida (como família, relacionamentos, vida em sociedade etc.)?*)

A ordem e o formato das questões auxiliares (quando acionadas) deveriam se adaptar de acordo com cada entrevista, buscando sempre preservar a espontaneidade da narrativa de cada protagonista, evita interrupções desnecessárias e direcionamentos do diálogo estabelecido nos encontros com o pesquisador, tanto no formato presencial (pré-pandemia de COVID-19) quanto no formato *online* (após o início das medidas de isolamento). A seguir, apresentaremos as/os protagonistas do nosso estudo, pessoas trans que generosamente compartilharam conosco suas impressionantes histórias de vida e de trabalho.

5.2. Protagonistas

Chegamos às/aos protagonistas de nosso estudo primordialmente por intermédio da nossa atuação em espaços de militância LGBTIA+ em Natal-RN. Em paralelo, houve a indicação de novas/os/es protagonistas por parte daquelas/es/quiles que já haviam integrado a investigação. Como critérios centrais para participação, estabelecemos 1) identificar-se como pessoa trans, travesti, não-binária ou de gênero não-conformativo; 2) residir na Grande Natal (RN); e 3) ter vivenciado experiências de trabalho, sejam elas informais e/ou formais.

A partir desses critérios, buscamos a formação de um grupo de protagonistas com representantes de diferentes identidades de gênero (mulheres trans, homens trans, pessoas não-binárias, de gênero fluido etc.), variadas identificações étnico-raciais e com trajetórias de trabalho diversas, de forma a “aumentar a probabilidade de que os achados reflitam diferenças ou perspectivas diferentes” (Creswell, 2014, p. 2019). Essa busca de heterogeneidade entre as nossas/os protagonistas, segundo Bryman (in Baker & Edwards, 2012), favorece o acesso a uma maior variabilidade de visões de mundo e experiências dentro do universo da população.

Alinhando esses critérios com o nosso referencial histórico-cultural de base semiótica (Valsiner, 2012) que privilegia a centralidade das experiências individuais para a construção dos significados (Salvatore & Valsiner, 2010), buscamos pesquisar um número reduzido de protagonistas. Isso permitiu realizar uma análise aprofundada da significação do trabalho não só em cada um dos casos, mas *entre* eles.

Integrando a satisfação desses critérios de amostragem ao nosso objetivo de realizar uma análise aprofundada das trajetórias de vida e de trabalho das pessoas trans

protagonistas do nosso estudo, como via de compreensão dos significados do trabalho por elas construídos, estabelecemos o número **5 (cinco) protagonistas**.

A seguir, apresentamos o nosso grupo de protagonistas (Figura 7). É importante destacar que os nomes aqui utilizados para se referir a cada protagonista foram escolhidos por elas/eles próprias/os, preservando assim suas identidades. Seus pronomes de tratamento também foram especificados por elas/eles:

AMANDA

- Mulher trans;
- Negra;
- Ensino médio completo;
- Experiências de trabalho formal (setor fabril) e na informalidade (trabalho sexual e serviços domésticos);
- Pronomes: Ela/Dela



MENEZES

- Homem trans;
- Branco;
- Ensino médio completo;
- Experiência informal de trabalho (bicos com venda de ingressos de festas e fretes/transporte de passageiros);
- Pronomes: Ele/Dele;



VI

- Mulher trans;
- Negra;
- Universitária;
- Experiências de trabalho autônomo (estética) e na informalidade (atuação na condição de pré-paga, presencialmente e online);
- Pronomes: Ela/Dela;



HUGO

- Homem trans;
- Branco;
- Universitário;
- Experiência de trabalho formal (setor artístico/cultural) e informal (motorista de aplicativo);
- Pronomes: Ele/Dele;



SOFIA

- Pessoa não-binária;
- Negra;
- Ensino médio;
- Experiência de trabalho informal (ramo artístico e trabalho sexual) e autônomo (estética);
- Pronomes: Ela/Dela.



Figura 7. Protagonistas do estudo²⁹

²⁹ Infográfico produzido através da Plataforma CANVA (Canva.com), Plano EDUCATION – Elementos utilizados: Coleção “Youth Day People,” (Uso Grátis) de autoria de Sketchify.

5.3. Procedimentos de coleta

Antes de detalhar os procedimentos de coleta, é importante situar os impactos que a pandemia de COVID-19 trouxe para o planejamento e consecução da pesquisa. As entrevistas em profundidade com cada uma/um das/os protagonistas ocorreriam presencialmente, em local a ser definido por elas/próprios, priorizando seu conforto e disponibilidade. Planejamos entre uma e três entrevistas com cada protagonista, de acordo com suas disponibilidades, para garantir que os encontros não se tornassem extenuantes, considerando o mergulho necessário nas trajetórias de vida e de trabalho.

Em cada entrevista, após compartilhamento, esclarecimentos sobre a pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 2), solicitaríamos a autorização para gravação de voz (Anexo 3) e, em paralelo, faríamos registros por escrito dos principais conteúdos compartilhados. Uma vez concluídas, registraríamos impressões e reflexões importantes em diário de campo. Na entrevista seguinte com cada protagonista, apresentaríamos um resumo dos principais pontos do encontro anterior para sua validação e/ou correção.

Antes do início da pandemia do COVID-19, fomos capazes de concluir, seguindo o planejamento original, as entrevistas (no total de três encontros) com apenas uma de nossas protagonistas, Amanda. As entrevistas com as/os demais protagonistas precisou seguir um novo planejamento em razão das medidas de isolamento e segurança sanitária impostas pela pandemia global do coronavírus.

Nesse novo contexto, as entrevistas ocorreram na modalidade *online*, por meio de plataforma gratuita de videoconferência. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e a autorização para gravação foram transportados para um formulário *online* respondido por cada participante antes de iniciarmos as entrevistas. Todas/os as/os protagonistas autorizaram a gravação dos encontros através da própria plataforma de

videoconferência, que oferecia recursos de privacidade e criptografia do conteúdo, acessível apenas a nós, pesquisadores.

Seguindo o mesmo critério do planejamento anterior (disponibilidade das/os protagonistas e necessidade de aprofundar conteúdos trazidos nos encontros), ocorreram entre uma e três entrevistas *online* com cada protagonista: Menezes e Vi participaram de uma entrevista cada; Sofia foi entrevistada duas vezes; e Hugo, três vezes. Quanto à duração, cada entrevista variou de 1 hora e 20 minutos a 2 horas e 30 minutos.

Todas as videoconferências gravadas tiveram seus áudios extraídos e suas trilhas de vídeo excluídas, de forma a preservar a identidade de cada protagonista. A seguir, transcrevemos integralmente as gravações em áudio das entrevistas e as organizamos com apoio de uma ferramenta informacional, gerando o *corpus* de dados que foi submetido aos procedimentos de análise descritos a seguir.

5.4. Procedimentos de análise

Com base em nosso modelo de pesquisa, a análise do processo de significação ocorreu em dois níveis sequenciais e interdependentes. No primeiro, foi realizada uma análise de base semiótica da produção de significados do trabalho numa perspectiva *micro*, com foco nas histórias de vida e de trabalho de cada protagonista.

Para operacionalizar esse nível de análise, realizamos uma reorganização cronológica das narrativas de cada protagonista, identificando os principais marcos biográficos, rupturas e pontos de ambivalência em suas trajetórias de vida e de trabalho. A partir das ações, (re)construções semióticas e dos campos afetivos acionados em cada um desses marcadores, identificamos quais significados do trabalho, tanto culturais

quanto pessoais, foram mobilizados ou produzidos por cada protagonista, com base nos relatos de suas histórias de vida e de trabalho.

A seguir, realizamos a construção de mapas visuais das trajetórias de cada protagonista, ilustrando as relações entre os significados produzidos e as particularidades de suas vivências, de acordo com os principais marcos biográficos, rupturas, bifurcações e ambivalências previamente identificados. O uso desse recurso foi inspirado pela excelente pesquisa de mestrado realizada por Valério (2013), na qual essa pesquisadora investigou trajetórias de vida e a construção de significados sobre a decisão de adotar, também seguindo o referencial da Psicologia Histórico-Cultural de abordagem semiótica.

Em seu estudo, Valério (2013) construiu esquemas visuais detalhados dos cursos de vida de seus participantes como uma técnica de coleta, pautada por um princípio teórico-metodológico chamado Modelo de Equifinalidade de Trajetórias (TEM) (Valsiner & Sato, 2006). Entretanto, diferente do trabalho de Valério (2013), em nosso estudo os mapas das trajetórias foram empregados não como uma técnica, mas como uma forma de facilitar a visualização do nosso primeiro nível de análise que, conforme antecipado, consistiu em identificar os significados culturais e pessoais do trabalho produzidos semioticamente a partir dos pontos de ruptura e ambivalência nas trajetórias de nossas/os protagonistas.

Ainda nesse primeiro eixo analítico, buscamos também estabelecer aproximações e distanciamentos *entre* os processos de produção de significados das/os diferentes protagonistas, de forma a realizar uma *caracterização semiótica* que contemple aspectos centrais do processo de significação do trabalho para esse grupo. Para realizar essa caracterização, partimos do entendimento, oriundo de nosso referencial histórico-cultural de base semiótica, de que a integração dialética entre elementos pessoais e culturais na

construção de significados, permite investigar e compreender processos *coletivos* a partir de casos *individuais* (Salvatore & Valsiner, 2010).

O segundo eixo de análise consistiu na construção de reflexões sobre como os significados produzidos por nossas/os protagonistas em suas trajetórias se relacionam com determinantes contextuais, econômicos, políticos e histórico-culturais envolvidos no processo de construção desses significados, numa perspectiva *macro*. Neste segundo momento da análise, discutimos os significados do trabalho identificados à luz da literatura consultada sobre o trabalho da população trans; das estruturas interpretativas da Psicologia Histórico-Cultural e do Trabalho, e do Transfeminismo.

5.5.Cuidados éticos

Esta pesquisa é pautada no compromisso ético trans-affirmativo de amplificar as vozes das pessoas trans, tornando-se veículo para as pautas e necessidades desse grupo. Nesse sentido, buscamos, desde sua gênese, construir esse trabalho lado a lado com pessoas trans, partilhando espaços de afeto, luta e militância que foram de importância central para construção e consecução desse estudo.

Do ponto de vista formal, este trabalho foi submetido e aprovado, antes de sua operacionalização, pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CEP-UFRN) sob o protocolo CAAE de número 96610618.3.0000.5537.

Durante todas as etapas de pesquisa, garantimos o anonimato e sigilo no trato às informações prestadas por nossas/os protagonistas, e oferecemos todos os esclarecimentos éticos por meio da apresentação e da concordância com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e um Termo de Autorização de Gravação de

Voz (ambos disponíveis na seção de anexos). Para além da apresentação dos referidos termos, nossas/os protagonistas foram informadas/os sobre o possível risco de desconforto emocional diante da rememoração de eventos marcantes de sua trajetória, para o qual seria oferecido, se necessário, suporte psicológico por parte do psicólogo entrevistador. Além disso, garantimos a interrupção das entrevistas e a exclusão dos dados das/os protagonistas a qualquer momento, se elas/es assim o desejassem.

Buscamos também sempre pautar a realização das entrevistas pelo critério de conforto e disponibilidade de cada protagonista. No caso das entrevistas que ocorreram presencialmente, sempre nos deslocamos até a/o protagonista, em horário e local por ela/e definidos. Já nas entrevistas realizadas remotamente, as/os protagonistas definiram dia, horário e duração de cada encontro, respeitando sempre seus outros compromissos e atividades.

CAPÍTULO 6 – OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO NAS TRAJETÓRIAS DE NOSSAS/OS PROTAGONISTAS

Neste capítulo, apresentaremos os resultados da análise do processo de significação do trabalho a partir das especificidades das trajetórias de cada uma/um de nossas/os protagonistas, o que corresponde ao primeiro eixo previsto em nosso plano de análise. Cada seção deste capítulo é dedicada à trajetória de uma/um protagonista, começando por um breve resgate dos principais marcadores biográficos de sua história de vida e trabalho. A seguir, apresentaremos uma análise semiótica detalhada de cada trajetória, orientada pela construção de um mapa visual do processo de significação do trabalho a partir de marcos de ruptura, bifurcações e ambivalência vivenciadas pelas/os protagonistas. Como produto dessa análise, são identificados e discutidos os significados culturais e pessoais do trabalho que comparecem e são construídos na interação única entre cada protagonista e suas histórias de vida e de trabalho.

Na seção final deste capítulo, são traçadas, a partir de nossos operadores teóricos, aproximações e particularidades entre os mapeamentos semióticos dos significados do trabalho a partir das trajetórias de nossas/os protagonistas, fornecendo subsídios para uma caracterização semiótica do processo de significação do trabalho nas vivências das pessoas trans. Assim, o eixo de análise materializado no presente capítulo foi empregado com vistas a contemplar os seguintes objetivos específicos: “I. *Coligir os significados culturais do trabalho para pessoas trans, refletindo sobre os determinantes semióticos e socioculturais envolvidos em sua construção*”; e “II. *Compreender quais são e como são produzidos os significados pessoais do trabalho, considerando as experiências de vida e marcadores subjetivos das/dos protagonistas*”.

6.1 . Amanda

- Mulher trans
- Negra
- 28 anos
- Ensino médio completo
- Experiência de trabalho formal e informal
- Pronomes Ela/Dela



6.1.1. A trajetória de Amanda

Amanda é mulher trans e negra, tem 28 anos e nasceu em Natal/RN, onde residia no período de nossas entrevistas. Seus pronomes são ela/dela. Desde criança, sentia que quem ela era por dentro era diferente de como a sociedade a definia. Concluiu o ensino médio com bolsas de estudos que conseguiu através de seu excelente desempenho nos esportes, e rapidamente conseguiu seu primeiro emprego numa fábrica da Grande Natal, mediada por um programa governamental.

Próximo ao fim do vínculo contratual, Amanda finalmente teve a oportunidade de iniciar sua transição, contando com o apoio de sua família nuclear, especialmente de sua mãe. O fim do contrato de seu primeiro emprego coincidiu com sua transição, marcando a vida de Amanda de duas formas. De um lado, Amanda finalmente se colocava para a sociedade como quem ela realmente era. Por outro, num exemplo doloroso da transfobia transversal à sociedade de trabalho, Amanda nunca mais conseguiu outro vínculo de trabalho com carteira assinada.

Diante das portas firmemente fechadas no mercado de trabalho, e da necessidade de sobrevivência, Amanda precisou trabalhar na prostituição, um ramo com o qual não se

³⁰ Imagem de cabeçalho produzida através da Plataforma CANVA (Canva.com), Plano *EDUCATION* – Elemento utilizado: “*Youth Day People Photographer*” (Uso Grátis) de autoria de Sketchify.

identificava e que lhe trouxe uma série de vivências negativas, incluindo ser ameaçada de morte com uma arma de fogo apontada para sua cabeça. Diante dessas vivências, Amanda decidiu abandonar o trabalho sexual e, na continuidade de sua história laboral, trabalhou como diarista/faxineira, atendente e modelo fotográfica para salões de beleza, em vínculos curtos, ocasionais e informais. As tentativas de inserção no mercado formal foram várias, mas a transfobia nos processos seletivos mostrou-se uma barreira constante. Tantas dificuldades mobilizaram sua inserção na militância pelos direitos da população trans e travesti, e Amanda tornou-se uma trans-ativista reconhecida nacionalmente.

A luta de Amanda pelo direito ao trabalho transcende a militância, e continua em sua própria história de vida. Ela sonha em conseguir um trabalho formal, ter uma renda fixa que permita a continuidade dos seus estudos e a obtenção de um diploma de nível superior, para que assim possa ajudar outras pessoas trans que enfrentam inúmeras dificuldades por terem seu acesso ao trabalho (e a tantas outras esferas de vida) negado pela sociedade.

6.1.2. *O trabalho que me exclui é o mesmo que me constrói: os significados do trabalho na trajetória de Amanda em sua jornada para “todos os lugares”*

A partir da análise semiótica do processo de significação do trabalho na trajetória de Amanda, identificamos *dois significados culturais e três significados pessoais* marcantes acerca dessa esfera de vida, significados estes que foram estabelecidos e se relacionam de maneira interdependente. Esses significados foram identificados e analisados a partir de mobilizações e construções semióticas desencadeadas por marcos biográficos e por pontos de *ruptura* no seu trajeto de vida e de trabalho, conforme apresentados na *Figura 8*, que servirá de mapa para as considerações e reflexões traçadas sobre os significados do trabalho na trajetória dessa nossa protagonista.

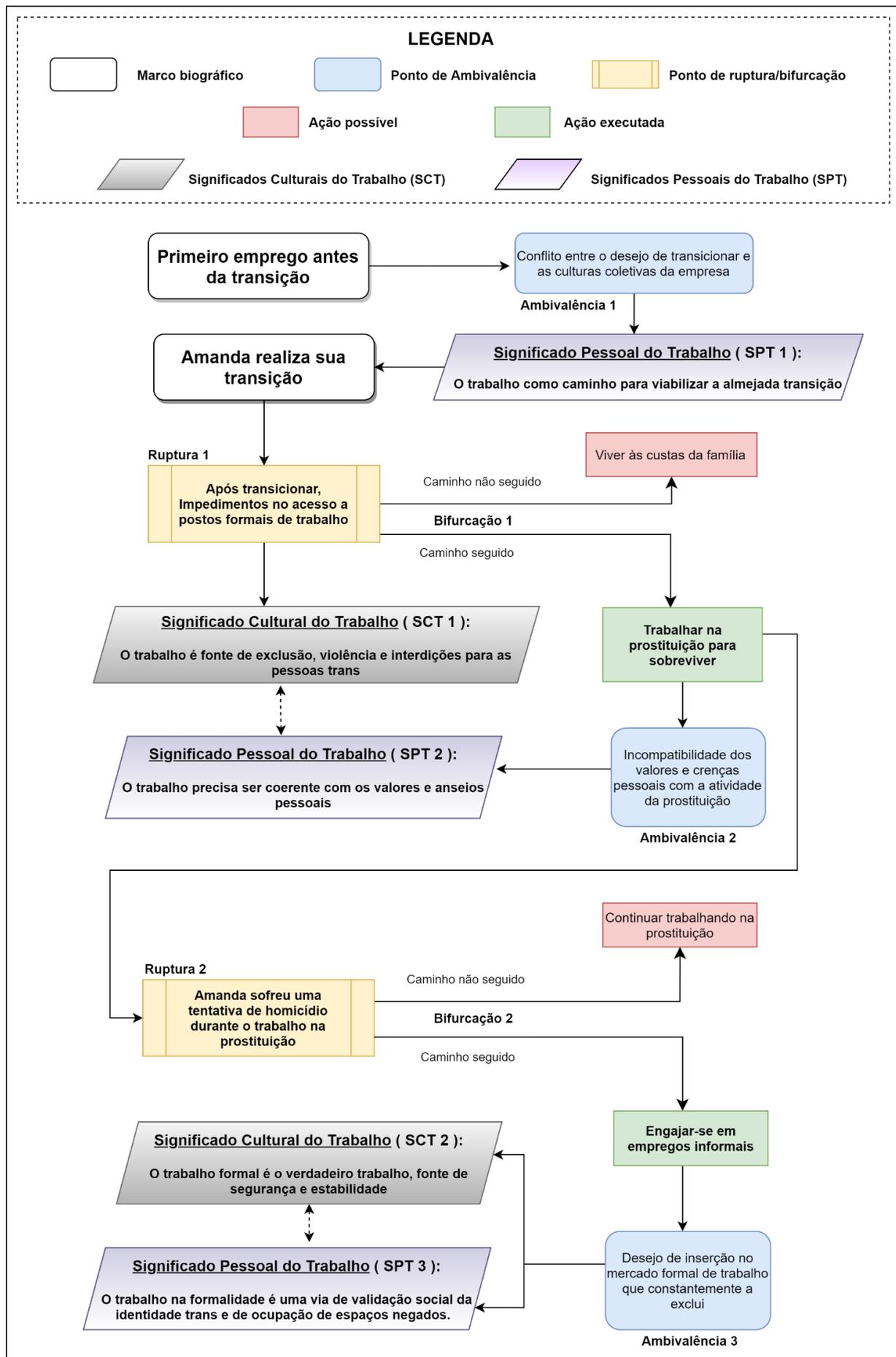


Figura 8. Mapa semiótico do processo de significação do trabalho na trajetória de Amanda

Iniciaremos a análise do processo de significação do trabalho construído por Amanda a partir de um marco biográfico importante de sua trajetória: aos 18 anos, ela conseguiu em uma fábrica o seu *primeiro emprego de carteira assinada*, como parte de um programa governamental de inserção e profissionalização de jovens. Essa etapa de sua trajetória profissional foi marcada por importantes aprendizados (diferentes funções aprendidas e desempenhadas na organização), mas também por preconceitos: mesmo antes de iniciar sua transição, Amanda percebia uma série de comportamentos lgbtfóbicos direcionados a ela na fábrica.

Além disso, por não se sentir confortável utilizando o banheiro masculino, Amanda precisava segurar suas necessidades fisiológicas por longos períodos e se deslocar para um banheiro distante, pelo receio de ser repreendida pela empresa. Esses são indicativos de culturas coletivas de caráter lgbtfóbico que mediavam a relação de Amanda com aquele espaço de trabalho, muito embora sua avaliação sobre esse período seja, no geral, positiva.

A partir do relato de Amanda, compreendemos que as culturas coletivas lgbtfóbicas vigentes naquele espaço de trabalho (manifestas nas violências lgbtfóbicas recorrentes e não combatidas pela organização) geraram um *ponto de ambivalência* (Ambivalência 1) em sua trajetória, na medida em que representaram uma barreira semiótica à concretização de seu desejo de transicionar e vivenciar sua identidade de gênero plenamente no seu espaço de trabalho. Diante desse conflito semiótico, Amanda internalizou essas culturas coletivas buscando adaptar-se àquele contexto, e como resultado desse processo de reconfiguração desses referenciais semióticos no âmbito intrapsicológico (Valsiner, 2012), as externalizou por meio de sua decisão de não realizar sua transição enquanto estivesse vinculada àquela organização.

Como uma contrapartida semiótica para manter-se naquele espaço de trabalho que a violentava, Amanda construiu um primeiro *significado pessoal do trabalho* (SPT) a partir da Ambivalência 1 e consequente internalização das culturas coletivas correspondentes: *o trabalho como uma via importante para alcançar a tão almejada transição* (SPT 1). Amanda erigiu esse significado a partir da ideia de que, com a renda obtida em seu primeiro emprego, ela poderia iniciar sua transição e (re)construir seu corpo para uma vivência mais autêntica de seu gênero.

Acreditamos que foi justamente esse significado pessoal do trabalho que mediou não só a sua permanência naquele vínculo, mas a lembrança positiva desse marco biográfico (primeiro emprego antes da transição), mesmo se tratando de um período em que sofria preconceitos e temia vivenciar sua identidade de gênero no espaço de trabalho. Essa adaptação semiótica de Amanda a um contexto adverso remonta ao conceito de modelo bidirecional de reconstrução cultural (Valsiner, 2007, 2012), através do qual as culturas coletivas internalizadas podem ser rejeitadas, aceitas ou, nesse caso, neutralizadas no processo de construção de significados pessoais, sendo então devolvidas ao meio interpsicológico por meio da externalização (Parl & Moro *apud* Valério, 2013).

Conforme o SPT 1 (“*o trabalho como uma via importante de alcançar a tão almejada transição*”) construído por Amanda, foram justamente as economias oriundas desse primeiro emprego de carteira assinada que permitiram-lhe alcançar um segundo marco biográfico importante de sua trajetória de vida e trabalho: ao encerrar seu contrato com a fábrica, essa protagonista concretizou a etapa inicial de sua transição, passando a apresentar-se ao mundo como Amanda. Esse marco teve uma série de consequências positivas em sua trajetória: sua família nuclear acolheu positivamente a vivência plena de

sua identidade de gênero, e Amanda finalmente começou a se sentir confortável no próprio corpo.

Ansiosa por dar continuidade à sua trajetória de trabalho para seguir investindo na transição apenas iniciada, Amanda teve suas expectativas frustradas: as portas do mercado de trabalho estavam agora firmemente fechadas para o seu verdadeiro eu. Ela passou a ser eliminada de todas as seleções de emprego às quais se submetia, mesmo cumprindo ou superando os pré-requisitos para as vagas, e muitas vezes sem justificativa aparente.

É nesse ponto de sua trajetória que identificamos uma *primeira ruptura* marcante, advinda do fato de que, *após realizar a sua transição aos 19 anos, Amanda nunca mais conseguiu uma inserção formal de trabalho com carteira assinada* (Ruptura 1). Durante nossas entrevistas, Amanda ressaltou o quão angustiante era saber que tinha capacidade para ocupar posições de trabalho em diversos espaços formais, mas ser impedida de fazê-lo simplesmente por sua identidade de gênero. Isso indica um conflito semiótico marcante entre sua cultura pessoal (certeza da própria qualificação profissional) e as culturas coletivas transfóbicas que atravessam o mundo do trabalho e repercutem na exclusão das pessoas trans do mercado formal.

As rupturas e os conflitos semióticos por elas mobilizados configuram um chamado à mobilização de significados para preencher as lacunas semióticas repentinamente materializadas na trajetória de uma pessoa (Valério, 2013; Zittoun, 2007; Zittoun et al., 2011). No caso de nossa protagonista, como resultado da Ruptura 1 e seus impactos concretos (tentativas seguidas e frustradas de inserção no mercado formal), um primeiro *significado cultural do trabalho* (SCT) comparece na experiência de Amanda:

o mundo do trabalho é, para as pessoas trans, sinônimo de exclusão, preconceito e dificuldades de inserção (SCT 1).

“Infelizmente são duas palavras que não se encaixam muito bem, "mulher trans" e "trabalho" [...]

No relato de Amanda, identificamos esse significado do trabalho como *cultural* por surgir em sua trajetória através de recorrentes culturas coletivas e sugestões sociais que exerceram função reguladora (Valsiner, 2012) sobre a forma com a qual essa protagonista percebia o trabalho em sua vida. Primeiro, Amanda denuncia que o preconceito que passou a sofrer no mundo do trabalho após sua transição fez com que percebesse uma norma “oculta” (cultura coletiva) do mercado: as pessoas trans e travestis devem ser “escondidas” da sociedade, não podendo, portanto, ocupar postos de trabalho formais, especialmente aqueles que implicam contato com o público.

Amanda também aponta outra sugestão social mediadora do SCT 1 (“*o mundo do trabalho é, para as pessoas trans, sinônimo de exclusão, preconceito e dificuldades de inserção*”): segundo essa protagonista, em sua trajetória ela foi confrontada continuamente com a afirmativa (reproduzida pela sociedade em geral e por outras pessoas trans de seu convívio) de que não há trabalho para pessoas trans fora da prostituição.

“Eu me acho totalmente qualificada para estar em qualquer espaço de trabalho. Porém, a sociedade não tem essa abertura. A sociedade vai ver a travesti como a travesti barraqueira, no meio na rua, que só serve para fazer prostituição.”

Infelizmente, esse significado cultural do trabalho e as sugestões sociais vinculadas a ele viriam a se materializar, para além do plano semiótico, na história de

trabalho de Amanda. Com a Ruptura 1 (não conseguir inserções formais de trabalho após a transição), foi gerada uma *bifurcação* em sua trajetória (Bifurcação 1). Amanda precisou escolher entre os caminhos *a*) viver às custas de sua família, que enfrentava problemas financeiros desde sua infância, e *b*) buscar seu próprio sustento o mais rapidamente possível.

Acreditamos que o SCT 1 (“*o mundo do trabalho é, para as pessoas trans, sinônimo de exclusão, preconceito e dificuldades de inserção*”) compareceu como mediador semiótico deste processo decisório: frustrada pelas dificuldades de se inserir no mercado de trabalho formal, preocupada com as finanças de sua família, e regulada semioticamente pela sugestão social de que apenas na prostituição as pessoas trans poderiam encontrar trabalho, Amanda precisou, como forma de se sustentar e sobreviver (caminho “b” da Bifurcação 1), se inserir no ramo da prostituição.

Referindo-se ao período da sua vida em que precisou trabalhar na prostituição, Amanda nos relatou a vivência constante de *afetos negativos* como angústia, medo e insegurança, especialmente por lidar com homens desconhecidos no país que mais mata pessoas trans no mundo (TGEU, 2020), e numa das cidades brasileiras mais perigosas para mulheres trans e travestis (REDETRANS, 2021). Os campos afetivos negativamente impactados pelo trabalho na prostituição mobilizaram essa protagonista a adotar uma estratégia de mediação semiótica para se adaptar a esse período difícil de sua trajetória: acionar novamente o SPT 1 (“*o trabalho como uma via importante de alcançar a tão almejada transição*”), atualizando-o como uma resposta aos afetos negativos vivenciados na prostituição.

Ao internalizar o trabalho compulsório na prostituição como uma via de dar continuidade à reconstrução de seu corpo, essa protagonista conseguiu ressignificar os

medos, riscos e afetos negativos vivenciados no trabalho sexual como “um mal necessário” para alcançar seu objetivo maior, a (re)construção de seu corpo de acordo com sua identidade de gênero. Entretanto, os esforços de ressignificação empreendidos por Amanda não foram capazes de inibir um novo *ponto de ambivalência* em sua trajetória: a incompatibilidade entre as demandas do trabalho na prostituição, e o conjunto de seus valores, afetos e crenças pessoais (Ambivalência 2).

“Só que eu não consegui, não consegui me deitar com vários homens, com homens que não faziam meu estilo de homem. E eu sempre fui aquela menina sonhadora, né? Eu pensava ‘Ah, eu quero ter um namorado. Quero fazer as coisas todas direitinhas’. E para isso eu não poderia ter uma vida profissional voltada à prostituição, porque vêm os julgamentos, que são os piores. Ninguém entende que você só faz aquilo porque você realmente necessita. Dizem que faz por causa do dinheiro, porque é bom, mas ninguém sabe o que uma prostituta passa. Ninguém. Só ela que faz pode entender como é duro estar na vida de prostituição. Tem muitas, óbvio, que gostam, o que é legítimo quando é uma escolha. Agora quando você só tem aquela opção, você vê que realmente tem alguma coisa errada aí.”

Nessa emblemática fala de Amanda, podemos identificar como a construção de suas culturas pessoais sobre o trabalho é influenciada pelas culturas coletivas manifestas especialmente na forma dos julgamentos sociais (culturas coletivas) sobre o trabalho na prostituição, que implicam não ser esse um trabalho “honesto” ou “socialmente aceitável” (sugestões sociais). Ao internalizar essas culturas coletivas sobre o trabalho na prostituição, Amanda as ressignifica em certa medida, pois acredita que o trabalho sexual pode ser legítimo quando é uma escolha, não a única opção.

Como na trajetória de Amanda a prostituição não foi verdadeiramente uma escolha (e sim a única opção viável diante da Bifurcação 1), a Ambivalência 2 se manifestou não apenas na forma de afetos negativos (como vergonha e sentimentos de inadequação) gerados pelos julgamentos sociais, mas também pela oposição entre os itinerários da prostituição e sua cultura pessoal, notadamente seus planos afetivos (estabelecer um relacionamento amoroso) e conjunto de valores (“*Quero fazer as coisas todas direitinhas.*”).

Novamente desempenhando uma reconstrução cultural bidirecional (Valsiner, 2012) para superar essa ambivalência e adaptar as suas vivências no trabalho às suas culturas pessoais (valores, afetos e expectativas), Amanda construiu um novo significado *pessoal* do trabalho a partir da internalização e reconfiguração do significado *cultural* do trabalho até então presente em sua trajetória: mesmo sendo fonte de exclusão e interdições para a população trans (SCT 1), *o trabalho precisa ser coerente com os valores e anseios pessoais* (SPT 2).

Diferente dos significados construídos por essa protagonista até então, que propiciavam adaptação semiótica modificando não as circunstâncias de trabalho, mas a forma com que Amanda as internalizava, o SPT 2 (“*o trabalho precisa ser coerente com os valores e anseios pessoais*”) foi externalizado através da adoção de ações que confrontaram concretamente a fonte de ambivalência (incompatibilidade da cultura pessoal com as exigências do trabalho na prostituição). Amanda passou a diminuir o número de clientes sempre que possível, evitando programas com homens que a tratavam apenas como um objeto sexual. Em determinado período, Amanda engajou-se em um relacionamento amoroso com cliente, cliente esse que se tornou o único enquanto durou a relação dos dois. Esses são exemplos de como as culturas pessoais podem, ao ser

externalizadas em oposição às culturas coletivas que as suscitaram, promover transformações importantes nos processos semióticos de significação dos quais as pessoas são protagonistas centrais (Zittoun et al., 2013).

Na continuidade do seu trabalho na prostituição, Amanda foi confrontada por uma segunda *ruptura* em sua trajetória: ela foi vítima de uma *tentativa de homicídio* perpetrada por um cliente (Ruptura 2). Esse cliente a confundiu com outra trabalhadora sexual trans que supostamente havia o assaltado dias antes. Apontando uma arma para a cabeça de Amanda, durante horas esse homem ameaçou matá-la, até que ela conseguiu convencê-lo de que nunca havia tido contato com ele até aquele momento.

Essa experiência traumática demarcou uma nova *bifurcação* (Bifurcação 2) na trajetória de vida e trabalho de Amanda. Ela precisou decidir entre os caminhos *a*) continuar trabalhando na prostituição, a qual, segundo as sugestões sociais oriundas do SCT 1 (“*o mundo do trabalho é, para as pessoas trans, sinônimo de exclusão, preconceito e dificuldades de inserção*”), seria o único destino para as pessoas trans no mundo do trabalho; ou *b*) engajar-se em outros trabalhos informais que pagassem menos que o trabalho sexual, mas sem os riscos e conflitos a ele inerentes. A preocupação de sua família (especialmente de sua mãe) com os riscos envolvidos no trabalho sexual, e o trauma da tentativa de homicídio sofrida por Amanda configuraram signos mediadores importantes para que essa protagonista decidisse, diante da Bifurcação 2, por abandonar a prostituição (caminho “b”).

Desse ponto em diante, essa protagonista passou a trabalhar como faxineira, diarista e a fazer “bicos” pontuais no ramo de serviços, porém sem qualquer estabilidade ou vínculo contratual. Essa instabilidade fez com que Amanda constantemente se visse sem a renda mínima para necessidades básicas, precisando recorrer ao apoio de amigos e

familiares. Mesmo com essas dificuldades, Amanda foi capaz de se adaptar a essas novas circunstâncias de trabalho internalizando-as por meio do “filtro” semiótico oriundo do SPT 2 (“o trabalho precisa ser coerente com os valores e anseios pessoais”), construído durante o período em que precisou trabalhar na prostituição. Mesmo ganhando bem menos dinheiro e com vínculos irregulares, Amanda construiu uma relação afetiva positiva com o trabalho doméstico na medida em que, diferente da prostituição, nesse ramo não havia riscos à sua integridade física, ela não era objetificada sexualmente e, especialmente, pela compatibilidade dessa atividade com o ideal social de “trabalho honesto” (cultura coletiva) internalizado na forma de valor pessoal por essa protagonista.

Mesmo com a ressignificação semiótica das dificuldades enfrentadas em sua nova realidade de trabalho, Amanda ainda encontrava na informalidade barreiras concretas (como a renda baixa e incerta) não só à sua sobrevivência, mas também à continuidade de sua transição, processo que tem elevada importância em sua trajetória, e que demanda custos elevados incompatíveis com as condições encontradas na informalidade (especialmente fora da prostituição). Essas interdições estabeleceram na trajetória de Amanda um novo *ponto de ambivalência*: mesmo já tendo vivenciado tantas vezes a exclusão e preconceitos nas tentativas de acessar o mercado de trabalho formal, Amanda continuava desejando intensamente nele inserir-se (Ambivalência 3).

A Ambivalência 3 fez com que Amanda, enquanto trabalhava informalmente com serviços domésticos, continuasse buscando ativamente a inserção no mercado formal. Infelizmente, suas tentativas de inserção no mercado formal de trabalho continuavam sendo frustradas pela transfobia institucional: eram frequentes as situações em que era eliminada sem justificativas coerentes nas fases presenciais dos processos seletivos, quando as organizações percebiam que ela era uma mulher trans.

Poderíamos pensar que a Ambivalência 3 e o acúmulo de frustrações profissionais em sua trajetória poderiam reforçar semioticamente o SCT 1 (“*o mundo do trabalho é, para as pessoas trans, sinônimo de exclusão, preconceito e dificuldades de inserção*”), mas esse não foi o caso. Amanda construiu um novo processo de significação que vai *na contramão* desse significado, a partir do que Valsiner (2012) chama de “fabricação de oposições”.

Ao avaliar os marcadores semióticos envolvidos na Ambivalência 3, opondo sua cultura pessoal (o desejo de inserção no mercado formal) à sugestão social frequentemente ecoada em trajetória (permanecer na informalidade, pois o mercado formal de trabalho não acolhe as pessoas trans), Amanda estabeleceu uma *valorização negativa* (Valsiner, 2012) sobre as interdições impostas pelas culturas coletivas que medeiam o acesso ao trabalho formal. Ao significar como *negativa* a sugestão social de que a informalidade é o único destino para a população trans, nesse ponto de sua trajetória Amanda opõe-se semioticamente ao SCT 1 (“*o mundo do trabalho é, para as pessoas trans, sinônimo de exclusão, preconceito e dificuldades de inserção*”), expressando então a centralidade de um novo significado *cultural* do trabalho em sua trajetória: o de que *o trabalho formal seria o verdadeiro trabalho, fonte de segurança e estabilidade* (SCT 2).

Esse segundo significado cultural do trabalho expresso na experiência de Amanda se relaciona diretamente com as culturas coletivas compartilhadas acerca do lugar do trabalho (especialmente o formal) na sociedade capitalista: segurança econômica, reconhecimento social e inscrição na sociabilidade capitalista são fatores geralmente associados ao trabalho formal em nossa cultura (Marinho, 2018). Para além desses marcadores culturais, podemos identificar na história de Amanda uma série de elementos que sustentam a presença do SCT 2 em seu processo de significação do trabalho.

O primeiro deles vem do fato de que, antes de iniciar sua transição, Amanda pôde experimentar a realidade de um vínculo formal de trabalho, com carteira assinada, benefícios e direitos trabalhistas garantidos. Para muitas pessoas cisgênero, esse marco pode parecer corriqueiro, mas a absoluta maioria das pessoas transgêneras não tem a oportunidade de um vínculo formal de trabalho, especialmente as que passaram pela transição ainda na juventude (Fedorko & Berredo, 2017). Acreditamos que possuir essa referência anterior de trabalho na formalidade permitiu que Amanda visualizasse ainda mais nitidamente as diferenças entre esse tipo de vínculo e o que mais tarde experimentou na prostituição.

“Acho que se eu não tivesse trabalhado no meu primeiro emprego, e tivesse ido direto para a prostituição, talvez eu não quisesse outra coisa que não a prostituição. Mas eu sei o valor que tem um trabalho, eu sei que aquele esforço de final de mês, que você vai lá e tira seu dinheiro tão merecido, é tão gratificante. É muito, muito gratificante mesmo. E é uma das coisas que eu mais gosto de fazer, é me ocupar de alguma forma. E se fosse uma ocupação de um trabalho formal...vixe, seria perfeito, perfeito.”

Nessa mesma linha, também contribuíram com a presença do SCT 2 (“o trabalho formal seria o verdadeiro trabalho, fonte de segurança e estabilidade”) em sua trajetória as experiências de trabalho de Amanda após a sua saída da prostituição, mobilizada pela Bifurcação 2. Trabalhando como doméstica e diarista, passou a atribuir a essas funções uma *valoração positiva* associada à oportunidade de trabalhar sem precisar desprezar os próprios valores e desejos, mesmo que em funções com menor reconhecimento social, o que, conforme vimos, corresponde ao seu SPT 2 (“o trabalho precisa ser coerente com os valores e anseios pessoais”). Embora tais vínculos não tenham sido estritamente “formais”, nos parece que, para Amanda, possuem *sim* um grau de formalidade pautada

na maior aceitação e reconhecimento social, especialmente em comparação com o trabalho sexual.

Na trajetória de Amanda, o SCT 2 (“o trabalho formal seria o verdadeiro trabalho, fonte de segurança e estabilidade”) se entrelaça de maneira importante com os planos dessa protagonista para o futuro. Amanda, ao internalizar esse significado cultural do trabalho a partir do “filtro” de suas expectativas e objetivos enquanto mulher trans, negra e trabalhadora, o reconfigurou em um novo significado *peçoal* do trabalho construído em sua trajetória: *o trabalho na formalidade como uma via de validação social para a identidade trans e de ocupação de todos os espaços antes negados* (SPT 3).

“Eu acho que é assim: uma pessoa trans que, por obrigação tem que ir para uma prostituição... você estar com a farda do seu trabalho, com seu crachá, identificada que você trabalha naquela empresa... sabe, é assim... alarmante! [...] Eu me imagino dentro do ônibus, com minha farda, meu cracházinho, e as pessoas realmente dizendo: ‘Nossa, uma trans trabalhando numa loja! Coisa super rara!’. Eu luto muito para que isso vire super normal, uma coisa super normal. Até porque deveria ser normal, é um ser humano trabalhando, né? Eu acho que é isso que a sociedade não é acostumada a ver, mas já era para ter se acostumado. Quero muito que isso vire rotineiro. Que as pessoas trans virem rotina no mercado de trabalho, que a gente não se veja mais como um exemplo, mas sim como uma pessoa que está ali trabalhando como qualquer outra para se sustentar.”

Para Amanda, conseguir um emprego formal ofereceria não apenas segurança social e estabilidade econômicas (benefícios geralmente associados ao trabalho formal no capitalismo), mas significaria que a sociedade finalmente a reconheceria e a aceitaria como mulher trans. Para essa protagonista, o trabalho formal é, portanto, não só uma via

de inclusão social, mas de validação identitária e de transformação das culturas transfóbicas que tanto impactaram sua trajetória.

Acreditamos que esse significado pessoal do trabalho (SPT 3), alinhando ao SPT 2 (“*o trabalho precisa ser coerente com os valores e anseios pessoais*”), exerce o importante papel de incentivar Amanda a seguir em sua busca contínua por uma inserção no mercado formal, mesmo com todas as dificuldades e interdições impostas pelas culturas coletivas transfóbicas que impactaram e ainda impactam sua trajetória de vida e de trabalho. O trabalho formal, para Amanda, é então (re)significado como o caminho principal para a transformação das culturas coletivas transfóbicas que até então marcaram sua trajetória de vida e de trabalho, através do qual pretende chegar a todos os lugares que a sociedade a proibiu de ocupar.

6.2 . Menezes

- Homem trans
- Branco
- 23 anos
- Ensino médio completo
- Experiência de trabalho informal
- Pronomes Ele/Dele



6.2.1. A trajetória de Menezes

Menezes é um jovem homem trans, branco e tinha 23 anos no momento de nossa entrevista. Seus pronomes de tratamento são ele/dele. Nascido e residindo em Natal/RN, teve em sua infância e adolescência uma complexa jornada identitária até que passasse a se identificar como homem trans, já próximo da adultez. Nesse trajeto, as vivências em ambientes escolares ocuparam lugar central no seu processo identitário: nas diferentes escolas em que estudou, Menezes foi tanto vítima de bullying e assédio, quanto encontrou referências e amigas LGBTIA+ que o acolheram e o ajudaram.

Um contexto familiar de base religiosa e conservadora impôs ainda mais desafios para Menezes em seu processo de descoberta e aceitação de sua identidade trans. Uma série de conflitos familiares originados pela transfobia e pela incompreensão na família culminaram em imenso sofrimento mental para Menezes. No auge desses conflitos familiares, Menezes decidiu sair de casa aos 19 anos, justamente o período em que iniciou sua transição.

Após sua saída de casa, Menezes morou em diferentes locais, todos compartilhados com amigas/os/es LGBTIA+. Esse foi um período de importantes

³¹ Imagem de cabeçalho produzida através da Plataforma CANVA (Canva.com), Plano *EDUCATION* – Elemento utilizado: “*Youth Day People Guitarist*” (Uso Grátis) de autoria de Sketchify.

aprendizados sobre o processo de construção e materialização de sua identidade enquanto homem trans. Entretanto, dificuldades concretas se materializaram na forma de conflitos com pares e amigas/os/es, questões de autoimagem e, especialmente, os próprios sustento e sobrevivência.

Mesmo recebendo uma pensão de seu pai, Menezes rapidamente percebeu que o trabalho seria o caminho para que pudesse alcançar a autonomia desejada e para seus planos futuros, especialmente por estar se aproximando da idade limite para recebimento desse benefício. Menezes passou a desempenhar uma série de trabalhos autônomos, pontuais e sem vínculo empregatício.

Conhecedor do preconceito e da transfobia que marcam as seleções de emprego, além da exigência por experiência prévia, este protagonista decidiu focar seus planos e esforços em atividades autônomas, mesmo diante das incertezas e dificuldades enfrentadas na informalidade. Em paralelo, buscava capacitar-se constantemente como uma via de materializar os seus anseios relativos a diferentes frentes de trabalho, notadamente no ramo das artes, no qual deseja atuar de maneira definitiva um dia.

A pandemia do COVID-19 demarcou desafios ainda maiores para o trabalho deste protagonista, que precisou construir novas estratégias para se adaptar e sobreviver. Nesta busca, Menezes passou a vislumbrar o trabalho não apenas como fonte de sobrevivência, mas como uma via de se afirmar enquanto homem trans, artista e cidadão em uma sociedade que por diversas vezes tentou (e tenta) invisibilizá-lo.

6.2.2. *Pelo trabalho, serei quem eu quiser ser: os significados do trabalho na trajetória de Menezes*

A análise semiótica do processo de significação do trabalho na trajetória de Menezes nos permitiu identificar *um significado cultural* e *dois significados pessoais*

sobre essa esfera de vida, mapeados e apresentados na *Figura 9*, nosso roteiro para compreender e refletir sobre o lugar do trabalho na trajetória deste protagonista:

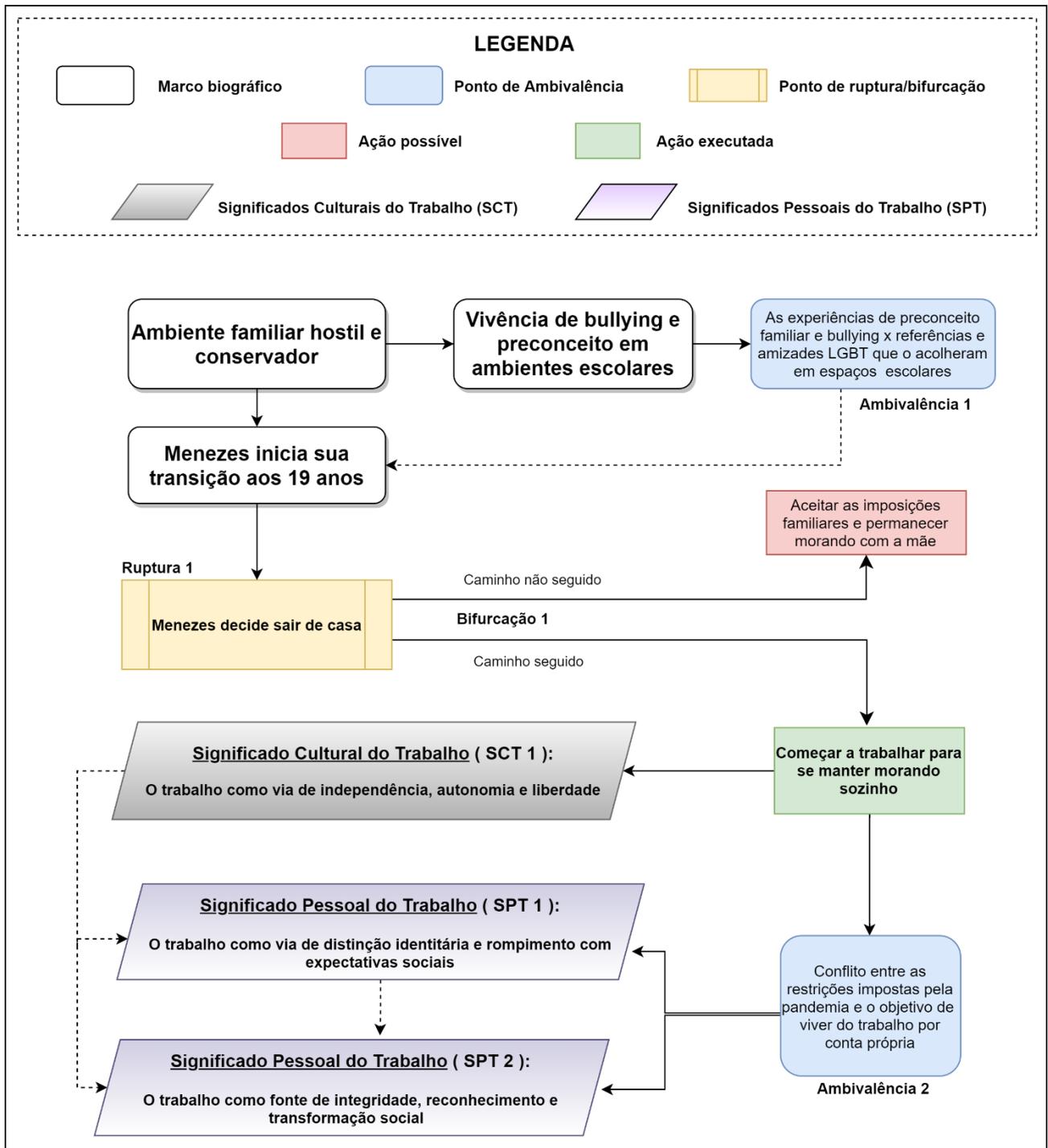


Figura 9. Mapa semiótico do processo de significação do trabalho na trajetória de Menezes

Na análise do processo de significação do trabalho na trajetória de Menezes, consideramos essencial destacar alguns marcadores biográficos anteriores tanto à sua transição, quanto à sua inserção no mundo do trabalho, mas que mediaram os seus referenciais semióticos sobre essa esfera de vida.

Começamos por atentar, na infância e adolescência de Menezes, para a interação entre um contexto familiar caracterizado por culturas coletivas e pessoais (especialmente as de sua mãe) conservadoras e aversas à diversidade, e ambientes escolares marcados simultaneamente por dificuldades (bullying, assédio e perseguição) e acolhimento (amizades com outras pessoas LGBTIA+). Menezes precisou conviver com essas culturas ambíguas durante sua infância e adolescência, e como um dos resultados mais marcantes da internalização semiótica desses signos mediadores (religiosidade e conservadorismo na família, preconceito na escola, entre outros), originaram-se diversos conflitos subjetivos enfrentados por este protagonista no processo de reconhecimento da sua identidade enquanto homem trans.

Acreditamos que este período de sua trajetória corresponde à vivência de um alongado *ponto de ambivalência* (Ambivalência 1) entre os referenciais semióticos oriundos de dois planos simultâneos vivenciados por Menezes. De um lado, ambientes familiares e escolares preconceituosos que impunham a Menezes a vivência de códigos e condutas correspondentes a um gênero com o qual aos poucos percebia não se identificar (culturas coletivas lgbtfóbicas). De outro, amizades e vínculos com outras pessoas LGBTIA+, estabelecidos tanto nas escolas que frequentou quanto em diferentes espaços sociais, que lhe propiciaram o contato com outras culturas coletivas acolhedoras à ideia de que era possível e legítimo se identificar com um gênero diferente daquele a ele designado pela sociedade.

Diante da Ambivalência 1, resolvida por meio da internalização das culturas coletivas acolhedoras à sua recém-descoberta identidade de gênero transmasculina, Menezes, em um movimento semiótico de “fabricação de oposição” (Valsiner, 2012), passou a avaliar negativamente e rejeitar as culturas lgbtfóbicas, tanto coletivas quanto pessoais, que anteriormente mediavam suas vivências. Assim, esse protagonista construiu novas culturas pessoais que o fortaleceram para não apenas aceitar a própria identidade de gênero, mas para iniciar sua transição fenotípica aos 19 anos, o que representou mais um marco importante em sua trajetória.

“E foi quando eu certamente pensei ‘Ah, eu acho que sou uma pessoa trans.’. Antes disso, eu falava que eu era gênero fluido. E começou tudo com a transição também. Aí um amigo meu também falava que era trans, e mais outro amigo falava que era, e a gente sempre discutia sobre essas coisas. Até porque eu não conhecia outras pessoas trans, então antes a gente só questionava, pesquisava, tentava falar com pessoas que conheciam pessoas trans, mas era uma época que não tinha tantas pessoas trans na rua, como hoje tem.”

Entretanto, o ambiente familiar de Menezes não foi acolhedor ao início de sua transição e da busca pela vivência plena de sua identidade. Houve uma escalada dos conflitos, cobranças e das tentativas de imposição das culturas coletivas e referenciais semióticos conservadores (especialmente os de base religiosa), especialmente por parte de sua mãe, figura central do contexto familiar de Menezes. Como resultado direto desse acirramento, que se prolongava e se intensificava a cada dia, esse protagonista passou a vivenciar grande sofrimento mental, agravado por conflitos constantes com a própria mãe, o que passou a adoecê-lo física e psicologicamente.

Nesse ponto de sua trajetória ocorreu um importante *marco de ruptura*, mobilizado pelas vivências negativas de Menezes no ambiente familiar e pela culminância do seu sofrimento mental e emocional, diante dos conflitos com as culturas transfóbicas que marcavam aquele contexto: *Menezes decide, mesmo contra a vontade de sua mãe, por sair de casa* (Ruptura 1).

Com a pensão que recebia de seu pai, esse protagonista poderia pagar o aluguel de uma nova moradia, mas não arcar com todas as despesas inerentes a se sustentar de maneira independente. Assim, a Ruptura 1 (*saída do lar familiar*) impôs uma *bifurcação* (Bifurcação 1) na trajetória de Menezes, que precisou decidir entre os caminhos *a*) permanecer morando com a mãe, aceitando assim a convivência com as dolorosas imposições e preconceitos familiares; e *b*) buscar trabalho para se sustentar morando por conta própria, longe das pressões familiares.

É justamente diante da Bifurcação 1 que identificamos o comparecimento de um *significado cultural do trabalho* na trajetória de Menezes, que exerceu o papel de mediador semiótico para que este protagonista decidisse pelo caminho “*b*” e mantivesse sua decisão de sair de casa: *o trabalho como via de independência, autonomia e liberdade* (SCT 1).

“Minha mãe não aceitou, não queria que eu morasse fora. Só que na época eu já tinha 19 anos. Eu falei ‘Mãe, eu já sou de maior e recebo pensão até hoje’. Então eu refleti que com a pensão eu posso pagar o aluguel, e para viver, eu iria buscar um trabalho para ser quem eu quero ser. Só que ela não aceitou, e eu fui contra a vontade dela, infelizmente, porque eu não queria que tivesse acontecido dessa forma.”

O trabalho significado como fonte de independência, autonomia e liberdade (SCT 1) na trajetória de Menezes reflete culturas coletivas amplamente compartilhadas acerca dessa esfera de vida na sociedade capitalista, especialmente por possibilitar o acesso à renda necessária para satisfazer as necessidades e obrigações inerentes à emancipação do núcleo familiar original. Para Menezes, o SCT 1 (*o trabalho como via de independência, autonomia e liberdade*) remete-se não apenas à dimensão instrumental do trabalho (independência financeira), mas parece ser conectado também a outra sugestão social associada a essa esfera de vida em nossas sociedade e cultura: é através do trabalho que este protagonista pode receber a legitimação não apenas econômica, mas também social, para ser e expressar autenticamente seu verdadeiro eu (“... *buscar um trabalho para ser quem eu quero ser*”).

Sob a mediação desse significado cultural do trabalho em sua trajetória, Menezes saiu do lar familiar e passou a viver por conta própria, dividindo despesas com amigas/os em diferentes ocasiões e moradias. Como o dinheiro oriundo da pensão paterna cobria apenas uma parte dos gastos, e mediado pelo SCT 1 (*o trabalho como via de independência, autonomia e liberdade*), Menezes passou a trabalhar em diversas frentes, todas de maneira informal e sem a continuidade que almejava em razão da flutuação das demandas, como vendas de ingressos para festas e aplicação de piercings (pela qual cobrava taxas simbólicas por estar ainda em aprendizado), por exemplo.

Em paralelo, Menezes chegou a considerar a busca de um emprego formal, mas a perspectiva da exigência de experiência anterior (uma sugestão social amplamente presente no itinerário de acesso mercado de trabalho) e a elevada probabilidade de sofrer transfobia nos processos seletivos (reflexo das culturas coletivas transfóbicas que atravessam o mundo do trabalho), ao serem internalizadas por este protagonista,

contribuíram para uma cultura pessoal que o desencoraja a tentar esse tipo de inserção. Como uma importante contrapartida semiótica a essa cultura pessoal, Menezes expressa simultaneamente o intenso desejo de abrir um negócio próprio, já que o mercado formal, segundo avalia a partir do acúmulo de suas experiências e culturas pessoais enquanto homem trans e trabalhador, não lhe ofereceria as oportunidades de desenvolver suas competências e potencialidades.

“Também porque assim, eu não tenho experiência no mercado de trabalho. Eu fico muito triste porque se eu for mandar um currículo, vai ser completamente ‘experimental’. Mas é uma coisa que eu acho... assim, eu não “acho” : eu SEI que eu sou capaz de conseguir abrir um negócio meu, e é o que eu quero, sabe? Eu sei que eu consigo.”

Mobilizado pelo desejo de trabalhar por conta própria, Menezes passou a economizar o que fosse possível, mesmo diante da inconstância dos “bicos” que vinha desempenhando para complementar a renda necessária para sobreviver morando sozinho. Após um significativo período economizando, este protagonista investiu, entre o final de 2019 e o começo de 2020, na aquisição de um veículo de grande porte para concretizar um muito sonhado projeto profissional: estabelecer um negócio próprio de fretes e transporte de passageiros.

Com o decorrer do tempo, o trabalho de Menezes no ramo transporte de passageiros, realização de fretes e de pequenas mudanças estava ganhando cada vez mais clientes, o que contribuiu para fortalecer o desejo deste protagonista de continuar trabalhando por conta própria, especialmente pela mediação semiótica possibilitada pelo SCT 1 (*o trabalho como via de independência, autonomia e liberdade*).

Com o bom desempenho deste projeto, Menezes estava se preparando para expandir o seu ramo de atuação e utilizar o veículo adquirido para, em paralelo, montar um *foodtruck* para venda itinerante de alimentos. Entretanto, os planos de Menezes foram impactados diretamente pelo inesperado advento da pandemia global do COVID-19.

“Com essa pandemia ficou bem mais difícil, porque como eu já não tinha um emprego formal, agora que não é tão fácil assim, ficou mais difícil ainda. Porque é difícil você conseguir frete por divulgação, só se for muito pesada mesmo. E aí no comecinho tava dando tudo certo, com uma, duas, três pessoas. Aí na pandemia começou a apertar e tipo, atualmente [...] fazem umas duas, quase três semanas que a gente tá sem cliente, sabe? Não... faz um mês, acho. Só vêm assim, esporadicamente, quando antes a gente tinha cliente quase todo dia.”

Assim, acreditamos que a pandemia do COVID-19 contribuiu para um novo *ponto de ambivalência* na trajetória de trabalho de Menezes. Em razão da pandemia, o número de clientes e a frequência com que buscavam seu serviço de transporte e fretes caiu drasticamente, e com isso, a estabilidade de sua renda foi impactada diretamente. Os planos de abrir seu *foodtruck* precisaram também ser paralisados. Assim, se estabeleceu um conflito semiótico marcante entre as restrições e dificuldades concretas impostas pela pandemia do COVID-19 e o objetivo/desejo de Menezes de viver do trabalho por conta própria (Ambivalência 2).

Do ponto de vista semiótico, identificamos que a ausência de um emprego formal é reconhecida por esse protagonista, no contexto da Ambivalência 2, como um desafio extra, já que Menezes não podia contar com a relativa estabilidade esperada desse tipo de vínculo. Entretanto, a possibilidade de acionar a busca de um trabalho formal não

compareceu como uma alternativa diante desse ponto de ambivalência. Isso indica que essa forma de inserção não parecia integrar, pelo menos naquele momento, o repertório de culturas pessoais de Menezes acerca das possibilidades de trabalho em sua trajetória, provavelmente pelos motivos anteriormente discutidos (experiência exigida nas seleções e o possível preconceito transfóbico enfrentado no recrutamento).

A resolução semiótica mobilizada por Menezes para a Ambivalência 2 (*conflito entre as restrições impostas pela pandemia e o objetivo de viver do trabalho por conta própria*) nos surpreendeu: mesmo com os vários elementos capazes de favorecer a construção de significados negativos para o trabalho naquele momento (prejuízos aos negócios, diminuição de clientes, planos que precisarem ser cancelados indefinidamente), este protagonista foi capaz de construir *significados pessoais* positivos para essa esfera de vida, como uma resposta às dificuldades laborais acentuadas pela pandemia.

Acreditamos que Menezes, diante deste ponto importante de ambivalência (Ambivalência 2), resgatou o significado cultural do *trabalho como uma via de independência, autonomia e liberdade* (SCT 1) que, em momento anterior de sua trajetória, foi determinante no seu processo de sair de casa (Ruptura 1) e buscar o próprio sustento. Se anteriormente o SCT 1 mediou a sua *entrada* no mundo do trabalho, diante do novo contexto desafiador demarcado pela Ambivalência 2 (*conflito entre as restrições impostas pela pandemia e o objetivo de viver do trabalho por conta própria*), esse significado cultural foi internalizado e ressignificado na forma de *dois significados pessoais* que mediarão a sua *permanência* no mundo do trabalho, mesmo diante das novas e desafiadoras circunstâncias enfrentadas.

Por entender o trabalho como o caminho para exercer sua autonomia e sua liberdade (“*trabalhar para ser quem eu quiser ser*”), durante os difíceis tempos da

pandemia que prejudicaram frontalmente suas atividades de trabalho na época, Menezes recorreu semioticamente à sua paixão pelo trabalho no mundo das artes para vislumbrar o seu futuro laboral com otimismo. Apaixonado por artes plásticas, performance e música, Menezes buscou, durante a pandemia, realizar cursos e capacitações que o auxiliassem, futuramente, a trabalhar e viver da arte.

Dessa ardente vontade e dos planos construídos sobre ela, materializou-se um primeiro *significado pessoal do trabalho* em sua trajetória: o do *trabalho como via de distinção identitária e rompimento com as expectativas sociais sobre as pessoas trans* (SPT 1).

“A gente é mais que isto, nós não somos só pessoas trans: somos artistas, somos médicos, somos empresários, sabe? Somos qualquer coisa, a gente pode ser tudo o que a gente quiser. [...] É uma coisa que eu quero. O que eu vejo hoje é o que eu preciso hoje. Eu preciso de autonomia, eu quero autonomia. Eu quero ser reconhecido como um uma pessoa trans que trabalha e que sim, trabalha com arte, que se sustenta disso. [...] É uma coisa que aqui em Natal é muito difícil a gente explorar e colocar na cabeça das pessoas, que arte não é lixo, arte não é algo simples. É algo tão árduo quanto ser médico, quanto ser empresário. Não é uma coisa fácil assim de se conseguir, sabe?”

Essa representativa fala de Menezes demonstra que o trabalho, em sua trajetória enquanto homem trans, tem o importante papel de confrontar as culturas coletivas e sugestões sociais que tentam reduzi-lo à sua identidade de gênero, invisibilizar sua autonomia e limitar as diversas possibilidades pelas quais ele pode existir e ser legitimado na sociedade. Ao buscar ser reconhecido como uma pessoa trans que não apenas trabalha, mas trabalha com e vive da arte em uma cidade que impõe grandes desafios aos artistas, Menezes externaliza suas culturas pessoais sobre o trabalho, devolvendo-as ao plano

cultural intersubjetivo (Valsiner, 2012) na forma de resistência aos roteiros traçados não apenas para pessoas trans, mas para todas/os que menosprezam essa forma de trabalho, considerando-a inferior a outras profissões com maior prestígio social.

E é justamente a partir da marcante determinação expressa pelo SPT 1 (*trabalho como via de distinção identitária e rompimento com as expectativas sociais sobre as pessoas trans*) que Menezes projeta um outro *significado pessoal* para o futuro e almejado trabalho no mundo das artes: o do *trabalho como fonte de integridade, reconhecimento e transformação social* (SPT 2).

“E para o futuro, eu quero – mais uma vez eu repito – estabilidade, eu quero conseguir ter esta estabilidade, saber que eu vou ter a certeza de que o que eu tô fazendo é algo bom, eu quero que seja algo que as pessoas tenham certeza de que elas podem confiar no meu trabalho, e que eu possa ter reconhecimento por isso. É essa a palavra, reconhecimento. Porque trabalhar com arte e você ser uma pessoa trans são coisas que muitas vezes andam de mãos dadas. Muitas pessoas trans que eu conheço trabalham com arte. [...] Então eu quero Natal melhor de cultura, porque a gente tem cultura, a gente tem muita coisa para explorar ainda. A gente só precisa realmente buscar isso e mostrar isso para as pessoas.”

Por meio do trabalho nas artes, um campo que Menezes indica ser ocupado por muitas pessoas trans, esse protagonista espera receber o reconhecimento que tantas vezes é negado a este grupo pela sociedade transfóbica, incluindo no mundo do trabalho. No momento da nossa entrevista, Menezes atuava intensamente na campanha do candidato LGBTIA+ Víctor Varela, que se candidatava a vereador em nossa cidade. Através de seus esforços pela eleição de um representante comprometido tanto com o direito da população trans ao trabalho quanto com a cultura, acreditamos que Menezes externalizava o SPT 2 (*trabalho como fonte de integridade, reconhecimento e transformação social*) em sua

busca por contribuir com melhores condições para pessoas trans e cis que, como ele, tentavam viver da arte na capital potiguar.

Acreditamos que os significados construídos por Menezes para o trabalho em sua trajetória denotam o intenso desejo desse protagonista de que todas as pessoas trans encontrem o mesmo reconhecimento e as mesmas autonomia, estabilidade e integridade que ele próprio espera alcançar por intermédio do trabalho, por acreditar que essa esfera de vida está no cerne da transformação social tão necessária na realidade desse grupo. Apenas assim, conforme nos ensinou Menezes, ele e seus irmãos e irmãs transgêneras/os poderão, enfim, *ser quem quiserem ser*.

6.3 . Vi

- Mulher trans
- Negra
- 26 anos
- Universitária
- Experiência de trabalho autônomo e informal
- Pronomes Ela/Dela



*32

6.3.1. A trajetória de Vi

Vi é mulher trans, negra, estudante universitária e, no momento de nossa entrevista, tinha 26 anos. Seus pronomes são ela/dela. Nascida em uma cidade do interior do Rio Grande do Norte, muito cedo teve contato com a dura realidade das pessoas trans na sociedade de trabalho, presenciando as violências e ridicularizações sofridas pelas mulheres trans que lá sobreviviam por meio da prostituição.

Ao crescer e entrar na adolescência, Vi compreendia aos poucos a sua própria identidade de gênero, e temendo sofrer o mesmo destino das outras mulheres trans que via passar pela janela quando criança, começou a trabalhar como cabeleireira aos 15 anos para ter outras opções quando chegasse o “inevitável” (conforme acreditava) momento de sofrer retaliações familiares e sociais, simplesmente por ser quem era. Felizmente, os medos de Vi não se tornaram uma realidade, e o seu trabalho passou a gerar muitos frutos: no final da adolescência, Vi tinha apoio familiar, já tinha o próprio salão e um nome profissional em sua cidade.

Entretanto, as perspectivas e chances de crescimento de seu negócio estagnaram, e Vi corajosamente decidiu se mudar para a capital, Natal. Aqui, iniciou um curso superior

³² Imagem de cabeçalho produzida através da Plataforma CANVA (Canva.com), Plano *EDUCATION* – Elemento utilizado: “*Youth Day People Fashionista*” (Uso Grátis) de autoria de Sketchify.

para expandir suas possibilidades profissionais. Entretanto, diante de dificuldades encontradas numa cidade completamente diferente, onde não tinha família e uma rede de apoio, Vi precisou encontrar uma forma de sustento que lhe oferecesse estabilidade e, acima de tudo, que fosse coerente com seus objetivos e desejos. Após realizar pesquisas e se preparar com cuidado, Vi passou a atuar no ramo do pré-pago, uma modalidade de trabalho sexual com uma série de particularidades que, conforme nos ensinou essa protagonista, o diferenciam da prostituição nos moldes mais conhecidos.

Como pré-paga, Vi passou a se sustentar, pagar sua faculdade e construiu uma relação positiva com essa atividade. Entretanto, com a inesperada pandemia global do COVID-19, Vi viu novos desafios ao seu trabalho nessa condição, precisando desenvolver novas estratégias para lidar com essa repentina realidade que impactava diretamente a todas/todos que atuavam na prostituição.

Em meio aos desafios impostos pelas novas circunstâncias que se abatem sobre todo o mundo, Vi segue erguendo sua voz e militando ativamente pela desconstrução do preconceito e da discriminação geralmente direcionados às pessoas que, como ela, vivem do trabalho sexual e defendem sua legitimidade quando se é uma escolha e não implica a exploração das/dos trabalhadoras. Em sua trajetória, essa protagonista anseia por demonstrar que há diferentes olhares possíveis sobre as vivências das pessoas trans nessa ocupação, e que todos eles são legítimos e merecem não apenas reconhecimento, mas amparo estatal e legislativo.

6.3.2. *Se eu posso escolher, também posso ser feliz aqui: os significados do trabalho de Vi em sua missão de desconstruir paradigmas sobre a prostituição*

Na trajetória de Vi, pudemos identificar *dois significados culturais* e *três significados pessoais* para o trabalho que compareceram e/ou foram construídos em sua impressionante jornada enquanto mulher trans, negra, universitária e trabalhadora. O mapeamento do processo semiótico de construção desses significados é ilustrado pela Figura 10, a seguir:

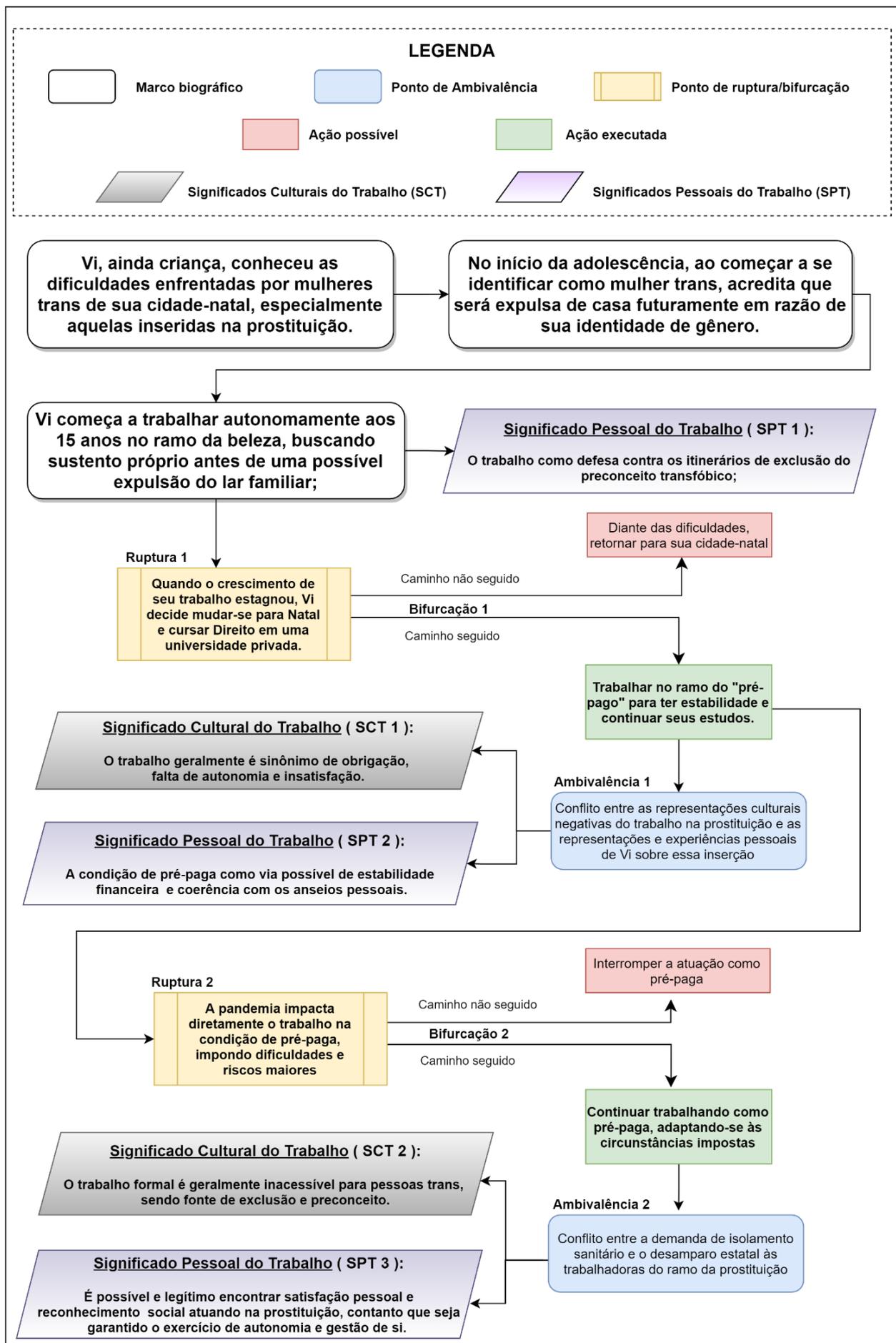


Figura 10. Mapa semiótico do processo de significação do trabalho na trajetória de Vi

Ainda em sua infância e adolescência, identificamos marcos biográficos importantes para o processo de significação do trabalho nas vivências desta protagonista. Quando criança, anos antes de começar a compreender a própria identidade de gênero, Vi observava as reações da sociedade às mulheres trans que trabalhavam no ramo da prostituição em sua cidade, localizada no interior do Rio Grande do Norte:

“Eu lembro que elas passavam pela minha rua, que ligava ao posto que tinha na cidade, na BR. E quando eu via elas passando, o pessoal brincava, ria, e era aquela situação. ‘Tão indo para onde?’, e elas falavam que estavam indo trabalhar. Elas falavam isso de uma forma bem espontânea, mas para a sociedade que via, elas serviam de gargalhada. Como você vai para a prostituição trabalhar? É como se aquilo não fosse um trabalho.”

Um primeiro e importante referencial semiótico sobre o trabalho das pessoas trans a comparecer ainda na infância de Vi é a cultura coletiva, compartilhada pela sociedade e reverberada pelas pessoas que a circundavam, de que a prostituição não era verdadeiramente um trabalho. Consideramos importante demarcar que essa cultura coletiva foi internalizada de maneira importante por Vi e, durante a sua futura trajetória de trabalho, as culturas pessoais originadas desse processo de internalização semiótica seriam importantes signos mediadores para os significados do trabalho em sua vida.

Para além dessa cultura coletiva, a pequena Vi teve contato ainda com a dura realidade expressa nos itinerários de vida e de trabalho daquelas mulheres trans que atravessavam a BR em busca do próprio sustento na prostituição:

“E muitas vezes elas voltavam ensanguentadas, sofriam violência e acabava que eu ia vendo tudo aquilo ali passando na

rua, vendo o que acontecia. E eu via que era a mesma a história de todas elas: que quando se assumiam, eram expulsas de casa.”

Além da assustadora violência que fazia parte da realidade daquelas mulheres trans, ficou profundamente marcado no repertório semiótico de Vi, ainda uma criança, que ser e se assumir uma pessoa trans era um sinônimo direto de ser expulsa de casa em razão do preconceito. Essa cultura coletiva, comunicada não só a partir do exemplo concreto das mulheres trans nas memórias de Vi, mas também pelo preconceito transfóbico naturalizado pela sociedade no geral, foi internalizada por esta protagonista de maneira marcante. Tão marcante que, anos mais tarde, quando a Vi adolescente começou a entender que ela também se identificava como uma mulher transgênera, tomou como certo que seu destino seria igualmente a expulsão do lar familiar, mais cedo ou mais tarde.

Assim, Vi decidiu, mesmo antes de iniciar sua transição, começar a trabalhar aos 15 anos no ramo de beleza e estética, buscando ainda jovem construir uma fonte de renda para se sustentar antes que a temida expulsão do lar familiar acontecesse, um destino que, na época, julgava inescapável para uma pessoa trans como ela. Nesse ponto de sua trajetória surge, então, um primeiro *significado pessoal* para o trabalho, que para Vi tornou-se uma *defesa contra os itinerários de exclusão do preconceito transfóbico* (SPT 1).

Trabalhando como cabeleireira e maquiadora, a jovem Vi esperava construir alternativas de renda e sobrevivência para que, quando eventualmente fosse expulsa de casa por ser uma mulher trans, pudesse se proteger e escapar do mesmo destino das outras mulheres de suas memórias infantis: ridicularizadas pela sociedade, violentadas e ensanguentadas pelo duro trabalho “na pista”.

Felizmente, a história de Vi não seguiria o roteiro que, na época, ela acreditava ser o único possível. A sua família acolheu a sua identidade de gênero e o seu processo de transição, então a temida expulsão do lar familiar nunca aconteceu. A sua inserção “preventiva” no mundo do trabalho, mediada pelo SPT 1 (*o trabalho como uma defesa contra os itinerários de exclusão do preconceito transfóbico*) como uma forma de se proteger de um futuro de desamparo, agora se tornava uma fonte de progresso financeiro e reconhecimento: o trabalho de Vi no ramo da beleza e da estética cresceu, se expandiu e passou a ser referência em sua cidade. Não demorou para que esta protagonista construísse seu próprio salão de beleza e o expandisse.

Entretanto, o crescimento dos negócios diminuiu com o tempo. A abertura de novos salões na cidade, com prática de políticas de preço agressivas, na avaliação de Vi, contribuiu para que o seu trabalho estagnasse. Neste ponto de sua vida, esta protagonista já havia concluído o ensino médio, e com a estagnação do seu negócio, Vi se viu sem perspectivas de crescimento profissional. Em um corajoso movimento de mudança, se pronuncia uma primeira *ruptura* importante na trajetória de trabalho de Vi: diante da falta de novas oportunidades em sua cidade, Vi decide se mudar para Natal/RN e cursar Direito em uma universidade privada da capital (Ruptura 1).

A realidade de uma cidade completamente diferente e com custo de vida elevado, episódios recorrentes de transfobia no ambiente universitário (como desrespeito ao nome social, comentários e posicionamentos transfóbicos de colegas e gestão, por exemplo) e a distância do suporte familiar, exemplificam alguns dos vários desafios enfrentados por Vi após sua vinda para a capital potiguar (Ruptura 1). Vivenciando essas e outras dificuldades, essa protagonista se viu em uma *bifurcação* (Bifurcação 1) que a colocou diante de duas escolhas possíveis. Sua primeira opção (caminho “a”) seria retornar para

sua cidade-natal no interior do estado e enfrentar a falta de perspectivas que motivou sua vinda para a capital. Esse não foi o caminho escolhido por Vi, que estava determinada a concluir sua formação universitária e construir uma carreira no Direito. Foram justamente seus estudos na área que ofereceram um novo “filtro” semiótico para Vi revisitasse e ressignificasse uma possibilidade de trabalho e sustento que, em sua infância e adolescência, era lembrada pela compulsoriedade e pela violência: o trabalho sexual.

Enquanto acadêmica de Direito, Vi compartilhou conosco a compreensão de que a atuação na prostituição, embora não regulamentada, não era formalmente criminalizada: a criminalização era, antes de tudo, moral e social, não jurídica. Assim, essa protagonista entendia que o trabalho nesse ramo deveria assegurar os mesmos direitos e reconhecimento social oferecidos a qualquer outra profissão. A partir dessas compreensões, que configuram signos mediadores importantes, Vi realizou várias pesquisas e fez contato com outras mulheres trans que atuavam nesse ramo, e assim conheceu a chamada “condição do pré-pago”, que viria a se tornar sua fonte de trabalho e sustento, configurando assim o caminho por ela seguido diante da Bifurcação 1 (caminho “b”).

Essa protagonista começou a atuar como pré-paga inicialmente em shows virtuais, seguindo posteriormente para os atendimentos presenciais, agenciados por ela própria através de redes sociais e ferramentas online. Em seu relato, é perceptível que essa atividade ocupa um lugar importante de satisfação, autonomia e empoderamento em sua vida, sendo percebida e descrita de maneira predominantemente positiva.

Conforme Vi nos explicou, embora reconhecesse o “pré-pago” como um tipo de prostituição, ela prefere utilizar o termo “condição de pré-paga” (termo que também priorizaremos nesta seção) por seu entendimento de que 1) não se trata de um trabalho

(compreensão que acreditamos ter relação com a internalização da cultura coletiva destacada no início desta seção, ainda em sua infância no interior, sobre o não reconhecimento da prostituição como trabalho) e 2) que, diferente da prostituição, a atuação como pré-paga possibilita o exercício de autonomia e respeito aos próprios limites.

As veementes ressalvas feitas por Vi acerca das diferenças entre a condição de pré-paga e a prostituição ilustram o primeiro ponto de marcante *ambivalência* enfrentado por esta protagonista depois que passou a atuar nessa atividade: o constante conflito entre as representações culturais negativas relacionadas ao trabalho na prostituição e as representações e experiências pessoais de Vi sobre sua inserção na condição de pré-paga (Ambivalência 1). Os conteúdos semióticos mobilizados por essa ambivalência, internalizados por Vi e reconfigurados no domínio subjetivo, são externalizados na trajetória dessa protagonista por meio de *dois significados* do trabalho, conectados a partir de uma relação semiótica de oposição (Valsiner, 2012; Valério, 2013; Valério & Lyra, 2014).

O primeiro desses significados, de ordem *cultural*, é expresso na trajetória de Vi por meio de sua compreensão de que o *trabalho geralmente é sinônimo de obrigação, falta de autonomia e insatisfação* (SCT 1). Acreditamos que esse significado está conectado, para além da associação culturalmente feita entre trabalho e labor/sobrevivência, a uma cultura coletiva destacada no início desta seção, que parece ter marcado a infância dessa protagonista: a negação social do status de “trabalho” para a atividade das mulheres trans que se prostituíam na cidade-natal de Vi. Um indicativo dessa possível relação semiótica reside no já discutido fato de que essa protagonista não

considera a sua atuação como pré-paga um trabalho, preferindo e defendendo o termo “condição” para se referir à sua atividade.

O segundo dos significados mobilizados pela Ambivalência 1, este *peçoal*, é construído por Vi através de uma importante reelaboração semiótica de experiências afetivas negativas anteriores, que foram utilizadas como repertório semiótico para significar *o trabalho na condição de pré-paga como uma via de estabilidade financeira e coerência com os anseios pessoais* (SPT 2):

“Quando eu cheguei em Natal, eu sentia uma carência muito grande e eu achava que essa carência podia ser suprida em aplicativos, então eu ia conhecendo pessoas. Essas pessoas vinham e, depois do sexo, iam embora, e a paixão acabava. Seguiam as suas vidas e eu continuava carente. Só que depois eu fui me conhecendo, eu fui vendo que aquilo ali não era necessário e que naquele momento eu não estava encontrando o que eu procurava.

Foi aí que eu fui pesquisar, fui vendo situações de pré-pago, fui conversando com amigas e eu fui vendo que eu tinha todos os direitos de pessoas comuns, de pessoas cis, de garotas e rapazes, então por que que eu era tratada daquela forma? E já que eu era tratada daquela forma, por que que eu não usar aquilo a meu favor? Quando minha situação ficou mais delicada, então pensei o seguinte: ‘Já que as pessoas me veem como um objeto, por que não usar essa visão para eu ter uma estabilidade, para eu conseguir algo mais?’”

Esse importante relato de Vi indica que esse significado pessoal construído para a condição de pré-paga, para além de sua dimensão instrumental (estabilidade financeira), representa também uma resposta semiótica ao distanciamento afetivo das pessoas que trataram ou poderiam vir a tratá-la apenas como um objeto de satisfação sexual. Atuando

como pré-paga, Vi ressignificou o seu lugar nessas relações, reivindicando semioticamente o papel não de quem é explorada/objetificada sexual e afetivamente, mas de quem subverte essa lógica através do protagonismo em uma atividade que a beneficie instrumentalmente, especialmente em um momento de dificuldades financeiras.

Na continuidade de sua trajetória, Vi prosseguiu com sua formação universitária e com a atuação como pré-paga. Entretanto, em 2020 a pandemia global do COVID-19 impôs um novo *ponto de ruptura* à trajetória de vida e trabalho dessa protagonista: a pandemia e as restrições sanitárias impactam diretamente o trabalho na condição de pré-paga, impondo dificuldades e riscos maiores ao exercício dessa atividade (Ruptura 2).

Com o forte componente presencial inerente ao exercício da condição de pré-paga, houve uma imensa redução no número de clientes de Vi. Em paralelo, havia também o risco de maior exposição ao coronavírus, o que adicionou um novo nível de dificuldade para a atuação como pré-paga no contexto da Ruptura 2. Diante dessas barreiras, Vi viu-se diante de uma nova *bifurcação* (Bifurcação 2), precisando escolher entre *a*) interromper a sua atuação como pré-paga, diante dos riscos e dificuldades geradas pela pandemia, e *b*) continuar atuando como pré-paga, adaptando-se às novas circunstâncias impostas pelo contexto pandêmico.

Por intermédio da adoção de estratégias como priorizar atendimentos a clientes por via *online* (shows virtuais, por exemplo), continuidade do trabalho como cabeleireira e estabelecimento de procedimentos e cuidados nos atendimentos presenciais, Vi foi capaz de dar continuidade à atuação como pré-paga durante a pandemia (caminho “b” da Bifurcação 2). Entretanto, essa protagonista destaca que a atuação como pré-paga no contexto pandêmico implica um novo ponto de *ambivalência* na sua trajetória, relativo ao conflito entre a demanda de isolamento sanitário (que, conforme vimos, afeta uma parte

significativa do trabalho nesse ramo) e o desamparo estatal às pessoas que atuam nessa condição (Ambivalência 2), especialmente nos casos daquelas que, diferente de Vi, não possuem outros referenciais de inserção profissional, educação formal ou capacitação para gestão do próprio trabalho e renda.

“Agora nessa situação que nós passamos da pandemia, as acompanhantes não tiveram direito nenhum de ficar em casa ou ser consideradas grupo de risco, [...] em nenhum momento pararam para dizer ‘Olha, vamos cadastrar as acompanhantes, as pré-pagas, e tal, para receber um auxílio emergencial, alguma coisa para elas ficarem em casa’. Enquanto pediam para as pessoas comuns ficarem em casa, esqueciam que quem procura nosso serviço na maioria são pessoas idosas, pais de famílias que vêm e levam isso para as casas, não é? É o que acaba passando adiante.”

Dois importantes significados sobre o trabalho emergem das reflexões traçadas por Vi a partir da Ambivalência 2. Primeiro, ao ponderar sobre as condições mais difíceis para as pessoas trans trabalhadoras sexuais no contexto da pandemia, Vi analisa de maneira contundente outra forma de inserção que, de acordo com representações culturais amplamente compartilhadas, poderia oferecer mais segurança e estabilidade para as pessoas trans: o trabalho formal.

Embora reconheça que a inserção no mercado formal possibilitaria um senso de pertencimento à sociedade para muitas pessoas trans, Vi, a partir de uma série de referenciais semióticos oriundos de experiências desfavoráveis em sua trajetória e do contato constante com as negativas enfrentadas pela população trans no acesso ao mercado de trabalho (que reforçam a cultura coletiva de que as pessoas trans não têm lugar nessa esfera de inserção), expressa um segundo *significado cultural* para o trabalho

em sua trajetória: o de que o *trabalho formal é geralmente inacessível para pessoas trans, sendo fonte de exclusão e preconceito* (SCT 2).

“Eu acho que é um dos campos mais fracos é essa parte de trabalho. Se nós não temos oportunidade de estudar, de todas as outras formas, de afeto, de ter uma relação reconhecida, o que para meninas trans é muito difícil... o trabalho, acho que está entre um dos mais impossíveis. Porque muitas vezes eu conheci meninas que conseguem se formar, mas quando chegam na peneira do trabalho, a condição de trans já é um fator eliminatório. [...]

Eu, por exemplo, quando eu cheguei em Natal, eu lembro que eu coloquei currículos, mas só teve uns dois casos que me ligaram, justamente foram pessoas que estavam fazendo a seleção, homens que não me aceitaram no emprego, porém queriam marcar um encontro, queriam ver uma foto. Então quer dizer que para o trabalho eu não servia, mas para objeto sexual eu servia?”

Mediada tanto por esse segundo significado cultural (SCT 2), quanto pelo significado pessoal que entende *a condição de pré-paga como via possível de estabilidade financeira e coerência com os anseios pessoais* (SPT 2), Vi protagoniza uma oposição semiótica (Valsiner, 2012) às sugestões e representações sociais de que a prostituição é fonte apenas de sofrimento e violência para a população trans, confrontando o absolutismo dessa visão.

Como produto desse importante movimento semiótico, essa protagonista construiu um terceiro *significado pessoal* do trabalho que reivindica o reconhecimento de um olhar diferente sobre a inserção na condição de pré-paga, especialmente diante das dificuldades de inserção no mercado formal e dos desafios impostos pela pandemia às pessoas trans que atuam nesse campo (Ambivalência 2). Para essa protagonista, *é possível*

e legítimo encontrar satisfação pessoal e reconhecimento social atuando na prostituição, contanto que seja garantido o exercício de autonomia e gestão de si (SPT 3).

“Quando a gente vê a condição de pré-pago ou a prostituição, a gente a vê ou do lado de quem tá de fora, tendo pena de quem tá de dentro, ou do lado de quem está de dentro se vitimizando e continuando dentro. São sempre esses dois lados que nós estamos acostumados a ver, mas existe outro lado, existe outra forma de ver, que infelizmente não é divulgada, que não é vista. Claro que esse terceiro lado não anula os outros dois lados, não.

Se você perguntar... tem muita gente que é vítima sim, mas a gente não pode se ver só como vítima. Tem muitas pessoas que estão bem, que querem continuar e que precisam de suporte para continuar. Por exemplo, é uma condição que eu me sinto bem, que eu conheço muitas meninas que se sentem bem. [...] Porque eu criei mecanismos para que eu possa estar bem, para que eu possa usufruir daquilo sem que aquilo usufrua de mim.”

Esse terceiro significado pessoal do trabalho indica uma reconfiguração semiótica, no plano intrassubjetivo (Valsiner, 2012) das visões negativas geralmente associadas ao trabalho na prostituição (compulsoriedade, exploração, sofrimento e violência), as quais, segundo essa protagonista, não são uma regra para todas as pessoas trans que atuam nesse campo. O SPT 3 também reverbera a relação semiótica positiva de Vi com essa atividade, a qual defende como legítima quando não é compulsória e não implica a exploração das pessoas que a desempenham.

Essa compreensão de Vi se alinha com as percepções positivas sobre o trabalho na prostituição encontradas nos estudos de Cardoso e Ferro (2012), Nogueira e León (2012), e Teixeira (2008), percepções essas associadas ao exercício de autonomia na gestão do próprio fazer laboral. Nessa linha, acreditamos que contribui com o SPT 3 (“é

possível e legítimo encontrar satisfação pessoal e reconhecimento social atuando na prostituição, contanto que seja garantido o exercício de autonomia e gestão de si”) a experiência positiva de Vi na gestão da própria inserção como pré-paga: ela própria define, agenda e organiza a sua atuação, determinando termos, limites e possibilidades do seu fazer de forma a diminuir a exposição a situações de risco, exploração e violência que estão na base das representações culturais mais comuns sobre o trabalho sexual.

Acreditamos também que os significados pessoais positivos (SPT 2 e SPT 3) construídos por Vi acerca do trabalho na prostituição, geralmente percebido a partir da compulsoriedade, dos riscos e da violência às quais estão expostas tantas pessoas trans que nela atuam (visão que Vi também considera legítima, mas não a única), são exemplos importantes do Modelo de Bidirecional de Reconstrução Cultural proposto por Valsiner (2012). Conforme vimos anteriormente, as particularidades subjetivas, referenciais semióticos e trajetória únicos de cada pessoa (Valsiner, 2012) tornam possíveis diferenças marcantes entre culturas coletivas (como a visão predominantemente negativa sobre a prostituição) e pessoais (como os significados pessoais positivos construídos por Vi sobre essa forma de inserção).

Por fim, queremos destacar as intensas busca e militância de Vi pela desconstrução do preconceito e da discriminação contra a prostituição. Para essa protagonista, a discriminação moral contra as pessoas que atuam na prostituição, especialmente as trans, contribui a um mesmo tempo com a perpetuação de tabus e representações unicamente negativas sobre essa condição, e, conseqüentemente, com impedimentos à efetiva inclusão desse grupo na sociedade, que poderia ser fortalecida por políticas de capacitação, gestão empreendedora e financeira pensadas especificamente para a atuação nesse campo profissional.

A impressionante trajetória e os significados sobre o trabalho construídos por Vi ilustram com novas e surpreendentes cores o retrato aqui pintado sobre o processo de significação dessa esfera de vida nas vivências das pessoas trans, sem, no entanto, apagar ou negar as cores únicas trazidas por nossos outros protagonistas.

Ao colorir fora das linhas e padrões esperados pelas convenções sociais e pela maioria das vozes que legitimamente denunciam as interdições sofridas pelas pessoas trans no mundo do trabalho, especialmente na prostituição, Vi defende veementemente, sem desconsiderar as dores de suas irmãs e irmãos em suas trajetórias também tão únicas, que são vastas as possibilidades de se encontrar significado e felicidade nessa esfera de vida, contanto que suas conformações não anulem, explorem e apaguem quem verdadeiramente somos.

6.4 . Hugo

- Homem trans
- Branco
- 26 anos
- Universitário
- Experiência de trabalho formal e informal
- Pronomes Ele/Dele



6.4.1. A trajetória de Hugo

Hugo é homem trans, branco, universitário, tem por pronomes ele/dele e, no período de nossas entrevistas, tinha 26 anos. Desde criança, Hugo se identificava e preferia esportes e atividades socialmente considerados masculinos, apesar dos constantes protestos de parentes. Em uma contínua negociação entre os desejos de sua família e os seus próprios, esse protagonista passou pela infância e pela adolescência enquanto, aos poucos, compreendia que era diferente daquilo que a sociedade havia definido para ele.

Quando passou a se entender como homem trans, pouco mais de um ano antes de nossas entrevistas, Hugo já trazia consigo uma certeza dolorosa: a de que figuras centrais de sua família eram transfóbicas a ponto de que, caso revelasse a sua identidade de gênero, ele seria expulso de casa e deserdado. Esse importante receio tornou-se uma verdadeira “corda bamba” sobre a qual Hugo seguia trilhando sua trajetória até o momento de nossas entrevistas, buscando espaços em que pudesse expressar plenamente sua transmasculinidade.

No relato de sua trajetória, o trabalho surge para Hugo como uma fonte de esperança de uma vivência mais livre e autêntica de sua identidade de gênero.

³³ Imagem de cabeçalho produzida através da Plataforma CANVA (Canva.com), Plano *EDUCATION* – Elemento utilizado: “*Youth Day People Dog Lover*” (Uso Grátis) de autoria de Sketchify.

Trabalhando como motorista de aplicativos, atividade que concilia com os estudos e com o anseio de consolidar uma carreira no ramo cultural, esse protagonista segue buscando os caminhos para alcançar, através do trabalho, uma nova realidade em que não seja necessário esconder a si mesmo.

6.4.2. O trabalho e a estrada para a liberdade: os significados do trabalho na trajetória de Hugo

O mapeamento semiótico da trajetória de Hugo nos permitiu identificar dois *significados culturais* e dois *significados pessoais* construídos por esse protagonista sobre o trabalho, conforme os percursos e marcadores biográficos ilustrados pela Figura 11, apresentada a seguir:

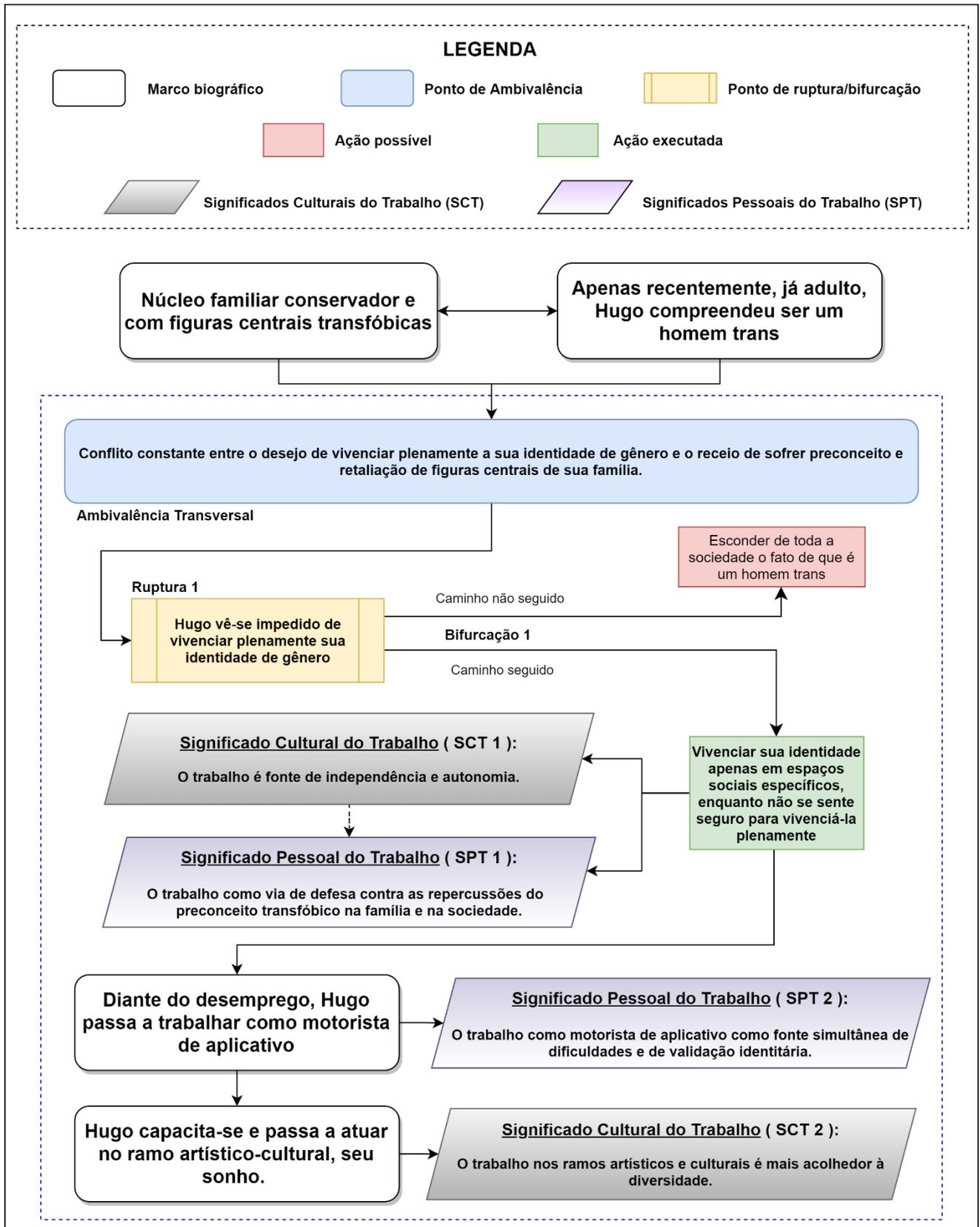


Figura 11. Mapa semiótico do processo de significação do trabalho na trajetória de Hugo

Dois marcadores biográficos importantes demarcam os contornos iniciais do processo de significação do trabalho na trajetória de Hugo: *i)* um núcleo familiar conservador e marcado por culturas coletivas e pessoais transfóbicas, e *ii)* o fato de que apenas recentemente, pouco mais de um ano antes de nossas entrevistas, Hugo passou a se identificar como homem trans, como resultado de um processo identitário que atravessou sua infância e sua adolescência.

Tendo crescido em uma família cujas figuras centrais são abertamente lgbtfóbicas, Hugo teve contato desde muito cedo com culturas coletivas transfóbicas que, em seu processo de identificação como homem trans, foram internalizadas semioticamente na forma de acentuados medo e receio de ser expulso de casa e ter relações rompidas por sua família. A interação entre esses marcos biográficos e suas repercussões semióticas sobre as culturas pessoais de Hugo estão na base de uma característica particular desse protagonista no contexto de nosso estudo: diferente das/dos demais protagonistas, ele ainda não pôde se assumir completamente como homem trans perante a sociedade.

“Faz pouco tempo que eu me entendi mesmo como homem trans. Ainda não pude fazer mesmo a transição como eu gostaria, porque no momento eu dependo da minha família, moro com eles. E por causa disso, eu preciso escolher onde eu posso ser Hugo, porque em casa eu preciso ser outra coisa.”

Essa importante particularidade atravessa e molda de maneira importante a relação de Hugo com o trabalho em sua trajetória, ao estabelecer semioticamente o que aqui chamaremos de uma *ambivalência transversal*, posto que é central e contínuo em todas as suas esferas de vida *o conflito constante entre o desejo de vivenciar plenamente sua identidade de gênero e o receio de sofrer preconceito e retaliação de figuras centrais de sua família*. Essa ambivalência transversal, que repercute diretamente sobre as vivências

de Hugo enquanto homem trans, encontra sua principal expressão na forma de um *ponto de ruptura* central em sua trajetória: em razão do medo de ser descoberto por familiares transfóbicos, *Hugo vê-se impedido de vivenciar plenamente sua identidade de gênero* (Ruptura 1).

Essa ruptura estabeleceu uma bifurcação igualmente importante na trajetória desse protagonista, que precisou decidir-se entre *a)* esconder de toda a sociedade o fato de que é um homem trans, e assim evitar as repercussões da transfobia que temia vir especialmente de sua família; e *b)* expressar sua identidade de gênero apenas em espaços sociais específicos, enquanto não se sente seguro para vivenciá-la plenamente.

Mesmo sob a mediação do poderoso medo da transfobia de seus familiares, Hugo foi capaz de mobilizar recursos semióticos importantes que o auxiliaram no processo decisório demandado pela Bifurcação 1, permitindo que o caminho “b” fosse seguido. Para se fortalecer em sua decisão, esse protagonista construiu, por intermédio de uma fabricação de oposições semióticas (Valério, 2013; Valsiner, 2012), uma cultura pessoal crescentemente positiva acerca de sua transgeneridade através de importantes fontes de referenciais semióticos também positivos, tais quais:

- i)* o suporte e acolhimento à sua identidade de gênero transmasculina em alguns outros espaços e grupos sociais que ocupava (círculos de amizade e de militância, por exemplo);
- ii)* o impacto afetivo imensamente positivo sentido ao adotar marcadores estéticos socialmente atribuídos ao gênero masculino (cortar o cabelo e utilizar roupas socialmente consideradas masculinas),
- iii)* o respeito ao seu nome social nos poucos espaços em que se sentia seguro para ser ele mesmo.

Pela mediação dessas positivas culturas coletivas e pessoais, Hugo decidiu por viver o mais autenticamente possível a sua identidade de gênero, embora ainda precisasse ocultá-la em uma série de espaços que poderiam, de alguma forma, “tirá-lo do armário” da cisgeneridade compulsória demandada semioticamente pela transfobia de alguns de seus familiares.

Assim, esse protagonista se viu obrigado adotar uma série de estratégias para manter sua identidade de gênero um segredo para seus familiares transfóbicos, estratégias essas que lhe geram sofrimento psíquico e até mesmo físico. Um exemplo ilustrativo disso vem de precisar tolerar ser chamado pelo seu nome de registro em muitos espaços (especialmente os familiares), além de não poder dar início, como gostaria, à sua transição fenotípica. Outra estratégia que Hugo precisa adotar é a de conter suas necessidades fisiológicas básicas por períodos muito longos, para assim evitar o uso de banheiros em ambientes públicos, já que não se sente bem utilizando o banheiro feminino, e tem o receio de utilizar o masculino, sob o risco de ser reconhecido por algum amigo de sua família que poderia “denunciá-lo” aos familiares.

O trabalho surge semioticamente na trajetória de Hugo como a via pela qual esse protagonista espera, um dia, libertar-se dessas difíceis circunstâncias para poder viver plenamente como homem trans, em todos os espaços de sua vida. Essa importante expectativa se expressa no processo de significação do trabalho desse protagonista por meio, primeiro, do *significado cultural* de que *o trabalho é fonte de independência e autonomia* (SCT 1).

“Quando eu estiver pagando minhas contas, tiver no meu cantinho, a história vai poder ser diferente.”

Essa associação semiótica entre trabalho e independência é uma cultura coletiva amplamente mediada e reproduzida nas sociedades capitalistas, em que o trabalho se torna mercadoria (Marx, 2013) a ser vendida aos detentores dos meios de produção para obtenção do próprio sustento, que por sua vez é associado a um ideário social de independência: ao adquirir a renda necessária para não depender financeiramente de outrem, uma pessoa torna-se independente. Para Hugo, é justamente na independência financeira alcançável pelo trabalho que reside uma saída para as amarras impostas pelo preconceito familiar: esse protagonista acredita que somente quando se tornar independente financeiramente de sua família, o que busca alcançar por meio do trabalho, ele poderá viver plenamente sua identidade de gênero, sem restrições.

Esse significado cultural do trabalho como *fonte de independência e autonomia* (SCT 1), ao ser internalizado por Hugo a partir do filtro das particularidades de sua trajetória e da *ambivalência transversal* de não se sentir livre para vivenciar plenamente sua identidade, subsidiou a construção de um primeiro *significado pessoal* para essa esfera de vida: pelo potencial de permitir que Hugo um dia se liberte do preconceito familiar (ao tornar-se financeiramente independente de sua família), o trabalho é subjetivamente significado como *uma via de defesa contra as repercussões do preconceito transfóbico na família e na sociedade* (SPT 1).

“Eu preciso esperar ter um trabalho certo, uma estabilidade, porque se eu contar agora que eu sou homem trans, eu vou ser expulso de casa. Por coisas muito menores já fui ameaçado de ser expulso, então daí você tira...”

Para Hugo, a dimensão instrumental do trabalho (independência financeira) lhe permitiria não só expressar mais livremente sua identidade de gênero, mas o protegeria das repercussões de violências transfóbicas como a temida expulsão de casa, posto que ele poderia morar e se manter sozinho, se fosse necessário. Hugo também sente que a independência proporcionada pelo trabalho lhe permitirá reivindicar o respeito ao seu nome em todos os espaços, inclusive facilitando a retificação de todos os documentos, além de lhe dar segurança para futuramente avançar em seu processo de transição (começar sua hormonização, por exemplo), que também é limitado nesse momento pelo preconceito familiar.

A interação entre o significado cultural do trabalho como via de independência (SCT 1) e do significado pessoal dessa esfera de vida como uma proteção contra os itinerários da transfobia (SPT 1), na trajetória de Hugo, exercem a importante função semiótica de ajudá-lo a ressignificar as dificuldades de origem familiar como uma etapa *passageira* de sua jornada, permitindo que o desgastante exercício de esconder sua identidade de gênero em tantos espaços não o consuma por completo.

Na continuidade de sua trajetória, Hugo, que na época era universitário e buscava uma carreira na sua área de formação, viu-se desempregado. Nesse período, passou a trabalhar como motorista de aplicativos, atividade que ainda desempenhava no momento de nossas entrevistas, em paralelo com outra inserção que discutiremos logo adiante. É a partir de sua experiência como motorista de aplicativos que emerge um outro significado pessoal para o trabalho que nos chamou a atenção em sua trajetória: para esse protagonista, *o trabalho como motorista de aplicativo é uma fonte simultânea de dificuldades e de validação identitária* (SPT 2).

Como motorista de aplicativos, Hugo relata já ter enfrentado situações de risco (viagens noturnas para regiões perigosas, por exemplo) e vivenciar constantemente longas jornadas de trabalho, dirigindo horas a fio sem interrupção, o que força seu joelho e sua coluna. Atuar nessa ocupação implica também o agravamento de uma supracitada dificuldade já enfrentada por Hugo em razão da *ambivalência transversal* de não poder vivenciar plenamente sua identidade de gênero em razão da transfobia familiar. Por não se sentir à vontade para usar banheiros em espaços públicos, esse protagonista precisa dirigir por longos períodos sem ter a opção de usar o banheiro em qualquer local de seu trajeto. Por diversas vezes, Hugo precisa voltar para casa apenas para isso, ou passar rapidamente na casa de algum familiar ou amigo entre as corridas no seu cotidiano de trabalho.

Apesar dessas marcantes dificuldades enfrentadas no trabalho como motorista de aplicativos, nos parece que Hugo é capaz de amenizar semioticamente o impacto delas ao compreender esse trabalho como um caminho para alcançar a almejada independência financeira (corroborando assim com o SCT 1) e, assim, se proteger da transfobia (SPT 1).

Adicionalmente, acreditamos que um outro aspecto de sua experiência nesse trabalho contribui com a sua relação positiva com uma ocupação que impõe tantos desafios: ocasionalmente, Hugo é reconhecido por alguns passageiros enquanto o homem que ele é, apesar de ainda não ter se sentido à vontade para registrar seu nome social no sistema dos aplicativos, por receio de dirigir para algum passageiro conhecido de seus familiares. Tais momentos, mesmo não sendo frequentes, permitem que o trabalho como motorista de aplicativos seja, para esse protagonista, também fonte de *validação identitária* (conforme o SPT 2), especialmente quando sua identidade é desrespeitada em outros espaços vitais como o familiar.

“Eu não mudei ainda o nome no aplicativo, mesmo podendo, porque eu tenho medo de pegar um passageiro algum dia que é amigo dos meus pais, ele me reconhecer e contar pra eles. Mas às vezes acontece de um passageiro não ver o nome que está lá, entrar no carro e me tratar por ‘cara’, ‘homi’, ‘senhor’. Quando isso acontece, eu gosto muito, porque ali eu tô sendo tratado por quem eu sou de verdade. Às vezes eu ‘corrijo’ por receio da pessoa conhecer minha família, mas por mim, eu nem corrigiria!”

Apesar da continuidade de sua atuação como motorista de aplicativo, Hugo deseja e busca construir uma carreira em uma área próxima de sua formação universitária, no ramo artístico e cultural. Em sua trajetória, algumas experiências prévias atuando na equipe técnica de shows e espetáculos deram a esse protagonista a certeza de que queria se estabelecer naquela área. Há alguns anos, Hugo teve a oportunidade de realizar um curso voltado para a atuação no ramo da cultura, se aproximando mais do sonho de trabalhar efetivamente nessa área.

A identificação de Hugo com o trabalho no ramo artístico-cultural é nítida: mesmo ao nos narrar várias adversidades ligadas à imprevisibilidade, rotinas de trabalho impressionantes, gestão do tempo, contato constante com diferentes e nem sempre fáceis personalidades (especialmente no caso dos artistas famosos) e uma série de outros desafios inerentes à sua atuação no ramo, esse protagonista o faz não com exasperação, mas sim expressando a satisfação e o prazer em resolver cada um desses reveses como parte de seu trabalho.

Outro conjunto de referenciais semióticos vivenciados por Hugo na área artística/cultural contribui com seu desejo de nela continuar atuando: esse protagonista acredita que, quando chegar o momento de finalmente se assumir integralmente enquanto

homem trans, será bem acolhido nesse ramo de trabalho. Essa expectativa positiva ecoa um segundo *significado cultural* em sua trajetória, o de que *o trabalho nos ramos artísticos e culturais é mais acolhedor à diversidade* (SCT 2). Acreditamos que uma série de culturas coletivas e sugestões sociais mobilizam a presença desse significado cultural na trajetória de Hugo, como a presença de um número elevado de pessoas LGBTIA+ nos ramos de trabalho artístico. Também contribui com essa significação o relativo reconhecimento social e profissional recebido por esses profissionais, o que angaria uma legitimação socioprofissional geralmente negada a trabalhadoras/res LGBTIA+ em outros campos de inserção laboral.

Embora no período de nossas entrevistas a atuação de Hugo no ramo artístico/cultural estivesse paralisada pela pandemia do COVID-19, especialmente no auge das medidas de restrições sanitárias que naturalmente impossibilitaram a realização de vários eventos nos quais esse protagonista trabalharia, ele expressava o desejo intenso de alcançar a sua almejada independência não só através do trabalho (SCT 1), mas do trabalho em uma ocupação que amava de verdade e que acolheria quem ele realmente é (SCT 2).

“Eu quero um dia trabalhar com o que eu amo, porque eu entendo que o trabalho é uma parte muito importante de você estar na sociedade. E se esse trabalho puder ser em um espaço que me aceita, me inclui e me entende... vish, seria o ideal!”

Acreditamos, assim, que o processo de significação do trabalho protagonizado por Hugo exerce a importante função de guia desse protagonista em sua jornada para, por intermédio dessa esfera de vida, alcançar a tão almejada liberdade de ser “Hugo” por inteiro, em todos os espaços, sem interrupções ou restrições.

6.5 . Sofia

- Pessoa não-binária
- Negra
- 22 anos
- Ensino médio
- Experiência de trabalho informal
- Pronomes Ela/Dela



6.5.1. A trajetória de Sofia

Sofia é uma pessoa não-binária, identificando-se mais especificamente como travesti não-binária e utilizando os pronomes ela/dela. Essa protagonista tinha 22 anos no período de nossas entrevistas. Embora ainda jovem, Sofia é protagonista de uma impressionante trajetória, na qual o trabalho surge ainda bem cedo, na infância, quando começou a trabalhar no negócio de sua família.

A adolescência de Sofia foi um período marcado por grandes mudanças: aprovada em um instituto federal de educação, essa protagonista passou a cursar o ensino médio em uma rotina intensa de estudos. Naquele contexto, passou a integrar diferentes projetos artísticos e performáticos, inserção essa que teve grande importância para o seu próprio processo identitário de gênero. Lado a lado com o seu trabalho artístico, Sofia descobriu-se, aos poucos, uma pessoa não-binária e estava se preparando para iniciar seu processo de transição. Esses planos foram afetados por uma grave ruptura em sua trajetória: em razão do preconceito lgbtfóbico, essa protagonista foi expulsa de casa aos 16 anos. Sem qualquer amparo familiar, Sofia precisou trabalhar na prostituição para sobreviver,

³⁴ Imagem de cabeçalho produzida através da Plataforma CANVA (Canva.com), Plano *EDUCATION* – Elemento utilizado: “*Youth Day People Fashionista*” (Uso Grátis) de autoria de Sketchify.

experiência que mobilizou diferentes significados para essa esfera de vida em sua trajetória.

As dificuldades enfrentadas por Sofia nos anos seguintes não foram poucas, e a sua relação com o trabalho foi mediada pelos inúmeros obstáculos enfrentados por essa protagonista em diferentes espaços e momentos de sua trajetória. Entretanto, a oportunidade de vivenciar um contexto de maior formalidade no trabalho permitiu que essa protagonista não só encontrasse novas fontes de significado para essa esfera de vida, mas que pudesse se fortalecer para buscar novos e corajosos rumos em sua trajetória.

6.5.2. Não é só por mim: é por todas nós – os significados do trabalho na trajetória de Sofia

A análise semiótica do processo de significação do trabalho na trajetória de Sofia nos permitiu identificar dois *significados culturais* e três *significados pessoais* sobre essa esfera de vida, a partir da interação entre os marcos biográficos, pontos de ruptura e ambivalência e bifurcações ilustrados na Figura 12, logo a seguir:

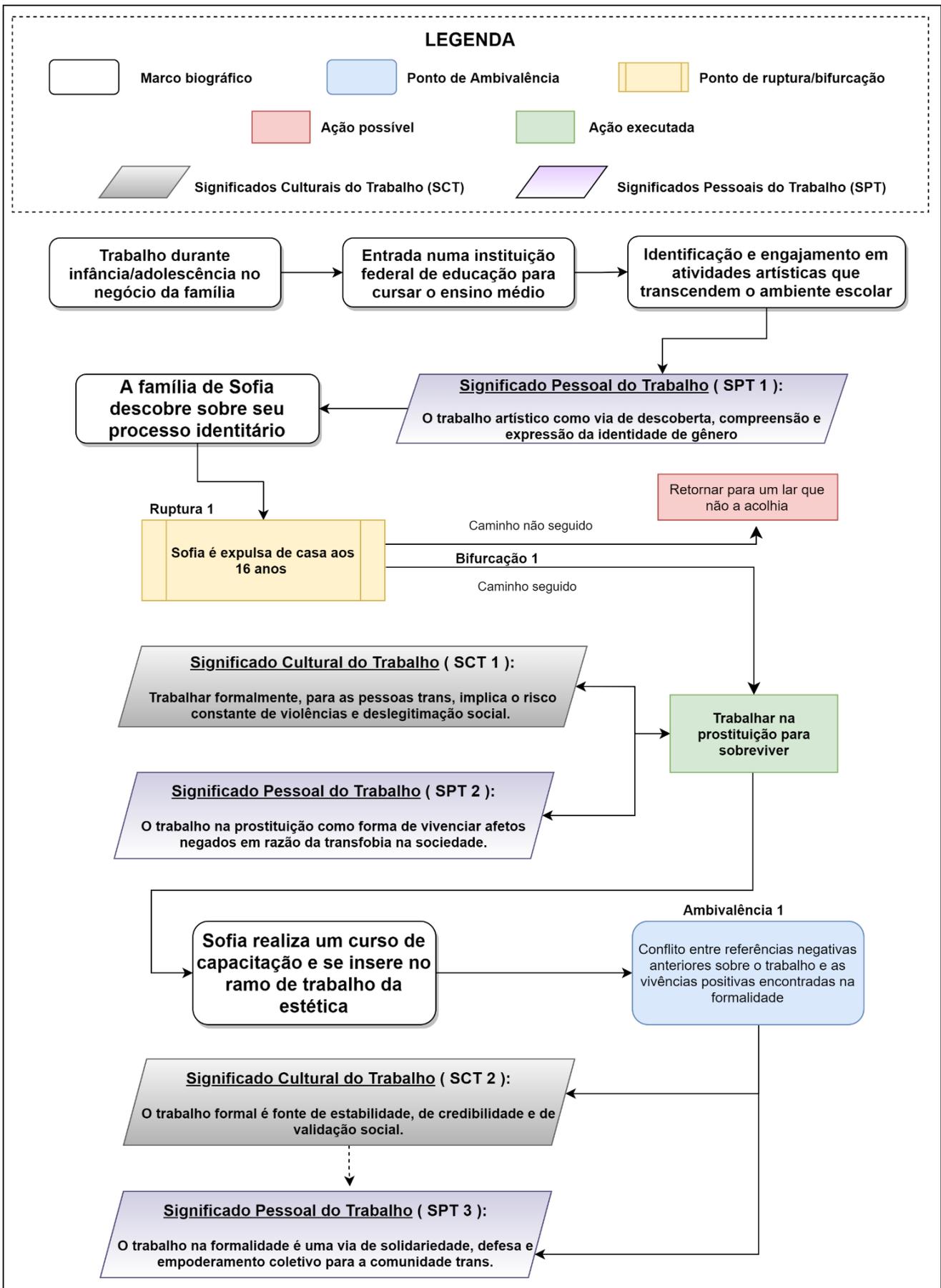


Figura 12. Mapa semiótico do processo de significação do trabalho na trajetória de Sofia

O trabalho comparece na trajetória de Sofia ainda em sua infância. Aos 10 anos de idade, essa protagonista começou a trabalhar no pequeno empreendimento aberto por seus pais. Nos horários em que não estava na escola, Sofia se alternava com pais e irmãos para cuidar do negócio familiar. Essa protagonista atribui a esse período a sua percepção de que “*o trabalho sempre fez parte*” de sua vida.

Os anos passam e Sofia, já adolescente, é aprovada para cursar o ensino médio em um instituto federal de educação, o que representou um importante marco biográfico em sua trajetória. Tratando-se de um espaço de educação de excelência, cujo acesso é muito concorrido, Sofia passou a desenvolver rotinas ainda mais intensas de estudos, internalizando na forma de autocobrança (cultura pessoal) as culturas coletivas construídas ao redor daquela instituição (“a melhor escola pública do estado tem os melhores alunos”, por exemplo). Em paralelo, essa protagonista continuava trabalhando no negócio de sua família.

Entretanto, esse período de sua trajetória é lembrado por Sofia primeiramente por outra oportunidade oferecida por aquele espaço educacional, para além dos estudos: a de se engajar em diversas atividades artísticas lá desenvolvidas, especialmente no campo do teatro, dança e performance. Nesse período, a dedicação e o fantástico desempenho dessa protagonista nas atividades artísticas foram tão marcantes, que ela passou a ser reconhecida em toda a instituição e, inclusive, fora dela.

Esse reconhecimento, associado à importância que o fazer artístico tinha em sua vida naquele período, foram internalizados e ressignificados por Sofia na forma do entendimento de que, mesmo que na época não recebesse qualquer quantia (posto que eram atividades artísticas escolares), ela desenvolvia efetivamente um *trabalho* artístico.

Nos itinerários de seu trabalho artístico naquele período, Sofia, que ainda não se identificava como pessoa trans, teve a chance de experimentar diferentes papéis de gênero ao performar personagens e identidades femininas no palco. Nessas oportunidades, quando estava “montada” (expressão popular usada por Sofia para se referir à utilização de indumentárias, maquiagem e marcadores estéticos femininos), essa protagonista experimentava afetos positivos como satisfação, sensação de pertencimento e de identificação.

“Aí eu comecei a me montar para festas, me montar para eventos do instituto, porque as pessoas começaram a me conhecer, me contratar para isso, porque eu performava, eu dançava. [...] Só que eu gostava muito, daí eu cheguei no ponto de que eu saía de casa, eu entrava no ônibus, e eu me montava toda: colocava peruca, colocava o enchimento, e ia para a escola já finíssima, montadíssima, porque quando eu tava desmontada, eu sentia uma falta daquilo. Quando eu tava desmontada, eu parava e ficava ‘Humm, tem algo faltando aqui.’ E quando eu tava montada, eu ficava completamente plena, completa. Só que quando eu voltava para casa, perto da rua de casa, eu tirava toda a roupa, trocava de roupa para uma masculina e entrava em casa.”

Essas experiências identitárias propiciadas pela atuação de Sofia no ramo artístico e performático, nas quais a dimensão afetiva teve grande centralidade (Valério, 2013; Valsiner, 2014), mediaram semioticamente a construção de um primeiro *significado pessoal* para o trabalho em sua trajetória: para essa protagonista, *o trabalho artístico foi uma via de descoberta, compreensão e expressão de sua identidade de gênero* (SPT 1).

Por meio da performance de outras possibilidades de gênero oportunizadas pelo trabalho artístico, Sofia passou a questionar e desconstruir o gênero estático a ela atribuído pela sociedade. Além disso, em diferentes espaços em que se apresentava

artisticamente, essa protagonista teve contato com culturas coletivas favoráveis à diversidade das vivências de gênero, internalizando-as na forma de uma cultura pessoal de autoaceitação da sua identidade de gênero não-conformativa que ela apenas começava a compreender.

Por meio desses referenciais semióticos, de pesquisas por ela realizadas e contatos com outras pessoas de gênero não-conformativo, Sofia começou, aos poucos, a compreender que não se identificava de maneira rígida e estática com um gênero em específico. Empoderada e mediada por esses referenciais semióticos positivos (apoio de amigos, reconhecimento de seu trabalho artístico enquanto pessoa trans, suporte de outros membros da comunidade trans), essa protagonista estava em pleno processo semiótico de reconstrução identitária: “Sofia” começava, aos poucos, a deixar de ser um papel, uma persona artística, para ser sua verdadeira e plena identidade.

Entretanto, quando a família de Sofia tomou conhecimento sobre o seu processo identitário através de fotos (em que ela aparecia montada) postadas numa rede social, essa protagonista foi confrontada com uma grande *ruptura* em sua trajetória: mesmo que ainda não se identificasse plenamente como pessoa trans, a transfobia familiar resultou *em sua expulsão de casa com apenas 16 anos* (Ruptura 1).

“Esse ensaio fotográfico eu postei numa rede social, daí meu pai teve acesso a isso e ele surtou comigo. [...] Meu pai viu isso e ele já achava que eu era travesti. Ele me viu com uma peruca e falou ‘Filho meu nenhum vai ser isso. Ou você vai ser do jeito que eu quero que você seja, ou você vai sair de casa! Eu não quero você mais aqui!’. Eu respondi: ‘Você não me terá mais aqui’. Então eu só peguei minhas coisas e fui embora.”

Expulsa de casa ainda adolescente, Sofia levou consigo apenas uma mochila com seus livros, algumas roupas e um par de saltos altos, detalhe que destaca como simbólico da sua identidade que afluía em meio a um momento tão difícil de sua vida. Foi também nesse período turbulento que essa protagonista compreendeu que, de fato, não se identificava com uma perspectiva estática de gênero, reconhecendo-se como uma pessoa trans não-binária.

Após ser expulsa de casa tão jovem, sem fonte de renda ou suporte financeiro da família (Ruptura 1), Sofia viu-se diante de uma difícil bifurcação (Bifurcação 1), precisando decidir-se entre *a*) tentar retornar para um lar que não acolhia quem ela era de verdade, e *b*) trabalhar na prostituição para sobreviver.

“Eu me vi naquele momento e me perguntei ‘E aí, o que fazer agora para existir?’. Eu nem cogitava, nem lembrava mais do mundo acadêmico ou do mundo profissional. Eu realmente só tava no ponto de que eu precisava existir, e nem ligava também que eu precisava existir também enquanto uma pessoa trans.”

A urgência de sobreviver em uma sociedade que negava sua existência, acentuada pelo contato constante de Sofia com culturas coletivas e sugestões sociais de que pessoas trans não tinham lugar no mercado formal (o que tornava buscar um emprego formal uma opção fora de cogitação), essa protagonista precisou inserir-se na prostituição (caminho “*b*” da Bifurcação 1) para continuar sobrevivendo, continuar existindo.

Nesse ponto de sua trajetória, identificamos que um primeiro *significado cultural* do trabalho comparece como mediador da inserção compulsória de Sofia na prostituição para sobreviver: o de que *trabalhar formalmente, para as pessoas trans, implica o risco constante de violências e deslegitimação social* (SCT 1). Pedimos licença para dedicar

um espaço maior ao impressionante trecho do relato de Sofia que ilustra esse significado cultural do trabalho e sua influência na trajetória dessa protagonista:

“Não tinha possibilidade nenhuma de eu ter um emprego formal, porque como eu fui expulsa de casa, como era uma travesti e eu era bem não-bináriazinha, eu sentia medo de procurar emprego, eu não sentia conforto, eu não tinha tempo de ir, sabe? Eu não me sentia segura ainda. Por isso que eu comecei a trabalhar fazendo programa, que é o que sobra sempre para todas as pessoas trans. Aí desde os meus 16 anos até recentemente, eu fazia programa, só que era uma coisa que mexia muito com meu psicológico. [...]

De vez em quando alguém chegava para mim e falava: ‘Ai, Sofia, você tá passando por tantos problemas, tem empresa X de telemarketing, procura emprego no telemarketing, procura algum emprego formal!’. Só que só de me imaginar indo procurar esse emprego... não é só ir procurar um emprego, é procurar o desrespeito que vem daquela empresa me tratando errado, daquela empresa me desvalidando completamente como uma pessoa trans, porque todas as empresas aqui hoje em dia [...] não querem entender, então elas não querem contratar, elas não querem se relacionar, elas não querem conviver com pessoas trans.”

Esse impactante relato de Sofia denuncia uma série de culturas coletivas e sugestões sociais que sustentam culturalmente a significação do trabalho formal como um campo de violações e deslegitimação para as pessoas trans (SCT 1):

- i) A cultura coletiva/sugestão social amplamente socializada de que a prostituição é o único destino possível para as pessoas trans (“*comecei a trabalhar fazendo programa, que é o que sobra sempre para todas as pessoas trans*”);
- ii) A sugestão social de que apenas alguns nichos específicos podem acolher as pessoas trans no mercado formal, como o ramo do telemarketing, uma atividade marcada pela precarização (Nonato, 2019; Silva, 2020);
- iii) Culturas coletivas transfóbicas que medeiam violências contra as identidades trans em diferentes espaços sociais, incluindo o mercado de trabalho, como o desrespeito ao nome social nas seleções e a negativa de contratação e desenvolvimento de trabalhadores trans em razão da transfobia.

Sob a mediação desses referenciais semióticos englobados no SCT 1 (*trabalhar formalmente, para as pessoas trans, implica o risco constante de violências e deslegitimação social*), Sofia viu-se empurrada para a prostituição para poder sobreviver. Além do sofrimento psicológico vivenciado por essa protagonista nessa inserção, o trabalho na prostituição impôs a Sofia uma série de dificuldades e medos. O abuso de substâncias lícitas e ilícitas é relatado por essa protagonista como uma constante nesse período de sua vida, como um recurso para lidar com as agruras vivenciadas. O receio de ser violentada e morta durante um programa a acompanhava diariamente. Mesmo

desejando intensamente abandonar essa forma de trabalho, essa protagonista continuava resistindo e existindo, pois não encontrava alternativas naquele momento.

Um marcador afetivo que impactou fortemente a trajetória de Sofia nesse período em que precisou trabalhar na prostituição para sobreviver, foi a intensa solidão que essa protagonista vivenciava. Como pessoa trans não-binária, era admirada por muitos (especialmente à luz do seu trabalho artístico cada vez mais reconhecido), gerava estranhamento e repulsa a outros tantos transfóbicos, mas o resultado era sempre o mesmo: a admiração e o ódio sempre mantinham as pessoas afastadas, distantes dela.

Assim, Sofia sentia-se cada vez mais sozinha e carente, especialmente em meio às dificuldades e aos riscos inerentes à sua busca por sobrevivência por meio do trabalho sexual. Como um recurso semiótico para lidar com a profunda solidão que sentia e, ao mesmo tempo, encontrar forças para enfrentar a inserção compulsória na prostituição, Sofia construiu um novo *significado pessoal* para o trabalho naquele ramo: *o trabalho na prostituição como forma de vivenciar afetos negados em razão da transfobia na sociedade* (SPT 2).

“Eu estava com aquela carência humana que toda pessoa tem, de que você querer beijar alguém, você querer transar com alguém e tudo mais. Só que, para eu conseguir isso, eu precisava fazer programa, porque eu só conseguia realmente ser tocada quando alguém estava pagando por isso. Porque ninguém tinha coragem de vir e me tocar de verdade.”

Acreditamos que essa resignificação do trabalho na prostituição (até então fonte de tantos sofrimentos e interdições) como um caminho possível para amenizar a solidão vivenciada por Sofia nos difíceis itinerários de uma pessoa trans em situação de vulnerabilidade, representou um recurso semiótico que a auxiliou, durante os anos em

que precisou se prostituir, a minimizar, dentro do possível, as repercussões psicológicas das adversidades que enfrentava diariamente.

Por meio dos significados do trabalho identificados até aqui na trajetória de Sofia, entendemos que durante a maior parte de sua vida essa esfera de vida representou, ao mesmo tempo, uma importante fonte de construção identitária enquanto pessoa trans (SPT 1 - *o trabalho artístico foi uma via de descoberta, compreensão e expressão de sua identidade de gênero*); um campo de exclusão e invisibilidade social (SCT 1 - *trabalhar formalmente, para as pessoas trans, implica o risco constante de violências e deslegitimação social*); e uma via de enfrentamento às repercussões da transfobia (como a solidão e o distanciamento afetivo da sociedade), mesmo nas precárias condições do trabalho sexual (SPT 2 - *o trabalho na prostituição como forma de vivenciar afetos negados em razão da transfobia na sociedade*).

Se até então o processo de significação protagonizado por Sofia situou o trabalho em um lugar de ambiguidade em sua trajetória, ora produzindo significados positivos, ora demarcando significados negativos, um marco biográfico mais recente na vida dessa protagonista promoveu uma verdadeira “reviravolta” semiótica que permitiu a construção de novos significados predominantemente positivos sobre essa esfera de vida. Através de uma rede social, Sofia, então com 22 anos, foi procurada por uma empresária natalense que lhe ofereceu a oportunidade de realizar, gratuitamente, um curso de capacitação na área de estética para a seguir, sob sua supervisão, trabalhar de maneira remunerada em seu salão durante um período de experiência antes de contratá-la formalmente.

Para Sofia, esse importante marco biográfico foi fonte de muitas experiências e sentimentos positivos. Ao ter a oportunidade de experimentar os arranjos de um trabalho formal sem sofrer violências transfóbicas, de poder se sustentar sem recorrer à

prostituição e de trabalhar em um espaço inclusivo que acolhia e celebrava sua identidade de gênero, Sofia construiu novos referenciais semióticos para o trabalho formal que iam na contramão do significado cultural que até então mediava sua relação com essa esfera da vida (SCT 1 - *trabalhar formalmente, para as pessoas trans, implica o risco constante de violências e deslegitimação social*).

Essa bem-vinda oposição gerou uma *ambivalência* nesse ponto da trajetória de Sofia, demarcada pelo conflito entre as referências semióticas negativas anteriormente construídas sobre o trabalho e as novas vivências e referenciais positivos encontrados por essa protagonista em um contexto de maior formalidade laboral (Ambivalência 1). Executando um importante movimento de reconstrução cultural bilateral (Valsiner, 2012), Sofia superou essa ambivalência ao internalizar as culturas coletivas positivas sobre o trabalho na formalidade, oriundas de suas vivências trabalhando no salão. Esse processo proporcionou um filtro semiótico para ressignificar as culturas coletivas e sugestões sociais negativas anteriormente associadas ao trabalho na formalidade pelo SCT 1 (*trabalhar formalmente, para as pessoas trans, implica o risco constante de violências e deslegitimação social*).

“Então quando alguém chega para mim e fala ‘Eu quero trabalhar com você.’, isso mostra que aquelas pessoas da rua, aquelas que me violentam, que me calam, elas estão erradas. Mostra que eu também posso viver isso, que eu também posso conquistar coisas, eu também posso ser feliz. Não é porque eu sou travesti que eu sou um bicho de sete cabeças. Eu sou um bicho só de duas cabeças (risos).”

Como resultado dessa reconstrução semiótica, um novo *significado cultural* assumiu lugar de centralidade na trajetória de Sofia, para quem o trabalho formal passava

a ser entendido não mais como campo de inescapável exclusão (SCT 1), mas como uma possível *fonte de estabilidade, de credibilidade e de validação social* (SCT 2).

“Eu agradeço basicamente todos os dias a minha chefe, porque isso tá me ajudando muito financeiramente. É uma coisa muito boa eu chegar em casa e ter dinheiro para poder comer alguma coisa, eu ter dinheiro para eu conseguir pagar umas contas e estar recebendo muito bem, porque eu tô recebendo realmente muito bem. Mas é aquilo que eu tava falando: na vida não importa muito o dinheiro - credibilidade é mais importante, sabe? Lá no salão, o que mais me deixa empolgada é a minha validação como ser humano. Porque a partir do momento que ela chega para mim e fala ‘Eu quero que você trabalhe aqui’, é porque ela tá me vendo como ser humano. [...] Ela tá me vendo como uma igual que precisa disso também, e me deu essa oportunidade. Então fico muito feliz porque eu me sinto validada como ser humano.”

O SCT 2 construído por Sofia incorpora diferentes culturas coletivas advindas da experiência de trabalho mais próxima do formal, em um contexto de acolhimento à diversidade, o que denota a importância semiótica desse aspecto nas vivências dessa protagonista. Também nos chama a atenção a importância atribuída por Sofia às retribuições não-pecuniárias do trabalho: para essa protagonista, a credibilidade e a validação associadas semioticamente ao trabalho formal parecem ser mais importantes que a renda dele originada, o que indica que a centralidade semiótica dessa esfera de vida transcende o seu aspecto puramente instrumental.

Esse novo significado cultural positivo mediou a abertura de novas possibilidades e planos profissionais para o futuro de Sofia: no momento de nossa entrevista final, essa protagonista estava se preparando para um dia abrir o seu próprio espaço, no qual pretende

capacitar e empregar outras pessoas trans, para assim lhes oferecer a mesma oportunidade de construir novas e mais esperançosas perspectivas sobre a vida, através do trabalho.

No centro dessa fantástica iniciativa, produzido a partir da internalização do SCT 2 (o trabalho na formalidade como *fonte de estabilidade, de credibilidade e de validação social*), reside um último *significado pessoal* construído por Sofia na trajetória que essa protagonista generosamente compartilhou conosco: o do *trabalho na formalidade como uma via de solidariedade, defesa e empoderamento coletivo para a comunidade trans* (SPT 3).

“Eu não me vejo daqui alguns anos trabalhando para ninguém. A profissional que eu quero ser? Eu quero ser Sofia, é isso. O que eu faço? Eu faço performance, eu faço trança, eu faço maquiagem, eu quero fazer tatuagem, eu quero abrir um salão futuramente. [...] E, acima de tudo, eu quero dar oportunidade de trabalho para outras meninas e meninos trans, eu quero que eles saibam que eles podem ter esperança. Quero oferecer curso, quero ver elas e eles trabalhando, quero que um dia eles abram o próprio negócio também. Porque só juntas e juntos é que a gente fica mais forte, que a gente ocupa os espaços, que a gente consegue um futuro diferente.”

Por meio do trabalho, Sofia busca transformar não só a própria história, mas as histórias de outras pessoas trans que, como ela, por tantos anos receberam apenas os “nãos” de uma sociedade que nega suas existências. O processo de significação do trabalho na trajetória dessa protagonista nos mostra que, mesmo diante das dificuldades e interdições impostas pela transfobia, é possível que novos e positivos significados sejam construídos sobre essa esfera de vida: a “oportunidade” não é o único passo para esse importante fim, mas é o primeiro – e é urgente.

6.6 . A significação do trabalho nas trajetórias das pessoas transgêneras: uma caracterização semiótica



Nas seções anteriores deste capítulo, apresentamos os mapeamentos do processo de significação do trabalho nas histórias de nossas/os protagonistas, a partir das lentes teóricas da Psicologia Histórico-Cultural de base semiótica (Valsiner, 2001, 2007, 2012). Para tanto, utilizamos como orientadores os conceitos de “culturas coletivas”, “culturas pessoais”, “rupturas”, “bifurcações” e “ambivalências” (Valério, 2013; Valsiner, 2012; Zittoun, 2007; Zittoun, Aveling, Gillespie, & Cornish, 2011).

A partir desses construtos, investigamos em cada trajetória os operadores teóricos “significados culturais do trabalho” e “significados pessoais do trabalho”, aqui propostos como articuladores entre o nosso referencial histórico-cultural e as principais tradições de pesquisa sobre significados do trabalho na Psicologia (eg. Bendassolli, Borges-Andrade, Alves & Torres, 2015; MOW, 1987; Lips-Wiersma & Wright, 2012; Morin, 1997, 2006, 2007; Pinheiro, 2014).

Assim, ao identificar os significados produzidos pelas/os protagonistas sobre o trabalho por intermédio dos referidos operadores, pudemos compreender como conteúdos coletivos e pessoais sobre essa esfera de vida se manifestam e/ou são ressignificados

³⁵ Cabeçalho produzido através da Plataforma CANVA (Canva.com), Plano *EDUCATION* – Elementos utilizados: Coleção “*Youth Day People*,” (Uso Grátis) de autoria de Sketchify.

dialeticamente na dinâmica “cultura ↔ indivíduo ↔ cultura”, considerando as particularidades das trajetórias e experiências de vida.

Conforme o referencial teórico-interpretativo que aqui adotamos, consideramos como essencial a concepção de que a cultura, enquanto via central de mediação semiótica para a produção dos significados, é construída de maneira dinâmica e dialética entre indivíduo e coletividade. Entendemos que as culturas coletivas e pessoais se constituem mutuamente por intermédio do constante processo de internalização-externalização (Valsiner, 2007, 2012), e assim também o fazem os significados do trabalho, por meio da interação dialética entre aspectos coletivos e subjetivos envolvidos no processo de significação dessa esfera de vida (Bendassolli & Gondim, 2014; Rosso, Dekas & Wrzesniewski, 2010; Vigotski, 2001).

Essa importante definição, alinhada à visão de construção do conhecimento da Psicologia Histórico-Cultural, cujo objetivo principal é, segundo Valsiner (2007), “descobrir princípios fundamentais básicos” (p.29), nos instigou a refletir sobre o que há de *fundamental e convergente* entre os processos de significação do trabalho de nossas/os protagonistas, enquanto pessoas trans.

Motivados por essa reflexão, buscamos nesta seção realizar uma *caracterização semiótica do processo de significação do trabalho para as pessoas trans*, a partir da identificação de características gerais, aproximações e similaridades entre as trajetórias de nossas/os protagonistas. Essa proposição vai na direção de uma possível generalização indutiva, justamente por entendermos que a produção de significados integra de maneira inseparável o domínio intrapsicológico (nível subjetivo e individual) e o interpsicológico (nível cultural e coletivo) (Salvatore & Valsiner, 2010; Valério, 2013; Valsiner, 2007, 2012).

Assim, ao realizar uma caracterização semiótica da significação do trabalho nas vivências de pessoas trans, buscamos contribuir com a identificação de aspectos centrais do processo de significação dessa esfera de vida que possam dialogar com as realidades de outras pessoas trans. Acreditamos que essa população, ao partilhar da mesma cultura enquanto via central de mediação, possivelmente também partilha dos vários desafios, potencialidades e anseios expressos nas trajetórias de nossas/os protagonistas.

Para operacionalizar a construção dessa caracterização semiótica, analisamos as convergências entre os processos de significação do trabalho das/os protagonistas, por meio das características das rupturas, bifurcações e ambivalências semióticas mapeadas, dos significados culturais e pessoais produzidos a partir desses marcadores, e das funções semióticas desempenhadas por esses significados nas diferentes trajetórias. O Quadro 4, a seguir, resume e organiza, por protagonista, esses marcadores utilizados como referenciais para caracterização aqui proposta:

Quadro 4. Marcadores centrais dos processos de significação do trabalho das/os protagonistas

Protagonista	Rupturas	Bifurcações → Ambivalências	Significados Culturais do trabalho (SCT)	Significados Pessoais do trabalho (SPT)	Funções semióticas dos significados do trabalho
Amanda	<p>1 – Após transicionar, impedimentos no acesso a postos formais de trabalho;</p> <p>2 – Amanda sofreu uma tentativa de homicídio durante o trabalho na prostituição;</p>	<p>1 – Viver às custas da família (Caminho não seguido) x Trabalhar na prostituição para sobreviver (Caminho seguido) → Conflitos entre culturas pessoais e o trabalho na prostituição (Ambivalência 1);</p> <p>2 – Continuar trabalhando na prostituição (Caminho não seguido) x Engajar-se em empregos informais (Caminho seguido) → Desejo de inserção no mercado de trabalho que constantemente a exclui (Ambivalência 2);</p>	<p>1 – O trabalho é fonte de exclusão, violência e interdições para as pessoas trans;</p> <p>2 – O trabalho formal é o verdadeiro trabalho, fonte de segurança e estabilidade;</p>	<p>1 – O trabalho como caminho para viabilizar a almejada transição;</p> <p>2 – O trabalho precisa ser coerente com os valores e anseios pessoais;</p> <p>3 – O trabalho na formalidade é uma via de validação social da identidade trans e de ocupação de espaços negados;</p>	<p>1 – Adaptação a novas ou desafiadoras circunstâncias de trabalho e de vida;</p> <p>2 – Mobilizar mudanças importantes diante de circunstâncias negativas de vida e de trabalho;</p> <p>3 – Propiciar empoderamento diante de vivências desafiadoras de trabalho e de vida;</p> <p>4 – Amenizar os impactos subjetivos de condições e circunstâncias desafiadoras de trabalho e vida;</p>
Menezes	<p>1 – Menezes decide sair de casa;</p>	<p>1 – Aceitar as imposições familiares e permanecer morando com a mãe (Caminho não seguido) x Começar a trabalhar para se manter morando sozinho (Caminho seguido) → Conflitos entre as restrições impostas pela pandemia e o objetivo de viver do trabalho por conta própria (Ambivalência 2)</p>	<p>1 – O trabalho como via de independência, autonomia e liberdade;</p>	<p>1 – O trabalho como via de distinção identitária e rompimento com expectativas sociais;</p> <p>2 – O trabalho como fonte de integridade, reconhecimento e transformação social;</p>	<p>1 – Adaptação a novas ou desafiadoras circunstâncias de trabalho e de vida;</p> <p>2 – Mobilizar mudanças importantes diante de circunstâncias negativas de vida e de trabalho;</p> <p>3 – Propiciar empoderamento diante de vivências desafiadoras de trabalho e de vida;</p>
Vi	<p>1 – Quando o crescimento de seu trabalho estagnou, Vi decide mudar-se para Natal e cursar Direito em uma universidade privada;</p> <p>2 – A pandemia impacta diretamente o</p>	<p>1 – Diante das dificuldades, retornar para sua cidade-natal (Caminho não seguido) x Trabalhar no ramo do “pré-pago” para ter estabilidade e continuar seus estudos (Caminho seguido) → Conflito entre as representações culturais negativas do trabalho na prostituição e as representações e experiências pessoais de Vi sobre essa inserção (Ambivalência 1);</p>	<p>1 – O trabalho geralmente é sinônimo de obrigação, falta de autonomia e insatisfação;</p> <p>2 – O trabalho formal é geralmente inacessível para pessoas trans, sendo fonte de exclusão e preconceito;</p>	<p>1 – O trabalho como defesa contra os itinerários de exclusão do preconceito transfóbico;</p> <p>2 – A condição de pré-paga como via possível de estabilidade financeira e coerência com os anseios pessoais;</p>	<p>1 – Adaptação a novas ou desafiadoras circunstâncias de trabalho e de vida;</p> <p>2 – Mobilizar mudanças importantes diante de circunstâncias negativas de vida e de trabalho;</p>

Protagonista	Rupturas	Bifurcações → Ambivalências	Significados Culturais do trabalho (SCT)	Significados Pessoais do trabalho (SPT)	Funções semióticas dos significados do trabalho
	trabalho na condição de pré-paga, impondo dificuldades e riscos maiores;	2 – Interromper a atuação como pré-paga (Caminho não seguido) x Continuar trabalhando como pré-paga, adaptando-se às circunstâncias impostas (Caminho seguido) → Conflito entre a demanda de isolamento sanitário e o desamparo estatal às trabalhadoras da prostituição (Ambivalência 2);		3 – É possível e legítimo encontrar satisfação pessoal atuando na prostituição, contanto que seja garantido o exercício de autonomia e gestão de si;	3 – Propiciar empoderamento diante de vivências desafiadoras de trabalho e de vida;
Hugo	1 – Hugo vê-se impedido de vivenciar plenamente sua identidade de gênero;	1 – Esconder de toda a sociedade o fato de que é um homem trans (Caminho não seguido) x Vivenciar sua identidade apenas em espaços sociais específicos, enquanto não se sente seguro para vivenciá-la plenamente (Caminho seguido); → Conflito constante entre o desejo de vivenciar plenamente sua identidade de gênero e o receio de sofrer preconceito e retaliação da família (Ambivalência Transversal);	1 – O trabalho é fonte de independência e autonomia; 2 – O trabalho nos ramos artísticos e culturais é mais acolhedor à diversidade;	1 – O trabalho como via de defesa contra as repercussões do preconceito transfóbico na família e na sociedade; 2 – O trabalho como motorista de aplicativo como fonte simultânea de dificuldades e de validação identitária;	1 – Adaptação a novas ou desafiadoras circunstâncias de trabalho e de vida; 2 – Amenizar os impactos subjetivos de condições e circunstâncias desafiadoras de trabalho e vida;
Sofia	1 – Sofia é expulsa de casa aos 16 anos;	1 – Retornar para um lar que não a acolhia (Caminho não seguido) x Trabalhar na prostituição para sobreviver (Caminho seguido) → Conflito entre referências negativas anteriores sobre o trabalho e as vivências positivas encontradas na formalidade (Ambivalência)	1 – Trabalhar formalmente, para as pessoas trans, implica o risco constante de violências e deslegitimação social; 2 – O trabalho formal é fonte de estabilidade, de credibilidade e de validação social;	1 – O trabalho artístico como via de descoberta, compreensão e expressão da identidade de gênero; 2 – O trabalho na prostituição como forma de vivenciar afetos negados em razão da transfobia na sociedade; 3 – O trabalho na formalidade é uma via de solidariedade, defesa e empoderamento coletivo para a comunidade trans;	1 – Adaptação a novas ou desafiadoras circunstâncias de trabalho e de vida; 2 – Mobilizar mudanças importantes diante de circunstâncias negativas de vida e de trabalho; 3 – Propiciar empoderamento diante de vivências desafiadoras de trabalho e de vida; 4 – Amenizar os impactos subjetivos de condições e circunstâncias desafiadoras de trabalho e vida;

Começaremos pela análise das *rupturas* identificadas nas trajetórias das/os protagonistas, ou seja, eventos críticos (concretos ou simbólicos) que, ao gerar *bifurcações* e consequentes *ambivalências* entre diferentes caminhos que podem ser seguidos, demandam das pessoas a construção semiótica de novos significados e rumos de ação (Valério, 2013; Zittoun, 2009). Nas experiências de nossas/os protagonistas, identificamos uma característica transversal a praticamente todas as rupturas mapeadas: *a sua relação direta com situações de violência e preconceito transfóbicos*.

Dentre essas situações ligadas às rupturas, destacamos a frequente *saída compulsória dos lares familiares*, seja por expulsão motivada pela transfobia (como no caso de Sofia, expulsa de casa aos 16 anos), ou pelo desejo de se distanciar das condutas e posturas preconceituosas dos familiares (como Menezes o fez e Hugo espera um dia fazer). Esse recorrente marco biográfico foi decisivo para uma inserção geralmente precoce no mundo do trabalho, geralmente ainda na adolescência. Outra fonte frequente de rupturas foi a *vivência de dificuldades ou violências em diferentes contextos trabalho*, com eventos que vão desde impedimentos de acesso ao mercado de trabalho formal até situações concretas de violência/violações, como a tentativa de homicídio sofrida por Amanda durante um programa e o desamparo estatal ao trabalho desse grupo durante a pandemia, conforme relatado por Vi.

Já a análise das *bifurcações* geradas por essas rupturas demonstra que o trabalho (seja como atividade concreta ou como expectativa de inserção) comparece na absoluta maioria das trajetórias como *o caminho seguido* pelas/os protagonistas, surgindo assim como uma possível “solução” aos eventos críticos e *ambivalências* vivenciados. Retomemos as rupturas mais frequentes que anteriormente identificamos entre nossas/os protagonistas: diante das saídas compulsórias/expulsões dos lares familiares, o trabalho

(seja na prostituição, em empregos informais ou autonomamente) torna-se sinônimo de sobrevivência, como nos casos de Amanda, Menezes e Sofia. Em face das dificuldades enfrentadas nos diferentes contextos de trabalho (situações de violência, negação de direitos, dificuldades financeiras), procurar novas formas de trabalho e inserção comparece como uma forma de readaptação e resiliência, tal qual nas trajetórias de Vi, Menezes, Amanda e Sofia.

As *ambivalências* mais frequentemente mobilizadas nas trajetórias revelam ter, como elemento comum, divergências semióticas entre *culturas coletivas de caráter transfóbico* e as culturas pessoais das/os protagonistas. Esses conflitos comparecem de maneira marcante em diferentes espaços de vida e de trabalho das/os protagonistas, associadas especialmente às rupturas e bifurcações geradas por situações de transfobia. Um exemplo ilustrativo dessa tendência surge na trajetória de Hugo. No caso desse protagonista, o conflito entre as culturas coletivas transfóbicas que regem seu ambiente familiar (figuras familiares preconceituosas) e o seu desejo de viver abertamente sua identidade de gênero (cultura pessoal) representou um ponto de ambivalência marcante e transversal. Essa contínua ambivalência mediou semioticamente sua decisão de esconder sua verdadeira identidade em casa e em vários outros espaços, apesar do sofrimento gerado por isso. Como uma forma de solucionar essa ambivalência, esse protagonista passou a ver no trabalho o principal caminho não apenas para sair desse contexto familiar repressivo, mas também para poder vivenciar sua identidade de gênero plenamente.

Ao contemplar as rupturas e respectivas bifurcações, os caminhos seguidos e não seguidos, e considerando as ambivalências enfrentadas nas trajetórias de nossas/protagonistas, temos indícios importantes de que o trabalho tende a aparecer nas trajetórias das pessoas trans como uma *resposta*, simultaneamente semiótica e concreta,

às situações-limite e dificuldades geradas pelo preconceito transfóbico em diversos contextos (familiar, escolar, do mercado de trabalho, entre outros). O trabalho, assim, frequentemente torna-se presente *cedo* na vida dessa população, como via imediata de sobrevivência e como forma de evitar o agravamento de violações oriundas da transfobia estrutural à sociedade. Essas características das trajetórias influenciaram também a mobilização/construção dos significados *culturais* e *pessoais* sobre o trabalho por nossas/os protagonistas.

Quando analisamos os *significados culturais do trabalho* produzidos nas trajetórias, observamos três características principais: *a)* eles refletem dois grandes núcleos de significação distintos, sendo o trabalho culturalmente significado tanto como *fonte de exclusão e violações*, quanto de *inclusão e cidadania*; *b)* são estruturados principalmente sobre *culturas coletivas compartilhadas sobre o trabalho dessa população*, acessadas na sociedade em geral e por meio das vivências de outras pessoas trans; e *c)* a maioria dos significados culturais identificados se refere ao trabalho *formal* ou *na formalidade*, mesmo que a maior parte das vivências de trabalho de nossas/os protagonistas tenha sido na *informalidade*.

Acreditamos que a dualidade “exclusão/inclusão” expressa nos significados culturais identificados (característica “a”) indica que a tendência previamente identificada na literatura, de que o trabalho ocupa lugares antagônicos na vida das pessoas trans, reflete-se também nos processos de significação do trabalho desse grupo. Cumpre destacar que esses significados culturais distintos estiveram presentes *ao mesmo tempo* nas trajetórias de alguns dos nossos protagonistas, o que indica o caráter dinâmico e fluido dessas construções semióticas. Dito isso, retomaremos e aprofundaremos, no capítulo 7,

a discussão desse possível duplo papel do trabalho nas trajetórias das pessoas transgêneras.

Ao passo em que a associação entre os significados culturais e as culturas coletivas sobre o trabalho da população trans (característica “b”) já era prevista em nosso modelo teórico-interpretativo (Bendassolli, Borges-Andrade, Alves & Torres, 2015; MOW, 1987, Pinheiro, 2014; Valsiner, 2007, 2012), a centralidade do trabalho formal nos significados identificados (característica “c”) chamou a nossa atenção, posto que nenhuma/um das/os protagonistas estava inserido na formalidade durante nossas entrevistas. Acreditamos que isso pode indicar, do ponto de vista do processo de significação, a prevalência de culturas coletivas gerais que estabelecem o trabalho formal como o “padrão”, o que se alinha com a noção de “cognição social” (Bendassolli & Gondim, 2014) oriunda das tradições dos significados do trabalho, o que torna a formalidade uma referência semiótica coletivamente compartilhada e mais acessível sobre essa esfera de vida.

Além disso, essa caracterização dos significados culturais indica que há uma marcante *expectativa*, internalizada do campo interpsicológico para o intrapsicológico (Valsiner, 2012), de inserção na formalidade que é sistematicamente negada à maioria das/os/es trabalhadores trans. O caráter subjetivo do fator “expectativa” e sua aparente centralidade no processo de significação do trabalho das pessoas trans reflete a importância dos mecanismos psicológicos na definição dos contornos pelos quais o trabalho tem o potencial de se tornar significativo/ter significados (Bendassolli & Borges-Andrade, 2015; Rosso, Dekas & Wrzesniewski, 2010).

Prosseguindo com nossa análise, observamos que, se os significados culturais do trabalho foram mobilizados predominantemente a partir das expectativas laborais de nossas/os protagonistas, os *significados pessoais do trabalho* parecem seguir outra lógica.

Verificamos que esses últimos foram preponderantemente produzidos a partir de *experiências concretas* de trabalho nas trajetórias, sendo frequentemente associados às particularidades do momento de vida e das ocupações das/dos protagonistas. Exemplos dessa característica são os significados pessoais construídos sobre o trabalho no mundo das artes por Menezes, o significado pessoal traçado por Hugo ao redor do trabalho como motorista de aplicativo, e aqueles significados pessoais específicos sobre a atuação como pré-paga elaborados por Vi.

Destacamos que também é no nível dos significados pessoais que comparecem de maneira mais marcante as *especificidades das vivências* das pessoas trans no mundo do trabalho. Cumpre negritar que essa tendência é coerente com o processo contínuo de internalização-externalização que produz culturas pessoais a partir da internalização das culturas coletivas que são reconfiguradas, justamente no campo intrapsicológico, a partir das particularidades e repertórios únicos de cada pessoa (Valério, 2013; Valsiner, 2012). Assim, é de se esperar que os marcadores identitários tão únicos à experiência das pessoas trans (como a relação entre trabalho e transição, identidade de gênero, enfrentamento ao preconceito transfóbico, entre outros) compareçam de maneira importante nesse processamento semiótico por meio do qual os significados do trabalho são produzidos no nível subjetivo.

Entre os significados pessoais produzidos, identificamos duas fontes principais de significação que, de alguma forma, compareceram nas trajetórias de todas/os as/os nossas/os protagonistas. Primeiro, destacou-se a significação do *trabalho como uma proteção contra as violações e interdições impostas pela sociedade às pessoas trans*. Seja ao possibilitar a construção de alternativas de sobrevivência diante do temor ou da concretização da frequente expulsão dos lares familiares (como para Hugo, Vi, Menezes

e Sofia); ou como fonte de empoderamento diante das representações culturais negativas sobre as pessoas trans no mundo do trabalho (conforme buscado por Sofia, Vi, Menezes e Amanda); o trabalho, em diferentes arranjos, foi significado como uma salvaguarda contra diversas dificuldades sociais, econômicas e subjetivas enfrentadas pelas pessoas trans em razão da transfobia na sociabilidade capitalista em que estamos inseridos.

O segundo padrão de significação pessoal mais presente entre as trajetórias foi o do trabalho *como fonte de reconhecimento, validação social e distinção identitária*. Para as/os protagonistas (especialmente nos casos de Amanda, Menezes e Sofia), o trabalho, especialmente em arranjos e ocupações que rompam com os itinerários de exclusão das pessoas trans no mercado laboral, pode propiciar a validação social e o reconhecimento que geralmente são negados pela sociedade a essa população. Para este momento da análise, nos deteremos ao destaque dessa tendência de significação, mas a retomaremos e a aprofundaremos no Capítulo 7, em uma seção dedicada a discutir como essa significação se materializa na busca da população trans por diferentes ocupações e áreas de trabalho.

Prosseguindo com a análise do processo de significação, outras tendências que observamos nesse domínio são em relação às percepções *negativas* e *positivas* associadas ao trabalho, presentes nos significados culturais e pessoais identificados. Os significados do trabalho que expressam visões *negativas* sobre essa esfera de vida (o trabalho como campo de exclusão, impedimentos e preconceito, por exemplo) têm em comum uma mesma gênese nas trajetórias das/os protagonistas: esses significados negativos foram mobilizados semioticamente a partir de *vivências concretas de preconceito e de violência* em diferentes espaços de trabalho, seja por parte das/os próprias/os protagonistas (como as violações sofridas por Amanda e Vi em diferentes contextos laborais), seja de outras

peessoas trans que as/os cercavam e com elas/es compartilharam suas culturas pessoais a esse respeito. Assim, guardam uma relação mais direta *com as vivências concretas* das pessoas trans no mundo do trabalho.

De maneira distinta, os significados que expressam visões *positivas* sobre o trabalho, que representaram a maioria, tendem a ser mobilizados semioticamente menos por experiências concretas, e bem mais por *expectativas* em relação aos benefícios possíveis e desejados de uma inserção futura de trabalho (independência, reconhecimento, estabilidade etc.), especialmente na formalidade que, conforme vimos, atravessa de maneira marcante os significados culturais produzidos. Observamos, assim, que os significados positivos sobre essa esfera de vida refletiram muito mais um ideal de “trabalho desejado” do que concretamente o “trabalho vivido”, reforçando a hipótese anteriormente discutida de que há uma importante associação semiótica entre o trabalho e as expectativas das pessoas trans por dignidade, inclusão e cidadania.

Ainda a esse respeito, percebemos uma tendência interessante no que diz respeito aos significados *negativos* sobre o trabalho que foram *ressignificados* pelas/os protagonistas em determinado ponto de suas trajetórias, originando ou sendo substituídos na centralidade do campo intrapsicológico por significados (culturais e/ou pessoais) *positivos* sobre essa esfera de vida: essa resignificação parece ser favorecida pela *oportunidade de vivências de trabalho positivas*.

Um exemplo dessa tendência na transformação de significados negativos em positivos aparece na trajetória de Sofia. A partir do difícil período de sua vida em que precisou trabalhar na prostituição para sobreviver depois de ser expulsa de casa, e do receio de sofrer transfobia nas tentativas de acessar o mercado formal, o significado cultural do trabalho como fonte de exclusão e violência compareceu como central por

muito tempo em sua trajetória. Entretanto, ao internalizar outros referenciais semióticos opostos aos primeiros (que passaram a ter valência negativa no processo de significação), mediada justamente pela oportunidade de vivenciar uma inserção laboral positiva trabalhando em um salão (ambiente de trabalho inclusivo, acesso à renda e capacitação, entre outros), essa protagonista ressignificou positivamente o trabalho como uma fonte possível de dignidade, inclusão e cidadania, passando a ser esse o principal referencial semiótico mediador de sua relação com essa esfera de vida.

Outro exemplo muito importante de ressignificação vem da trajetória de Vi: a partir de sua empoderada experiência de autonomia e satisfação pessoal no trabalho como pré-paga, a qual lhe forneceu referenciais semióticos positivos sobre essa ocupação (quando antes dispunha apenas de repertórios negativos), essa protagonista foi capaz de opor-se semioticamente às culturas coletivas negativas amplamente compartilhadas sobre o trabalho na prostituição, construindo significados positivos sobre a experiência em uma ocupação geralmente representada culturalmente por marcadores de exclusão e julgamento moral.

Esse movimento semiótico realizado por Sofia, Vi e pelas/os demais protagonistas para produzir significados positivos para o trabalho a partir de outros anteriormente negativos, especialmente através da vivência de experiências percebidas como positivas, exemplifica perfeitamente o *Modelo Bidirecional de Reconstrução Cultural* (Valsiner, 2007, 2012). Por meio do *continuum* internalização-externalização, as pessoas são transformadas e transformam o repertório cultural que medeia semioticamente a sua construção de significados. Identificamos que foi justamente esse o recurso semiótico que apareceu com maior frequência no centro do processo de significação do trabalho nas

trajetórias de nossas/os protagonistas, especialmente na transformação de significados negativos em positivos.

Por fim, consideramos essencial refletir sobre as principais funções semióticas desempenhadas pelos significados construídos por nossas/os protagonistas em suas trajetórias. Guardadas as especificidades de cada experiência, observamos que os significados produzidos cumpriram 4 (quatro) funções principais nas trajetórias de vida e de trabalho mapeadas. Primeiro, destacamos a função de *promover adaptação a novas ou desafiadoras circunstâncias de trabalho e de vida*: os significados construídos pelas/os protagonistas recorrentemente mediaram semioticamente as suas permanências, quando necessárias em razão de motivações maiores (como a sobrevivência), em contextos de trabalho que impunham desafios e riscos. Um exemplo ilustrativo vem da trajetória de Amanda: ao significar o trabalho como uma via de alcançar a sua transição fenotípica, essa protagonista foi capaz de permanecer trabalhando e construir experiências positivas em seu primeiro emprego até o encerramento previsto para aquele vínculo, mesmo em um espaço de trabalho marcado por diversas culturas transfóbicas, alcançando assim o seu objetivo de iniciar a sua reconstrução corporal com a renda obtida;

Outra função semiótica desempenhada pelos significados do trabalho nas trajetórias das pessoas trans foi a de *mobilizar mudanças importantes diante de circunstâncias negativas de vida e de trabalho*: diante das bifurcações impostas pelos pontos de ruptura nas trajetórias, os significados construídos sobre o trabalho frequentemente mediaram semioticamente a escolha de caminhos que representavam, para nossas/os protagonistas, o distanciamento de condições de sofrimento e interdições. Por exemplo, no ponto de culminância do sofrimento subjetivo de Menezes, causado pelo ambiente familiar transfóbico e conflituoso, o significado do trabalho como uma via de

independência, autonomia e liberdade mediou a sua decisão de sair de casa e buscar uma inserção profissional para se afastar do contexto que, naquele momento, era inóspito para ele enquanto homem trans;

O processo de significação do trabalho também favoreceu *empoderamento diante de vivências desafiadoras de trabalho e de vida*, exercendo o importante papel de empoderar as/os protagonistas quando defrontadas/os com dificuldades de diferentes naturezas e dimensões que as/os impactaram diretamente. Diante das restrições impostas pela pandemia global do COVID-19 que impactaram diretamente o trabalho como pré-paga, os significados positivos construídos por Vi sobre essa ocupação a empoderaram não apenas para encontrar formas de continuar exercendo-o (como priorizar shows virtuais, por exemplo), mas também para militar em prol da proteção estatal a essas trabalhadoras/res neste momento tão difícil.

Por fim, destacou-se o papel semiótico dos significados do trabalho na *amenização dos impactos subjetivos de condições e circunstâncias desafiadoras de trabalho e vida*: o acionamento dos significados do trabalho como filtros semióticos, em pontos críticos das trajetórias, exerceu também a função de diminuir o impacto afetivo e subjetivo que condições difíceis de trabalho e de vida poderiam exercer sobre as/os protagonistas. Como um marcante exemplo dessa função, temos a trajetória de Hugo: diante do impedimento da vivência plena de sua identidade de gênero em razão do receio de retaliação familiar (como expulsão de casa), esse protagonista mobiliza continuamente o significado do trabalho como a fonte de independência e autonomia futuras (que lhe permitirão um dia ser ele mesmo em todos os espaços) como um recurso semiótico para não se deixar abater pelo desgastante exercício de esconder sua transgeneridade da família

– ao pensar nessas circunstâncias como *temporárias* e superáveis por meio do trabalho, esse protagonista consegue amenizar o sofrimento advindo desse contexto.

Dentre desse rol de funções semióticas desempenhadas pelos significados do trabalho nas trajetórias de nossas/os protagonistas, as duas mais frequentes foram a de *promover adaptação* e a de *amenizar os impactos subjetivos* diante das condições e circunstâncias desafiadoras que marcam os itinerários de vida e de trabalho das pessoas trans. Esse é um indicativo de que o processo de significação do trabalho, na realidade desse grupo, mobiliza recursos semióticos importantes não apenas para o enfrentamento das adversidades impostas à população trans em nossa sociedade de trabalho, mas para a preservação de sua integridade subjetiva e afetiva em suas trajetórias de vida e de trabalho.

Feitas essas considerações, elaboramos o Quadro 5 para resumir e organizar os principais achados da análise realizada na presente seção, em que buscamos identificar os princípios fundamentais de uma caracterização semiótica do processo de significação do trabalho para pessoas transgêneras, a partir das trajetórias de nossas/os protagonistas.

Quadro 5. Princípios fundamentais do processo de significação do trabalho entre pessoas trans

Princípios fundamentais do processo de significação do trabalho na trajetória de pessoas trans				
RUPTURAS	BIFURCAÇÕES/ AMBIVALÊNCIAS	SIGNIFICADOS CULTURAIS DO TRABALHO	SIGNIFICADOS PESSOAIS DO TRABALHO	FUNÇÕES SEMIÓTICAS DOS SIGNIFICADOS
<u>Princípio fundamental:</u> Eventos relacionados a violações e preconceito transfóbicos	<u>Princípio fundamental:</u> O trabalho/trabalhar como mediador dos caminhos seguidos / Conflitos semióticos com culturas coletivas transfóbicas;	<u>Princípio fundamental:</u> Construídos principalmente a partir de culturas coletivas de outras pessoas trans e de representações culturais gerais sobre o trabalho;	<u>Princípio fundamental:</u> Produzidos principalmente a partir de experiências concretas de trabalho e de características das ocupações das pessoas trans;	<u>Princípio fundamental:</u> Promover adaptação e amenizar os impactos subjetivos diante dos desafios que marcam os itinerários de vida e de trabalho das pessoas trans
Expulsão/Saída de casa em razão da transfobia (evento recorrente de ruptura)	Caminhos não seguidos marcados por circunstâncias de sofrimento/violações;	O trabalho significado simultaneamente como campo de exclusão e de inclusão;	O trabalho significado principalmente como via de proteção contra as violações transfóbicas e como fonte de reconhecimento e validação;	Promover adaptação a novas ou desafiadoras circunstâncias de trabalho e de vida; Mobilizar mudanças importantes diante de circunstâncias negativas de vida e de trabalho
Vivência de violências ou dificuldades em contextos de trabalho;	Trabalhar como via de não retornar a/permanecer em condições desfavoráveis (caminhos não seguidos);	Predominância do “trabalho desejado” sobre o “trabalho vivido” no processo de significação;	Maior relação entre o trabalho e as especificidades das vivências trans (transição, identidade, preconceito etc.)	Propiciar empoderamento diante de vivências desafiadoras de trabalho e de vida
		SIGNIFICADOS POSITIVOS ↔ NEGATIVOS		Amenizar os impactos subjetivos de condições e circunstâncias desafiadoras de trabalho e vida
		<u>Significados positivos:</u> prevalência das expectativas sobre os benefícios advindos do trabalho;	<u>Significados negativos:</u> mobilizadas semioticamente a partir de vivências concretas de preconceito e de violência em diferentes espaços de trabalho;	
		Transformação de significados negativos em positivos através de experiências laborais positivas, favorecendo uma <i>reconstrução cultural bilateral</i> (Valsiner, 2007, 2012)		

Retomando as análises realizadas no decorrer desta seção, podemos caracterizar, de um ponto de vista semiótico, a significação do trabalho nas trajetórias de pessoas transgêneras a partir dos seguintes princípios:

1. As rupturas vivenciadas pelas pessoas trans em suas trajetórias são especialmente motivadas por *situações de preconceito e violência transfóbicas*, estabelecendo bifurcações e ambivalências contínuas que demandam uma inserção muitas vezes urgente e precoce (geralmente ainda durante a infância e adolescência) no mundo do trabalho;
2. O trabalho, assim, comparece nas trajetórias como mediador semiótico e concreto tanto da busca por sobrevivência pelas pessoas transgêneras, quanto do distanciamento ou não-retorno a contextos e situações que implicam sofrimentos e violência transfóbicos;
3. A construção de significados sobre essa esfera de vida é pautada pela interação constante entre referenciais semióticos culturais (culturas coletivas partilhadas por outras pessoas trans e pela sociedade em geral) e pessoais (culturas pessoais oriundas de experiências subjetivas e marcos biográficos) por intermédio do *continuum* internalização-externalização (Valsiner, 2012).
4. Nessa construção dinâmica, os significados *culturais* do trabalho comparecem nas trajetórias das pessoas transgêneras associados, ao mesmo tempo, às *dificuldades e interdições* enfrentadas por esse grupo no mundo do trabalho, e às *expectativas positivas de inserção no mercado formal* (geralmente negada à população trans) como via de inclusão social e cidadania. Assim, do ponto de vista cultural, o trabalho comparece

semioticamente tanto como via de *exclusão* quanto de *inclusão* nos processos de significação das pessoas trans;

5. Os significados *pessoais* do trabalho, por sua vez, são construídos a partir da internalização e da reconfiguração desses referenciais culturalmente compartilhados sobre o trabalho por meio, principalmente, do filtro semiótico das *especificidades das vivências identitárias e das ocupações* das pessoas trans, sendo mediados especialmente pelas *experiências concretas* de trabalho vividas nas trajetórias. Nesta perspectiva subjetiva, o trabalho é significado principalmente como uma via de *defesa contra a transfobia* e como uma fonte de *reconhecimento social e validação identitária*;
6. Nesse dinâmico processo de significação, os significados *positivos* sobre o trabalho possuem um marcante elemento de *expectativa* de vivências e repercussões também positivas advindas do trabalho almejado em diferentes ocupações, enquanto a significação *negativa* dessa esfera de vida é amparada principalmente em *experiências concretas* de trabalho também negativas.
7. Essas valências positivas ou negativas dos significados não são estáticas: significados negativos podem originar significados positivos na trajetória das pessoas trans através do processo semiótico de internalização-externalização, especialmente por *vivências laborais positivas* que favorecem a ressignificação do trabalho por meio da *reconstrução cultural bilateral* (Valério, 2013; Valsiner, 2012);
8. Os significados culturais e pessoais do trabalho construídos pelas pessoas trans exercem *funções semióticas* importantes em suas trajetórias de vida e de trabalho, mediando a adaptação a circunstâncias desafiadoras, amenizando

impactos subjetivos de vivências negativas (incluindo as de cunho transfóbico), também favorecendo a mudança ativa de circunstâncias que implicam ambivalências e sofrimentos e diferentes instâncias de empoderamento individual e coletivo.

A Figura 13, a seguir, sintetiza e ilustra a caracterização semiótica estruturada a partir das relações entre os referidos princípios fundamentais do processo de significação do trabalho nas trajetórias das pessoas transgêneras:

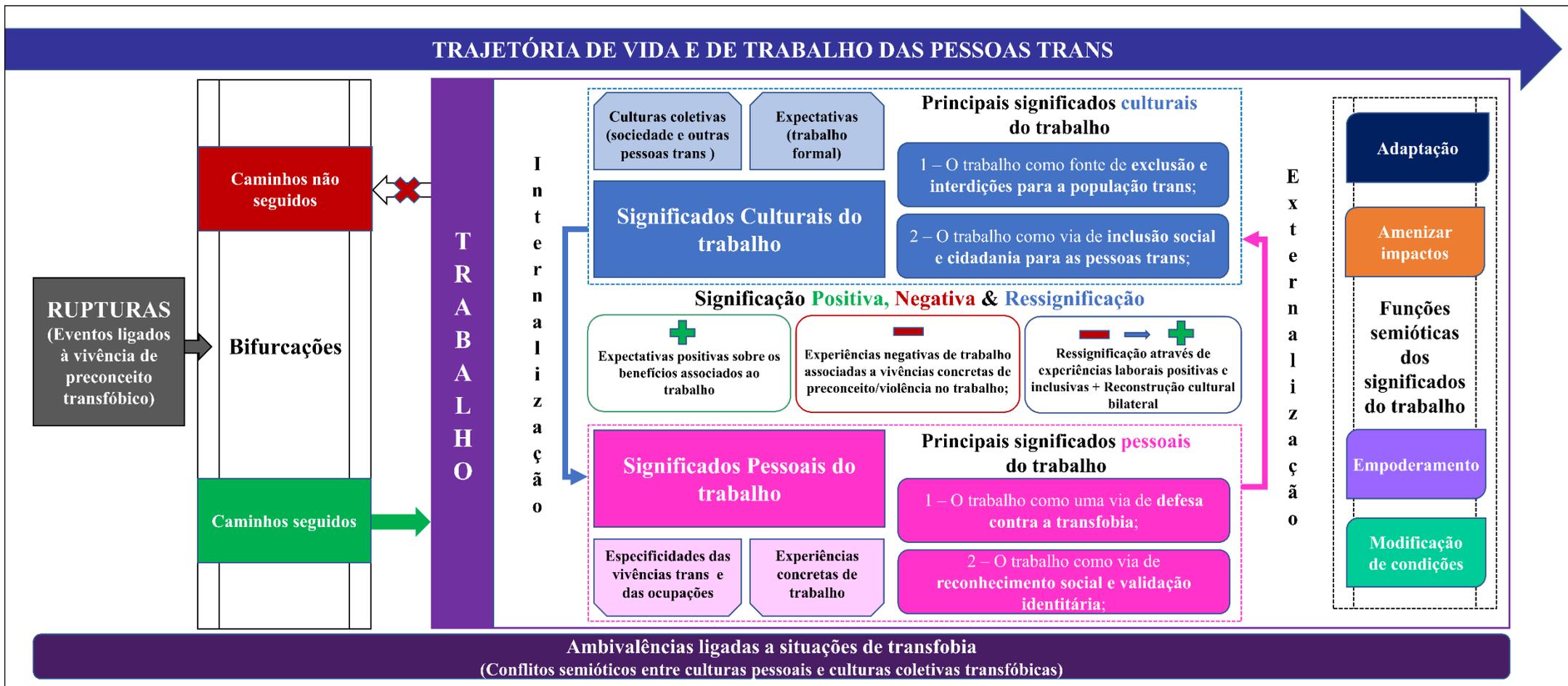


Figura 13. Caracterização semiótica do processo de significação do trabalho nas trajetórias de pessoas transgêneras

Para além da caracterização semiótica que busca se aproximar da dinâmica significação do trabalho nas trajetórias das pessoas trans, consideramos essencial abordar importantes discussões ensejadas pelos significados do trabalho nas vivências dessa população. Nesse sentido, o capítulo seguinte traçará, a partir dos significados culturais e pessoais do trabalho identificados nas trajetórias de nossas/nossos protagonistas, reflexões transversais sobre como esses se conectam a atravessamentos socioculturais, político-econômicos e identitários na realidade desse grupo.

CAPÍTULO 7 – REFLEXÕES TRANSVERSAIS SOBRE O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO NAS TRAJETÓRIAS DE PESSOAS TRANS

O mapeamento do processo de significação do trabalho nas trajetórias de nossas/os protagonistas a partir das diferentes rupturas, bifurcações e ambivalências semióticas enseja importantes reflexões sobre as vivências das pessoas trans na esfera de vida laboral. No presente capítulo, que corresponde ao segundo eixo de análise apresentado anteriormente na seção “Procedimentos de análise”, traçaremos diálogos possíveis entre as principais temáticas que emergem da análise dos significados do trabalho identificados e possíveis determinantes do contexto socio-histórico-cultural.

Para operacionalizar este eixo de análise, partimos das aproximações e convergências entre os significados do trabalho produzidos por nossas/os protagonistas, analisadas no capítulo anterior, buscando reconhecer temas transversais aos processos de significação de nossas/os protagonistas. Como resultado dessa etapa analítica, identificamos núcleos temáticos de significação que, acreditamos, nos permitem traçar reflexões transversais na direção de responder nossas questões de pesquisa.

É importante frisar que os núcleos identificados e discutidos a seguir não esgotam as possibilidades discursivas associadas aos significados produzidos pelas pessoas trans sobre o trabalho, mas apontam rumos e debates importantes sobre relações e multideterminações entre o trabalho e as vivências dessa população. Nessa perspectiva, partimos desses núcleos temáticos para traçar reflexões e discussões sobre os atravessamentos sociais, culturais e históricos que permeiam o processo de significação do trabalho das pessoas transgêneras, à luz da literatura sobre o trabalho da população trans, sobre os significados do trabalho na Psicologia, e das importantes reflexões pautadas a esse respeito pelo Transfeminismo. Buscamos, assim, atender o nosso último

objetivo específico (III. “*Discutir o processo de significação do trabalho nas vidas trans a partir das especificidades do contexto sócio-histórico e seus determinantes, integrando referenciais teóricos da Psicologia e do Transfeminismo.*”).

7.1. Trabalho e corporeidade trans

Um primeiro tema transversal que nos chama a atenção é a relação entre *trabalho e corporeidade trans*, que compareceu de maneira mais direta na trajetória de Amanda (no significado pessoal do “trabalho como caminho para viabilizar a almejada transição”), mas foi mencionada diversas vezes nos relatos das/os demais protagonistas, especialmente ao falarem sobre as expectativas, dificuldades e estratégias envolvidas em seus processos de transição fenotípica. Antes de adentrar as discussões sobre esse tema, precisamos primeiro lembrar que o desejo de (re)construção dos caracteres físicos não é um componente obrigatório da vivência da transgeneridade. Afinal, muitas pessoas trans não sentem a necessidade de modificar seus corpos para vivenciar plenamente seus gêneros identitários.

Entretanto, nos casos de pessoas trans como as/os nossas/os protagonistas, o desejo de realizar mudanças corporais implica se submeter a procedimentos estéticos e cirúrgicos que demandam custos financeiros elevados. Numa economia capitalista, a principal via de acesso à renda que permitiria custear tais procedimentos é o trabalho (Marinho, 2018), campo vital em que as pessoas trans enfrentam inúmeras dificuldades, conforme discutimos no decorrer desta tese. Assim, podemos dizer que o trabalho assume um lugar central na construção da corporeidade trans na medida em que *modula* o acesso a esses procedimentos por intermédio da venda da força de trabalho das pessoas trans.

Essa modulação tem duas principais facetas. A primeira delas, ideal e menos recorrente, se manifesta através do trabalho (formal ou informal) que viabiliza retribuições pecuniárias suficientes para que as pessoas trans possam se submeter a procedimentos e tratamentos de reconstrução corporal seguros, com profissionais capacitados e em condições adequadas. A outra faceta dessa relação é imensamente preocupante e, infelizmente, a mais comum: pelas condições precárias de acesso ao trabalho e renda, muitas pessoas trans terminam recorrendo a procedimentos e tratamentos clandestinos para viabilizar as alterações corporais desejadas.

Aplicação de silicone industrial e outras substâncias não-seguras como óleo de cozinha e até mesmo cimento/concreto, uso de hormônios sem acompanhamento médico, procedimentos realizados por pessoas sem as certificações/formações mínimas e em condições de higiene precárias, fazem parte da dura realidade das pessoas trans que, sem acesso a trabalho e segurança financeira, seguem na busca de tornar seus corpos coerentes com seus gêneros (Santos, 2014; Mazaro & Cardin, 2017; Teixeira, 2009). Na literatura nacional, identificamos poucos estudos que discutem mais detidamente o lugar do trabalho nesse processo (eg. Nascimento, 2014; Nogueira & León, 2012;).

Ainda a esse respeito, devemos lembrar que o Processo Transexualizador do SUS (apresentado no capítulo 1) preconiza a oferta pública e gratuita dos acompanhamentos médicos e psicossociais necessários para a realização segura da transição das pessoas trans brasileiras. Entretanto, o acesso a essa política de saúde é extremamente restrito em razão dos inúmeros pré-requisitos burocráticos e médicos, sendo esses últimos materializados ainda na lógica da patologização das identidades trans, pois exige-se um “diagnóstico” formal orientado pelos manuais nosológicos. Diante disso, é urgente que

atentemos para a importância do trabalho nos processos relativos à corporeidade e, por conseguinte, à própria saúde da população trans.

Esse entendimento situa o acesso ao trabalho e à renda dignos como bases para processos seguros de transição (em especial para a grande parte da população trans que não consegue acessar as políticas de saúde específicas), e consequentemente, também como uma via de *promoção à saúde* das pessoas trans. Para além de construir alternativas aos procedimentos clandestinos de reconstrução corporal, o acesso ao trabalho pode facilitar outros cuidados importantes para a saúde desse grupo, como exames de rotina, acompanhamento psicoterápico e psicossocial.

Outra importante discussão ensejada pela significação do trabalho a partir de sua relação com a corporeidade trans reside na influência das estruturas de dominação do capitalismo, especialmente o racismo e o machismo, sobre a construção de um “ideal” de corpos trans, ao redor do qual se estruturam normativas de negação do acesso ao mercado formal. Segundo Wesp e colaboradores (2019), o racismo estrutural é uma das formas de dominação que mais afeta as pessoas trans nas sociedades capitalistas, conferindo à branquitude uma série de privilégios que são negados à população trans não-branca.

Um importante exemplo de interdições laborais impostas pelo racismo e machismo estruturais aos corpos trans não-brancos vem do levantamento realizado pelo *NTDS* (2017): entre as pessoas trans trabalhadoras sexuais que participaram da pesquisa, a maioria daquelas não-brancas e mulheres (negras, latinas, asiáticas e indígenas) sobreviviam em atividades informais e marginalizadas, enquanto uma porcentagem bem menor da população transfeminina branca precisou recorrer às mesmas atividades como forma de subsistência. Dado semelhante é indicado por James e colaboradores (2016) e

Sevelius (2011), que identificaram em suas pesquisas maiores taxas de discriminação contra mulheres trans não-brancas no mundo do trabalho e na sociedade em geral.

Atena de Beauvoir (2020) e Valentine (2019), autoras trans e transfeministas brasileiras, apresentam importantes reflexões sobre os contornos da relação entre racismo, machismo e transfobia que incide sobre os corpos trans na sociedade brasileira. Beauvoir (2020), em seu impactante texto “Entre a transfobia espada e a branquitude escudo”, reflete sobre como o privilégio da branquitude lhe concede um “escudo” simbólico contra algumas violências transfóbicas que vitimam mais intensamente outras mulheres trans que, diferentes dela, não são brancas. Um dos campos em que a proteção da branquitude opera é, segundo a autora, o profissional. Segundo essa autora, o privilégio da branquitude contribui com o seu reconhecimento profissional na área da literatura enquanto escritora trans, reconhecimento esse muitas vezes indisponível para escritoras trans negras, por exemplo.

Já Valentine (2019), mulher trans e negra, denuncia que a supremacia da branquitude molda os referenciais sociais de “feminilidade” a partir de mulheres cisgênero brancas: para ser “passável” em nossa sociedade, uma mulher trans precisaria ter atributos físicos e comportamentais que espelhem os de mulheres cis e brancas. Esse ideal de passabilidade construído sobre a branquitude cisgênera coloca as mulheres trans pretas num lugar de maior vulnerabilidade, posto que divergem fundamentalmente das regras estéticas impostas à vivência do gênero identitário.

Acreditamos que a primazia da branquitude apontada por Beauvoir (2020) e a expectativa de passabilidade branco-centrada denunciada por Valentine (2019) contribuem diretamente com as barreiras enfrentadas pelas pessoas trans no mercado de trabalho, especialmente no caso das mulheres trans não-brancas, como as nossas

protagonistas Amanda, Vi e Sofia. Essa noção ajuda a compreender por que mulheres trans não-brancas enfrentam interdições ainda mais contundentes no mundo do trabalho, e indica a importância de reconhecer e combater as manifestações do racismo e machismo estruturais nas diferentes realidades laborais vivenciadas pela população trans.

7.2. A busca do trabalho em diferentes ocupações como fonte de validação social, reconhecimento e distinção identitária para as pessoas trans

Conforme destacamos na seção 6.6, outra temática que se sobressai entre os significados (especialmente entre os pessoais) produzidos por nossas/os protagonistas é a busca das pessoas trans por *validação social, reconhecimento e distinção identitária através do trabalho*. Esse subtema comparece em praticamente todas as trajetórias conosco compartilhadas, especialmente nas de Amanda (“O trabalho na formalidade é uma via de validação social da identidade trans e de ocupação de espaços negados”) e Menezes (“O trabalho como via de distinção identitária e rompimento com expectativas sociais”).

Essa significação nos remete a achados tanto da literatura sobre o trabalho da população trans, quanto das tradições de pesquisa sobre significado do trabalho. Quanto à primeira, estudos como os de Cardoso e Ferro (2012), Nogueira e Léon (2012), e Teixeira (2008) indicam uma valoração positiva do trabalho como fonte de autonomia e (re)afirmação identitária, mesmo diante de condições adversas impostas em contextos de trabalho como a prostituição (Assis, Soares & Motta, 2018; *Global Network of Sex Work Projects*, 2014). Vários outros estudos como os de Almeida e Vasconcellos (2018), Busin (2015), Marinho (2016) e Rondas (2012) corroboram com o papel central do trabalho,

especialmente em contextos de maior formalidade, para a garantia de direitos, cidadania, reconhecimento social e inserção das pessoas trans em redes de sociabilidade.

Nas tradições de pesquisa sobre significação do trabalho em Psicologia, esse eixo de significação ressoa com os achados de modelos tradicionais de significados do trabalho como o do MOW (1987), que têm como um dos construtos principais os resultados e objetivos valorizados no trabalho a partir do atendimento de necessidades e expectativas individuais dos trabalhadores (Pérezgonzales, 2015); e nas tradições dos sentidos do trabalho, com modelos como os de Morin (1997, 2006, 2007) e Steger, Dik e Duffy (2012), que preconizam entre suas dimensões a harmonia entre indivíduo, vida pessoal e atividades de trabalho realizadas como fonte de sentido para o trabalho.

A valorização desses elementos como fonte de significação para o trabalho também corresponde, nas tradições de pesquisa dos sentidos e significados do trabalho em Psicologia, simultaneamente, às dimensões individual e social do trabalho com sentido, identificadas no estudo de Oliveira, Piccinini, Fontoura e Schweig (2004). Na dimensão individual, o potencial do trabalho de ser dotado de sentido viria da coerência com os desejos pessoais, da capacidade de proporcionar autonomia e desenvolvimento. Já na dimensão social, o reconhecimento e a valorização sociais são as principais fontes de sentido para o trabalho (Oliveira et al., 2004).

Conforme observam Tolfo e Piccinini (2007), essas dimensões corroboram também com os modelos do trabalho com sentido de Antunes (2000) e Morin (2001). Entretanto, consideramos essencial demarcar que as determinações dessas dimensões, no caso das pessoas transgêneras, são distintas daquelas das populações dos referidos estudos, majoritariamente cisgêneras, inseridas em cargos formais e em ambientes organizacionais mais tradicionais. A análise das trajetórias de nossas/os protagonistas

indica que as dimensões individual e social do trabalho, no caso das pessoas trans, são determinadas em grande medida pelas repercussões da transfobia estrutural: a autonomia, a independência, o reconhecimento e validação sociais esperados do trabalho têm a importante função de proteger essas pessoas das violações e interdições transfóbicas na sociedade.

Essas particularidades dos atributos valorativos pessoais/subjetivos no processo de construção de significados para o trabalho oferecem um direcionamento importante para a compreensão de como a (re)construção de significados está intimamente relacionada às expectativas das pessoas trans sobre essa esfera de vida. Nessa direção, é essencial integrar a essa reflexão uma série de outras especificidades importantes das vivências trans no mundo do trabalho.

Como exemplos dessas especificidades que afetam de maneira particular as vivências laborais de trabalhadoras e aos trabalhadores trans, temos o preconceito transfóbico que via de regra dificulta o acesso ao mercado de trabalho (tanto formal quanto informal) (Almeida & Vasconcellos, 2018; Moura & Lopes, 2014; REDE TRANS, 2017); a exacerbação dos riscos psicossociais e à integridade física e mental, inerentes às vivências na informalidade (especialmente no trabalho sexual) (Pedra, Souza, Rodrigues & Silva, 2018; Jesus, 2010; Teixeira & Porém, 2019); e a abjeção que recai sobre os corpos trans não-conformativos na sociedade de trabalho (Bento & Pelúcio, 2012; Souza, 2019; França, 2018). Esses atravessamentos, é sempre essencial lembrar, são agravados pelas opressões interseccionais de raça, gênero e classe estabelecidas na sociabilidade capitalista estruturalmente transfóbica.

Em vista disso, acreditamos que esses marcadores também medeiam semioticamente a busca (expressa nas trajetórias de nossas/os protagonistas e nos

significados nelas produzidos) pelo rompimento com itinerários sociais impostos às pessoas trans no mundo do trabalho, especialmente pela inserção tantas vezes compulsória no trabalho sexual. A principal e mais recorrente representação cultural advinda desse cenário é a de que ser trans é sinônimo de trabalhar na prostituição. Conforme vimos no capítulo 2, essa associação é tão sedimentada no repertório cultural do nosso país que, pelo menos até 2008, “travesti” aparecia como sinônimo de “prostituta” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho (Malcdowell, 2008).

Estudos como os de Davi e Bruns (2005, 2017), Soliva (2018, 2019) e Patrício (2012) apontam, entre as pessoas trans por eles entrevistadas, a busca por inserções profissionais em outras áreas laborais como uma estratégia de rompimento com as experiências e representações negativas associadas à prostituição e, “automaticamente”, também às identidades trans. No cenário de busca por outras possibilidades de inserção laboral, identificamos entre os significados produzidos por nossas/os protagonistas a percepção de que há ramos e ocupações específicas de trabalho, fora do trabalho sexual tantas vezes compulsório, que são mais acolhedores às pessoas trans.

Dentre esses, destaca-se o campo do *trabalho artístico*, ao redor do qual gravitam as culturas coletivas amplamente compartilhadas sobre a elevada presença de pessoas LGBTIA+ no mundo das artes. Alinhados a esses referenciais culturais coletivos, os significados e expectativas expressos nas trajetórias de Hugo (“O trabalho nos ramos artísticos e culturais é mais acolhedor à diversidade”), Sofia (“O trabalho artístico como via de descoberta, compreensão e expressão da identidade de gênero”) e Menezes (que busca se estabelecer no mundo das artes, apesar dos desafios enfrentados) indicam que o trabalho artístico é semioticamente percebido como um campo laboral mais receptivo

para a população transgênera e, portanto, poderia favorecer o reconhecimento e validação sociais almejados por esse grupo em nossa sociedade.

A partir do levantamento teórico apresentado nos capítulos iniciais desta tese, nos parece que ainda é reduzido o número de estudos dedicados às vivências das pessoas trans no mundo das artes, especialmente considerando a literatura nacional. Nessa seara, destacamos dois trabalhos de Soliva (2018, 2019), que realizam um importante resgate histórico sobre como o trabalho de travestis brasileiras no mundo das artes, especialmente entre as décadas de 1960 e 1980, foi central para a própria construção da travestilidade como categoria identitária em nosso país (Soliva, 2018).

Os famosos e grandiosos “shows de travestis” *International Set* e *Les Girls*, segundo esse mesmo autor, foram essenciais para levar ao grande público o reconhecimento da existência de performatividades de gêneros que transcendiam os marcadores tradicionais de “homem” e “mulher”, e através disso, foi constituída a ideia de “travesti profissional” como uma distinção identitária e social consolidada pela mediação do trabalho artístico (Soliva, 2019). O trabalho de Busin (2015) junto a mulheres trans e travestis brasileiras, relata que o trabalho artístico, assim como para nossa protagonista Sofia, teve um papel importante em seus processos identitários de autorreconhecimento como pessoas transgêneras, por meio do acolhimento à possibilidade de performar o gênero com o qual se identificavam antes de poder vivenciá-los plenamente.

Embora esses indicativos da literatura apontem que o mundo das artes é, de fato, um campo de trabalho mais receptivo às pessoas trans, exercendo inclusive um papel central na construção, vivência e expressão das identidades trans, é essencial atentar para processos de invisibilização que persistem também nesse ramo. Segundo o importante

relato de **Rosa Luz**, travesti, multiartista (trabalhando com canto, composição e artes visuais) e ativista LGBTQIA+, em entrevista à Zaum - Revista de Fotografia (2020³⁶), é essencial que o trabalho das pessoas trans no mundo das artes seja melhor reconhecido e devidamente valorizado:

Eu conheço muitas artistas que são pessoas trans, travestis ou não-binárias. E nós estamos produzindo em todas as áreas. O problema é que historicamente nunca fomos visibilizadas. Está para além das exposições e ainda acredito que o espaço para as pessoas trans e negras nas artes é pouco e insuficiente. Estou falando de uma reparação histórica que dê conta da nossa expectativa de vida, que gira em torno dos 36 anos. Ainda tem muito trabalho para ser feito. (Rosa Luz, 2020, in Revista Zaum)

No ensejo dessa discussão sobre a busca de reconhecimento e validação social por intermédio do trabalho, consideramos importante também atentar para outras áreas profissionais para as quais convergem as pessoas transgêneras, como o *ramo da beleza e estética* (Bonfim, 2009; Lourenço, 2009). A inserção profissional como cabeleireiras, maquiadoras e esteticistas aparece não só na trajetória de nossas protagonistas Vi e Sofia, mas em uma série de pesquisas como um caminho seguido ou almejado por pessoas trans brasileiras (eg. Almeida & Vasconcellos, 2019; Busin, 2015; Rondas, 2012; Rondas & Machado, 2015; Silva, 2012; Teixeira Silva, 2013).

Destacamos também outro tipo de ocupação que parece ser percebida como mais receptiva e desejável pelas pessoas trans, ecoando nas trajetórias de nossas/os protagonistas a busca por validação e distinção identitária, especialmente nos relatos de Menezes, Hugo e Sofia: o *trabalho autônomo* como ideal de inserção laboral. Para esses protagonistas, ter e gerenciar o próprio negócio é estabelecido como o principal plano de

³⁶ **A artista Rosa Luz e a representação trans no mundo das artes.** (2020). Publicação acessível em: <https://revistazum.com.br/entrevistas/rosa-luz/>

carreira, e em suas trajetórias isso possui uma relação importante com a vivência de suas identidades de gênero.

Para além da maior autonomia associada a esse tipo de trabalho, é possível perceber que, apesar dos vários desafios e da precarização inerente a esse vínculo na atual conjuntura da sociabilidade capitalista (Coelho-Lima, 2016), o trabalho por conta própria é entendido por nossas/os protagonistas como “mais seguro” para as pessoas, pois não só as coloca no centro da gestão do fazer laboral (inibindo assim a temida figura do “patrão transfóbico”), mas diminui as chances da convivência compulsória com pessoas e ambientes de trabalho transfóbicos. Isso revela que o temor de sofrer transfobia perpassa a relação semiótica das pessoas trans com o trabalho, incluindo até mesmo com os contextos de maior formalidade, dos quais se poderia esperar, supostamente, mais segurança.

Ao passo em a inserção das pessoas trans no ramo da estética e em trabalhos por conta própria (de forma a romper com o itinerário da prostituição compulsória) representa um passo importante para o reconhecimento e para a inclusão social desse grupo, autores como Bonfim (2009) e Lourenço (2009) denunciam que essa inserção também pode ocultar contornos de compulsoriedade, na medida em que o mercado restringe o acesso das/dos trabalhadoras/es trans a poucas e específicas áreas. Essas áreas, conforme problematiza Silva (2012), tendem a ser caracterizadas por um marcante recorte de gênero (ocupações consideradas socialmente como femininas) e pela reduzida valorização social, configurando muitas vezes atividades precarizadas ou subempregos.

Outro contraponto interessante sobre a busca de reconhecimento e validação através do trabalho, é trazido pelos significados produzidos pela protagonista Vi sobre o trabalho na prostituição, sob a condição de pré-paga (“A condição de pré-paga como via

possível de estabilidade financeira e coerência com os anseios pessoais” e “É possível e legítimo encontrar satisfação pessoal atuando na prostituição, contanto que seja garantido o exercício de autonomia e gestão de si”). Mesmo reconhecendo que na realidade de muitas pessoas trans a prostituição é, de fato, um campo de marcantes exclusão e violência, Vi defende que essa ocupação também pode ser fonte de estabilidade, reconhecimento, validação e coerência com os anseios pessoais, contanto que não seja compulsória, não seja pautada na exploração das/dos trabalhadoras trans, e permita o exercício de sua autonomia profissional.

Essa compreensão se alinha com os achados de pesquisas já mencionadas anteriormente, como o mapeamento internacional “*The Needs and Rights of Trans Sex Workers*” (GNSWP, 2014), os estudos de Cardoso e Ferro (2012), Nogueira e Léon (2012), e Teixeira (2008), que identificaram percepções positivas do trabalho na prostituição como fonte de redes de sociabilidade, autonomia, reconhecimento social e identitário e satisfação pessoal, especialmente quando esse trabalho não gera violações de direitos, conflitos com a lei e permite a gestão da própria atuação profissional.

Este outro olhar trazido por Vi e amparado nas referidas pesquisas, indica a importância de refletirmos sobre como a *criminalização da prostituição* (seja ela formal e/ou moral) impacta as vivências das pessoas trans que estão inseridas nessa ocupação, seja por não terem outras oportunidades, seja por, assim como essa protagonista, desejarem nela continuar e ter seus direitos trabalhistas reconhecidos, especialmente considerando que a prostituição consta na CBO como uma profissão reconhecida, mas não é legalizada no Brasil.

A esse respeito, cumpre destacar que o não reconhecimento/regulamentação do trabalho sexual impacta de maneira muito mais intensa as/os trabalhadoras/es sexuais

trans, reforçando um caráter seletivo de ilegalidade que as torna vítimas constantes de perseguição e violência estatais (Busin, 2015; Fedorko & Berredo, 2017; *Trans Equality*, 2015). Um exemplo vem do estudo realizado por Teixeira (2008) junto a travestis brasileiras que realizam trabalho sexual na Itália. Em seu estudo, a autora denuncia que “o não reconhecimento da prostituição como um trabalho distancia essas travestis de outras brasileiras que trabalham indocumentadas, potencializando o envolvimento destas em situações de vulnerabilidade” (Teixeira, 2008, p.275).

Como uma parte tão expressiva da população trans está inserida na prostituição, mesmo que em circunstâncias variadas, acreditamos na importância de mais discussões sobre como a criminalização do trabalho sexual afeta as vivências desse grupo. Reforçamos que o avançar dessa discussão não implica a negação ou desconsideração da exclusão e das violências enfrentadas pelas pessoas trans no trabalho sexual que, conforme vimos, termina sendo muitas vezes a única via de sobrevivência quando todas as portas são fechadas.

Acreditamos que, de maneira transversal a essas diferentes vivências possíveis, são necessários dispositivos e políticas que garantam a dignidade e a os direitos de *todas* as pessoas trans que se encontram de alguma forma nessa ocupação: as que desejam sair da prostituição, para que tenham o acesso garantido e digno a outras ocupações; e as que nela desejam permanecer, com o devido reconhecimento trabalhista e proteção estatal garantidas a outras formas de trabalho.

Essas reflexões apontam para a importância de políticas públicas que se dediquem ao fortalecimento da inserção de pessoas trans em diferentes contextos de trabalho, de forma que essas inserções não sejam definidas, de maneira direta ou indireta, pela transfobia que estabelece restrições laborais e determina onde esse grupo pode ou não ser

aceito. Considerando as ocupações aqui discutidas, alguns exemplos de ações afirmativas possíveis e necessárias são editais culturais voltados a artistas trans, iniciativas de auxílio e capacitação para implantação e gestão dos próprios negócios, políticas de combate à transfobia em contextos de trabalho formais e informais, programas de defesa, garantia de direitos e de condições dignas de trabalho para pessoas trans inseridas na prostituição ou que desejam dela sair, entre outras. Essas ações, especialmente se viabilizadas pelo Estado que, conforme vimos no capítulo 1 desta tese, historicamente invisibilizou as necessidades da população trans, seriam passos importantes do necessário processo de reparação histórica quanto ao trabalho das pessoas trans em nosso país, conforme tão bem colocado por Rosa Luz (2020).

Por fim, retomamos os princípios fundamentais do Transfeminismo (Jesus, 2019) para reforçar que atentar para as especificidades das vivências de trabalho das pessoas trans (inclusive para além das que aqui foram discutidas) é essencial para identificar os caminhos pelos quais o trabalho pode exercer o potencial de ser a fonte da coerência, da validação e do reconhecimento social almejados por essa população. Nessa direção, acreditamos que refletir sobre os atravessamentos sociais e culturais dos processos que tornam o trabalho significativo para as pessoas transgêneras contribui, também, com o reconhecimento das expectativas e necessidades históricas dessa população.

7.3 O trabalho na fronteira entre a exclusão e a inclusão da população trans

O último núcleo temático de significação que identificamos durante o segundo eixo de análise do nosso estudo conecta-se diretamente com a dualidade, verificada tanto durante o resgate teórico apresentado em nossos capítulos iniciais quanto entre os significados produzidos por nossas/os protagonistas, do trabalho como fonte *simultânea*

de significações tanto negativas quanto positivas nas vivências da população trans. Confirmando a tendência observada na literatura pelas análises empreendidas no capítulo anterior, os significados do trabalho construídos por nossas/os protagonistas situam essa esfera de vida *na fronteira entre a exclusão e a inclusão*. A seguir, refletiremos sobre os determinantes contextuais, sociais e culturais dessa dualidade, que se materializa através de significados tão distintos nas trajetórias de nossas/os protagonistas e das pessoas trans em geral.

Partamos de um primeiro grupo de significados que comparece nas trajetórias de todas/os protagonistas, especialmente nas de Amanda (“O trabalho é fonte de exclusão, violência e interdições para as pessoas trans”), de Vi (“O trabalho geralmente é sinônimo de obrigação, falta de autonomia e insatisfação” e “O trabalho formal é geralmente inacessível para pessoas trans, sendo fonte de exclusão e preconceito”) e de Sofia (“Trabalhar formalmente, para as pessoas trans, implica o risco constante de violências e deslegitimação social”). Esses significados denunciam que *o mundo do trabalho é, para as pessoas trans, sinônimo de exclusão, preconceito, violências, sofrimento e dificuldades de inserção*.

Esse eixo de significação do trabalho ressoa fortemente com os achados da literatura sobre o trabalho da população trans discutidos nos capítulos 2 desta tese, que apontam a marcante exclusão sofrida por esse grupo no acesso ao mercado de trabalho (eg. Almeida & Vasconcellos, 2018; Carrieri & Aguiar, 2014; Marinho, 2016; Pedra, Souza, Rodrigues & Silva, 2018; Teixeira & Porém, 2019). Como vimos, a interação entre a baixa escolaridade (fruto dos ambientes escolares inóspitos e violentos às identidades trans), expulsão dos lares e desamparo estatal colocam as pessoas trans em um lugar de vulnerabilidade socioeconômica que, unida à transfobia transversal à sociedade

capitalista de trabalho, dificulta imensamente sua inserção, especialmente em postos formais de trabalho.

Quando nada mais resta além do próprio corpo como instrumento de trabalho, a prostituição termina sendo a única opção de sobrevivência para uma parte absolutamente expressiva da população trans e travesti – lembremos que a ANTRA (2021) estima que 90% da população trans e travesti brasileira esteja atuando na prostituição. Mesmo em casos como o de Amanda, que possui ensino médio completo, as dificuldades de inserção em outros espaços de trabalho também contribuem com a compulsoriedade do trabalho sexual para muitas pessoas trans. Esses fatores contribuem, do ponto de vista semiótico, com as culturas coletivas e sugestões sociais sobre o trabalho na realidade da população trans que sustentam o discutido significado cultural de exclusão, interdições e faltas de oportunidades.

Também centrais para compreender as bases e manifestações dessa significação do trabalho como campo de exclusão na vida das pessoas trans, são as relações patriarcais de gênero e a lógica de reprodução social, elementos estruturantes da transfobia transversal ao sistema capitalista em que estamos inseridos. As pessoas trans, especialmente as mulheres trans e negras como Amanda, Vi e Sofia, são submetidas a diversos itinerários de interdições na sociabilidade capitalista por 1) estarem tão distantes do “ideal” de cisheterossexualidade masculina e branca fundante do sistema capitalista (Marinho, 2018); e 2) confrontarem diretamente os papéis conservadores de gênero e o *status quo* requeridos pelo capitalismo como necessários para a sustentação do modelo familiar heterocismonogâmico, centro da reprodução social capitalista (Marinho & Almeida, 2019; Silva, 2020).

Como resultado desse confronto, as pessoas trans sofrem marginalização na sociedade de trabalho capitalista. Além de serem impedidas de acessar e/ou permanecer em postos formais de trabalho, têm sua inscrição social como força de trabalho restrita por baixas remunerações, condições precárias e regimes de exploração, especialmente no âmbito do trabalho reprodutivo não-remunerado (Oliveira, 2016). Assim, compreendemos que a transfobia estrutural do capitalismo é também estruturante dos processos de significação que configuram o trabalho como um campo de exclusão, violências e interdições nas vivências das pessoas trans.

Embora sejam várias e robustas as bases (semióticas, ideológicas e históricas) da significação do trabalho como esfera de exclusão para a população trans, os nossos achados apontam que, do ponto de vista semiótico, os significados negativos construídos para o trabalho nas experiências de pessoas trans, quando não são ressignificados a partir de experiências concretas e marcos biográficos, podem coexistir com significados positivos para essa esfera de vida, por vezes numa mesma trajetória. Nesse processo de (res)significação do trabalho nas vivências das pessoas trans, vimos que mesmo em face de condições laborais difíceis e muitas vezes precarizadas, as expectativas de vivenciar arranjos de trabalho que forneçam satisfação, independência, autonomia, reconhecimento e validação social cumprem um papel semiótico central na construção de significados *positivos* para essa esfera de vida.

Isso posto, identificamos, nas trajetórias de nossas/os protagonistas, uma maioria de significados culturais e pessoais positivos sobre o trabalho. Amanda, para quem o trabalho já representou uma fonte de exclusão e violência, ressignificou essa compreensão através de diferentes marcos biográficos em sua trajetória que mediaram um novo significado, de que “trabalho formal é o verdadeiro trabalho, fonte de segurança e

estabilidade”. Menezes e Hugo, em suas jornadas por construir uma vida plena e autêntica como homens trans, significam o trabalho como via de independência, autonomia e liberdade.

Apesar dos significados negativos sobre o trabalho que compareceram na trajetória de Vi, as vivências positivas de sua atuação condição de pré-paga e sua corajosa defesa pelos direitos de outras trabalhadoras que vivem dessa ocupação tomaram forma no significado de que “é possível e legítimo encontrar satisfação pessoal atuando na prostituição, contanto que seja garantido o exercício de autonomia e gestão de si”. Sofia, que tão jovem conheceu as agruras da transfobia ao ser expulsa de casa e precisar recorrer à prostituição para sobreviver, vivenciou uma significação negativa do trabalho anteriormente internalizado por meio das negativas de acesso ao mercado. Com a oportunidade de vivenciar novos arranjos de trabalho fora da prostituição, essa protagonista ressignificou essa esfera de vida como uma fonte de “estabilidade, de credibilidade, de validação social, [...] de solidariedade, defesa e empoderamento coletivo para a comunidade trans”.

Dentre os significados positivos construídos sobre o trabalho, identificamos que *as vivências e/ou expectativas das pessoas trans quanto ao trabalho na formalidade* ocuparam um lugar central tanto na construção desses significados, quanto na ressignificação dos negativos. Se na trajetória de nossas/os protagonistas esse eixo de significação surge tanto a partir a partir de um movimento semiótico de resistência e oposição às interdições e exclusão enfrentadas por elas/es no acesso à formalidade, ele também ecoa as demandas e lutas históricas da população trans pela inserção no mercado formal de trabalho.

Conforme vimos nos capítulos iniciais desta tese, a interação entre a falta de suporte familiar (incluindo a frequente expulsão dos lares ainda na juventude), escolarização interrompida pela transfobia enfrentada em ambientes educacionais e o desamparo estatal, dificulta ainda mais a inserção das pessoas trans no mundo do trabalho, especialmente o formal. Nesse ponto, é importante ressaltar que, em razão do atual contexto de precarização do trabalho imposto pela tecitura capitalista (Coelho-Lima, 2016; Oliveira, 2016), o acesso ao trabalho formal já é dificultado mesmo para pessoas cis, o que nos alerta para a intensificação das dificuldades enfrentadas pela população trans que não compartilham dos privilégios da cisgeneridade na sociabilidade capitalista cisheteropatriarcal.

A frequente e compulsória inserção das pessoas trans na prostituição e em subempregos é produto direto da sobreposição dessas interdições, emolduradas pela transfobia interseccional e estrutural do capitalismo (Oliveira, 2016). Nas águas revoltas desse grave panorama, acreditamos que o trabalho formal surge como um “farol” semiótico: uma luz distante que promete terra firme e abrigo da tempestade de violências e impedimentos sofridos pelas pessoas trans em todos os âmbitos da sociedade.

Essa significação do trabalho parece ser amparada em elementos que vão além da já discutida centralidade (concreta e discursiva) do trabalho formal na estruturação da economia e sociabilidade capitalistas. Vários estudos que identificamos no processo de construção teórica desta tese indicam que, para a população trans que é impedida de acessá-la, a formalidade é associada com a inclusão social, a segurança financeira, a garantia de direitos e cidadania (eg. (Busin, 2015; Giongo, Menegotto & Petters, 2012; Marinho, 2016; Pedra, Souza, Rodrigues & Silva, 2018; Oliveira, 2010; Rondas, 2012).

Entretanto, essa busca é atravessada por uma série de dificuldades para além das que discutimos até aqui. Nas seleções de emprego, quando não são automaticamente excluídas ainda na fase de análise de currículos (quando possíveis divergências entre nome social e de registro podem ser percebidas), as pessoas trans são tratadas como tecnicamente incapazes (mesmo quando detêm ou superam as qualificações necessárias para a vaga), associadas automaticamente com o trabalho sexual e tratadas como um “risco” indesejável às organizações. Morrigan Oliveira (2016), ativista trans brasileira, em um artigo³⁷ em que discute o tratamento recebido pelas pessoas trans no mercado de trabalho, publicado no blog Transfeminismo.com, relata um aterrador exemplo das violências sofridas por pessoas trans na busca por um emprego formal:

Outro caso foi quando fui à uma empresa que “supostamente” me indicaram, chegando lá já fui até a recepcionista entreguei meu currículo, e expliquei tudo à ela, do nada a mulher começou a me tratar de ‘traveco’ dizendo que naquela empresa ‘viado de peito’ não entra, usando outros milhares de termos pejorativos, eu fiquei perplexa, fui reclamar com o ‘Chefe’ dela, e ele fez praticamente o mesmo que a sua suposta subordinada, a diferença é que ele pegou meu currículo e rasgou bem na minha frente, dizendo que ‘Traveco aidético, que finge ser mulher’ não acrescenta em nada na empresa, e simplesmente com o papel rasgado o embolou e o atirou no lixo, além de tudo isso cuspiu no meu rosto. (Morrigan Oliveira)

A absurda violência relatada por Morrigan Oliveira (2016) chama a atenção para um importante obstáculo à concretização do ideal de inclusão social e garantia de direitos buscado pelas pessoas trans no mercado formal: a *transfobia institucional* que atravessa a maioria das organizações de trabalho e dificulta (quando não impossibilita) concretamente o *acesso* de pessoas trans a postos formais. Esses chocantes e recorrentes

³⁷ Como O Mercado De Trabalho Lida E Trata Pessoas Trans E Travestis (Morrigan Oliveira, 2016). Disponível em: <https://transfeminismo.com/como-o-mercado-de-trabalho-lida-e-trata-pessoas-trans-e-travestis/>

exemplos de transfobia institucional parecem ir na contramão da significação do trabalho formal como via de inclusão e reconhecimento sociais para as pessoas trans.

Diante dessa aparente contradição, recorremos a Barros (2015b), que propõe importantes reflexões sobre o papel do trabalho nos processos de marginalização e inclusão de grupos socialmente excluídos, como é o caso da população trans. Essa autora, partindo de referenciais da Psicologia Social e do Trabalho, nos alerta de que nessa discussão reside um paradoxo: o “trabalho” que, por meio de suas conformações excludentes (precarização do acesso ao emprego e das condições de trabalho, por exemplo), marginaliza grupos vulnerabilizados como as pessoas trans; é o mesmo “trabalho” que, quando acessível e acolhedor àqueles grupos antes excluídos, pode fornecer subsídios para que eles possam se reinserir na sociedade (Barros, 2015a).

Diante desse paradoxo que comparece nos significados positivos que associam o trabalho, especialmente o formal, com a busca por inclusão social para a população trans, é essencial refletirmos sobre os marcadores que tornam o acesso a inserções laborais formais uma via possível de inclusão social. Retomemos, em primeiro lugar, a grande importância da atividade econômica mediada pelo trabalho nas sociedades capitalistas (Lopes, Rabelo & Pimenta, 2007; Mappa, 1981). Trabalhar e ser remunerado pelo seu trabalho implica adquirir poder de consumo. Em economias capitalistas como a nossa, ser capaz de consumir é determinante na inscrição dos sujeitos nas estruturas familiares, sociais e políticas (Marinho, 2018).

É por intermédio do trabalho remunerado que os indivíduos adquirem subsídios para sobrevivência em sociedade, satisfazendo desde necessidades básicas como alimentação e moradia, até outras mais complexas, como a obtenção de reconhecimento social numa sociedade em que o trabalho formal (ou a ausência dele) impactam

diretamente a integração e a validação sociais (dos Santos, de Oliveira Maciel & Matos, 2013). No caso das pessoas trans, as condições precárias e os desafios itinerários sociais enfrentados na informalidade dificilmente permitem sua inscrição nessas importantes estruturas econômicas, sociais e simbólicas, o que reforça as expectativas de que inserções formais possam preencher essas lacunas.

Para além de sua dimensão instrumental, e conforme discutimos nos capítulos 2 e 3, o trabalho também tem um papel central na construção da identidade subjetiva e social dos indivíduos (Bendassolli & Gondim, 2014; Rosso, Dekas & Wrzesniewski, 2010). Conforme asseveram autores como Codo (1997), Barros (2015) e dos Santos, de Oliveira Maciel e Matos (2013), em consonância com o que defendia Marx (1980), o trabalho tem o papel de mediador principal entre indivíduo e o mundo concreto ao seu redor: ao atuar sobre a natureza através do trabalho, o indivíduo também atua sobre si.

Como um dos reflexos diretos desse caráter de dupla-via do fazer laboral, situa-se o trabalho como fonte de dignidade, não apenas de subsistência material (Marx, 1980). A dignidade, enquanto produto *sui generis* do trabalho, se materializa por meio da inserção social, pela qual os seres humanos tornam-se capazes de reconhecer a si mesmos ao passo em que reconhecem os outros (Barros, 2015a; dos Santos, de Oliveira Maciel & Matos, 2013). Em nossa sociedade, essa inserção social ainda é associada em certa medida aos arranjos formais de trabalho, culturalmente entendidos como marcadores positivos de dignidade e diferenciação identitária (Marinho, 2018). Entretanto, é importante ponderar que, conforme resgate histórico feito por Coelho-Lima (2016), essa associação entre trabalho formal e inserção social enfrenta flagrantes contravenções no contexto de crises cíclicas do capitalismo, com a escalada da informalidade e a cooptação dessa forma de

trabalho pelo discurso neoliberal, pelo qual passa a ter um lugar central na reprodução do próprio capital.

Feitas essas considerações, diante do paradoxo “trabalho x exclusão x inclusão”, podemos concluir que o trabalho possui sim o potencial de responder à expectativa de inclusão social, estabilidade, reconhecimento e validação sociais que comparecem nos processos de significação do trabalho de nossas/os protagonistas, e conforme a literatura consultada nesta tese, também nas vivências de tantas outras pessoas trans. Entretanto, esse potencial é mitigado pelos discutidos arranjos excludentes enfrentados pelas pessoas trans no acesso e permanência em diferentes realidades de trabalho (especialmente as formais), que são ainda mais dificultadas no atual contexto de fortalecimento da agenda neoliberal em que “a informalidade passa a ser uma estratégia de desonerar o Estado da proteção social relativa às massas de trabalhadores desempregados” (Coelho-Lima, 2016, p.180).

Além desses atravessamentos que incidem diretamente sobre o acesso da população trans ao trabalho, é essencial reconhecer os enormes impactos que a pandemia do COVID-19 (que apareceu nas trajetórias de nossas/os protagonistas como fonte de rupturas e ambivalências) gerou e gera sobre as vidas das pessoas transgêneras, incluindo suas vivências de trabalho, e indo além delas. A importante pesquisa realizada pela ONG #VoteLGBT em 2021³⁸ (dando continuidade a outra realizada em 2020), contando com mais de 7000 participações de pessoas LGBTQIA+ de todo o Brasil, identificou neste ano o *agravamento* dos três principais impactos da pandemia sobre esse grupo, mapeados inicialmente em 2020: 1) a piora das questões relativas à saúde mental; 2) o afastamento

³⁸ Relatório “Diagnóstico LGBT+ na Pandemia – 2021”, resultado do mapeamento iniciado em 2020 e atualizado em 2021 pela ONG #VoteLGBT. Acessível em: <https://votelgbt.org/pesquisas>

das redes de sociabilidade e de apoio; 3) a dificuldade de acesso ou a falta total de renda (#VoteLGBT, 2021).

Destacamos as repercussões denunciadas por este importante mapeamento quanto às consequências desse agravamento da vulnerabilidade financeira da população LGBTQIA+ durante a prolongada e contínua crise sanitária da COVID-19, que vão desde a acentuação do desemprego, da diminuição ou impossibilidade do acesso à renda, passando por dificuldades de acesso a políticas de renda como o auxílio emergencial por esse grupo, e chegando até mesmo à vivência de insegurança alimentar (#VoteLGBT, 2021). Esses graves indicadores são ainda mais marcantes dentre as pessoas transgêneras que participaram da pesquisa: enquanto não houve um aumento significativo desses índices entre 2020 e 2021 para a população LGBTQIA+ em geral, o mapeamento deste ano identificou a incidência de um aumento de 5% dessas problemáticas dentre as pessoas trans, travestis e de gênero-não-conformativo (#VoteLGBT, 2021).

Diante desse grave cenário, tornam-se urgentes a proposição e a efetivação de ações e políticas voltadas a desconstruir e combater essas barreiras oriundas da transfobia institucionalizada nas organizações de trabalho, agravadas pelas conformações da sociedade capitalista e agudizadas pelos impactos diretos da pandemia sobre nossa população, especialmente no caso das pessoas trans. Políticas afirmativas ligadas à geração de emprego, preparação para acesso ao mercado de trabalho, ações de economia solidária, reserva de vagas para pessoas trans em seleções de emprego e concursos, são exemplos de caminhos pelos quais pode ser fortalecido o potencial de inclusão social da população trans por intermédio do trabalho (eg. Dias & Bernardineli, 2016; Moura, 2015; Pedra, Souza, Rodrigues & Silva, 2018; Prado & D'Angelo, 2017; Teixeira & Porém, 2019).

Como um profícuo exemplo de ação voltada à inclusão social pelo trabalho para pessoas transgêneras, temos o bem-sucedido e internacionalmente elogiado Programa Transcidadania³⁹, implementado na cidade de São Paulo-SP pelo então prefeito Fernando Haddad. Essa ação de inclusão social pelo trabalho busca oferecer condições, subsídios e estrutura para formação, capacitação e reinserção social/profissional de travestis e pessoas transgêneras em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo como “dimensão estruturante a oferta de condições de autonomia financeira, por meio da transferência de renda condicionada à execução de atividades relacionadas à conclusão da escolaridade básica, preparação para o mundo do trabalho e formação profissional, formação cidadã” (Prefeitura de São Paulo, 2018).

Entretanto, iniciativas de inclusão social pelo trabalho como o Programa Transcidadania ainda são isoladas e precisam ser multiplicadas. Em Natal-RN, cidade lócus do nosso estudo, o mandado da então vereadora Natália Bonavides conseguiu aprovar emenda no Plano Plurianual para implantação do programa Transcidadania na capital potiguar, com uma verba de 2 milhões destinados a capacitar e reinserir profissionalmente pessoas trans em situação de vulnerabilidade em nossa cidade. Infelizmente, conforme destacamos no capítulo 4, o Programa Transcidadania foi reprovado em 2019 pela Câmara de Vereadores da capital potiguar, numa reverberação da transfobia de base conservadora e origem coronelista apontada anos antes por Oliveira (2016), que tornam Natal/RN um território ainda mais desafiador para o combate à precarização do trabalho das pessoas trans.

³⁹ Projeto de Reinserção Social Transcidadania - Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430&fbclid=IwARON_3pSvZjGiQkC-K1YNFoyU_guffkpDoWT7zaoVrPEM6Jar1ONw60WGSI

No momento de escrita desta tese, o próprio movimento LGBTIA+ natalense está tentando viabilizar, por meio de auto-organização, voluntariado e inscrição em editais de políticas públicas afirmativas, uma nova versão do Transcidadania para fortalecer a inclusão social das pessoas trans de nossa cidade, o que demonstra o reconhecimento compartilhado do potencial que o trabalho tem de promover transformação social na realidade desse grupo tão violentado pela sociedade.

Por fim, gostaríamos de destacar outra importante discussão mobilizada pela significação do trabalho (especialmente na formalidade) como via de inclusão social e reconhecimento identitário. Trata-se de uma necessária reflexão levantada por autoras/autores transfeministas e LGB (eg. Agni, 2016; Kaas, 2015; Caldeira, 2017; Nonato, 2018) sobre os modos pelos quais a transfobia institucional pode perseverar mesmo quando as pessoas trans conseguem acessar ocupações formais, reproduzindo nesses espaços violações e arranjos de exploração.

Na literatura consultada identificamos vários exemplos de condutas organizacionais transfóbicas que afetam as/os/es trabalhadoras/res trans que se inserem na formalidade, como proibição do uso de uniformes e banheiros do gênero identitário, desrespeito ao nome social por chefias e pares, assédio moral e sexual e diversas outras formas de transfobia no espaço de trabalho (eg. Almeida & Vasconcellos, 2018; Carrieri & Aguiar, 2014; Moura, 2015; Pedra, Souza, Rodrigues & Silva, 2018). Essas condutas revelam que a transfobia, mesmo quando não impede o efetivo (e raro) acesso de pessoas trans aos postos formais de trabalho, materializa uma série de desafios à *permanência* na formalidade.

Considerando o caráter estrutural da transfobia para a economia capitalista, retomaremos aqui outro marcante desafio à efetiva inclusão social da população trans

através do trabalho, já discutido na seção anterior no tocante à concentração de pessoas trans nos ramos da estética e dos trabalhos autônomos: é prevalente a inserção desse grupo em postos de trabalho restritos e marcados pela precariedade. Segundo Nonato (2019), a vulnerabilidade social gerada pela insalubridade enfrentada pelas pessoas trans no trabalho sexual (especialmente quando compulsório) e em outros vínculos informais de trabalho, torna esse grupo mais sujeito a ser cooptado por setores de grande precariedade, como o de telemarketing.

A indústria do telemarketing, conforme nos lembra Silva (2020), emprega tantas pessoas transgêneras não por buscar a inclusão social desse grupo, mas porque esse grupo configura um exército industrial de reserva: por enfrentarem tantos desafios nos itinerários da informalidade, as pessoas trans são transformadas em uma mão-de-obra barata e explorável em períodos de depressão econômica. Caldeira (in IBDU, 2017), autora LGBTIA+ e militante, faz um aguçado retrato dessa lógica de exploração pautada na busca das minorias trans e LGB por inclusão:

Se não é o desemprego, é a prostituição, é o tráfico. Se é o emprego, é o armário até ser demitido. O telemarketing vira desejo de consumo diante de tantos nãos na cara. Lá todo mundo é igual, ninguém tem rosto, não tem sexualidade, não tem cor, não dá pra ver quem desmunheca pelo telefone. Mas é só entrar em qualquer *callcenter* para descobrir que a cara da terceirização no Brasil é feminina, negra e LGBT. (p. 81)

A contundente reflexão oferecida por Caldeira (2017) nos alerta de que a inserção formal da população trans ser concentrada em ramos de elevada precarização e exploração do trabalho (como o telemarketing) é um indicativo de que a exclusão desse grupo no mundo do trabalho opera até em arranjos de suposta inclusão. Sobre essa seara, Kaas (2015) aponta que a institucionalização da transfobia favorecida pela flexibilização

das leis trabalhistas impõe ainda mais fragilidades aos já raros vínculos de trabalho formais das pessoas trans.

Conforme discutimos no capítulo 2 desta tese, essa lógica expõe tanto a inscrição social da população trans como força de trabalho marginalizada e subalternizada na sociabilidade capitalista, sendo mediada por relações desiguais de gênero, raça e classe (Marinho, 2018; Oliveira, 2016; Silva, 2020); quanto a unidade dialética entre opressão e exploração na realidade de trabalho desse grupo (Bhattacharya, 2019). Diante disso, é imperativo que nos perguntemos: se uma inserção formal pressupõe a invisibilização das identidades trans, é sub-remunerada e expõe as/os/es trabalhadoras/es transgêneras/os/es a condições laborais precárias, ela pode de fato viabilizar a inclusão social almejada por esse grupo?

Acreditamos que a ocupação de postos formais de trabalho é uma parte importante desse processo, mas definitivamente não a única. Conforme a muito pertinente crítica feita por Barros (2015a), é essencial que concebamos o trabalho para além da ocupação/fazer algo, pois é justamente essa lógica que ampara a exploração do trabalho das pessoas trans no telemarketing, por exemplo.

Para que o trabalho exerça o seu potencial de reinserção e reparação social nas vivências da população trans, é necessária a atenção aos atravessamentos históricos, sociais e, especialmente, subjetivos desse grupo. Só assim o trabalho será capaz de exercer, para as pessoas trans, sua “função constituinte da vida subjetiva e do vínculo social” (Barros, 2015a, p.347). Em concordância com essa prerrogativa, dos Santos, de Oliveira Maciel & Matos (2013) afirmam que:

[...] tomando a acepção de cidadania pensada por Arendt (1995, p. 22), tem-se que, na sociedade contemporânea, o trabalho assegura a inserção do sujeito que trabalha num estado de albergue jurídico –

ainda que somente potencial – haja vista que sua referida centralidade no mundo social lhe confere caráter de pedra angular no construto social que garante o “direito a ter direitos”. Para a autora, a importância do Homo Faber no mundo contemporâneo leva à *valorização do papel de trabalhador na constituição do “ser”* [grifos nossos] (p. 385)

Após o percurso discursivo e reflexivo traçado nesta tese, reafirmamos a defesa de que compreender os processos de significação do trabalho na vida das pessoas trans, aqui investigados e discutidos a partir de suas experiências, trajetórias e vivências, é um caminho importante para amplificar as vozes desse grupo em sua luta por direitos e respeito em nossa sociedade.

Se o trabalho está na fronteira entre a exclusão e a inclusão na vida das pessoas transgêneras, entendemos que os significados por elas construídos sobre essa esfera de vida podem oferecer coordenadas e subsídios importantes sobre os caminhos, arranjos e possibilidades pelos quais essa fronteira pode enfim ser cruzada. Do outro lado dessa travessia, esperamos que o trabalho cada vez mais deixe de ser fonte predominante de exclusão, interdições e violações, e possa se tornar efetivamente a via de inclusão social, cidadania e dignidade tão almejadas por essa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar o processo de significação do trabalho nas vivências de pessoas transgêneras, a partir dos significados culturais e pessoais produzidos sobre essa esfera de vida em suas trajetórias. Os operadores teóricos que guiaram nossa investigação foram propostos a partir da integração entre referenciais da Psicologia do Trabalho e da Psicologia Histórico-Cultural de base semiótica, buscando contemplar a interrelação dialética entre conteúdos culturais e subjetivos inerente à produção dos significados sobre a esfera de vida do trabalho.

Do ponto de vista do método, realizamos entrevistas em profundidade com foco nas histórias de vida e de trabalho de nossas/os protagonistas, cinco pessoas transgêneras (sendo duas mulheres trans, dois homens trans e uma pessoa não-binária) residentes em Natal-RN, uma cidade com marcantes índices e histórico de transfobia, incluindo no nível político-institucional.

Em um primeiro eixo de análise, por meio das trajetórias individuais acessadas por intermédio das entrevistas, mapeamos semioticamente os significados culturais e pessoais sobre o trabalho que foram produzidos por cada protagonista, e discutimos os mecanismos semióticos pelos quais se desdobrou o processo de significação em cada caso. Identificamos que, do ponto de vista cultural, o trabalho foi significado tanto como fonte de exclusão, quanto de inclusão, especialmente a partir de culturas coletivas compartilhadas acerca do trabalho das pessoas trans e da expectativa de inserção na formalidade. Entre os significados pessoais, as significações mais frequentes foram as do trabalho como defesa contra as violações transfóbicas impostas pela sociedade, e como uma fonte de reconhecimento e validação social para as pessoas trans.

A seguir, os significados e as características do processo de significação do trabalho identificados nas trajetórias de cada protagonista foram então submetidos a uma nova análise, de caráter inter-casos. Buscando aproximações e convergências entre os significados produzidos pelas/os cinco protagonistas, identificamos os seguintes princípios fundamentais que permitiram uma caracterização semiótica do processo de significação do trabalho nas vivências das pessoas trans: 1) a vivência de situações de preconceito e violência transfóbicas é um marcador recorrente para a inserção no mundo do trabalho, muitas vezes ainda na adolescência; 2) o trabalho torna-se, assim, fonte não apenas de sobrevivência, mas de defesa contra os itinerários da transfobia na sociedade; 3) os significados culturais produzidos pelas pessoas trans sobre essa esfera de vida são fortemente associados à expectativa de inserção laboral, especialmente na formalidade, e situam o trabalho como fonte tanto de exclusão quanto de inclusão; 4) os significados pessoais do trabalho são produzidos especialmente a partir de experiências laborais concretas, e de especificidades das vivências identitárias e das ocupações das pessoas trans, sendo essa esfera de vida significada principalmente como via de defesa contra a transfobia e como fonte de validação e reconhecimento sociais; 5) Os significados positivos sobre essa esfera de vida estão associados a expectativas e anseios sobre o trabalho, enquanto os negativos se relacionam a experiências laborais negativas vivenciadas pelas pessoas trans; 6) A oportunidade de vivências laborais positivas favorece a transformação de significados negativos em positivos nas trajetórias por meio da reconstrução cultural bilateral no processo de significação do trabalho; e 7) Os significados do trabalho exercem funções semióticas importantes nas trajetórias das pessoas trans, sendo as principais delas a de amenizar os impactos subjetivos de vivências

negativas, e a de favorecer a mudança ativa de circunstâncias que geram ambivalências e sofrimentos nas trajetórias de vida e de trabalho.

Por fim, em um segundo eixo de análise, identificamos núcleos temáticos de significação entre os significados produzidos por nossas/os protagonistas para o trabalho, por meio dos quais traçamos reflexões e discussões transversais sobre os possíveis determinantes contextuais sociais, econômicos, culturais que atravessam as vivências das pessoas trans em nossa sociedade e, portanto, também sua relação com essa esfera de vida. Para isso, recorreremos aos nossos referenciais teórico-interpretativos, à literatura sobre o trabalho da população trans e às contribuições do Transfeminismo.

Um primeiro núcleo reflexivo referiu-se às relações entre o trabalho e a (re)construção dos corpos trans, o que nos oportunizou discutir sobre como o racismo, o heteropatriarcado capitalista e o acesso à renda afetam a vivência da corporeidade das pessoas transgêneras, incluindo também a saúde dessa população. Um segundo núcleo pautou discussões sobre a busca da população trans por trabalho em diferentes ocupações como fonte de reconhecimento, coerência, validação social e distinção identitária.

Nesse escopo, traçamos reflexões sobre atravessamentos que modulam e afetam a inserção das pessoas trans em diferentes ramos de atuação, como o trabalho artístico, o da beleza, o por conta própria e o trabalho sexual. Por fim, o último núcleo temático de significação sobre o qual nos debruçamos situou o trabalho como fonte possível tanto de exclusão quanto de inclusão nas vivências das pessoas trans. Sob esse mote, propusemos reflexões sobre os determinantes envolvidos nesse duplo papel do trabalho nas vidas trans, reforçando a necessidade de ações e políticas que favoreçam e priorizem a inclusão social desse grupo por meio do trabalho.

Agora que apresentamos uma síntese de nossa tese, do percurso por ela percorrido e de seus principais achados, consideramos essencial pontuar as limitações de nosso estudo. Dentre elas, gostaríamos de destacar três eixos de limitações que julgamos serem de maior relevância.

Primeiro, a circunscrição da investigação a protagonistas residentes em Natal-RN, embora justificada pelos elevados índices de violência e violações socioinstitucionais enfrentadas pela população trans natalense, elementos esses que impactam também a esfera laboral, implica um menor potencial quanto à generalização de nossos achados. Outro grupo de limitações importantes advêm das mudanças no método originalmente planejado, em razão da pandemia global da COVID-19. A principal dessas mudanças foi a necessidade de adaptação da maior parte das entrevistas realizadas para o formato remoto, o que impôs limites relativos à duração das entrevistas (de forma a não expor as/os protagonistas a longos períodos diante de telas) e dificuldades como o enfrentamento de problemas de ordem técnica (som ou imagem de baixa qualidade, por exemplo).

Por fim, uma terceira limitação relevante diz respeito ao foco adotado em nosso estudo quanto aos referenciais teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural de base semiótica, especialmente nos trabalhos seminais de Jaan Valsiner. A opção de priorizar as produções desse autor e de seus interlocutores, embora justificada por seu alinhamento epistemológico e teórico-metodológico com a investigação que nos propusemos a realizar, enseja importância do diálogo, em futuras pesquisas, com outras/os autoras/es que propõem diferentes perspectivas para essa área da Psicologia que, embora mais recente, é de crescente interesse em nosso país.

À luz dos achados de nosso estudo, e reconhecidas as suas limitações, gostaríamos de traçar algumas considerações a partir da presente tese. Em primeiro lugar, destacamos que os significados do trabalho, aqui investigados a partir de uma perspectiva integrativa entre aspectos culturais e subjetivos, mostraram-se uma importante via de acesso não só aos conteúdos coletivos e pessoais sobre o trabalho na realidade das pessoas transgêneras, mas também ao processo dialético pelo qual esses constituem-se mutuamente. Esse importante acesso foi favorecido pelo método que utilizamos, que pode ser reproduzido e implementado em outras pesquisas sobre os significados do trabalho das pessoas trans, guardadas as necessárias adaptações a diferentes contextos e lentes teóricas.

Outro ponto que gostaríamos de destacar é o de que pudemos confirmar em nosso estudo a premissa que identificamos ainda na fase de revisão da literatura, de que o trabalho é fonte simultânea de significados negativos e positivos nas vivências das pessoas transgêneras, mesmo que essa esfera de vida seja predominantemente reconhecida e discutida na literatura à luz das diversas dificuldades e interdições que a atravessam, especialmente na nossa sociedade capitalista estruturalmente transfóbica. Mesmo reconhecendo e reforçando a denúncia dessas dificuldades através da compreensão dos significados culturais e pessoais negativos sobre o trabalho, nossa tese buscou também identificar e destacar os mecanismos, arranjos e possibilidades pelos quais o trabalho pode ser fonte de significados positivos nas vivências das pessoas trans.

Nesse sentido, acreditamos que os achados desta tese sobre como os significados do trabalho são produzidos nas trajetórias das pessoas transgêneras, pautados no reconhecimento e discussão de seus determinantes e atravessadores subjetivos, sociais, econômicos e culturais, fornece indicativos importantes para que possamos refletir sobre como o mundo do trabalho pode favorecer e acolher devidamente as pessoas trans,

considerando suas expectativas, anseios e particularidades. Dentre os caminhos possíveis e necessários para fortalecer o potencial do trabalho de ser fonte de significados e vivências positivas para a população trans, reforçamos a importância de políticas de inclusão social por meio do trabalho que promovam não apenas o acesso a uma ocupação, mas ao trabalho digno, bem remunerado, em ambientes laborais livres de transfobia e que não invisibilizem ou violentem a vivência plena de suas identidades de gênero.

Pensando na transição dessas contribuições do âmbito teórico-acadêmico para a concretude da realidade das pessoas transgêneras, utilizaremos os achados desta tese (incluindo os dados e materiais que não alcançaram as etapas finais de análise) como subsídios para a construção de políticas e ações voltadas à capacitação e inclusão social da população trans natalense por intermédio do trabalho. Mais especificamente, esta tese contribuirá com a estruturação, organizada pela parceria entre o Coletivo LGBTIA+ Leilane Assunção (o qual orgulhosamente integramos) e a Associação de Travestis e Transexuais na Ação pela Coerência no Rio Grande do Norte (ATTRANSPARENCIA-RN), de uma versão organizada pela própria militância do Transcidadania Potiguar, programa de inclusão social da população trans de nossa cidade através do acesso ao trabalho e à renda.

Por fim, reforçamos a importância de novas pesquisas que avancem sobre temáticas importantes identificadas por nosso estudo na seara dos significados do trabalho da população transgênera, porém não exploradas mais demoradamente em razão dos recortes inerentes aos nossos objetivos. Uma primeira sugestão seria quanto a estudos dedicados ao trabalho por conta própria na realidade das pessoas transgêneras. Esse tipo de ocupação surgiu de maneira marcante nas trajetórias de nossos protagonistas, e considerando as múltiplas precarizações que perpassam essa modalidade de trabalho nas

conformações atuais do capitalismo (Coelho-Lima, 2016), seria importante aprofundar o entendimento sobre os impactos dessa conjuntura sobre as dificuldades já enfrentadas pelas pessoas trans que trabalham por conta própria.

Considerando que as/os protagonistas de nosso estudo não estavam inseridos na formalidade, mas que esse tipo de vínculo foi central nos processos de significação (notadamente no campo das expectativas de inserção), vemos como importantes futuras pesquisas que possam investigar os significados do trabalho nas vivências de pessoas trans ocupantes de postos de trabalho formal. Estudos nessa seara poderiam oferecer importantes referenciais sobre como a inserção formal concreta se materializa nos significados produzidos sobre o trabalho, inclusive na perspectiva de comparações com os achados de nosso estudo. Nesse ensejo, reforçamos a importância de materializar nas futuras investigações e discussões sobre o trabalho da população trans (sejam elas acadêmicas, políticas ou sociais) o protagonismo das vozes e olhares das pessoas trans sobre a temática, o que corresponde a um dos princípios centrais do Transfeminismo (Jesus, 2013; Jesus & Alves, 2010).

Devemos, enquanto academia e sociedade, seguir construindo conhecimentos, saberes e práticas pautados sempre no protagonismo das vozes das/os trabalhadoras/res trans sobre suas experiências, expectativas e, especialmente, sobre os caminhos pelos quais o mundo do trabalho pode/deve ser transformado para acolher esse grupo de maneira digna, coerente e verdadeiramente comprometida com a transformação social.

Chegando ao fim desta tese, esperamos ter contribuído, ao investigar e refletir sobre os processos de significação do trabalho das pessoas trans, com a amplificação das vozes e da visibilidade dessa parcela de nossa população, vítima de violências e exclusão socioeconômica contundente. Paralelamente, esperamos que este estudo possa cumprir

uma de suas principais motivações: contribuir com subsídios para políticas públicas e ações afirmativas voltadas a essa população e sua inserção no mundo do trabalho, e, por conseguinte, na própria sociedade que tende a excluí-las.

REFERÊNCIAS

- Almeida, C. B. D., & Vasconcellos, V. A. (2018). Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. *Revista Direito GV*, 14(2), 303-333.
- Amaral, D. M. (2007) A Psiquiatrização da transexualidade: Análise dos Efeitos do Diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero nas Práticas de Saúde. Rio de Janeiro: *Instituto de Medicina Social*.
- Amaral, M. D. S., Silva, T. C., Cruz, K. D. O., & Toneli, M. J. F. (2014). “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 301-311.
- American Psychological Association. (2015). *Key terms and concepts in understanding gender diversity and sexual orientation among students. Informational Guide*. Disponível em: <https://www.apa.org/pi/lgbt/programs/safe-supportive/lgbt/key-terms.pdf>
- Andrade, L. N. (2012). *Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*. 2012. 279f (Doctoral dissertation, Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza).
- ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2021). *Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2020*. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>.
- Antunes, R. (2015). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo Editorial.
- Araújo, M. T., Montenegro, L. C., Alves, M., & Brito, M. J. M. (2013). O significado do trabalho para os profissionais de um serviço substitutivo de saúde mental. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 47(3), 664-670.
- Araújo, M. T., Montenegro, L. C., Alves, M., & Brito, M. J. M. (2013). The meaning of work for professionals in a substitute mental health service. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 47(3), 664-670.

- Arnoux-Nicolas, C., Sovet, L., Lhotellier, L., & Bernaud, J. L. (2016). Development and validation of the meaning of work inventory among french workers. *International Journal for Educational and Vocational Guidance*, 1-21.
- Asbahr, F. da SF (2011). Sentido pessoal, significado social e atividade de estudo: Uma revisão teórica. *Associação Brasileira de Educação e Marxismo (Org.), V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo*.
- Assis, G. A. P. D., Soares, R. V., & Motta, H. L. (2018). Ser travesti profissional do sexo: um olhar fenomenológico. *Revista do NUFEN*, 10(1), 91-107.
- Ávila, S. (2012). El género desordenado: críticas em torno a la patologización de la transexualidad. *cadernos pagu*, (38), 441-451.
- Baker, S. E., & Edwards, R. (2012). How many qualitative interviews is enough.
- Balzer, C., & Hutta, J. S. (2015). Trans Networking in the European Vortex: Between Advocacy and Grassroots Politics. In *LGBT Activism and the Making of Europe* (pp. 171-192). Palgrave Macmillan, London.
- Baratta, A. (2004). Criminología crítica y crítica del derecho penal, Siglo XXI. *Bs. As*, 2.
- Barbosa, F. L., & Clark, G. (2017). A (in) visibilidade da comunidade LGBT e o planejamento estatal. *Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável*, 3(1), 90-107.
- Barros, V. A. (2015a) Verbete: Exclusão social e integração pelo trabalho (2015) In: Bendassolli, Pedro F.; Borges-Andrade, Jairo Eduardo. (Org.). *Dicionário de Psicologia: do Trabalho e das Organizações*. 1ed.São Paulo: Casa do Psicólogo, v. 1, p. 649-655.
- Barros, V. A. (2015b) Verbete: Trabalho e Populações Especiais (2015) In: Bendassolli, Pedro F.; Borges-Andrade, Jairo Eduardo. (Org.). *Dicionário de Psicologia: do Trabalho e das Organizações*. 1ed.São Paulo: Casa do Psicólogo, v. 1, p. 341-348.

- Bastos, A. V. B., Pinho, A. P. M., & Costa, C. A. (1995). Significado do trabalho: um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(6), 20-29.
- Bauman, Z., & Penchel, M. (1999). *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beauvoir, A. (2020). *Entre a transfobia espada e a branquitude escudo (2020)*. Disponível em: <https://literaturars.com.br/2020/01/22/atena-beauvoir-entre-a-transfobia-espada-e-a-branquitude-escudo/>
- Bendassolli, P. F., & Borges-Andrade, J. E. (2011). Meaning of work in creative industries. *Revista de Administração de Empresas*, 51(2), 143-159.
- Bendassolli, P. F., & Borges-Andrade, J. E. (2015). Meaning, meaningfulness, and tensions in artistic work. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 15(1), 71-81. doi: 10.17652/rpot/2015.1.305
- Bendassolli, P. F., & Coelho-Lima, F. (2015). Psychology And Informal Work: The Meaning-Making Perspective. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 383-393.
- Bendassolli, P. F., & Guedes Gondim, S. M. (2014). Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: Discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 32(1), 131-147.
- Bendassolli, P. F., Borges-Andrade, J. E., Alves, J. S. C., & Torres, T. D. L. (2015). Meaningful Work Scale in creative industries: a confirmatory factor analysis. *Psico-USF*, 20(1), 1-12.
- Bendassolli, P. F., Coelho-Lima, F., de Araujo Pinheiro, R., & Carvalho de Siqueira Gê, P. (2015). The Brazilian scientific production on sense and meaning of work: Review of use of terminology and current thematic classifications. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 33(2), 203-221.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Editora Garamond.

- Bento, B. (2012). A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 3(04).
- Bento, B. (2014). Conexão Futura - Políticas Públicas. Cristiano Reckziegel. Rio de Janeiro, março de 2014. Programa televisionado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iUPzjIYTsw>>.
- Bento, B., & Pelúcio, L. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos feministas*, 569-581.
- Berredo, L., Arcon, A. R., Gómez Regalado, A., Honorée, C., McLean, N., Mejri, I., ... & Toelupe, V. (2018). Perspectivas trans globales en salud y bienestar: Informe comunitario TvT. Recuperado de: https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/12/TvT-PS-Vol20-2018_ES.pdf.
- Bhattacharya, T. (2019). O que é a teoria da reprodução social?. *Outubro Revista*, n. 32, 4 set. 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf.
- Bicalho, R. A. (2008). Categorias Frankfurteanas para uma tipologia da violência nas organizações. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais*, Belo Horizonte, MG, Brasil, 5.
- Billiard, I. (2011). *Santé mentale et travail: l'émergence de la psychopathologie du travail*. Paris: La Dispute.
- Bock, A. M., Gonçalves, M. G. M. & Furtado, O. (2009). *Psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez.
- Bohm, A. M. (2009). Os 'monstros' e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis.
- Bonnewitz, P. (2003). *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis: Vozes.
- Borges, L.O. (1998). Os pressupostos dos estudos do significado do trabalho na psicologia social: a caminho do existencialismo. *Vivência*, 12(2), 87-105.

- Borges, L.O., Tamayo, A., & Alves-Filho, A. (2005). Significado do trabalho entre os profissionais de saúde. In L. de O. Borges (Org.), *Os profissionais de saúde e seu trabalho* (pp. 143-223). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Borgogno, I. G., & Gabriel, I. (2009). La transfobia en América Latina y el Caribe: un estudio en el marco de REDLACTRANS. *Artículo en línea disponible en <http://redlactrans.org.ar/site/wp-content/uploads/2013/05/La-Transfobia-en-America-Latina-y-el-Caribe.pdf>* (consulta: 5 de marzo de 2010).
- Bortolozzi, R. M. (2015). A Arte Transformista Brasileira: Rotas para uma genealogia decolonial. *Quaderns de psicologia*, 17(3), 123-134.
- Bourdieu, P. (2003). *A dominação masculina* (3a ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bowleg, L. (2012). The problem with the phrase women and minorities: intersectionality—an important theoretical framework for public health. *American journal of public health*, 102(7), 1267-1273.
- Brasil, G. F. (2015). Decreto Nº 8.727, De 28 De Abril De 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm
- Brasil, G. F. (2015). Lei Nº 13.104, de 9 de Março de 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm
- Brasil, S. D. H. (2012). Relatório sobre violência homofóbica no Brasil. *Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Presidência da República*. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>
- Brito, V. D. G. P., Marra, A. V., & de Pádua Carrieri, A. (2012). Práticas discursivas de trabalhadores terceirizados e construções sociais da identidade de exclusão. *Revista de Ciências da Administração*, 14(32), 77.
- Busin, V. M. (2015). *Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo).
- Butler, J. (1999). *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Butler, J. (2010). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2014). Gender regulations. *Cadernos Pagu*, (42), 249-274.
- Cabral, V., & Silva, J. M. (2016). Espaço e morte nas representações sociais das travestis e transexuais femininas. *Geo UERJ*, (29), 275-301.
- Cardoso, M. R., & Ferro, L. F. (2012). Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicologia: ciência e profissão*, 32(3), 552-563.
- Carrieri, A. D. P., Souza, E. M. D., & Aguiar, A. R. C. (2014). Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. *Revista de Administração Contemporânea*, 18(1), 78-95.
- Carijo, G. G. (2012). Poses, Possessions And Scenarios: The Photographs As Narratives Of The Conquest Of Europe [poses, Posses E Cenários: As Fotografias Como Narrativas Da Conquista Da Europa]. *Revista Estudos Feministas*.
- Carijo, G. G., Simpson, K., Raser, E. F., Prado, M. A. M., & Teixeira, F. B. (2019). Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas. *Revista Estudos Feministas*, 27(2).
- Carvalho, H. S. B., & Zampiêr, L. S. (2017). O TRANSFEMINISMO E O RECORTE DE CLASSE. *CSONline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, (23).
- Carvalho, M. (2018). “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *cadernos pagu*, (52).
- Carvalho, M., & Carrara, S. (2013). Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, (14).
- Castel, P. H. (2001). Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual"(1910-1995). *Revista Brasileira de História*, 21(41), 77-111.
- CFM (2010). *Resolução do Conselho Federal de Medicina nº1.955/2010*. Disponível em http://www.abglt.org.br/docs/resolucao_CFM_1955.pdf

- Chagas, E. N. (2017) Identidade de gênero e políticas públicas: a invisibilidade da população trans no Brasil. Trabalho Completo Publicado em Evento. *VII Seminário Internacional Políticas Públicas. São Luís/MA – Brasil.*
- CNN (2018). *The World Health Organization will stop classifying transgender people as mentally ill.* Página da web. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/06/20/health/transgender-people-no-longer-considered-mentally-ill-trnd/index.html>
- Codo, W. (1997). Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). *Trabalho, organizações e cultura*, 21-40.
- Coelho-Lima, F., Costa, A. L. F., & Bendassolli, P. F. (2013). A produção científica da Psicologia brasileira acerca do desemprego. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1283-1299.
- Davi, E. H. D., & de Toledo Bruns, M. A. (2015). Mundo-vida travesti: abordagem fenomenológica das travestilidades. *Temas em Psicologia*, 23(3), 521-533.
- Davi, E. H. D., & de Toledo Bruns, M. A. (2017). Para ficar em cima do salto: a construção do corpo travesti na perspectiva Merleau-Pontyana. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, 23(2), 158-166.
- Davis, A. (1981/2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial.
- Dhamoon, R. K., & Hankivsky, O. (2011). Why the theory and practice of intersectionality matter to health research and policy. *Health inequities in Canada: Intersectional frameworks and practices*, 16-50.
- Dias, A. F. (2018). Narrativas formativas e profissionais de uma professora transexual. *Educar em Revista*, 34(70), 255-271.
- Dias, A. L. F., Borges, A. O., Cunha, B. E. D. B., Castro, B. P., Campos, J. Á., Carvalho, M. C. A., & Martins, V. B. (2015). À margem da cidade: trajetórias de invisibilidade e exclusão de travestis em situação de rua. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8(SPE), 214-233.

- Dias, J. A. H., & Bernardineli, M. C. (2016). O Transexual e o Direito de Acesso ao Mercado de Trabalho: Do Preconceito à Ausência de Oportunidades. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, 2(2), 243-259.
- Dias, M. B. & Zenevich, L. (2014). Um histórico da patologização da transexualidade e uma conclusão evidente: a diversidade é saudável. *Revista Gênero & Direito*, 3(2).
- dos Santos, J. B. F., de Oliveira Maciel, R. H. M., & Matos, T. G. R. (2013). Reconquista da identidade de trabalhador por ex-detentos catadores de lixo. *Caderno CRH*, 26(68).
- Duque, T. (2009). Sem dar escândalo – a construção social das travestilidades na adolescência. Caxambu, MG: *33º Encontro Anual da Anpocs*. GT 36: Sexualidade, corpo e gênero.
- Escurrea, M. F. (2020). Consideraciones sobre población excedente, trabajo y pobreza: el caso de los cirujas. *Contextos: Estudios de Humanidades y Ciencias Sociales*, (46).
- Facchini, R. (2012). Sexualidade, sociedade e diferenças: refletindo sobre a discriminação e a violência contra LGBT no Brasil. *Contra) pontos. Ensaios de gênero, sexualidade, diversidade sexual: o combate à homofobia*. Campo Grande, MS: UFMS.
- Fedorko, B., & Berredo, L. (2017). The vicious circle of violence: Trans and gender-diverse people, migration, and sex work. *Transgender Europe*, 18.
- Ferreira, R. D. S. (2009). A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman. *Ciência da Informação*, 38(2), 35-45.
- França, I. L. (2006). " Cada macaco no seu galho?": poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(60), 104-115.
- França, R. de (2018). *Transcendendo territórios: a geografia da violência sobre a população LGBT do estado do Rio Grande Do Norte*. Monografia, Licenciatura

em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Franco, N., & Cicillini, G. A. (2015). Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Revista Estudos Feministas*, 23(2), 325-346.

Gender Spectrum (2017). Affirming vs. Non-affirming Parenting Behaviors. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/rzjkrmsw7iklvh1/Affirming%20vs%20Non-affirming%20Parenting%204.24.17.pdf?dl=>

GGB, Grupo Gay da Bahia (2016). Mortes violentas de LGBT no Brasil: Relatório 2015. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/>

GGB, Grupo Gay da Bahia (2017). Mortes violentas de LGBT no Brasil: Relatório 2016. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2017/01/24/relatorio-de-2016/>

GGB, Grupo Gay da Bahia (2018). Mortes violentas de LGBT no Brasil: Relatório 2017. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2018/01/18/brasil-campeao-mundial-de-crimes-lgbt-fobicos/>

GGB, Grupo Gay da Bahia (2020). Mortes violentas de LGBT no Brasil: Relatório 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/04/relatc3b3rio-ggb-mortes-violentas-de-lgbt-2019-1.doc>

Gini, A. R., & Sullivan, T. (1987). Work: The process and the person. *Journal of Business Ethics*, 6(8), 649-655.

Giongo, C. R., Menegotto, L. M. de O., & Petters, S. (2012). Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(4), 1000-1013. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000400017>

Global Network of Sex Work Projects (NSWP) (2014). The Needs and Rights of Trans Sex Workers. Disponível em: <http://www.nswp.org/resource/briefing-paperthe-needs-and-rights-trans-sex-workers>

- Goerch, A. B., & Silva, D. R. Q. D. (2019). Inclusão social e diversidade de gênero de pessoas transexuais no mercado de trabalho brasileiro. *Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*.
- Goulart, P. M. (2009). O significado do trabalho: delimitações teóricas (1955-2006). *Cadernos de Psicologia Social do trabalho*, 12(1), 47-55.
- Green, R. (1998). Mythological, historical, and cross-cultural aspects of transsexualism. *Current concepts in transgender identity*, 3-14.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, 26(1), 61-73.
- Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU (2017). Direito à Cidade: Vivências e Olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva&sexual.- São Paulo. Disponível em: http://wp.ibdu.org.br/wp-content/uploads/2019/04/DIREITO-%C3%80-CIDADE_VIVENCIAS-E-OLHARES-LGBT.pdf
- Ireland, T. D., & Lucena, H. H. R. D. (2016). Education and work in a women's re-education center: a case study. *Cadernos CEDES*, 36(98), 61-78.
- Irigaray, H. A. R. (2012). Travestis e transexuais no mundo do trabalho. In Freitas, M.; Dantas, M. *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage learning.
- James, S., Herman, J., Rankin, S., Keisling, M., Mottet, L., & Anafi, M. A. (2016). The report of the 2015 US transgender survey.
- Jesus, J. G. (2010). O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do orgulho LGBT. *Universidade de Brasília, Brasília, Brasil*.
- Jesus, J. G. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. *Revisão de conteúdo: Berenice Bento, Luiz Mott, Paula Sandrine. Brasília*.
- Jesus, J. G. (2013). Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora*, São Paulo, 16, 101-123.

- Jesus, J. G. (2016). Operadores do direito no atendimento às pessoas trans. *Revista Direito e Práxis*, 7(15).
- Jesus, J. G. (2019) (org.). *Transfeminismo: teorias e práticas*. Digitaliza Conteúdo.
- Jesus, J. G., & Alves, H. (2010). Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista Cronos*, 11 (2),pp.8-19. Recuperado em 10 de Dezembro, 2020, de <http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2150/pdf>
- Jornal Lampião da Esquina (1980). *Edição EXTRA 03*. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2015/11/04-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-EXTRA-03-1980.pdf>
- Julião, E. F. (2010). O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Educação*, 15(45).
- Kaas, H. (2015). Os mecanismos de patologização das vidas trans. In. *Psicologia, Travestilidades & Transsexualidades*. CRP.12. Disponível em: https://crpsc.org.br/public/images/boletins/Miolo_Psicologia-Interativo.pdf
- Klumb, R., & Feuerschutte, S. G. (2012). Expectations and involvement in work: study with professionals outsourced of the catarinense public organization/Expectativas e envolvimento no trabalho: estudo com profissionais terceirizados de uma organizacao publica catarinense. *Revista Eletronica de Estrategia e Negocios*, 5(3), 233-259.
- Kubo, S. H., Gouvêa, M. A. & Mantovani, D. M. N. (2013). Dimensões do Significado do Trabalho e suas relações. *Revista PRETEXTO*, 14(3), 28-49.
- Kuchinke, K. P., Ardichvili, A., Borchert, M., Cornachione, E. B., Cseh, M., Kang, H. S. T., ... & Zav'jalova, E. (2011). Work meaning among mid-level professional employees: A study of the importance of work centrality and extrinsic and intrinsic work goals in eight countries. *Asia Pacific Journal of Human Resources*, 49(3), 264-284.
- Kulick, D. (2008). *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Editora Riocruz.

- Landsberger, H. A. (1958). Hawthorne Revisited, *Ithaca*.
- Leontiev, A. N. (1978). *Actividad, consciencia y personalidad*. Buenos Aires.
- Lips-Wiersma, M., & Wright, S. (2012). Measuring the meaning of meaningful work: Development and validation of the Comprehensive Meaningful Work Scale (CMWS). *Group & Organization Management*, 37(5), 655-685.
- Lopes, C. D. S., Rabelo, I. V. M., & Pimenta, R. P. B. (2007). Sleeping Beauty: research into sex professionals who serve the upper middle class and upper class in Goiânia. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 69-76.
- Lourenço, C. D., Ferreira, P. A., & de Brito, M. J. (2013). O significado do trabalho para uma executiva: a dicotomia prazer e sofrimento. *Revista Organizações em Contexto*, 9(17), 247-279.
- Lucon, N. (2016) “Presas, espancadas e mortas”: relatos de travestis sobre a Ditadura Militar. Página da web. Disponível em: <https://nlucon.com/2016/10/27/presas-espancadas-e-mortas-relatos-de-travestis-sobre-a-ditadura-militar/>
- Macdowell, P. (2008). Geografia do gênero: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade. *Brasília: Universidade de Brasília–UNB*
- Macêdo, L. S. S. (2014). *Adiamento da aposentadoria e o significado do trabalho para servidores de uma universidade federal*. (Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Magno, L., Dourado, I., & Silva, L. A. V. D. (2018). Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 34, e00135917.
- Mappa, S. (1981). *Les deux sources de l'exclusion*. Paris: Karthala.
- Marinho, N. L. A. D. (2016). A Exclusão das Pessoas Trans do Mercado de Trabalho e a Não Efetividade do Direito Fundamental ao Trabalho. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, 2(1).
- Marinho, S. (2018). Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. *Revista Katálysis*, 21(3), 602-610.

- Marinho, S., & de Almeida, G. S. (2019). Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo¹. *Sociedade e Cultura*, 22(1), 114-134.
- Martins, T. C. S. (2012). O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. *Serviço Social & Sociedade*, (111), 450-467.
- Marx, K. (1980). O capital: livro I, vol. 1. *Rio de Janeiro: Civilização Brasileira*, 189.
- Marx, K., & Engels, F. (2007). Opposition of the materialist and idealist outlook. *Beyond the Body Proper: Reading the Anthropology of Material Life*, 113.
- Mazaro, J. L., & Cardin, V. S. G. (2017). Da precariedade do acesso à saúde, das políticas públicas ineficazes e das técnicas clandestinas de modificação corporal utilizadas pelas travestis e mulheres trans. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, 1(37).
- Mazaro, J. L., & Cardin, V. S. G. (2017). Da precariedade do acesso à saúde, das políticas públicas ineficazes e das técnicas clandestinas de modificação corporal utilizadas pelas travestis e mulheres trans. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, 1(37).
- Mazzilli, C. P., & Paixão, R. D. (2002). Análise do significado do trabalho dos juízes em Mato Grosso do Sul. *Revista Eletrônica de Administração*, 8(1), 3-23.
- Medrado, B., Nascimento, M., & Lyra, J. (2019). Os feminismos e os homens no contexto brasileiro: provocações a partir do encontro 13º Fórum Internacional AWID. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 603-608.
- Melo, H. P. D., & Castilho, M. (2009). Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?. *Revista de economia contemporânea*, 13(1), 135-158.
- Mendes, B. L., & Costa, J. R. C. (2018). Transgeneridade e previdência social: Novos horizontes para segurados (as) trans frente às mudanças jurídicas no contexto nacional. *Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social*, 4(2), 1-16.

- Miguel, R. (2015). As Reflexões de Robert Castel sobre os Conceitos de “Risco” e “Vulnerabilidade Social”. *VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luis: Universidade Federal do Maranhão.*
- Minayo, M. C. S. (1996). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Morin, E. (1996). L’efficacité organisationnelle et le sens du travail. *La quête du sens. Gérer nos organisations pour la santé des personnes, de nos sociétés et de la nature, Montréal, Québec/Amérique, et Paris, Éditions de l’organisation, Collection Manpower, 257-286.*
- Morin, E. (1997). Le sens du travail pour des gestionnaires francophones. *Revue Psychologie du travail et des organisations, 3(2), 26-45.*
- Morin, E. (2003). Sens du travail: Définition, mesure et validation. In C. Vandenberghe, C. N. Delobbe, & G. Karnas (Eds.), *Dimensions individuelles et sociales de l’investissement professionnel* (pp. 11-20). Louvain la Neuve, Belgium: UCL.
- Morin, E. (2006). *Donner un sens au travail*. Montréal, Quebec, Canada: HEC.
- Morin, E. (2007). Sens du travail, santé mentale au travail et engagement organisationnel. *Cahier de Recherche, 543, 99-193.*
- Morin, E. M., & Cherré, B. (1999). Les cadres face au sens du travail. *Revue française de gestion, 83-95.*
- Morin, E. M., & Dassa, C. (2006). Characteristics of a meaningful work. *Construction and validation of a scale. HEC Montréal/Université de Montréal.*
- Morse, N. C., & Weiss, R. S. (1955). The function and meaning of work and the job. *American Sociological Review, 20(2), 191-198.*
- Motta, J. I. J. (2016). Sexualidades e políticas públicas: uma abordagem queer para tempos de crise democrática. *Saúde em Debate, 40, 73-86.*
- Moura, R. G. D., & Lopes, P. D. L. (2014). O preconceito e a discriminação de transgêneros no processo de recrutamento e seleção de pessoal: uma revisão bibliográfica. *Resende, outubro de 2014*

- Moura, R. G. de (2015). Políticas Públicas como ferramenta de equidade entre (Trans) gêneros no mundo do trabalho. *Cadernos UniFOA*, 10(29), 77-87.
- MOW, International Research Team. (1987). *The meaning of working*. New York, NY, USA: Academic.
- Nardi, H. C. (2015). Gênero e Trabalho. In: Pedro F. Bendassolli; Jairo Eduardo Borges. (Org.). *Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações*. 1ed. São Paulo: Casapsi, v. 1, p. 357-362.
- Nascimento, R. B. (2018). Oficinas sobre gênero e sexualidade e extensão universitária. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, 2(Esp.), 549-562.
- Nascimento, S. de S. (2014). Corpo-afeto, corpo-violência: experiências na prostituição de estrada na Paraíba. *Revista Ártemis*, 18(1).
- National Center of Transgender Equality* (NCTE) (2016) – The U.S. Transgender Survey (USTS). Disponível em: (NCTE)<https://www.transequality.org/sites/default/files/docs/USTS-Full-Report-FINAL.PDF>
- Nogueira, F. J. de S., & León, A. G. de (2012). “Trabalhadas no feminino”: um estudo sobre corpo, desejo e prostituição travesti em Fortaleza-CE. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, 3(8), 55-67.
- Observatório do 3º Setor (2018) - A vida de uma transexual brasileira que sobreviveu à Ditadura. *Página da web*. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/vida-de-uma-transexual-brasileira-que-sobreviveu-ditadura/>
- Ochoa, M. (2014). *Queen for a day: Transformistas, beauty queens, and the performance of femininity in Venezuela*. Duke University Press.
- Olivar, J. M. N. (2014). Adolescentes e jovens nos mercados do sexo na tríplice fronteira Brasil, Peru, Colômbia: três experiências, um tour de force e algumas reflexões. *Revista Artemis*, 18(1).

- Oliveira, A. L. G. (2013). Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des) patologização da transexualidade. *Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10*, 1-7.
- Oliveira, S. R., Piccinini, V. C., Fontoura, D. S., & Schweig, C. (2004). Buscando o sentido do trabalho [CD-ROM]. In *Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração* (pp. 283). Porto Alegre, RS: ANPAD.
- Oliveira, T. L. (2016). "*Meu corpo, um campo de batalha*": a inserção precária das Travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital (Master's thesis, Brasil).
- Pacheco, R. A. S., & Pacheco, I. S. (2016). Direito, violências e sexualidades: a transexualidade em um contexto de direitos. *Revista Estudos Socio-Jurídicos, 18*(2), 201-226.
- Palassi, M. P., & Silva, A. L. (2014). A Dinâmica do Significado do Trabalho na Iminência de uma Privatização. *Revista de Ciências da Administração, 16*(38), 47.
- Patrício, M. C. (2012). Misses, Empresárias e Famosas: Fazendo da Atividade uma Distinção. *Revista Ártemis, 13*(1).
- Paugam, S. (1991). *La disqualification sociale: Essai sur la nouvelle pauvreté*. Presses universitaires de France.
- Paulino, D. D. S. (2016). *Os significados do trabalho para jovens nem-nem e suas estratégias de inserção no mercado de trabalho* (Master's thesis, Brasil).
- Pedra, C. B., Souza, E. C., Rodrigues, R. V. A., & Silva, T. S. A. (2018). Políticas Públicas Para Inserção Social De Travestis E Transexuais: Uma Análise Do Programa "Transcidadania". *Revista de Ciências do Estado, 3*(1).
- Pelúcio, L. (2005). Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos pagu, (25)*, 217-248.

- Pelúcio, L. (2006). Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. *Estudos Feministas*, 14(2), 522.
- Pelúcio, L. (2007). ‘Mulheres com Algo Mais’—corpos, gêneros e prazeres no mercado sexual travesti. *Revista Versões*, 3, 77-93.
- Pelúcio, L. (2008). Travestis brasileiras: singularidades nacionais, desejos transnacionais. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 26ª, 2008, Porto Seguro. *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro, p. 2.
- Pereira, L. B., & Chazan, A. C. S. (2019). O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira De Medicina De Família E Comunidade*, 14(41), 1795-1795.
- Peres, W. S. (2010). Travestis, cuidado de si e serviços de saúde: algumas reflexões. *Retratos do Brasil Homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo: Edusp, 303-319.
- Pérezgonzález, J. D., & Vilela, L. D. (2005). *La centralidade del trabajo*. Raleigh: Lulu, Inc.
- Peto, L. C., & Verissimo, D. S. (2018). Natureza e processo de trabalho em marx. *Psicologia & Sociedade*, 30.
- Phipps, A. (2020). Transphobia, whorephobia and (as) capitalist-colonial. Disponível em: <https://phipps.space/2020/04/30/transphobia-whorephobia-and-as-capitalist-colonial-gender/>
- Pinheiro, R. D. A. (2014). *Significado do trabalho para trabalhadores da construção civil*. (Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Piscitelli, A. (2009). Gênero: a história de um conceito. *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 118-146.
- Prado, A. P. L., & D’Angelo, I. D. M. (2017). A inclusão no mercado de trabalho da pessoa transgênero e a “dolorosa” arte de ser normal. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito, Brasília*, 3(1), 58-78.

- Pratt, M. G., & Ashforth, B. E. (2003). Fostering meaningfulness in working and at work. *Positive organizational scholarship: Foundations of a new discipline*, 309-327.
- Princípios de Yogyakarta (2007). Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. *Observatório de Sexualidade e Política*.
- Ribeiro, C. V. D. S., & Léda, D. B. (2004). O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 4(2), 0-0.
- Ribeiro, M. (1999). Exclusion: problematizing the concept. *Educação e Pesquisa*, 25(1), 35-49.
- Ribeiro, R. P. D., & Lima, M. E. A. (2010). O trabalho do deficiente como fator de desenvolvimento. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(2), 195-207.
- Rodrigues, A. L., Barrichello, A., & Morin, E. M. (2016). Os sentidos do trabalho para profissionais de enfermagem: Um estudo multimétodos. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 56(2), 192-208.
- Rogers, W., & Ballantyne, A. (2008). Populações especiais: vulnerabilidade e proteção.
- Rondas, L. D. O. (2012). *Valorização profissional de travestis: das estratégias pessoais às políticas de inclusão* (Master's dissertation, Repositório do Centro Universitário UNA).
- Rondas, L. D. O., & Machado, L. R. D. S. (2015). Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(1), 192-205.
- Rosso, B. D., Dekas, K. H., & Wrzesniewski, A. (2010). On the meaning of work: A theoretical integration and review. *Research in organizational behavior*, 30, 91-127.
- Ruggs, E. N., Martinez, L. R., Hebl, M. R., & Law, C. L. (2015). Workplace “trans”-actions: How organizations, coworkers, and individual openness influence

- perceived gender identity discrimination. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 2(4), 404.
- Saffioti, H. (1997). Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas sociais*, (2), 59-79.
- Saffioti, H. (2003). Violência estrutural e de gênero—Mulher gosta de apanhar. *PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra Mulher—Plano Nacional: Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero—construindo políticas públicas*, 27-38.
- Saffioti, H. I. B. (2004). Gênero, patriarcado, violência. In *Gênero, patriarcado, violência* (pp. 151-151).
- Salvatore, S., & Valsiner, J. (2010). Between the general and the unique: Overcoming the nomothetic versus idiographic opposition. *Theory & Psychology*, 20(6), 817-833.
- Santos, A. (2015). *O gênero encarnado: modificações corporais e riscos à saúde de mulheres trans. 2015* (Doctoral dissertation, Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)—Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).
- Santos, G. G. D. C. (2016). Diversidade sexual e política eleitoral: analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (23), 58-96.
- Sevelius J. M. (2013) Gender affirmation: a framework for conceptualizing risk behavior among transgender women of color. *Sex Roles*;6 8:675–689.
- Silva, V. N. F., & de Souza, A. V. M. (2019). PESSOAS TRANS: PROCESSOS DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL. *Semioses*, 13(1), 130-146.
- Silva Junior, A. L. D. (2017). Para uma história dos concursos de beleza trans: a criação de memórias e tradição para um certame voltado para travestis e mulheres transexuais. *cadernos pagu*, (50).

- Silva, A. P., Barros, C. R., Nogueira, M. L. M., & Barros, V. A. (2007). " Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. *Mosaico: estudos em psicologia*, 1(1).
- Silva, J. M., & Ornat, M. J. (2018). Vidas ininteligíveis e práticas indizíveis: travestis brasileiras negociando as posições entre criminalização e vitimização da organização das redes de prostituição. *Geo UERJ*, (33), 29601.
- Silva, M. M. (2020). Teoria da reprodução social e opressão a LGBTQIAPs. *Marxismo Feminista*. Disponível em <https://marxismofeminista.com/2020/06/30/teoria-da-reproducao-social-e-opressao-a-lgbtqiaps/?fbclid=IwAR3ByqwG2ufWzlhwr7Jq-4euogPjhWJT-EImdVPbkKv8e24AJTFCsdTEA00/>
- Silva, R. G. L. B., Bezerra, W. C., & de Queiroz, S. B. (2015). Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 26(3), 364-372.
- Soliva, T. B. (2018). Sobre o talento de ser fabulosa: os “shows de travesti” e a invenção da “travesti profissional”. *Cadernos Pagu*, (53).
- Soliva, T. B. (2019). Internacionais e glamorosas: sobre a carreira das “travestis profissionais”. *Revista Estudos Feministas*, 27(2).
- Souza Júnior, E. V. D., Cruz, D. P., Pirôpo, U. S., Caricchio, G. M. N., Silva, C. D. S., Ferreira Neto, B. J., ... & Santos, G. D. S. (2020). Proibição de doação sanguínea por pessoas homoafetivas: estudo bioético. *Revista Bioética*, 28(1), 89-97.
- Souza, E. M. F. D. (2019). *(Trans) passando os muros do preconceito e adentrando a universidade: uma análise das políticas para pessoas trans* dentro das instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Norte* (Master's thesis, Brasil).
- Souza, E. M. F. de (2019). *(Trans)passando os muros do preconceito e adentrando a universidade: uma análise das políticas para pessoas trans* dentro das*

- instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Norte*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Souza, M. H. T. de, Malvasi, P., Signorelli, M. C., & Pereira, P. P. G. (2015). Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 31(4), 767-776.
- Spade, D., & Willse, C. (2016). Norms and normalization. *Oxford handbook of feminist theory*, 551-572.
- Steger, M. F., Dik, B. J., & Duffy, R. D. (2012). Measuring meaningful work: The work and meaning inventory (WAMI). *Journal of Career Assessment*, 20(3), 322-337.
- Stop Trans Pathologizaion, STP (2018). *Quem somos*. Página da Web. Disponível em <https://stp2012.info/old/pt>
- Suárez, R. (2008). *La discriminación institucionalizada y la transfobia van de la mano en nuestras sociedades*. Página da web. Disponível em: <https://centroapoyoidentidadestrans.blogspot.com/p/informes-transfobia-en-mexico-y-america.html>
- Tagliamento, G. (2012). *Cisibilidades caleidoscópicas: a perspectiva das mulheres trans sobre o seu acesso à saúde integral* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Tauches, K. (2006). Transgendering: challenging the "normal". In S. Seidman, N. Fischer, & C. Meeks (Eds.), *Handbook of the new sexuality studies* (pp. 173-179). New York: Routledge.
- Tausky, C. (1969). Meanings of work among blue collar men. *The Pacific Sociological Review*, 12(1), 49-55.
- Teixeira, F. B. (2000). L' Itália dei Divietti: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição. *Cadernos Pagu*, 31, 275-308.
- Teixeira, F. D. B. (2008). L'Italia dei Divietti: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição. *Cadernos pagu*.

- Teixeira, F. D. B. (2009). Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade.
- Teixeira, G. L., & Porém, M. E. (2019). Travestis e organizações: o papel da comunicação na construção de espaços organizacionais. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 13(2).
- Tenório, L. F. P., & Prado, M. A. M. (2016). As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma. *Revista Periódicus*, 1(5), 41-55.
- TGEU, T. E.T. (2016). Transgender Europe's Trans Murder Monitoring. Disponível em <http://transrespect.org/en/idahot-2016-tmm-update/>
- TGEU, T. E.T. (2017). TMM Update Trans Day of Remembrance 2017. Disponível em <https://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-remembrance-2017/>
- Tolfo, S. D. R., & Piccinini, V. C. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & sociedade. São Paulo. Vol. 19, ed. esp. 1 (2007), p. 38-46.*
- Tonelli, M. J., Morin, E., & Pliopas, A. L. V. (2007). O Trabalho e Seus Sentidos. *Revista Psicologia & Sociedade*, 19.
- Torres, M. A., & Prado, M. A. M. (2014). Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders.
- Thoroughgood, C., Sawyer, K., & Webster, J. R. (2020). Creating a trans-inclusive workplace. *Harvard Business Review*.
- Valentine (2019) - "Branquitude x Cisgeneridade". Duas estruturas construídas lado a lado. Disponível em: <https://midianinja.org/valentine/branquitude-x-cisgeneridade-duas-estruturas-construidas-lado-a-lado/>
- Valério, T. A. D. M. (2013). "O filho adotivo não vem de fora, vem de dentro": um estudo sobre trajetórias de vidas e a construção de significados sobre a decisão de adotar na perspectiva da psicologia cultural semiótica (Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco).

- Valério, T. A. D. M., & Lyra, M. C. (2014). A construção cultural de significados sobre adoção: um processo semiótico. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 716-725.
- Valsiner, J. (2000). *Culture and Human Development*. London: Sage Publications
- Valsiner, J. (2007). *Culture in minds and societies: Foundations of Cultural Psychology*. New Delhi: Sage Publications.
- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural - Mundos da mente, mundos da vida...* (A. C. Bastos, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Vasconcellos, L. T. (2014). Travestis e Transexuais no Mercado de Trabalho. In Anais do X Congresso Nacional de Excelência em Gestão . Disponível em www.inovarse.org/node/68
- Vianna, C. P. (2015). O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educação e Pesquisa*, 41(3), 791-806.
- Vieira, A. D., & Sousa, T. S. (2019). Direitos sexuais, democracia e cidadania na experiência transexual e travesti. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, 11(1), 82-98.
- Vigotski, L. S. (1996). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1927).
- Vigotski, L. S. (2001). *A construção do Pensamento e da Linguagem* (P. Bezerra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1934).
- Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente – o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (7ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Webster, J. R., Adams, G. A., Maranto, C. L., Sawyer, K., & Thoroughgood, C. (2018). Workplace contextual supports for LGBT employees: A review, meta-analysis, and agenda for future research. *Human Resource Management*, 57(1), 193-210.
- Wesp, L. M., Malcoe, L. H., Elliott, A., & Poteat, T. (2019). Intersectionality research for transgender health justice: a theory-driven conceptual framework for structural analysis of transgender health inequities. *Transgender health*, 4(1), 287-296.

- Whittle, S. (2014). Employment Discrimination and Trans People. Disponível em: <https://www.gires.org.uk/employment-discrimination-and-transpeople>
- Winter, S. (2009) Lost in translation: transpeople, transprejudice and pathology in Asia. *Int J Hum Rights*; 13(2):365.
- Wyland, E. (2016). You Better Work: The Decriminalization of Sex Work as a Transgender Woman of Color Rights Issue.
- Zittoun, T. (2007) *The Role of Symbolic Resources in Human Lives* In J. Valsiner & A. Rosa (eds.) Cambridge Handbook of Socio- cultural Psychology. New York: Cambridge University Press
- Zittoun, T., Aveling, E. L., Gillespie, A., & Cornish, F. (2012). *People in transitions in worlds in transition: Ambivalence in the transition to womanhood during World War II*. Information Age Publishing.

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

QUESTÃO DISPARADORA:

“Eu gostaria de conhecer a história de (*Nome da/o/e Protagonista*), peessoa trans e trabalhadora, desde sua infância até os dias atuais. Você poderia, por favor, compartilhar a sua história comigo?”

EIXO	Questões de apoio
1 - Família	<ol style="list-style-type: none">1. Como a sua família se comportou diante do fato de você ser trans/travesti/não-binária?<ol style="list-style-type: none">a. Como esse contexto familiar afetou você no passado?b. Isso impactou a sua entrada no mundo do trabalho? Caso sim, como?2. Nos dias de hoje, como seus familiares se relacionam com a sua transgeneridade? Algo mudou?<ol style="list-style-type: none">a. A relação com sua família afeta de alguma forma as suas experiências de trabalho nos dias de hoje? Caso sim, como?3. Você espera alguma mudança em relação à sua família no futuro, no tocante à relação dela com você?
2 - Escola	<ol style="list-style-type: none">1. Como foi a sua experiência na época da escola?<ol style="list-style-type: none">a. Você foi acolhidx no ambiente escolar?b. Você acredita que isso afetou sua experiência enquanto trabalhadorx? Se sim, como?2. Atualmente, você tem a oportunidade de continuar seus estudos?

	<ul style="list-style-type: none"> a. Caso sim, como o seu espaço atual de estudos acolhe você enquanto pessoa trans/travesti/não-binária? b. Caso não, gostaria de ouvir um pouco mais a respeito. Tudo bem por você? <ul style="list-style-type: none"> i. Você gostaria de continuar seus estudos? ii. Qual é o maior desafio atualmente à continuidade dos seus estudos? 3. Você acredita que a sua experiência na escola afeta as suas vivências no mundo do trabalho hoje em dia? Se sim, como? 4. E em relação aos estudos, você gostaria de, no futuro, continuá-los? <ul style="list-style-type: none"> a. Caso sim, o que precisa ser diferente para que você consiga alcançar esse objetivo? b. Que estratégias você pretende adotar para isso?
<p>3 - Sociedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> 1. Como você avalia que a sociedade vê e trata atualmente o trabalho da população trans/travesti/não-binária? 2. Você enfrentou dificuldades em outros campos da sua vida em sociedade? Você poderia falar um pouco sobre isso? 3. Você já vivenciou alguma situação de transfobia no acesso a serviços públicos e de saúde? 4. Como o trabalho afeta o seu acesso a direitos sociais? 5. E sobre nossa sociedade, o que precisa mudar para um futuro inclusivo para a população trans, especialmente no acesso a direitos? 6. Em termos de sociedade, o que precisa mudar no futuro para que as pessoas trans/travestis/não-binárias possam alcançar seus objetivos no mundo do trabalho?
<p>Trajetória de trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> 1. Enquanto você crescia como pessoa trans/travesti/não-binária, quais eram suas expectativas em relação ao trabalho na sua vida? Que expectativas você tinha antes de começar a trabalhar?

	<ol style="list-style-type: none">2. As expectativas que você tinha no passado em relação ao mundo do trabalho foram atendidas?3. Gostaria que agora você me falasse sobre suas experiências anteriores de trabalho, formais ou informais.4. Quais os principais desafios que você enfrentou em seu trajeto de trabalho até aqui?<ol style="list-style-type: none">a. Como você agiu diante de tais desafios?5. Pensando em tudo o que conversamos, o que o trabalho representa atualmente para você, enquanto pessoa trans/travesti/não-binária?<ol style="list-style-type: none">a. Para te ajudar a começar, complemente a frase: “Sendo pessoa trans/travesti/não-binária, trabalhar é...”6. Hoje, como o seu trabalho ou pensar em trabalhar faz você se sentir?7. Atualmente, como é o seu dia a dia de trabalho? Gostaria que você me falasse sobre um dia típico de trabalho para você.8. Como é a sua rotina quando você NÃO está trabalhando/no trabalho?9. O que você faz hoje no trabalho e gosta?<ol style="list-style-type: none">a. E o que você faz hoje no trabalho, e NÃO gosta?10. O que você NÃO faz no mundo do trabalho e gostaria de fazer?11. Quais os principais desafios que você enfrenta hoje no mundo do trabalho como pessoa trans/travesti/não-binária?<ol style="list-style-type: none">a. Que estratégias você usa para lidar com essas dificuldades?12. Como a sua atual situação de trabalho influencia outros campos da sua vida (como família, relacionamentos, vida em sociedade etc.)?13. O que você espera em relação ao trabalho em sua vida no futuro?
--	---

	<p>14. Por favor, cite uma situação que você vivenciou durante o trabalho e que você espera NÃO vivenciar novamente no futuro.</p> <p>a. Agora vamos imaginar o inverso: há alguma situação de trabalho que você vivenciou e que você gostaria de viver novamente no futuro?</p> <p>15. Por favor, descreva para mim qual seria a situação ideal de trabalho que você gostaria de viver no futuro.</p> <p>a. E qual seria a pior situação possível de trabalho, que você não gostaria de vivenciar?</p> <p>16. Que sentimentos você gostaria que o trabalho despertasse em você, no futuro?</p> <p>17. Vamos fazer um exercício de imaginação: se tudo o que conversamos acontecesse num futuro próximo, que lugar o trabalho teria na sua vida?</p>
--	--

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: **Significados do trabalho para pessoas transgêneras de Natal-RN**, que tem como pesquisador responsável Joatã Soares Coelho Alves.

Esta pesquisa pretende compreender a importância e os significados que o trabalho tem na sua vida, considerando as suas vivências enquanto pessoa transgênera e/ou travesti inserida em ocupações formais e/ou informais.

O motivo que nos leva a fazer este estudo é conhecer melhor a realidade do trabalho para pessoas transgêneras, seus desafios e possibilidades, de forma a gerar subsídios para políticas afirmativas voltadas a dar suporte a essa população nas questões que envolvem seu trabalho em nossa cidade.

Caso você decida participar, você deverá responder a uma entrevista com informações sobre seu cotidiano, sua história de vida e suas vivências de trabalho, cujo tempo de duração varia de acordo com suas respostas. Você responderá sem precisar dizer ou anotar seu nome, e terá o direito de se recusar a responder qualquer questão que lhe cause algum constrangimento. O pesquisador estará à sua disposição para tirar dúvidas e ajudar você como for necessário durante a realização da entrevista.

Durante a realização da entrevista a previsão de riscos é mínima, ou seja, o risco que você corre é semelhante àquele sentido num exame físico ou psicológico de rotina. Pode acontecer um desconforto relacionado ao processo de reflexão sobre seu trabalho ou à exposição de suas ideias que será minimizado através da interrupção da aplicação e prestação de assistência psicológica pelo pesquisador, e você terá como benefício advindo do estudo a geração de subsídios para ações afirmativas e políticas voltadas à inserção de pessoas transgêneras no mundo do trabalho.

Em caso de algum problema que você possa ter, relacionado com a pesquisa, você terá direito a assistência gratuita que será prestada pelo pesquisador responsável, através de uma escuta qualificada e encaminhamentos de ordem psicológica, quando for necessário.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para o pesquisador responsável, Joatã Soares Coelho Alves, através do telefone [REDACTED]

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados que você irá nos fornecer serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

_____ (rubrica do Participante/Responsável legal)
_____ (rubrica do Pesquisador)

1 / 2

Se você tiver algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, ele será assumido pelo pesquisador e reembolsado para você.

Se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa você deverá ligar para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, telefone 3215-3135.

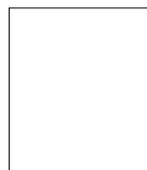
Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Joatã Soares Coelho Alves.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa **Significados do trabalho para pessoas transgêneras de Natal-RN**, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Natal (___/___/_____).

Assinatura da(o) participante da pesquisa



Impressão
datiloscópica do
participante

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo **Significados do trabalho para pessoas transgêneras de Natal-RN**, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido estarei infringindo as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Natal (___/___/_____).

Assinatura do pesquisador responsável

ANEXO 3

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada **Significados do trabalho para pessoas transgêneras de Natal-RN** poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, o pesquisador **Joatã Soares Coelho Alves, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Fernando Bendassolli**, a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso do pesquisador acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa (**Joatã Soares Coelho Alves**) e de seu orientador (**Prof. Dr. Pedro Fernando Bendassolli**), e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Natal (___/___/___).

Assinatura da(o) participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável